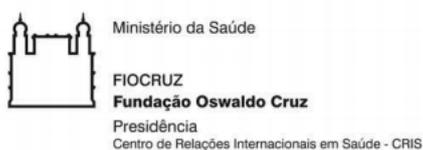


**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 02/2023**  
**07 a 27 de fevereiro de 2023**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 01 de março de 2023**



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica K ASTRUP</i>	
<b><u>Sistema Nações Unidas</u></b>		
12	A guerra na Ucrânia, a proposta de paz de Lula e o impacto sobre a saúde – <i>Santiago Alcázar e Paulo Buss</i>	
15	Um ano depois: EUA dobram sua aposta, mas Rússia já ganhou o que queria – <i>Jose Luis Fiori</i>	
19	Agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em temas de interesse para uma abordagem sistêmica do direito humano à saúde e suas projeções na saúde global e na diplomacia da saúde – a complexidade e sua totalidade como desafios para alcançar a materialidade dos direitos humanos - <i>Armando De Negri Filho</i>	
33	As reformulações da OMS para ações assertivas na prevenção, preparo e resposta à pandemias: organismos em ativa construção - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
38	El impacto de la crisis pandémica del Covid-19 sobre la salud mental y las relaciones interpersonales - <i>Paolo Balladelli e Sofia Farante</i>	
48	Pelas pessoas e pelo planeta: a estratégia 2022–2025 do PNUMA para o combate à tripla crise planetária - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
52	As vulnerabilidades do Brasil estão reveladas na tragédia do litoral paulista e dos Yanomami - <i>Carlos Bocuhy</i>	
55	Primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS para o exercício de 2023: nada de novo no front PNUD - <i>Erica Kastrup e Rômulo Paes de Sousa</i>	
58	Panorama laboral da América Latina e Caribe 2022 e perspectivas para 2023: OIT divulga amplo estudo realizado por seu Escritório Regional - <i>René Mendes</i>	
70	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
76	Novo Relatório sobre Tendências na Mortalidade Materna e a Preparação para 67ª Reunião sobre a Situação das Mulheres: em busca da garantia de direitos - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
85	Os desafios e alternativas para a América Latina na redução da insegurança alimentar e nutricional regional e protagonismo na construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana</i>	
92	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
96	Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Inteligência Artificial: Informe sobre OMC, OMPI e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	

### **Movimentos sociais globais e saúde**

- 100 Do “aniversário” da invasão da Ucrânia pela Rússia ao terremoto na Turquia e na Síria: guerras, desigualdades, crise climática e outros resultados da assimetria global em um mundo pós (?) Pandêmico - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*
- 114 Informe sobre organizações e movimentos sociais pelo direito à saúde defensores do interesse público com aportes para a saúde global e para a diplomacia em saúde – velhas e nem tão novas agendas em 2023 - *Armando De Negri Filho e Rafaela Venturella De Negri*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 120 Diplomacia da Saúde no Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 137 Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G7 e G20 reunidos em Bangalore: nada de novo no front? - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 146 BRICS tentam buscar soluções para a guerra da Ucrânia - *Claudia Hoirisch*
- 150 Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 158 A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 179 Na Europa, a guerra completa um ano, sob suspeita de que os EUA estejam por trás dos ataques e da destruição dos gasodutos Nord Stream - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 182 O preço do apartheid da vacina: não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África - *Lúcia Marques*
- 191 EUA e saúde global – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 195

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 198

\*\*\*Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ – 199

### **ANEXO (pp. 200-227)**

#### **GRUPO DE TRABALHO FIOCRUZ-USP SOBRE TRATADO PANDEMIAS OMS**

#### **Nota Técnica # 3 – 25/02/2023**

O “rascunho zero” do acordo internacional sobre pandemias: caráter retórico, imprecisões e lacunas limitam possíveis avanços - *Deisy Ventura, Bárbara Pagotto, Danielle Hanna Rached, Eduardo do Carmo, Francisco Viegas, Gerson Penna, Henrique Menezes, Leandro Viegas, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão, Luis Eugenio de Souza, Paula Reges, Pedro Dallari, Priscila Montes, Raísa Cetra, Ramiro Januário, Rafael França, Vitória Ramos e Paulo Buss*

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 02/2023 – 07 a 27 de fevereiro de 2023

#### APRESENTAÇÃO

O tema que dominou o cenário internacional na quinzena foi a trágica marca de 1 ano de guerra na Ucrânia, com envolvimento global e sem uma solução à vista. Os discursos ‘comemorativos’ ao primeiro ano do conflito na Ucrânia, proferidos por Putin e Biden elevaram em muitos decibéis a repulsa a uma solução e a movimentação na direção do uso de artefatos bélicos nucleares, com a suspensão da participação da Rússia no novo START (o acordo contra a proliferação e o controle sobre armas atômicas das duas superpotências bélicas) e afirmação de Biden que jamais a Rússia ganhará esta guerra.

Dias antes, a Conferência sobre Segurança de Munique<sup>1,2</sup>, realizada de 17 a 19 de fevereiro, permitiu verificar que entremeados aos dois grandes eixos de tensão no mundo – entre EUA e China, e entre o bloco OTAN e Rússia – transcorre uma disputa menos visível, mas não menos importante: a da influência dos grandes atores globais como EUA, União Europeia (UE), China, Rússia e Índia sobre o heterogêneo campo de países que se encontram sob a etiqueta ‘Sul global’ ou, de forma mais genérica, em todo o setor dos Estados ‘não-alinhados’<sup>3</sup>. Tal disputa se desenvolve em múltiplas dimensões, que reúnem investimentos, comércio, narrativas ideológicas, questões identitárias e o chamado ‘*soft power*’ diplomático, que inclui a cooperação em saúde.

Na Conferência, Borrel, ministro do exterior da UE, e Macron, presidente da França, declaram-se preocupados com a perda de credibilidade da Europa no Sul global, calcada ainda sobre a história anticolonialista na África e anti-imperialista na América Latina. Kamala Harris vocifera contra a Rússia com a antiga litania e, sem muito sucesso, convoca o mundo a colocar-se em linha a favor da Ucrânia. Enquanto isso, a China segue seus planos de disfarçado expansionismo, por meio de iniciativas como a nova Rota da Seda e outras, e a Índia chegou ao ponto de realizar em janeiro deste ano uma cúpula virtual de dois dias a que acorreram cerca de 120 países do Sul global<sup>4</sup>, para a qual seus ‘competidores’ não foram convidados.

Um crescente respeito (e, simultaneamente, foco para influência das grandes potências) passa a ser conferido ao Brasil, com o retorno de Lula e sua ousada política exterior; à gigantesca Indonésia, com seus 280 milhões de habitantes, na Ásia; e à Turquia, com sua imensa importância a meio caminho entre Ocidente e Oriente.

O novo ‘não-alinhamento ativo’<sup>5</sup>, operado por diversos países do Sul, em oposição ao ‘eclipse diplomático’ diagnosticado para a América Latina, por exemplo, por Alain Rouquié há alguns anos atrás, caracteriza-se por não se deixar capturar pela ‘política de blocos’ engessada, e buscar extrair vantagens das diversas potências, alinhando-se a uma ou outra, segundo às

---

<sup>1</sup> Ver: <https://securityconference.org/>

<sup>2</sup> <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2023/>

<sup>3</sup> Andrea Rizzi. Occidente y las potencias asiáticas pugnan por el apoyo del sur global. *El País*, 20/02/2023, pp. 2-3.

<sup>4</sup> Ver: <https://www.outlookindia.com/national/energising-india-s-constituency-of-the-global-south-news-253477>

<sup>5</sup> Fortin, Heine, Ominami (ed). *Latin American Foreign Policies in the New World Power – The active non-alignment option*. Anthem Press, 2023

conveniências do momento e a identidade política sobre o(s) tema(s) em questão. Modi, o premier indiano, é um exemplo bastante bem acabado desta nova postura<sup>3</sup> e é possível que o Brasil de Lula, e talvez a CELAC e uma UNASUL rediviva, estejam caminhando na mesma direção.

A saúde global recebeu a atenção de apenas uma mesa na Conferência, na qual entrevi o DG da OMS, Tedros Adhanom<sup>6</sup>, que se referiu ao de sempre, mas chamando atenção particular ao tratado ou convenção sobre pandemias que está em negociação na organização. Clima, água e segurança alimentar também foram abordados em uma mesa específica cada. A maior parte do evento, no entanto, esteve voltado para as questões geopolíticas e os conflitos, como o da Ucrânia, sobre suas consequências sobre a questão energética, e sobre o papel dos poderosos do mundo na segurança global. Neste caso, tiveram espaços os EUA, Europa, Alemanha, França, Reino Unido e China. O Brasil, representado pelo chanceler Mauro Vieira foi abordado num final de tarde. A Rússia foi muito citada, mas não foi ouvida, pois não foi convidada para o evento.

Contudo, todas as declarações em Munique mostram-se retóricas diante dos discursos ‘comemorativos’ ao primeiro ano do conflito mencionados acima. Os gastos em armamento *vis-a-vis* os investimentos para produzir uma paz efetivamente duradoura pela redução das desigualdades econômicas e sociais e pela defesa do meio ambiente passaram longe do evento. Mais uma oportunidade perdida de optar por acelerar o desenvolvimento sustentável e a justiça social e ambiental para ampliar a segurança global e contribuir para a paz.

Na saúde global o destaque vai para as duas grandes reuniões realizadas pela **Organização Mundial da Saúde (OMS)** no período, sobre a revisão do *Regulamento Sanitário Internacional* e a *4ª. reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB)* para um instrumento da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, ambas reportadas no informe.

No Brasil, a visita de John Kerry, enviado especial para o clima do governo Biden, trouxe expectativas de que haverá aportes significativos dos EUA ao Fundo Amazônico e a outros projetos na região.

Na **CPLP**, os Ministros da Saúde se reunirão dia 9 de março para examinar e aprovar o *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP)*, que será comentado no próximo número dos Cadernos.

No artigo de abertura do Caderno 2, **Alcazar e Buss** apontam as imensas dificuldades em cessar a guerra na Ucrânia com as propostas colocadas sobre a mesa, e alertam para seu impacto sobre a saúde, não apenas com as mortes, lesões e sofrimentos nas forças envolvidas, como sobretudo sobre a indefesa população civil, incluindo mulheres e crianças. Destacam também o custo brutal da guerra *vis-a-vis* os recursos necessário para implementar globalmente a saúde e o desenvolvimento. Também refletindo sobre a guerra, **Fiori** alerta que um ano depois, os EUA dobram sua aposta, mas a Rússia já teria ganho o que queria.

A agenda da 52ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** (de 27/02 a 31/03 de 2023), neste 17º Ciclo Anual do Conselho (2023), permite ter uma visão ampliada dos temas em debate e suas relações explícitas com o tema saúde global e diplomacia da saúde – ainda frequentemente referentes aos impactos e consequências da pandemia, mas

---

<sup>6</sup> Ver: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-msc-roundtable--doctor-s-prescription--strengthening-the-global-health-architecture>

também abrindo vários temas que se relacionam à determinação social da saúde e às exigências de uma nova ordem política e econômica internacional que permita situar saúde no marco de um amplo processo democrático que culmine em um desenvolvimento orientado para alcançar justiça social e ambiental. Os relatórios e documentos, debates e resoluções da 52ª Sessão, serão analisados na medida que ocorram as apresentações e debates até o final de março / início de abril. Por enquanto, destaca-se a natureza da agenda a ser discutida e os interesses correlatos com saúde, para que os leitores se estimulem a ler a documentação disponível e acompanhar pelo canal do CDH as atividades correspondentes.

**De Negri Filho** apresenta a composição da nova Mesa Diretora do Conselho: Presidente Václav Bálek (República Checa), os Vice-Presidentes Muhammadou M.O. Kah (Gâmbia), Asim Ahmed (Maldivas), Marc Bichler (Luxemburgo), e a Vice-Presidente e Relatora Maira Mariela Macdonal Alvarez (Estado Plurinacional da Bolívia), bem como a biografia e primeiras declarações do novo Presidente do CDH. Destaca ainda os marcos históricos que representam o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 30º aniversário da Declaração e do Programa de Ação de Viena, comemorações que certamente fortalecerão a totalidade dos direitos humanos e das quais o direito à saúde deve buscar beneficiar-se.

O ministro de Direitos Humanos do Brasil, Silvio Almeida, no seu primeiro discurso CDH/ONU<sup>7</sup> anunciou, ente outras coisas, que o governo está agindo para restabelecer ao povo yanomami "o efetivo domínio das terras indígenas", marcando uma profunda transformação no tom usado pelo Brasil no cenário internacional. No lugar dos discursos de Damares Alves sobre "Deus, pátria e família", o novo ministro trouxe a proteção dos mais vulneráveis ao centro de sua agenda e prometeu lutar para que o caso de Marielle Franco não fique impune, e tampouco os casos de Bruno Pereira e Dom Phillips.

Na **Organização Mundial da Saúde**, relatam nossos analistas **Reges, Bermudez e Galvão**, que as movimentações em torno da construção de mecanismos mais assertivos para prevenção e enfrentamento às pandemias têm percorrido diferentes caminhos, que muitas vezes se intercalam e complementam. O *Grupo de Trabalho para Reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)* se reuniu de 20 a 24 de fevereiro de 2023. Foram propostos pelos Estados membros da OMS 307 emendas ao RSI com objetivo de fortalecimento da arquitetura da saúde global. Já em 27 de fevereiro foi iniciada a quarta reunião do *Órgão Intergovernamental de Negociações (OIN)* para formulação de uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, que será reportada no próximo fascículo. Iniciam as negociações em torno da resolução sobre saúde dos povos indígenas para a Assembleia Mundial, proposta pelo Brasil.

Sobre o mesmo tema, o Caderno traz a nota técnica do **GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (Fiocruz/USP)**, que analisa criticamente o "rascunho zero" (*zero draft*) do novo acordo (WHO CA+) que está sendo negociado no âmbito da OMS por intermédio do OIN, cuja quarta reunião ocorrerá em Genebra de 27/02 a 03/03/2023. Construída a partir de chamada à contribuição dos membros do mencionado Grupo de Trabalho, após uma introdução que oferece informações básicas sobre a negociação em curso, a nota oferece onze seções que abordam: a persistente indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento; questões

---

<sup>7</sup> Ver: [https://www.google.com/search?q=discurso+silvio+almeida+onu&rlz=1C1GCEU\\_pt-BRBR973BR973&oq=discurso+silvio+&aqs=chrome.0.0i3j0i512j69i57j0i512l7.7563j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=discurso+silvio+almeida+onu&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR973BR973&oq=discurso+silvio+&aqs=chrome.0.0i3j0i512j69i57j0i512l7.7563j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8)

relacionadas ao Preâmbulo; a definição de pandemia e o novo mecanismo de declaração proposto no CA+; a necessidade de ampliação da definição de vigilância; os limites do novo dispositivo sobre direitos humanos; a estrutura institucional; os mecanismos de controle e *accountability*; questões relacionadas à propriedade intelectual; a proposta da criação de uma Força Global de Emergência em Saúde Pública; as referências ao tema da resistência aos antimicrobianos (RAM); e questões relacionadas à participação de atores não estatais. Ao final, uma síntese das conclusões é apresentada de forma propositiva de forma a contribuir para que o caráter retórico e diversas imprecisões e lacunas possam ser superados, garantindo avanços efetivos na resposta global às pandemias.

**Balladelli e Farante** discutem as importantes mudanças nas relações pessoais e sociais, à raiz da crise global determinada pela pandemia de Covid-19. Aclaram algumas das dinâmicas de causalidade e suas interconexões para, ao final, sugerir algumas recomendações.

A chamada tripla crise planetária (mudança climática, perda de biodiversidade e poluição) é o ponto focal estratégico do **PNUMA** para médio prazo (2022-25), focando em 125 pontos relacionados com o tema e suas transversalidades, bem como a governança ambiental e o acesso e uso de tecnologias como acelerador do desenvolvimento sustentável. É o que reportam **Magalhães e Galvão**, nossos analistas do grupo de **saúde e ambiente**.

As soluções tecnológicas devem ser socialmente aceitáveis, economicamente viáveis, acessíveis e devem levar em conta os limites naturais do planeta que todos compartilhamos – tópicos recentemente discutidos na sexta edição do **G-STIC** (13-15 de fevereiro, Rio de Janeiro). Na ocasião mais de 200 palestrantes trouxeram soluções em Ciência, Tecnologia e Inovação para acelerar os ODS.

A sexta reunião do *Grupo de Líderes Globais sobre Resistência Antimicrobiana* discutiu os desafios na resposta às prioridades da RAM e do GLG para os próximos dois anos, incluindo a necessidade de um financiamento mais sustentável, o papel do setor privado, as dimensões ambientais da RAM, o fortalecimento da vigilância em todos os setores e a pesquisa e o desenvolvimento.

Já no Brasil, segundo nosso autor convidado **Carlos Bocuhy**, a devastação climática que atingiu o litoral norte do Estado de São Paulo no último fim de semana e o genocídio dos Yanomamis deixam lições importantes. Ensinam que o respeito ao ordenamento territorial está entre as maiores prioridades para a segurança dos brasileiros. A normativa ambiental dos países mais desenvolvidos vem, há muito, assumindo a missão de apontar rumos para o desenvolvimento sustentável. O Brasil tem que elencar prioridades e voltar-se, de forma emergencial, ao longo caminho da boa governança ambiental.

Na primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do **PNUD/UNFPA/UNOPS** para o exercício de 2023, não foram discutidas grandes novidades, nem reorientações gerais. Achim Steiner, Administrador do PNUD, apresentou algumas iniciativas importantes desenvolvidas pelo Programa ao longo de 2022 e o Conselho orientou que o PNUD avance no desenvolvimento de diretrizes e ferramentas que aprofundem o pensamento sistêmico e a intersectorialidade nas políticas públicas. É o que reportam nossos analistas **Kastrup e Paes-Souza**.

Em continuação à elaboração e lançamento em janeiro deste ano, do *Word Employment and Social Outlook: Trends 2023*, analisado por **Mendes** no Caderno 1/2023, a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** promoveu em 7 de fevereiro o lançamento de um dos mais belos estudos temáticos regionais, desta vez abordando a região da América Latina e

Caribe. Com efeito, o documento “*Panorama laboral da América Latina e Caribe 2022*”, elaborado pelo Escritório Regional da OIT em Lima, aprofunda a temática das interfaces entre economia, trabalho e emprego, abordada no relatório global, ao mesmo tempo em que avança e se aprofunda em temas rotulados como “especiais”, de grande interesse para a nossa Região.

O **grupo de migração e refúgio** destaca o discreto aumento nas concessões de vistos por postos consulares brasileiros, sendo a maioria de visita e trabalho. Quanto às solicitações de refúgio, mostram-se estáveis, com maioria de venezuelanos e cubanos. Após o terremoto na Síria, o **ACNUR** projeta que mais de 5 milhões de pessoas precisarão de auxílio. A República Democrática do Congo vive uma crise humanitária, que resultou em altos números de refugiados congolezes em toda a África. O ACNUR e parceiros lançaram o *Plano Regional de Resposta aos Refugiados* para levantar recursos para apoiar os países africanos. Manaus elabora políticas públicas para pessoas refugiadas, migrantes e apátridas, com apoio das agências da ONU. A **OMS** apresenta iniciativas de acesso à saúde aos refugiados ucranianos, na Romênia, Moldávia e Geórgia.

**Massari, Mendes e Carvalho** abordam, no grupo de **saúde da mulher, criança e adolescente**, o relatório sobre tendências na mortalidade materna (2000 a 2020), que mostra grandes retrocessos para a saúde materna em muitas partes do mundo, destacando imensas disparidades no acesso à saúde. A Comissão sobre a Situação das Mulheres da ONU, em sua 67ª sessão, discutiu temas relacionados à inovação, mudança tecnológica e educação na era digital para alcançar igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

Documentos técnicos recentes da Celac e da Opas, com instituições parceiras, em que são apresentados diagnósticos da situação de **segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe**, bem como alternativas para o enfrentamento de seus problemas, são analisados por **Nilson, Silva, Ell e Ubarana**. A região e em suas sub-regiões sofreram grandes retrocessos nos indicadores de insegurança alimentar e nutricional na última década e somente transformações nos seus sistemas alimentares, da produção ao consumo de alimentos, serão capazes de reverter esse quadro.

A primeira reunião oficial do novo presidente do **BID. Banco Mundial** e o anúncio das eleições para novo presidente. **FMI** torna o BID e mais quatro bancos regionais titulares prescritos dos Direitos Especiais de Saque. Estes são os temas tratados por **Cazumbá** no seu informe sobre as **instituições financeiras internacionais**.

O Órgão de Solução de Controvérsias da **Organização Mundial do Comércio** autorizou a formação de painel de julgamento solicitado pela União Europeia contra a China. A disputa diz respeito a supostas restrições chinesas aos direitos das empresas da União Europeia de usar tribunal estrangeiro para proteger suas patentes de alta tecnologia. O Brasil e alguns outros países reservaram seus direitos de terceiros para participar do processo. Na **OMPI**, estão em curso preparativos para a Conferência Diplomática sobre recursos genéticos, conhecimento tradicional e patentes. O uso de *chatbots* baseados em inteligência artificial envolve riscos para empresas e trabalhadores em países em desenvolvimento. É o que reporta **Chamas** neste Caderno 2.

Retomando em 2023 os informes sobre os conteúdos e propostas transformadoras que circulam nas agendas dos **movimentos e organizações sociais defensoras do interesse público**, **De Negri Filho e De Negri** trazem um conjunto de temas e aproximações que impactam na forma e conteúdo dos debates da saúde global e da diplomacia da saúde usando vertentes da teoria crítica e rompendo o limite formal das agendas hegemônicas. Os temas não são

necessariamente novos: velhas e novas agendas compõem o panorama de tensões e processos identificados e que deveriam poder alimentar processos políticos de transformação muito mais ambiciosos. Tratam da decolonização da Medicina e da Saúde para avançar o Direito Humano; dos elementos recorrentes de conflitos entre os interesses do capital e os direitos humanos que fragilizam as respostas às novas potenciais pandemias e multiameaças; sobre a disputa de ética política em torno ao Direito Humano à Saúde; da crise estrutural da Força de Trabalho em Saúde e a desmoralização gerada pelos sistemas de saúde insuficientes para responder às necessidades sociais derivadas de direitos; dos avanços conflitivos dos interesses privados sobre os sistemas e serviços públicos de saúde – em um sem-fim de conflitos do capital *versus* trabalho como um tema crucial, pois afinal os sistemas de saúde são sua força de trabalho; da fragilidade histórica dos sistemas de saúde do Sul Global – a “desassistência programada” e a violação massiva dos direitos humanos, novamente evidenciada em cenários de eventos de alto impacto como os terremotos; sobre a saúde digital – solução ou nova barreira para a garantia material do direito à saúde?; uma revisão crítica, social e democrática da agenda do Executive Board da OMS com destaque para as negociações sobre o Tratado Pandêmico; e, finalmente, a defesa dos serviços públicos como ferramenta essencial para a garantia dos direitos humanos na linha de frente dos conflitos entre bens públicos e privados.

Há um ano, o mundo assistia ao início de mais uma guerra com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Esse tema, que esteve no topo da atenção das **Organizações Sociais Globais** nos primeiros meses do ano passado e perdeu força ao longo do ano, é de novo destacado, depois de uma volta da Terra em torno do Sol, pelo **grupo** liderado por **Luís Eugênio de Souza**.

Outros desafios globais em destaque na agenda das OSC, em fevereiro de 2023, incluem o terremoto na Turquia e na Síria, as desigualdades de gênero, as discussões do Órgão Intergovernamental de Negociação e da 152ª sessão do Conselho Executivo da OMS. Temas recorrentes, como a iniquidade do acesso a vacinas, as doenças negligenciadas e as doenças não transmissíveis, continuam sendo abordadas. Vale destacar ainda a participação de organizações da sociedade civil no Conselho Executivo da OMS, quando destacaram questões relativas à governança global. Sobre esses temas, estão registradas, nesta edição, as manifestações públicas de 26 das 39 organizações monitoradas, incluindo tanto as OSC de Interesse Público quanto as de Interesse Privado.

Do conjunto dos temas que foram objetos de manifestações, fica claro que o mundo vive uma crise generalizada, incluindo o clima e o meio ambiente, a saúde e as condições de vida, além de guerras e violência. Neste contexto, se exacerbam as desigualdades sociais, com destaque para as desigualdades de gênero que penalizam as mulheres. Para superar a crise, é preciso vontade política, cooperação e compromisso dos governos com ações concretas. Certamente, uma sociedade civil empoderada é a via mais efetiva para que haja compromisso e cooperação na arena global da saúde.

Com a aproximação da 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos (LDC5), na primeira semana de março de 2023, a comunidade internacional se movimenta para apresentar os progressos da Agenda 2030 e os ODS. Neste sentido, o relatório *“Cooperação Sul-Sul para promover o desenvolvimento sustentável e alcançar a recuperação transformadora dos países menos desenvolvidos”* é um documento importante que faz uma revisão do papel da **cooperação Sul-Sul** na implementação do Programa de Ação de Istambul que será discutido e analisado nesta Conferência. O **UNOSSC** aproveitou o momento em que a ciência e tecnologia estão na pauta dos líderes mundiais, para divulgar o acordo de Seul sobre credenciamento de TI enquanto que o South-South Galaxy destaca a Agência Internacional de

Energia Atômica (AIEA) que busca promover parcerias com e entre países do Sul Global, por meio de seu programa de cooperação técnica para combater as mudanças climáticas. O **G-77 e China** estão discutindo as agendas das próximas reuniões do ECOSOC, HLPF, Cúpula do Futuro, prioridades para 2023 e utilizando as redes sociais para divulgar o trabalho de Cuba frente à presidência do Grupo. O Movimento Jovem dos países não alinhados participou do evento sobre o acesso à tecnologia digital na construção da resiliência de mulheres, jovens e meninas a desastres, organizado pela ONU Mulheres e Rede de Líderes Jovens e Jovens Profissionais, seguindo a orientação do Secretário Geral. **Centro Sul** ressaltou a briga judicial entre a Pfizer contra a Moderna em um processo de patente sobre suas vacinas rivais contra a Covid-19. O julgamento deverá ocorrer em abril de 2024. São os conteúdos trazidos ao leitor por nossa analista **Regina Ungerer**.

**Burger, Esteves e grupo** reportam os grupos de países ricos. No **G7**, os países ainda discutem sanções para frear a Rússia e pôr fim às ofensivas na guerra da Ucrânia. Dois encontros entre os ministros do G7 marcaram a quinzena e novos pacotes de medidas, principalmente econômicas, foram lançados. No **G20**, nova gestão, mesmos problemas: o primeiro encontro dos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G20 termina novamente sem um comunicado conjunto. O encontro inaugurou o primeiro grande acontecimento da gestão indiana do G20 neste ano. O tema da dívida pública e mecanismos para sua negociação ganharam centralidade nas discussões e foram endossadas pelo Brasil, que já se prepara para assumir a presidência do bloco em dezembro. Em meio ao duradouro conflito na Ucrânia, os impasses e divergências continuam a prevalecer e impedem que o consenso e soluções concretas sejam alcançados no G20. Na **OCDE**, a reunião inaugural do Fórum Inclusivo sobre Abordagens de Mitigação de Carbono, nova iniciativa da OCDE, e a publicação de estudos relacionados à saúde e à cooperação internacional para o desenvolvimento são os destaques. Destacamos também a declaração oficial do Secretário-Geral sobre o conflito russo-ucraniano, sinalizando assim o posicionamento da organização sobre o tema.

No informe sobre **BRICS**, **Hoirisch** informa que autoridades do Brasil e China se reuniram no final de janeiro para debater caminhos para erradicar a miséria e a pobreza. Na visita de Lula à China, prevista para final de março, os líderes dos dois países discutirão as relações bilaterais, o alívio da pobreza e a proteção ambiental, além de acordos de cooperação em CT&I. Em relação ao Banco dos Brics, tudo indica que a ex-presidente Dilma Rousseff será a indicada para a presidência. Xi apresentou uma iniciativa para a paz que foi rejeitada pela OTAN, EUA e EU, enquanto o presidente brasileiro pretende lançar um Clube de Países pela Paz, formado por aqueles não envolvidos no conflito como Brasil, China e Índia do Brics.

A comemoração dos 75 anos da **CEPAL** e a publicação de um importante relatório com dados estatístico econômicos, sociais e ambientais da região é tema de **Tobar e Minayo**, no seu informe sobre **América Latina e Caribe**. No âmbito da **Ibero-américa**, os analistas destacam a publicação de um relatório da **SEGIB** sobre cooperação triangular e a nova agenda de desenvolvimento e os preparativos para a **XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado** (República Dominicana, 25-26 de março). Ressaltam os graves atos do governo nicaraguense contra dissidentes políticos, a deportação de 222 presos para os EUA e a declaração de mais de 300 nicaraguenses como apátridas, o que provocou reações internacionais, inclusive da Organização dos Estados Americanos. Por fim, trazem as tensões entre o atual governo do Peru e os presidentes mexicano e colombiano, este último havendo sido declarado *persona non grata* e proibido de entrar no país vizinho. Ameaças a um possível ressurgimento da UNASUL?

Na **África**, a 36ª Cúpula da União Africana terminou com alguma polêmica à volta da expulsão da representante de Israel, um pedido de revisão das sanções contra os Estados-Membros como Mali, Burkina Faso e Guiné Conacri e ainda a exigência do fim da dívida externa africana. Num evento à margem da Cúpula, os líderes aprovaram uma declaração para “impulsionar a recuperação da imunização de rotina em África”. O Presidente de Cabo Verde escolhido pela União Africana para liderar a preservação do património natural e cultural de África. Jean Kaseya, médico da RDC, nomeado pela 36ª Cúpula da União Africana, novo Diretor-Geral do CDC África. Missão médica chinesa em África – 60 anos e Xi Jinping encorajou os membros de missão para beneficiar a população local com as suas capacidades médica e ética. A China contribui com 5,5% das chegadas de turistas estrangeiros no Quênia. Afinal, existem grandes benefícios quando são agrupadas as funções de saúde pública num único INSP, assim revela uma avaliação do CDC dos EUA em que o INS de Moçambique é destaque. Os eleitores do país mais populoso de África, a Nigéria, foram às urnas para eleger o próximo Presidente no meio de uma insatisfação crescente devido ao agravamento da insegurança e das dificuldades econômicas. Confirmado surto de Marburgo na Guiné Equatorial. São os temas abordados no informe dos nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

Na **Europa**, a guerra na Ucrânia, completou 1 ano em 24 de fevereiro. Para **Freire**, Lula, que se apresenta como potencial mediador para a paz, já não é a grande novidade do cenário, mas sim a suspeita de que os EUA estejam por trás do ataque e destruição dos gasodutos Nord Stream, que forneciam gás russo barato à Alemanha e Europa.

**Marques** escreve sobre o não-alinhamento de países da **Ásia, Oriente Médio e África**. Segundo a analista, o Ocidente – EUA e Europa – está sendo cobrado pelo *apartheid* das vacinas, pelo não financiamento de infraestruturas verdes, pelo custo dos desastres climáticos, pelas consequências das sanções americanas e europeias, pela não empatia com os países em desenvolvimento e seus desafios, por não ouvir e por não dar voz ao Sul Global. Os maiores doadores de vacinas para o Sul Global foram China, Rússia e Índia. Índia e África do Sul tentaram insistentemente a quebra de patentes das vacinas contra Covid-19 e dos medicamentos para tratamento da doença. As abstenções no âmbito da ONU quando o assunto é Rússia e Ucrânia e o não-alinhamento de países do Sul Global são consequências dessa falta de empatia ocidental. Os sentimentos anti ocidentocentrismo e anticolonialismo crescem e ganham voz através da Índia – presidente do G20 -, que foca suas relações tecnológicas e comerciais com os países do Oriente Médio e da Ásia Central. A experiente Indonésia, enquanto presidente da **ASEAN**, manda recado que não aceitará interferências extrarregional. Os embates dos EUA contra a Rússia e contra a China não conquistam países da Ásia, do Oriente Médio e da África. Talvez, por isso, Ucrânia esteja olhando para o Sul Global.

A visita de John Kerry, assessor especial do clima dos **Estados Unidos** tem chamado a atenção da imprensa e deve marcar o futuro das relações bilaterais entre Brasil e EUA. Segundo **Galvão**, a saúde poderia jogar um papel importante nessa área em relação à adaptação, resiliência e governança.

Boa leitura, e até a próxima!

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 02 de março de 2023**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**  
**(com Erica Kastrup)**

## A guerra na Ucrânia, a proposta de paz de Lula e o impacto sobre a saúde

*Santiago Alcázar e Paulo Buss*

Não há dúvida de que a grande questão no plano mundial no momento é a guerra na Ucrânia. Um ano após o seu início, a situação parece agravar-se de maneira exponencial. Para ambos os lados, o desfecho assume caráter de questão existencial. Para a Rússia, a derrota levaria à extinção do Estado (e não somente à queda de seu Governo), com tudo o que isso representa: aniquilamento da nação, apagamento de costumes, crenças, modos de ser, cultura, ademais da perda de toda a sua enorme riqueza natural. Para os EUA e os seus aliados, perder significaria o esvaziamento dos valores que defendem e guiam as suas decisões e ações. É preciso insistir que esse esvaziamento conduziria eventualmente a uma irreparável perda de poder e à frustração do projeto de mundo unipolar e monolítico, real, ainda que não declarado.

As perdas seriam enormes e definitivas. Para evitá-las, cada lado poderia utilizar, em última análise, o poder de destruição total de que dispõe. É ilusório pensar que um dos lados poderá vencer o outro no campo de batalha usando armas convencionais. Em caso de ameaça real de perdas enormes e definitivas, a lógica em evidência requer a destruição total por armas nucleares. Ambos os lados sabem que, em última análise, isso poderá acontecer, porque para ambas as partes a questão é existencial e não há alternativa.

Quem estaria disposto a pagar a conta? A pergunta é legítima, pois à primeira vista não haveria ganhadores e não se entende por que seguir nessa trajetória. É possível que a destruição, ainda que muito grande, não seja total. A vida poderia, em tese, continuar nas regiões mais afastadas do conflito, América do Sul, África, Ásia Central, por exemplo. Os efeitos da radiação, direta ou indireta, no entanto, não podem ser ignorados nem contornados e, em alguns casos, podem durar milhares de anos, com consequências nefastas. Os casos de câncer e outras doenças degenerativas explodiriam em todo o mundo e as possibilidades de tratamento seriam escassas, longas e caras. Volta então a pergunta: alguém estaria decidido a pagar a conta para viver num cenário de ficção científica? A pergunta talvez pareça sem sentido, mas isso é somente porque ela não oferece resposta razoável.

É nesse quadro de insensatez que o Presidente Lula sinaliza com a proposta de reunir grupo de países, alheios ao conflito, com o propósito de buscar caminhos para a paz. É durante a guerra que se deve buscar a paz, como fizeram os fundadores das Nações Unidas, que quiseram evitar o erro do Tratado de Versalhes<sup>8</sup>.

A paz é a condição *sine qua non* para desenvolver as condições para a erradicação da pobreza extrema, alcançar a fome zero e diminuir as inequidades, como propõe a Agenda 2030 e seus 17 ODS, o único mapa de consenso que leva ao desenvolvimento sustentável. Sem a paz tampouco haverá condições para reverter o dano ao meio ambiente, a perda da biodiversidade, nem para frear o aumento do aquecimento global até o máximo de 1,5º C acima da média pré-industrial, como recomenda a melhor evidência científica.

A pandemia da Covid-19 paralisou e, em alguns casos, virou em sentido contrário os avanços das metas acordadas no Foro Político de Alto Nível do ECOSOC (HLPF, nas siglas em inglês), responsável pelo monitoramento da implementação da Agenda 2030 e os ODS. A pandemia também contribuiu para afrouxar os compromissos relativos ao meio ambiente,

---

<sup>8</sup> “A dança de quatro ideias no quadro da ONU”, <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-15-2022>

inscritos no Acordo de Paris sobre mudança climática. O impacto da guerra na Ucrânia sobre a alta generalizada dos preços, com ênfase no de combustíveis, fertilizantes e energia exacerba ainda mais a situação da fome e da pobreza, já de si insuportável, bem como aumenta as inequidades, reconhecidamente insustentáveis.

Declarar-se a favor da paz, pode parecer ingênuo para alguns, mas é a única alternativa para a vida. Propor a formação de um grupo de países, independentes, não envolvidos com a guerra, para avançar proposta para a paz, no cenário atual, é das poucas coisas razoáveis a fazer. É preciso, contudo, ter presente alguns pontos essenciais, sob pena de tornar inviável o próprio exercício de busca.

A 11ª Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas foi novamente convocada em 22 de fevereiro, aniversário do início guerra, e adotou resolução intitulada “*Princípio da Carta das Nações Unidas que sublinham as condições para a ampla, justa e duradoura paz na Ucrânia*”. A resolução adotada, no entanto, peca pelo irrealismo.

A resolução, adotada por 141 votos a favor (incluindo Brasil), 7 contra (incluindo Rússia) e 32 abstenções (incluindo África do Sul, China e Índia) ressalta a necessidade de se alcançar paz justa e duradoura na Ucrânia. Para isso propõe redobrar os esforços diplomáticos para alcançar esse objetivo. Esses dois pontos são objeto de consenso, ainda que seja discutível o que se entende por redobrar os esforços, uma vez que não há esforço algum nesse sentido. A venda de armas para a Ucrânia frustra qualquer exercício diplomático. Como se vê, BRICS ficou dividido.

O irrealismo recai sobre os dois seguintes pontos: retirada das forças militares russas do território ucraniano e a volta ao *status quo ante* em termos da delimitação das fronteiras.

É irrealista pensar que a Rússia, em obediência à proposta contida no documento, irá retirar da Ucrânia suas forças militares. É ilusório imaginar que o mapa da Ucrânia será o mesmo daquele de antes do início da guerra. Para a Rússia, a defesa da população russa em território ucraniano assume valor existencial. É possível que o lado russo venha a aceitar trocar a independência das regiões de maioria russa, incluindo a Crimeia, pelo reconhecimento internacional do direito de autodeterminação das mesmas, mas isso seria o máximo que a Rússia, em tese, poderia aceitar e não há garantia que venha a fazê-lo. É preciso dar-se conta de que a Ucrânia já perdeu, definitivamente, parte de seu território, o que torna a situação irreversível. Para os EUA e os seus aliados, a aceitação da aplicação da autodeterminação poderia ser uma solução para salvar a face. Recorde-se a esse respeito resolução da AGNU, adotada em outubro de 1970, pela qual se reconhece que o Princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos e o Princípio de igualdade soberana dos Estados, de onde deriva a inviolabilidade de fronteiras – têm ambos o mesmo valor e hierarquia no Direito Internacional<sup>9</sup>.

Acusar a Rússia de violação do Direito Internacional, com base na inviolabilidade de fronteiras não é uma linha promissora de negociação diplomática. Violações do Direito Internacional existem em profusão, inclusive por parte dos que hoje levantam o dedo acusatório<sup>10</sup>. O direito à autodeterminação, caro ao Ocidente porque implica respeito aos

---

<sup>9</sup><https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/90/IMG/NR034890.pdf?OpenElement> É curioso que o título da resolução “Declaração de princípios do Direito Internacional relativo às relações de amizade e cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas” guarde semelhança com o projeto de resolução em discussão na 11ª Sessão Especial de Emergência da AGNU.

<sup>10</sup> Ver artigo de José Luis Fiori “*Um ano depois: EUA dobram sua aposta/mas Rússia já ganhou o que queria*”, em <https://ineep.org.br/autor/jose-luis-fiori/>

Direitos Humanos e incluído nos Acordos de Minsk, foi solenemente ignorado por Alemanha, França e a OSCE, “patronos” desses Acordos, sem que se levantassem vozes de indignação.

A proposta de grupo de países alheios ao conflito para avançar proposta para a paz, como quer o Presidente Lula, faz sentido se, e somente se, não se perde de vista a realidade e se deixa de lado as fantasias e as ilusões. Por essa razão, é preciso livrar-se de expressões de cunho moralista que somente têm potencial para frustrar ou complicar uma negociação por si complexa. A pergunta que poderia ser feita é: por quê a guerra? Pronto se verá, no entanto, que não há, nem haverá, consenso sobre a resposta a ser dada. Cada lado avançará uma argumentação que elimina a do oponente. Nesse contexto, talvez seja mais promissora a pergunta: para quê a guerra? Os EUA e os seus aliados dirão que é para defender os valores que lhes são caros: liberdade, democracia. O lado russo, por outro lado dirá que é para opor-se a hegemonia dos EUA. É curioso que hegemonia parece não condizer com liberdade e democracia, mas isso é apenas uma curiosidade no presente caso. Em todo caso, espera-se que a resposta a essa pergunta eventualmente leve à conscientização da inutilidade da guerra, ao menos por parte dos eleitores nas democracias e force as Partes à mesa de negociação.

O que deve ser abandonado de saída é qualquer tentativa de usar o argumento moral para defender posições políticas – *está errado o que a Rússia fez*. O argumento moral somente tem validade quando emitido por pessoas de carne e osso, nunca quando provém de abstrações desprovidas de carne e osso.

Choca que se queira usar argumento moral para condenar um país, quando os países mais ricos do mundo não se mostram suficientemente solidários para erradicar a pobreza extrema, alcançar a fome zero e combater, sem trégua, as inequidades que fazem injustas as sociedades. O custo para alcançar esses objetivos é muitas vezes menor que o gasto com armas para a Ucrânia. Os recursos para as necessárias políticas sociais são sempre insuficientes e sempre muito difíceis de conseguir. Para a Ucrânia, o Congresso norte-americano adotou, em questão de horas, pacote de armas de dezenas de bilhões de dólares, sem condicionantes. Tudo leva a pensar que a guerra é de fato um bom negócio, simples e eficaz, sem necessidade de ter que recorrer a abstrações morais complexas que só atrapalham o negócio.

O grupo de países proposto pelo Presidente Lula poderia ganhar legitimidade e credibilidade se contrapusesse o valor dos investimentos globais necessários para financiar os determinantes sociais da saúde, via implementação da Agenda 2030, ao elevado custo da guerra na Ucrânia<sup>11</sup> ou aos tremendos gastos militares anuais do mundo estimado pelo respeitado Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)<sup>12</sup>, e que, ademais, apenas aumentam o sofrimento dos diretamente envolvidos, bem como daqueles que, a milhares de quilômetros de distância do teatro de operações, sofrem os efeitos da fome, da pobreza extrema e das inequidades.

É imperioso ser realista. É preciso também ser coerente. Não contribui que o único país membro dos BRICS que tenha votado a favor da resolução tenha sido o Brasil, justamente o que propôs a conformação de um grupo de países independentes e alheios ao conflito para buscar a paz.

---

<sup>11</sup> Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/guerra-na-ucrania-e-china-puxam-gastos-militares-no-mundo.shtml>

<sup>12</sup> Ver: <https://www.sipri.org/events/2022/SSC22-military-spending-ukraine>

## Um ano depois: EUA dobram sua aposta, mas Rússia já ganhou o que queria<sup>13</sup>

**José Luís Fiori**

*When the US drove five waves of NATO expansion eastward all the way to Russia's doorstep..., did it ever think about the consequences of pushing a big country to the wall?*

Hua Chunying, Chinese Foreign Ministry spokeswoman,  
Feb. 2022

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu o território da Ucrânia e infringiu uma norma básica do Direito Internacional consagrado pelos Acordos de Paz do Pós-II GM, que condena toda e qualquer violação da soberania nacional feita sem a aprovação ou consentimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Exatamente da mesma forma como a Inglaterra e a França violaram esse direito, quando invadiram o território do Egito e ocuparam o Canal de Suez, em 1956, sem o consentimento do Conselho de Segurança, violação que ocorreu também quando a União Soviética invadiu a Hungria, em 1956, e a Tchecoslováquia, em 1968. Da mesma forma, os Estados Unidos invadiram Santo Domingo, em 1965, e de novo, invadiram e bombardearam os territórios do Vietnã e do Camboja durante toda a década de 60; o mesmo voltou a ocorrer quando a China invadiu uma vez mais o território do Vietnã, em 1979, apenas para lembrar alguns casos mais conhecidos de invasões ocorridas sem o consentimento do Conselho de Segurança da ONU. Em todos esses casos, as potências invasoras alegaram “justa causa”, ou seja, a existência de ameaças à sua “segurança nacional” que justificavam seus “ataques preventivos”. E em todos esses casos, os países invadidos contestaram a existência dessas ameaças, sem que sua posição jamais tenha sido tomada em conta.

Ou seja, na prática, sempre existiu uma espécie de “direito internacional paralelo”, depois da Segunda Guerra - e poderia se dizer mais - durante toda história do sistema internacional consagrado pela assinatura da Paz de Westfália, em 1648: as “grandes potências” desse sistema sempre tiveram o “direito exclusivo” de invadir o território de outros países soberanos, tomando em conta apenas seu próprio juízo e arbítrio, e sua capacidade militar de impor sua opinião e vontade aos países mais fracos do sistema internacional.

O que passou, entretanto, é que depois do fim da Guerra Fria, esse “direito à invasão” transformou-se num monopólio quase exclusivo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Basta dizer que, nos últimos 30 anos, os Estados Unidos (quase sempre com o apoio da Inglaterra) invadiram sucessivamente, e sem o consentimento do Conselho de Segurança da ONU: o território da Somália, em 1993 (300 mil mortos); do Afeganistão, em 2001 (180 mil mortos); do Iraque, em 2003 (300 mil mortos), da Líbia, em 2011 (40 mil mortos); da Síria, em 2015 (600 mil mortos); e finalmente, do Iêmen, onde já morreram aproximadamente 240 mil pessoas. O que surpreende em todos estes casos é que, com exceção da invasão anglo-americana do Iraque, em 2003, que provocou uma reação mundial e teve a oposição da Alemanha, as demais invasões iniciadas pelos Estados Unidos nunca provocaram uma reação tão violenta e coesa das elites euro-americanas, como a recente invasão russa do território da Ucrânia. E tudo indica que é exatamente porque nesta nova guerra, a Rússia está reivindicando o seu próprio “direito de

---

<sup>13</sup> Publicado originalmente em 24/02/2023 em: <https://ineep.org.br/um-ano-depois-eua-dobram-sua-aposta-mas-russia-ja-ganhou-o-que-queria/>

invadir” outros territórios, sempre e quando considere existir uma ameaça à sua soberania nacional.

É óbvio que as coisas não são feitas de forma nua e crua, e é neste ponto que adquire grande importância a chamada “batalha das narrativas”, segundo a qual se tenta convencer a opinião pública mundial de que seus argumentos são mais válidos do que os de seus adversários. E neste campo a Rússia vem obtendo uma vitória lenta mas progressiva, na medida em que vão sendo divulgadas informações fornecidas por seus próprios adversários, que caracterizam a existência de um comportamento de cerco e assédio militar e econômico à Rússia, que começou muito antes do dia 24 de fevereiro de 2022, com o objetivo de ameaçar e enfraquecer sua posição geopolítica e, no limite, fragmentar o próprio território russo.

No dia 8 de fevereiro de 2023, o famoso jornalista norte-americano Seymour Hersh, ganhador do prêmio Pulitzer de Reportagem Internacional de 1970, trouxe a público, através de um artigo publicado no Substack, (*"How America Took Out The Nord Stream Pipeline"*), a informação de que foram mergulhadores da Marinha norte-americana que instalaram os explosivos que destruíram os gasodutos Nord Stream 1 e 2, no Mar Báltico, no dia 26 de setembro de 2022, com autorização direta do presidente Joe Biden. Uma operação feita sob a cobertura dos exercícios BOLTOPS 22 da OTAN, realizados três meses antes, no Báltico, quando se instalaram os dispositivos que foram ativados remotamente por operadores noruegueses. E depois desta revelação inicial do Sr. Hersh, novas informações vêm sendo agregadas a cada dia, reforçando a tese de que o atentado foi planejado e executado pela Marinha Americana, e que a destruição dos gasodutos Nord Stream 1 e 2 do Báltico foi de fato, uma das causas “ocultas” da própria ofensiva americana na Ucrânia.<sup>14</sup>

Na mesma direção, algumas semanas antes dessas revelações do jornalista americano, a ex-primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, declarou numa entrevista concedida ao jornal alemão Die Zeit, no início do mês de dezembro, que os Acordos de Minsk estabelecidos entre Alemanha, França, Rússia e Ucrânia, em 13 de fevereiro de 2015, não eram para valer, e que só foram assinados pelos alemães para dar tempo à Ucrânia de se preparar para um enfrentamento militar com a Rússia. O mesmo declarou o ex-presidente da França François Hollande, ao admitir numa entrevista para um meio de comunicação ucraniano, duas semanas depois, que os Acordos de Minsk tinham como objetivo apenas ganhar tempo enquanto as potências ocidentais reforçassem Kiev militarmente para fazer frente à Rússia. Ou seja, os dois governantes mais importantes da União Europeia reconheceram abertamente que assinaram um tratado internacional sem intenção de cumpri-lo; e que, além disso, a estratégia dos dois (junto com EUA e Inglaterra) era preparar a Ucrânia para um enfrentamento militar direto com a Rússia. Declarações inteiramente coerentes com o comportamento dos Estados Unidos, que boicotaram as negociações de paz entre russos e ucranianos, realizadas na fronteira da Bielorrússia, em 28 de fevereiro de 2022, cinco dias depois de iniciada a operação militar russa no território ucraniano. E da Inglaterra que boicotou diretamente a negociação de paz iniciada em Istambul, no dia 29 de março de 2022, e que foi interrompida pela intervenção pessoal do primeiro-ministro inglês, realizada numa visita-surpresa de Boris Johnson a Kiev feita no dia 9 de abril de 2022.

São declarações e comportamentos que só reforçam a “narrativa” dos russos de que o conflito da Ucrânia começou muito antes da “invasão russa” do território ucraniano. Mais

---

<sup>14</sup> Fiori, J.L. “Veto americano ao gasoduto do Báltico: imperativo geopolítico e concorrência capitalista”, in Instituto Humanitas Unisinos, <https://www.ihu.unisinos.br>, 29 de abril 2021

precisamente, quando o governo americano do democrata Bill Clinton se desfez da promessa feita por James Baker, secretário de Estado do governo George Bush, ao presidente russo Mikhail Gorbachov, de que as forças da OTAN não avançariam na direção da Europa do Leste depois de desfeito o Pacto de Varsóvia. Porque foi exatamente a partir daquele momento que se sucederam as cinco ondas expansivas da OTAN de que fala Hua Chunying (diplomata chinesa citada na epígrafe deste artigo), e que chegaram até as fronteiras russas da Geórgia e da Ucrânia.

Em 2006, o presidente George W. Bush avançou ainda mais e propôs diretamente a inclusão da Geórgia e da Ucrânia na OTAN, provocando a resposta do presidente Vladimir Putin na reunião anual da Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007, quando Putin advertiu explicitamente que era inaceitável para os russos o avanço da OTAN até suas fronteiras, em particular na região da Ucrânia e do Cáucaso. E de fato, no ano seguinte, em agosto de 2008, pela primeira vez depois do fim da URSS, a Rússia mobilizou suas tropas para derrotar as forças georgianas comandadas por Mikheil Saakashvili e ocupar em seguida e de forma permanente os territórios da Ossétia do Sul e da Abecásia, no norte do Cáucaso. Depois disto, começou o conflito na Ucrânia, com a derrubada de seu presidente eleito, Viktor Yanukovich, pelo chamado Movimento EuroMaidan, que contou com o apoio direto dos Estados Unidos e de vários governos europeus.

O restante da história é bem conhecido, desde a incorporação da Crimeia ao território russo, até o reconhecimento russo da independência das repúblicas de Donetsk e Lugansk, passando pelos fracassados Acordos de Minsk e pela proposta apresentada pelo governo russo às autoridades da OTAN e do governo americano, em 15 de dezembro de 2021, solicitando uma rediscussão aberta e diplomática da questão de Dornbass e de todo o equilíbrio estratégico e militar da Europa Central. Proposta que foi rejeitada ou desconhecida pelos norte-americanos, e pelos principais governos da União Europeia, dando início ao conflito militar propriamente dito, já no território da Ucrânia.

Um ano depois do início da invasão russa, a guerra hoje já é direta e explicitamente entre a Rússia e os Estados Unidos e seus aliados europeus, e tudo indica que os Estados Unidos decidiram aumentar ainda mais seu envolvimento no conflito. Mas neste momento, do ponto de vista estritamente militar:

I) Os russos já consolidaram uma linha de frente consistente e cada vez mais intransponível para as tropas ucranianas, e com isto conquistaram o território e a independência definitiva de Dornbass e Crimeia, zonas ucranianas de população majoritariamente russa.

II) Desde essa conquista consolidada, os russos passaram a ocupar uma posição privilegiada de onde atacar ou responder aos ataques das forças ucranianas com suas novas armas americanas e europeias, podendo atingir as regiões mais ocidentais da Ucrânia, incluindo Odessa e Kiev.

III) Além disso, as forças ucranianas não têm mais a menor possibilidade de manter-se em pé sem a ajuda permanente e massiva dos EUA e da OTAN. E as forças americanas e da OTAN se encontram cada vez mais frente à disjuntiva de um enfrentamento direto com os russos, que poderia ser catastrófica para toda a Europa.

IV) Por último, mesmo que a guerra não escale até uma dimensão europeia ou global, as Forças Armadas russas sairão desse confronto mais poderosas do que entraram, com o desenvolvimento e aprimoramento de armamentos que lhe entregam

de forma definitiva a supremacia militar dentro da Europa, na ausência dos Estados Unidos.

Assim mesmo, do ponto de vista estratégico e de longo prazo, a vitória mais importante da Rússia, até agora, foi colocar os Estados Unidos e a Inglaterra numa verdadeira “sinuca de bico”. Se as duas potências anglo-saxônicas prolongam a guerra, como querem fazer, cada dia que passa a Rússia estará dando mais um passo na conquista do seu próprio “direito à invasão”. Mas ao mesmo tempo, se os Estados Unidos e a Inglaterra aceitarem negociar a paz, estarão reconhecendo implicitamente que já perderam um “monopólio” que foi fundamental para a conquista e manutenção do seu poder global, nos últimos 200 anos: o seu direito - como grandes potências - de invadir o território dos países que considerem seus adversários. Direito este que já foi reconquistado pela Rússia, depois de um ano de guerra na Ucrânia, pela força de suas armas. E esta é a verdadeira disputa que está sendo travada entre as grandes potências, na sua competição pelo “poder global”, como sempre, de costas para todo e qualquer juízo ético e crítica da própria guerra, e do seu imenso desastre humano, social, econômico e ecológico.

**Agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em temas de interesse para uma abordagem sistêmica do direito humano à saúde e suas projeções na saúde global e na diplomacia da saúde – a complexidade e sua totalidade como desafios para alcançar a materialidade dos direitos humanos**

***Armando De Negri Filho***

Retomando os informes quinzenais sobre os debates e posições do Conselho de Direitos Humanos da ONU em temas de interesse para a Saúde Global e para a Diplomacia da Saúde, destacamos a composição da nova Mesa Diretora do Conselho - Presidente Václav Bálek (República Checa), os Vice-Presidentes Muhammadou M.O. Kah (Gâmbia), Asim Ahmed (Maldivas), Marc Bichler (Luxemburgo), e a Vice-Presidente e Relatora Maira Mariela Macdonal Alvarez (Estado Plurinacional da Bolívia). Oferecemos o perfil biográfico do Presidente e seus discursos quando da eleição e participação em seminário sobre os DESC. O perfil que emerge da Presidência (comprometendo-se por 3 Ps – Prevenção, Participação Social e Promoção da eficiência nos direitos, não parece suficiente em relação aos desafios atuais, inclusive propondo um retorno do CDH a um perfil anterior à pandemia (algo indefinido em seus alcances e talvez perigoso em relação a um mundo transformado), e o fato de ser uma Presidência Europeia em um contexto de crises e questionamentos sobre posturas da UE, projeta desafios políticos de grande complexidade. A composição da Mesa Diretora tem países de pouca expressão regional. Resta a expectativa sobre o protagonismo da representação da Bolívia em sua liderança regional e do Sul Global. Teremos que estar atentos.

Nos discursos do novo Presidente não houve referência de retomada do processo de transformar o CDH em um organismo principal do Sistema ONU, tema referido no 15º período de Sessões em 2021 e nunca mais tocado, assim como primaram por ausência, até agora, de referências aos dois tratados em pauta no Conselho – o do *Direito ao Desenvolvimento*, a ser votado este ano e o desafiante e obstaculizado tratado sobre os *direitos humanos e as transnacionais e negócios* em geral. Estas ausências são preocupantes para o futuro dos direitos e sua plena expressão no sistema ONU e suas projeções internacionais em busca de um mundo orientado pelos direitos humanos e pela justiça social.

Também apresentamos a *agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos* (de 27/02 a 31/03 ou 04/04 de 2023), neste 17º Ciclo Anual do Conselho (2023), o que permite ter uma visão ampliada dos temas em debate e suas relações explícitas com o tema saúde – ainda frequentemente referentes aos impactos e consequências da pandemia, mas também abrindo vários temas que se relacionam à determinação social da saúde e as exigências de uma nova ordem política e econômica internacional que permita situar saúde no marco de um amplo processo democrático que culmine em um desenvolvimento orientado para alcançar justiça social e ambiental.

Neste informe ainda não vamos entrar nos relatórios e documentos, debates e resoluções da 52ª Sessão, pois o faremos na medida que ocorram as apresentações e debates até o final de março / início de abril. Por enquanto, destacamos a natureza da agenda a ser discutida e os interesses correlatos com saúde, para que os leitores se estimulem a ler a documentação disponível e acompanhar pelo canal do CDH as atividades correspondentes.

**1. Biografia do Embaixador Václav Bálek, Presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2023.** <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/bio-vaclav-balek>

O Embaixador Václav Bálek é o Representante Permanente da República Checa junto do Escritório das Nações Unidas e de outras organizações internacionais em Genebra desde agosto de 2021. Em 9 de dezembro de 2022, o Sr. Bálek foi eleito presidente do Conselho de Direitos Humanos para 2023.

O Sr. Bálek ocupou vários cargos no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Checa. Foi Diretor do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária (2017-2021), Chefe da Unidade de Desarmamento e Não Proliferação (2015-2017), Diretor Político - Diretor-Geral da Secção de Segurança e Assuntos Multilaterais (2013-2015) e Diretor-Geral da Secção de Estados Não Europeus (julho-outubro de 2013). Foi também Diretor do Departamento de Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (2006-2009), Diretor Adjunto do Departamento de Política de Segurança (2004-2006) e funcionário de gabinete no Departamento de Política de Segurança (1999-2000).

No exterior, o Sr. Bálek foi Representante Permanente da República Tcheca no Comitê Político e de Segurança da União Europeia em Bruxelas, Bélgica, de 2009 a 2013. De 2000 a 2004, atuou como segundo secretário na seção política da Embaixada da República Tcheca em Londres, no Reino Unido.

De 1998 a 1999, o Sr. Bálek realizou treinamento na Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores. Antes de ingressar no serviço exterior, trabalhou como pesquisador na Academia Tcheca de Ciências em Praga. É mestre pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Técnica Checa, Praga.

**2. Declaração do Embaixador Václav Bálek (República Checa), Presidente eleito do Conselho de Direitos Humanos para 2023, na sessão organizacional do Conselho de Direitos Humanos, Genebra, 9 de dezembro de 2022.** <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/12/statement-ambassador-vaclav-balek-czech-republic-president-elect-human-rights?sub-site=HRC>

“Esta é uma grande honra para mim e para o meu país, a República Checa. Estou profundamente grato aos Membros do Conselho por me elegerem Presidente do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas para o ano de 2023 e por me confiarem esta responsabilidade.

Em primeiro lugar, permitam-me que aproveite esta oportunidade para agradecer ao Presidente cessante, S.E. Embaixador Federico Villegas, e à Mesa pelo seu trabalho ao longo deste ano e, especialmente, pelos seus esforços para trazer o Conselho de volta ao ponto em que se encontrava antes da pandemia de COVID-19. Sob a sua liderança, Federico, o Conselho fez um enorme trabalho cumprindo o seu mandato em 2022. Será uma verdadeira honra continuar nestes esforços.

Como Presidente, prometo fazer o meu melhor para corresponder às expectativas. Assumo a Presidência do CDH com o mais profundo respeito pelo Conselho dos Direitos do Homem. Este Conselho, o nosso Conselho, tem de ser um espaço seguro para que todos respeitem, protejam e promovam os direitos humanos fora de linha e em linha. Trabalharemos neste sentido em conjunto com a Mesa, os Estados-Membros e Observadores, o Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o seu Gabinete, os Procedimentos Especiais e os Mecanismos do Conselho e a sociedade civil. Faremos isso de forma imparcial e inclusiva. As cores checas são branco, vermelho e azul. Para a Presidência, vou me ater estritamente ao azul da ONU.

Falando sobre as cores checas e o meu país, permitam-me que acrescente que a República Checa, historicamente situada entre diferentes esferas de interesses, depende da ordem internacional baseada em regras, com os direitos humanos no seu núcleo. Afinal, a nossa história é uma história de direitos humanos. Nos últimos 100 anos, nos tornamos um estado independente da Tchecoslováquia depois de nos libertarmos de um império, depois fomos atingidos por dois regimes que buscavam o controle total de nosso povo e, no entanto, conseguimos começar um novo capítulo como um país democrático livre durante a revolução de Veludo em 1989. Eu era um estudante universitário durante a Revolução de Veludo e ativamente envolvido em nossa luta pela democracia, liberdades fundamentais e direitos humanos. Isso torna este momento realmente especial para mim, pessoalmente.

Falando de marcos históricos, o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 30º aniversário da Declaração e do Programa de Ação de Viena estão chegando. Em cooperação com a Repartição e o ACNUDH, buscarei seus pontos de vista sobre a melhor forma de abordar esses marcos no próximo ano. Vamos ser criativos e vamos trabalhar com base no consenso. As grandes coisas sobre este Conselho é que somos todos iguais em nossas responsabilidades, posição e oportunidades de influenciar nosso trabalho.

Não há dúvida de que 2023 trará muitos novos desafios e alguns também persistirão a partir deste ano. Estou disposto a prestar a devida atenção a todos eles e, com a ajuda da Mesa e da equipe da Presidência, abordar todas as questões que temos pela frente. No entanto, se eu citasse agora apenas três tópicos aos quais atribuo a maior importância quando se trata do trabalho do Conselho, mencionaria o seguinte: Prevenção, Participação e Progresso na Eficiência. Deixe-me explicar o que quero dizer com esses "três Ps":

Com "Prevenção", tenho em mente o apoio ao mandato preventivo do Conselho, tal como definido no n.º 5, alínea f), da Resolução 60/251 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta disposição confere ao Conselho o mandato de contribuir, através do diálogo e da cooperação, para a prevenção de violações dos direitos humanos e de responder prontamente a emergências em matéria de direitos humanos. Na minha qualidade de Presidente do Conselho, estarei pronto a apoiar todas as ações e iniciativas destinadas a cumprir este mandato. Também respondendo rapidamente aos pedidos de abordagem de situações urgentes de direitos humanos por parte do Conselho, apoiando os titulares de mandatos na prestação de assistência técnica e capacitação e, em geral, promovendo o diálogo construtivo e a cooperação entre todos os Estados e outros atores para minimizar as violações dos direitos humanos em todo o mundo. Na minha opinião, o Conselho tem uma boa prática de reuniões informais com vários parceiros, como o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, representantes da AGNU ou do Comité de Coordenação dos Procedimentos Especiais, que devem prosseguir.

A minha segunda prioridade é "Participação", ou seja, o envolvimento de todos os intervenientes relevantes nos trabalhos do Conselho. Estou empenhado em promover a natureza inclusiva do Conselho e em apoiar a participação dos pequenos Estados e dos países menos desenvolvidos que enfrentam dificuldades devido a razões de capacidade. A participação significa também garantir um espaço seguro para a sociedade civil no Conselho. Além disso, apoiarei a necessidade de falar a língua das pessoas fora da nossa "bolha" de Genebra e de

aproximar o Conselho delas, utilizando as redes tradicionais e sociais. Incentivarei também a participação de mulheres e meninas, de jovens delegados da ONU e de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis. A fim de promover o mais amplo envolvimento possível nas atividades do Conselho, apraz-me confirmar que a Presidência Tcheca tenciona realizar um retiro informal em 2023 como uma oportunidade para uma troca de pontos de vista aberta e franca.

"Progresso na eficiência" é a minha terceira prioridade. A agenda do Conselho tem vindo a aumentar substancialmente ao longo dos anos, colocando exigências crescentes sobre as capacidades das delegações, do Secretariado, bem como de outros intervenientes. Deve ser uma prioridade para todas as Presidências ajudar o Conselho a trabalhar de forma mais eficiente. O processo de eficiência é tradicionalmente conduzido pela Presidência e, por isso, esta é a terceira prioridade natural. Ao longo do ano, tenciono organizar - com a assistência da Mesa e dos co-facilitadores - uma série de consultas sobre a optimização do programa de trabalho do Conselho, a racionalização das iniciativas, a utilização de ferramentas digitais e outras medidas de eficiência. Escusado será dizer que este processo só pode ser bem-sucedido se for feito de forma inclusiva e os seus resultados forem baseados no consenso. Confiarei na vossa abordagem construtiva e no vosso apoio ao longo de todo o processo.

Ao colocar ênfase na eficiência, devo dar o exemplo. Portanto, deixe-me parar por aqui. O meu último ponto é que este Conselho só pode ser tão bom quanto permitimos que seja. Esta é a nossa responsabilidade comum. Vamos trabalhar nisso juntos. Minha porta estará sempre aberta.

Mais uma vez, agradeço-lhes."

**3. Declaração de Sua Excelência o Sr. Václav Bálek, Presidente do Conselho de Direitos Humanos, no workshop do ACNUDH sobre a promoção e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais no contexto do enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia de COVID-19. 06/02/23.**  
<https://www.ohchr.org/en/statements/2023/02/statement-he-mr-vaclav-balek-president-human-rights-council-ohchr-workshop?sub-site=HRC>

«Alto Comissário Türk, Excelências, Senhoras e Senhores,

É um prazer participar desta abertura de alto nível. Permitam-me que felicite a Sra. Virgínia Brás pela sua nomeação como Presidente do workshop.

Quando criou o Conselho de Direitos Humanos, a Assembleia Geral das Nações Unidas reafirmou que todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, inter-relacionados, interdependentes e se reforçam mutuamente. Decidiu que o Conselho dos Direitos Humanos deveria ser responsável por promover o respeito universal pela proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo e de forma justa e equitativa.

Neste sentido, a Assembleia Geral mandou o Conselho para, entre outras coisas, contribuir, através do diálogo e da cooperação, para a prevenção das violações dos direitos humanos. E, como afirmei em dezembro passado ao ser eleito Presidente do Conselho para 2023, uma das minhas três principais prioridades para este ano é apoiar todas as ações e iniciativas que visem cumprir o mandato preventivo do Conselho.

As raízes dos conflitos residem frequentemente na negação de longa data dos direitos económicos, sociais e culturais, na discriminação, nas desigualdades, na exclusão social, na

impunidade e nas violações dos direitos civis e políticos. Portanto, é importante que a conexão entre direitos econômicos, sociais e culturais e agitação social e política seja examinada por mecanismos de alerta precoce e prevenção de conflitos, incluindo o Conselho de Direitos Humanos.

O Conselho de Direitos Humanos tem inúmeros mandatos de procedimentos especiais relacionados aos direitos econômicos, sociais e culturais, como alimentação, água e saneamento; Saúde; educação; habitação adequada; direito cultural; dívida externa; e pobreza extrema. Os relatórios e recomendações dos titulares de mandatos podem servir como instrumentos valiosos para a análise de riscos, prevenção e resolução de conflitos.

Os mecanismos de investigação do Conselho de Direitos Humanos também podem ser usados como ferramentas valiosas para identificar lacunas subjacentes na proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais e examinar as causas profundas dos conflitos.

No contexto da recuperação da COVID-19, o Conselho de Direitos Humanos tem dado atenção aos direitos econômicos, sociais e culturais em vários seminários, consultas e painéis de discussão. Os temas incluíram vacinas e medicamentos, saúde mental, segurança social e a importância de políticas públicas robustas e eficientes e de serviços com recursos adequados e em pleno funcionamento para a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais. Além disso, o Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos tem se concentrado em questões de direitos humanos relacionadas à pobreza e às desigualdades (2020), boas práticas, histórias de sucesso, lições aprendidas e desafios na luta contra a pandemia de COVID-19 (2021) e água para os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável (2022).

No contexto do 4º ciclo da Revisão Periódica Universal, os Estados têm a oportunidade de fortalecer a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive fornecendo recomendações direcionadas relacionadas a esses direitos.

Aguardo com expectativa os debates que irão realizar nos próximos três dias sobre a identificação de lacunas, desafios e oportunidades para o Conselho continuar a reforçar o seu trabalho sobre a promoção e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais. Obrigado.”

4. **Agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 27 de fevereiro a 31 de março de 2023:** <https://documents-dds-un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/001/41/PDF/G2300141.pdf?OpenElement>. Todos informes para discussão na Sessão estão disponíveis em <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session52/documentation>

Quinquagésima segunda sessão do Conselho de Direitos Humanos 27 de fevereiro a 31 de março de 2023.

Ponto 1 da ordem do dia, Questões organizacionais e processuais. Ordem do dia e anotações\*

Agenda - para o programa tentativo consultar: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session52/regular-session>, “draft programme of work” e “HRC52 Sched meeting Calendar”:

1. Questões organizacionais e processuais.
2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissariado e do Secretário-Geral.

3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.
4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho.
5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos.
6. Revisão periódica universal.
7. Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados.
8. Acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena.
9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância: acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban.
10. Assistência técnica e reforço das capacidades. Anotações 1. Questões organizacionais e processuais.

Data e local da Sessão: O Conselho de Direitos Humanos realizará sua quinquagésima segunda sessão de 27 de fevereiro a 31 de março de 2023 no Escritório das Nações Unidas em Genebra.

Composição do Conselho de Direitos Humanos: A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima segunda sessão encontra-se a seguir. O mandato de membro de cada Estado expira no ano indicado entre parênteses:

Argélia (2025); Argentina (2024); Bangladesh (2025); Bélgica (2025); Benim (2024); Bolívia (Estado Plurinacional de) (2023); Camarões (2024); Chile (2025); China (2023); Costa Rica (2025); Costa do Marfim (2023); Cuba (2023); República Tcheca (2023); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2023); Gabão (2023); Gâmbia (2024); Geórgia (2025); Alemanha (2025); Honduras (2024); Índia (2024); Cazaquistão (2024); Quirguistão (2025); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2023); Malásia (2024); Maldivas (2025); México (2023); Montenegro (2024); Marrocos (2025); Nepal (2023); Paquistão (2023); Paraguai (2024); Catar (2024); Roménia (2025); Senegal (2023); Somália (2024); África do Sul (2025); Sudão (2025); Ucrânia (2023); Emirados Árabes Unidos (2024); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (2023); Estados Unidos da América (2024); Uzbequistão (2023); e Vietnã (2025).

Mesa do Conselho de Direitos Humanos. Após a sessão de organização do décimo sétimo ciclo do Conselho de Direitos Humanos, realizada em 9 de dezembro de 2022, o Conselho elegeu os seguintes membros da Mesa para o seu décimo sétimo ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023:

O Presidente Václav Bálek (República Checa), os Vice-Presidentes Muhammadou M.O. Kah (Gâmbia), Asim Ahmed (Maldivas), Marc Bichler (Luxemburgo), e a Vice-Presidente e Relatora Maira Mariela Macdonal Alvarez (Estado Plurinacional da Bolívia).

Revisão do trabalho e do funcionamento do Conselho de Direitos Humanos. De acordo com o parágrafo 42 do anexo da Resolução 16/21 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho realizará um painel de discussão para interagir com os chefes dos órgãos de governo e secretariados das agências das Nações Unidas dentro de seus respectivos mandatos sobre temas específicos de direitos humanos, com o objetivo de promover a integração dos direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas.

Na sua sessão organizacional, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o tema para 2023 do painel anual de discussão sobre a integração dos direitos humanos seria "Uma reflexão sobre os cinco anos da Estratégia das Nações Unidas para a Juventude (Juventude 2030): traçando um plano para os próximos passos" (ver anexo).

Seleção e nomeação dos titulares de mandatos. Nos termos do ponto 47 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho dos Direitos do Homem, do ponto 22 do anexo da Resolução 16/21 do Conselho e dos requisitos estabelecidos na Decisão 6/102 do Conselho e na declaração do Presidente OS/16/2, o Grupo Consultivo, composto por Abdellah Boutadghart (Marrocos), Juhara Al-Suwaidi (Qatar), Joaquín Alexander Maza Martelli (El Salvador) e Tom Neijens (Bélgica), proporá ao Presidente do Conselho uma lista de candidatos para as seguintes vagas: a) quatro membros do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento (um dos Estados africanos, um dos Estados da Ásia-Pacífico, um dos Estados da Europa Oriental e um da Europa Ocidental e de outros Estados); b) Dois membros do Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas (um da Ásia e outro do Ártico); c) O mandato do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento; d) O mandato do Relator Especial para a situação dos direitos humanos na Federação Russa; e) Um membro do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, de Estados da América Latina e do Caribe; e (f) um membro do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Afrodescendentes, dos Estados da Ásia-Pacífico, uma vaga imprevista que surgiu devido a uma renúncia.

De acordo com o procedimento estipulado nos parágrafos 52 e 53 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, a nomeação dos titulares de mandatos de procedimentos especiais e de mecanismos de peritos será concluída após a aprovação subsequente pelo Conselho. Os titulares do mandato em questão serão nomeados antes do final da quinquagésima segunda sessão.

No final de sua quinquagésima segunda sessão, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si para adoção um projeto de relatório contendo um resumo técnico dos trabalhos da sessão.

**2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissariado e do Secretário-Geral.** Todos os relatórios do Secretário-Geral, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) são apresentados no item 2 da agenda, que permanece em aberto durante toda a sessão.

O Conselho de Direitos Humanos considerará os relatórios contidos nos itens relevantes da agenda, conforme apropriado.

**3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.**

Direitos económicos, sociais e culturais.

Questão da pena de morte. Na sua resolução 26/2, o Conselho dos Direitos do Homem decidiu convocar um painel de discussão bienal de alto nível, a fim de continuar a trocar pontos de vista sobre a questão da pena de morte. Em A/HRC/52/1 GE.23-00239 5 a sua Resolução 48/9, o Conselho decidiu que o painel de discussão de alto nível a realizar durante a quinquagésima segunda sessão do Conselho abordaria as violações dos direitos humanos

relacionadas com a aplicação da pena de morte, em especial no que se refere à limitação da pena de morte aos crimes mais graves (ver anexo).

Moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado. Em sua resolução 43/14, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato do Relator Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito à não discriminação neste contexto, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse ao Conselho um relatório anual sobre a implementação do mandato. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Balakrishnan Rajagopal (A/HRC/52/28), durante um diálogo interativo.

Efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos. Na sua Resolução 46/11, o Conselho solicitou ao Perito Independente sobre os efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos económicos, sociais e culturais, que realizasse um novo estudo, em ligação com os estudos relevantes anteriores realizados pelo titular do mandato e pelo Comité Consultivo, sobre um conjunto não vinculativo proposto de orientações práticas para uma recuperação eficiente de ativos destinada a travar a transferência ilícita de fundos e a atenuar os seus efeitos negativos no gozo dos direitos humanos, com vista a ajudar os Estados requerentes e solicitados a reforçarem a sua cooperação a este respeito, e a apresentar o estudo ao Conselho na sua quinquagésima segunda sessão. Na sua Resolução 49/15, o Conselho solicitou à Especialista Independente que continuasse a apresentar regularmente relatórios ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Attiya Waris (A/HRC/52/34, A/HRC/52/34/Add.1 e A/HRC/52/45).

Direito à alimentação. Em sua resolução 49/13, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito à alimentação, por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse anualmente ao Conselho um relatório sobre a implementação do mandato. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Michael Fakhri (A/HRC/52/40), durante um diálogo interativo.

Direito de todas as pessoas ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental. Em sua resolução 49/25, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um relatório sobre as implicações para os direitos humanos, as boas práticas e os principais desafios no acesso acessível, oportuno, equitativo e universal e na distribuição da qualidade para os direitos humanos, vacinas seguras, eficazes e acessíveis contra a doença do coronavírus (COVID-19) e o impacto no direito de todos ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental e submetê-lo ao Conselho, em sua quinquagésima segunda sessão, a ser seguido por um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/56).

Direitos civis e políticos. Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Na sua Resolução 43/20, o Conselho dos Direitos do Homem decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, por um período adicional de três anos, e solicitou à Relatora Especial que apresentasse um relatório sobre todas as suas atividades, observações, conclusões e recomendações ao Conselho. O Conselho analisará o relatório da nova titular do mandato, Alice Jill Edwards (A/HRC/52/30), durante um diálogo interativo. De acordo com a Resolução 74/143 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos considerará o relatório do Secretário-

Geral sobre o Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura (A/HRC/52/57). De acordo com a mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos considerará o relatório do Secretário-Geral sobre o Fundo Especial estabelecido pelo Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (A/HRC/52/58).

Direito à privacidade. Em sua resolução 46/16, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito à privacidade, por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará o relatório da titular do mandato, Ana Brian Nougrères (A/HRC/52/37), durante um diálogo interativo.

Papel da boa governação. Em sua resolução 45/9, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um resumo do painel de discussão sobre boa governança na promoção e proteção dos direitos humanos durante e após a pandemia de COVID-19, realizado em sua quinquagésima sessão, e o apresentasse ao Conselho em sua quinquagésima segunda sessão. O Conselho terá perante si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/43).

Direito ao desenvolvimento. De acordo com sua resolução 49/8, o Conselho de Direitos Humanos convocará uma reunião de alto nível de um dia inteiro sobre a promoção e proteção do direito ao desenvolvimento, como uma celebração do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (ver anexo). Em sua resolução 48/10, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima segunda sessão, um relatório sobre o painel bienal de discussão sobre o direito ao desenvolvimento realizado em sua quinquagésima primeira sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do OHCHR (A/HRC/52/51).

Direitos dos povos e de grupos e indivíduos específicos.

Defensores dos direitos humanos. Em sua resolução 43/16, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre a situação dos defensores de direitos humanos, por um período de três anos, nos mesmos termos previstos na Resolução 16/5 do Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Mary Lawlor (A/HRC/52/29 e A/HRC/52/29/Add.1), durante um diálogo interativo.

Direitos da criança. De acordo com suas resoluções 7/29, 19/37 e 49/20, o Conselho de Direitos Humanos convocará a reunião anual de um dia inteiro sobre os direitos da criança sobre o tema "Direitos da criança e o ambiente digital" (ver anexo). Em sua resolução 43/22, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a venda e exploração sexual de crianças, incluindo prostituição infantil, pornografia infantil e outros materiais de abuso sexual infantil, por um período adicional de três anos, e solicitou ao Relator Especial que continuasse a informar anualmente sobre a implementação do mandato ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Mama Fatima Singhateh (A/HRC/52/31 e A/HRC/52/31/Add.1), durante um diálogo interativo. Em sua resolução 48/6, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse um relatório, em formato acessível, sobre o workshop sobre o impacto adverso do casamento forçado no pleno e efetivo gozo de todos os direitos humanos por todas as mulheres e meninas, a ser realizado antes de sua quinquagésima segunda sessão. O Conselho analisará o relatório do OHCHR (A/HRC/52/50). Em sua resolução 76/147, a Assembleia Geral solicitou à Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados que continuasse a apresentar relatórios ao Conselho

de Direitos Humanos sobre as atividades realizadas no cumprimento de seu mandato. O Conselho analisará o relatório da Representante Especial, Virginia Gamba (A/HRC/52/60), durante um diálogo interativo. Na mesma resolução, a Assembleia Geral solicitou à Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra as Crianças que continuasse a apresentar relatórios anuais ao Conselho de Direitos Humanos sobre as atividades realizadas no cumprimento de seu mandato. O Conselho analisará o relatório do Representante Especial, Najat Maalla M'jid (A/HRC/52/61), durante um diálogo interativo.

Direitos das pessoas com deficiência. Em sua resolução 49/12, o Conselho de Direitos Humanos decidiu realizar seu debate interativo anual sobre os direitos das pessoas com deficiência em 2023 em sua quinquagésima segunda sessão e que o debate se concentraria nos sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária das pessoas com deficiência, inclusive como meio de avançar melhor após a pandemia de COVID19 (ver anexo). O debate será informado pelo relatório do ACNUDH sobre as boas práticas de tais sistemas de apoio (A/HRC/52/52). Em sua resolução 44/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência por um período adicional de três anos e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar relatórios anuais ao Conselho, em formatos acessíveis. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Gerard Quinn (A/HRC/52/32, A/HRC/52/32/Add.1 e A/HRC/52/32/Add.2), durante um diálogo interativo.

Questões das minorias. Em sua resolução 43/8, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre questões de minorias, por um período de três anos, nos mesmos termos previstos pelo Conselho em sua Resolução 25/5. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Fernand de Varennes (A/HRC/52/27), durante um diálogo interativo. Na sua Resolução 49/14, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissariado que continuasse a apresentar-lhe um relatório anual contendo informações sobre os desenvolvimentos relevantes dos órgãos e mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas e sobre as atividades empreendidas pelo ACNUDH na sede e no terreno que contribuam para a promoção e o respeito pelas disposições da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Pessoas Nacionais ou Étnicas, Minorias Religiosas e Linguísticas. O Conselho terá perante si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/53).

Direitos das pessoas com albinismo. Em sua resolução 46/12, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Perito Independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo, por um período de três anos, nos mesmos termos previstos em sua resolução 28/6. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Muluka Miti-Drummond (A/HRC/52/36 e A/HRC/52/36/Add.1), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos das pessoas idosas. Em sua resolução 48/3, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que preparasse um relatório contendo um resumo das conclusões da reunião multissetorial para discutir o relatório do Alto Comissariado sobre normas normativas e obrigações sob o direito internacional em relação à promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas idosas e recomendações sobre como abordar possíveis lacunas e a dispersividade do direito internacional dos direitos humanos em relação às pessoas idosas. O Conselho terá perante si o relatório do OHCHR (A/HRC/52/49; ver também A/HRC/51/16).

Pessoas desaparecidas. De acordo com a Resolução 75/184 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si uma nota da Secretaria sobre o relatório

abrangente do Secretário-Geral sobre a implementação da resolução, incluindo recomendações práticas relevantes (A/77/245 e A/HRC/52/59).

Inter-relação entre direitos humanos e questões temáticas de direitos humanos.

Direitos humanos e meio ambiente. Em sua resolução 46/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato do Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relativas ao gozo de um meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse ao Conselho um relatório anual e apresentasse ao Conselho um relatório de síntese sobre o seminário de especialistas sobre o papel dos direitos humanos e do meio ambiente. conservação na prevenção de futuras pandemias, em sua quinquagésima segunda sessão. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, David R. Boyd (A/HRC/52/33, A/HRC/52/33/Add.1, A/HRC/52/33/Add.2 e A/HRC/52/44), durante um diálogo interativo.

Terrorismo e direitos humanos. Em sua resolução 49/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no combate ao terrorismo, por um período de três anos, com os mesmos termos previstos pelo Conselho de Direitos Humanos em sua resolução 40/16. Na sua Resolução 51/24, o Conselho convidou o Relator Especial a prestar atenção ao efeito negativo do terrorismo no gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e a formular recomendações a este respeito. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Fionnuala Ní Aoláin (A/HRC/52/39 e A/HRC/52/39/Add.1).

Elaboração de um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre as corporações transnacionais e outras empresas no que diz respeito aos direitos humanos. De acordo com sua resolução 26/9, o Conselho de Direitos Humanos considerará o relatório do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas com relação aos direitos humanos, em sua oitava sessão, realizada de 24 a 28 de outubro de 2022 (A/HRC/52/41), e o texto do terceiro projeto revisado de instrumento juridicamente vinculativo (A/HRC/52/41/Add.1).

Disposições regionais para a promoção e proteção dos direitos humanos. Em sua resolução 43/17, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que lhe apresentasse, em sua quinquagésima segunda sessão, um relatório contendo um resumo das discussões realizadas no workshop sobre arranjos regionais para a promoção e proteção dos direitos humanos, A/HRC/52/1 GE.23-00239 9, realizado em 18 e 19 de outubro de 2022, e os progressos realizados para a implementação da resolução. O Conselho terá perante si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/42). Promover a cooperação mutuamente benéfica no campo dos direitos humanos Em sua resolução 46/13, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima segunda sessão, um relatório resumido sobre a reunião sobre o tema do fortalecimento da cooperação técnica e do desenvolvimento de capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos de pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia de COVID-19, realizada em sua quadragésima nona sessão. O Conselho terá perante si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/46).

Eliminação de práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais. Em sua resolução 47/8, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima segunda sessão, um relatório sobre a situação das violações e abusos dos direitos humanos enraizados em práticas nocivas relacionadas a acusações de

bruxaria e ataques rituais, bem como estigmatização. O Conselho terá perante si o relatório do OHCHR (A/HRC/52/47).

Direitos humanos e alterações climáticas. Em sua resolução 47/24, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima segunda sessão, um relatório resumido sobre o painel de discussão sobre o impacto adverso das mudanças climáticas no pleno e efetivo gozo dos direitos humanos por pessoas em situação vulnerável, realizado em sua quinquagésima sessão. O Conselho terá perante si o relatório do OHCHR (A/HRC/52/48).

Promoção e proteção dos direitos humanos e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em sua resolução 43/19, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que organizasse reuniões interseccionais para diálogo e cooperação em direitos humanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acrescentando que os presidentes das reuniões e o ACNUDH devem ser responsáveis pela preparação de relatórios resumidos sobre as reuniões e por sua apresentação ao Conselho. A quinta reunião interseccional sobre o tema acima mencionado será realizada antes do fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável de 2023. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH sobre o mesmo (A/HRC/52/54).

Impacto negativo da desinformação no gozo e realização dos direitos humanos. Em sua resolução 49/21, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima segunda sessão, um relatório resumido sobre o painel de discussão de alto nível sobre o combate ao impacto negativo da desinformação no gozo e na realização dos direitos humanos e a garantia de uma resposta baseada nos direitos humanos a eles, realizado em sua quinquagésima sessão. O Conselho terá perante si o relatório do OHCHR (A/HRC/52/55).

#### **4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho**

Situação dos direitos humanos em: República Bolivariana da Venezuela; Etiópia; Ucrânia; República Popular Democrática da Coreia; Mianmar; Bielorrússia; e República Árabe Síria.

Fórum sobre Minorias. Em sua resolução 19/23, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o Fórum sobre Questões das Minorias deveria continuar a se reunir anualmente. O Fórum realizou sua décima quinta sessão nos dias 1 e 2 de dezembro de 2022, subordinada ao tema "Revisar, repensar, reformar: trigésimo aniversário da adoção da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas". O Conselho analisará o relatório do Relator Especial sobre questões de minorias contendo as recomendações feitas pelo Fórum em sua décima quinta sessão (A/HRC/52/71).

Fórum sobre os Direitos Humanos, a Democracia e o Estado de Direito. Em sua resolução 46/4, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o tema da quarta sessão do Fórum de Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito, a ser realizada em 2022, seria "Fortalecendo as democracias para reconstruir melhor: desafios e oportunidades". O Conselho analisará o relatório do Presidente sobre a quarta sessão do Fórum, que se realizou em 24 e 25 de novembro de 2022 (A/HRC/52/72).

Fórum Social. Na sua resolução 47/20, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o Fórum Social se reuniria durante dois dias úteis em 2022 e que a reunião deveria centrar-se nas

boas práticas, histórias de sucesso, lições aprendidas e desafios na implementação da Década Internacional para a Ação, "Água para o Desenvolvimento Sustentável", 2018-2028, com vista a dar um contributo em matéria de direitos humanos para a conferência sobre a revisão intercalar da Década, a realizar em 2023, e convidou o Fórum Social de 2022 a apresentar um relatório contendo as suas conclusões e recomendações ao Conselho na sua quinquagésima segunda sessão. O Conselho analisará o relatório do Fórum Social de 2022, que se realizou em 3 e 4 de novembro de 2022 (A/HRC/52/73).

**6. Revisão periódica universal Fortalecimento dos fundos voluntários para o mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos.** De acordo com sua resolução 51/30, o Conselho de Direitos Humanos convocará um painel de discussão de alto nível, totalmente acessível às pessoas com deficiência, com foco nas conquistas, boas práticas e lições aprendidas pelos dois fundos voluntários durante a implementação de seus mandatos nos últimos 15 anos, e para refletir sobre uma maior otimização do uso desses fundos para facilitar a participação dos Estados em desenvolvimento, em especial os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, no quarto ciclo da revisão periódica universal (ver anexo).

O Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal realizou sua quadragésima primeira sessão de 7 a 18 de novembro de 2022. Na sua quinquagésima segunda sessão, o Conselho dos Direitos do Homem terá perante si para adoção os resultados finais das revisões do Barém (A/HRC/52/4), do Equador (A/HRC/52/5), da Tunísia (A/HRC/52/6), de Marrocos (A/HRC/52/7), da Indonésia (A/HRC/52/8), da Finlândia (A/HRC/52/9), do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (A/HRC/52/10), Índia (A/HRC/52/11), Argélia (A/HRC/52/12), Filipinas (A/HRC/52/13), Brasil (A/HRC/52/14), Polónia (A/HRC/52/15), Países Baixos (A/HRC/52/16) e África do Sul (A/HRC/52/17).

De acordo com a declaração 9/2 do Presidente sobre as modalidades e práticas para o processo de revisão periódica universal, os resultados da revisão são adotados pelo Conselho em sua sessão plenária por uma decisão padronizada. Os resultados incluem os relatórios do Grupo de Trabalho, os pontos de vista do Estado em análise sobre as recomendações e/ou conclusões, e os compromissos voluntários assumidos e as respostas apresentadas pelo Estado em análise, antes da adoção do resultado pelo Conselho em plenário, a questões ou questões que não foram suficientemente abordadas durante o diálogo interativo com o Grupo de Trabalho.

**7. Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados, colonatos israelitas nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado.** Na sua resolução 49/29, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissário que apresentasse um relatório sobre a aplicação das disposições dessa resolução ao Conselho na sua quinquagésima segunda sessão. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/76). Direitos humanos no Golã sírio ocupado. Na sua resolução 49/30, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse ao Conselho um relatório sobre a questão dos direitos humanos no Golã sírio ocupado na sua quinquagésima segunda sessão. O Conselho analisará o relatório do Secretário-Geral (A/HRC/52/77).

**8. Acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena.** Não foram apresentados relatórios ao abrigo do ponto 8 da ordem do dia.

**9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância:** acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban Apelo global a uma ação concreta para a eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância conexas, bem como para a implementação e o seguimento globais da Declaração e do Programa de Ação de Durban, nos termos da Resolução 77/205 da Assembleia Geral, o Conselho dos Direitos do Homem realizará um debate em comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial (ver anexo). Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Implementação Efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban Em sua resolução 43/35, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Implementação Efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban, por um novo período de três anos, e solicitou ao Presidente do Grupo de Trabalho que apresentasse um relatório anual sobre suas sessões ao Conselho. O Conselho analisará o relatório do Grupo de Trabalho sobre a sua vigésima sessão, realizada de 10 a 21 de outubro de 2022 (A/HRC/52/78). A/HRC/52/1 GE.23-00239 13 Combate à intolerância, aos estereótipos negativos e à estigmatização e à discriminação, ao incitamento à violência e à violência contra pessoas com base na religião ou crença Na sua Resolução 49/31, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissário que preparasse e apresentasse ao Conselho, na sua quinquagésima segunda sessão, um relatório de acompanhamento exaustivo, com conclusões elaboradas com base em informações fornecidas pelos Estados, sobre os esforços e medidas tomadas para a execução do plano de ação descrito nos números 7 e 8 da resolução, bem como os pontos de vista sobre potenciais medidas de acompanhamento para melhorar ainda mais a execução desse plano. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário (A/HRC/52/79).”

## **As reformulações da OMS para ações assertivas na prevenção, preparo e resposta à pandemias: organismos em ativa construção**

***Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão***

### **Grupo de Trabalho Regulamento Sanitário Internacional**

De 20 a 24 de fevereiro de 2023, reuniu-se em Genebra o Grupo de Trabalho para discussão da revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O objetivo das atualizações é alterar itens do RSI da Organização Mundial da Saúde (OMS) para torná-los mais assertivos para o combate a futuras pandemias e outras emergências em saúde.

Os estados membros da OMS propuseram 307 emendas, e grande parte da reunião da semana passada foi dedicada a explicações sobre elas. Na íntegra o documento com as propostas pode ser consultado aqui [https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf\\_files/wgihhr2/A\\_WGIHR2\\_6-en.pdf](https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf_files/wgihhr2/A_WGIHR2_6-en.pdf).

Embora os regulamentos estabeleçam abordagens e obrigações comuns para os países se prepararem e responderem a surtos de doenças, a pandemia de COVID-19 expôs muitos pontos fracos.

Apesar de muitos dos momentos da reunião terem sido fechados à sociedade civil, o saldo dado pela OMS foi o de que se chegou aos “próximos passos para abordar negociações mais aprofundadas sobre as emendas propostas e planos para a próxima reunião, de 17 a 20 de abril”.

O copresidente do Grupo de Trabalho do RSI (GTRSI), Dr. Ashley Bloomfield, disse que, ao discutir as emendas aos regulamentos, os governos se concentraram em tornar seus países e a comunidade internacional mais bem preparados para futuras emergências. O enfrentamento à pandemia de Covid-19 tem mostrado o quão essencial é ter um bom e forte conjunto de Regulamentos Internacionais de Saúde e mostrou onde os regulamentos atuais precisam ser melhorados. Segundo participantes da reunião, o tom das discussões e os progressos alcançados durante mostram claramente que os países entendem a responsabilidade que têm de garantir que esse processo seja bem-sucedido.

O copresidente Abdullah Assiri, vice-ministro da saúde da Arábia Saudita, disse que os regulamentos atualizados “permitirão ao mundo detectar melhor os surtos precocemente e impedir que se transformem em emergências de saúde pública de interesse internacional”. Salientou ainda a importância de processos colaborativos dentro dos procedimentos paralelos do GTRSI e do INB. A redação de um acordo pandêmico para tratar da prevenção, preparação e resposta, e a quarta reunião do conselho intergovernamental, que ocorre de 27 de fevereiro a 3 de março, são organismos complementares e fundamentais para garantir a segurança da arquitetura em saúde global.

Os dois processos estão sendo vistos como adicionais. Os esforços para atualizar o RSI e redigir um acordo pandêmico compartilham vários temas comuns, incluindo a importância da equidade no acesso à saúde, colaboração e capacitação, com foco na consistência e alinhamento entre os dois processos.

O RSI é juridicamente vinculante para os Estados membros e cria direitos e obrigações para os países, incluindo a exigência de relatar à OMS eventos de saúde pública com risco de propagação internacional. Ademais, também descrevem os critérios para uma emergência de

saúde pública de interesse internacional, o mais alto nível de alarme da OMS sob o RSI, que por sua vez desencadeia ações de resposta específicas para os países evitarem a propagação da epidemia.

### **Intergovernmental Negotiation Body - 4o encontro**

Um ano depois do estabelecimento do Órgão Intergovernamental de Negociação para redigir e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (INB, por suas siglas em inglês), acontece de 27 de fevereiro a 3 de março sua quarta reunião.

#### *Briefing Stakeholders*

Como parte dos preparos da reunião, além do briefing com estados membros (que descrevemos em nosso informe anterior), em 15 de fevereiro aconteceu o briefing também para *stakeholders*, com a possibilidade de exposição de pontos críticos da análise após a liberação do Rascunho Zero ([Zero Draft](#)).

Muitos dos *stakeholders* presentes no momento, alinharam o discurso de que o rascunho do acordo pandêmico precisa de mais ênfase na prevenção de pandemias em sua fonte – onde os patógenos animais passam pela fase de "spill-over" para as pessoas. Isso significa abordar os fatores sociais, ambientais e de segurança alimentar que levam à disseminação de patógenos de populações de animais selvagens para comunidades humanas. Esses fatores vão desde o desmatamento, que levou populações de animais como morcegos, que abrigam uma variedade de patógenos mortais de SARS-COV a Marburg, a se aproximarem de habitats humanos; ao tráfico e comércio de animais silvestres, legais e ilícitos; bem como a produção industrial, comercialização e abate de espécies de animais silvestres.

A inclusão da definição completa de “Saúde única” no tratado foi requisitada, bem como questionado por que a preparação e a resposta foram enfatizadas, enquanto ações preventivas direcionadas a atividades e locais que aumentam o risco de disseminação zoonótica não.

O delegado da Oxfam presente trouxe à tona que a linguagem do acordo deve obrigar os governos a tomar ações específicas para garantir a equidade; caso contrário, seria muito difícil implementação. O acordo deve ainda exigir que os governos invistam em pesquisa e desenvolvimento e capacidades de fabricação e que condicionem o financiamento público ao compartilhamento de tecnologias, conhecimento e propriedade intelectual com desenvolvedores e fabricantes do Sul.

Já o representante dos Médicos sem Fronteiras (MSF), por sua vez, pediu uma definição legal de “pandemia” e “referência explícita aos governos que cumprem as obrigações do direito internacional humanitário no contexto da preparação, prevenção e resposta à pandemia. Também exigiu uma linguagem mais forte em relação aos compromissos de proteger populações vulneráveis a questões humanitárias e profissionais de saúde durante pandemias.

O rascunho zero é um documento composto por 49 parágrafos preambulares, 8 capítulos, 18 princípios orientadores e 38 artigos e ao longo dos INB 4 e 5 (abril 2023) espera-se que haja a leitura do documento. Dado o curto espaço de tempo entre INB4 e INB5, o bureau propôs considerar essas duas reuniões como um “conjunto” integrado, com ambas focando nas discussões e negociações dos Estados Membros, inclusive propondo acréscimos, exclusões e alterações ao Rascunho Zero.

### ***Modalidade proposta para quarta e quinta reuniões do INB***

Propõe-se então que o documento seja abordado primeiro por meio de uma “primeira leitura” no INB4, em plenário e com a participação dos stakeholders. Esta “primeira leitura” destina-se a permitir que os delegados façam comentários gerais sobre o Rascunho Zero e permitir que os Estados Membros confirmem se, conforme proposto no INB3, o Rascunho Zero será a base para iniciar as negociações durante o INB4.

Após esta “primeira leitura” em plenário, o INB prosseguiria então para um Grupo de Redação (Drafting group) , seguindo as modalidades acordadas pelo INB3. Neste Grupo de Redação, propõe-se que o Rascunho Zero seja tratado de forma sequencial, começando pela Visão, seguindo para o Capítulo I e Capítulos subseqüentes no INB4, e continuando em INB5. Não obstante esta abordagem, o Bureau pede que os Estados Membros estejam preparados para discutir todos os capítulos do Rascunho Zero tanto no INB4 quanto no INB5.

Cabe destacar que, de acordo com o observado na nota de rodapé 1 do Rascunho Zero, o Bureau propõe que os parágrafos preambulares sejam discutidos no ponto apropriado das negociações, o que o Bureau espera que ocorra em um momento posterior ao INB5.

Na conclusão do INB5, o INB pode considerar solicitar ao Bureau, com o apoio do Secretariado, que prepare o Primeiro Rascunho (First draft) do CA+ da OMS, para consideração e negociação continuada pelo INB em reunião do Grupo de Redação de 12 -16 de junho de 2023.

Propõe-se que o primeiro rascunho seja baseado em comentários e discussões recebidas durante INB4 e INB5, leve em consideração o briefing relevante dos stakeholders e inclua os melhores esforços do Bureau para sugerir uma abordagem de consenso.

#### *Primeiro dia do INB4*

O primeiro dia da reunião do INB4 começou com palavras de boas-vindas do Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, que destacou a importância do comprometimento de todos os envolvidos para que o acordo pandêmico inclua as lições aprendidas durante a pandemia de Covid-19, para não cometermos os mesmos erros em futuras pandemias.

Foram discutidos os pontos 1 a 3 da [agenda](#), que se referiam à abertura do evento, a revisão das modalidades da reunião e finalmente comentários gerais sobre o Rascunho zero. A parte aberta ao público da reunião pode ser assistida no [site](#) do INB4.

O México fez um pronunciamento em nome dos países latino-americanos, solicitando uma maior coordenação entre os processos do GTRSI e do INB, e solicitando que sejam realizadas reuniões informativas (briefings) entre as sessões do INB sobre as propostas incluídas no Rascunho zero, para que os países membros e stakeholders tenham a oportunidade de saber sobre os antecedentes de tais propostas.

Ainda em relação às modalidades das reuniões, diversos países, incluindo o Brasil, apoiaram uma maior participação dos stakeholders para garantir inclusão e transparência no processo. Este tema gerou um debate entre os países membros, para saber se deveriam revisar as modalidades definidas em reuniões anteriores para incluir os stakeholders como observadores nos grupos de redação (drafting groups), que atualmente inclui somente países membros. Porém, por fim decidiu-se que não deveriam revisar temas que já haviam sido discutidos anteriormente e que incluíam os stakeholders em atividades desenvolvidas entre as sessões do INB.

Além disso, decidiu-se também que durante a sessão fechada para países membros não seriam feitas mudanças na redação do texto, mas que seria feito uma leitura e discussão geral de cada artigo do rascunho zero.

Em relação ao item 3 da agenda, alguns Estados-membros, em sua maioria países em desenvolvimento, levantaram preocupações sobre como a equidade não foi integrada ao longo do documento. De acordo com a Namíbia, parecia que a equidade era “voluntária”, enquanto a Indonésia apela para que a equidade seja considerada entre e dentro dos países, posicionamento também ecoado pela delegação estadunidense. O México, falando pela América Latina, mostrou preocupação com a falta de “linguagem obrigatória (binding language)” e incentivos para encorajar a equidade.

Os EUA e a Índia expressaram preocupação com o acordo que prescreve “alocações específicas de orçamentos domésticos ou PIB” para preparação e resposta a pandemias, e qual seria a base para determinar 5% dos gastos atuais dos Estados membros em saúde a serem dedicados à preparação para pandemias, resposta e recuperação do sistema de saúde.

Fiji, em nome do Pacífico Ocidental, pediu consideração das “vulnerabilidades multidimensionais, como afastamento geográfico e o contexto particular de pequenos estados insulares em desenvolvimento que podem ser um impedimento na resposta à pandemia” e “recomendações específicas em reconhecimento dos impactos de das Alterações Climáticas”.

Tanto a China quanto a Rússia mostraram preocupações para que um acordo pandêmico não prejudique sua soberania. A China pediu um “mecanismo de diálogo mais flexível e eficaz para consultar e incorporar amplamente as opiniões e necessidades das diferentes partes em todo o processo e refletir os princípios de respeito à soberania nacional, respeito à diversidade e diferenças, equidade, solidariedade, coordenação e inclusão”.

Cabe destacar o posicionamento do Brasil, que lembrou a importância de abordar desigualdades estruturais identificadas durante a pandemia de Covid-19 e reiterou o apoio aos princípios chave incluídos no documento, como equidade, solidariedade, transparência e responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR, por suas siglas em inglês). O delegado do Brasil também destacou a necessidade de relacionar as propostas com iniciativas regionais e nacionais já existentes, por exemplo como a Rede de Cadeia de Suprimentos Previsível e Logística coordena atividades com o Fundo Rotatório da OPAS.

O Brasil também reforçou que o acesso equitativo às tecnologias em saúde continua sendo um dos principais desafios desse processo e a necessidade de ser ousados e colocar em vigor disposições fortes em relação a transferência de tecnologia e propriedade intelectual que melhorem a capacidade de produção para atender à demanda durante futuras pandemias. Enfatizou que a propriedade intelectual sobre produtos de saúde não pode ser restrita a uma questão comercial e é essencial que tenhamos disposições sobre este tema no futuro instrumento, com o objetivo de garantir que não haja impedimentos para os Estados-Membros usarem as flexibilidades existentes.

Por fim, defendeu também a importância de investir em infraestrutura e construção de capacidades para fortalecer as redes de pesquisa clínica nos países em desenvolvimento; a transparência com obrigações definidas para todos, incluindo o setor privado; uma abordagem de saúde única; e o estabelecimento de um novo mecanismo multilateral de acesso e compartilhamento de benefícios (ABS, por suas siglas em inglês).

Já as organizações da sociedade civil se mostraram preocupadas com alguns aspectos do Rascunho zero. A [Third World Network](#) ressaltou que o documento cria uma ilusão de equidade e que a maioria das contribuições dos países em desenvolvimento parecem ter sido ignoradas. Já [MSF](#) defende a introdução explícita de responsabilidades diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para transferência de tecnologia e capacitação em pesquisa e desenvolvimento para lidar com a desigualdade. O South Centre, organização internacional e think tank de 55 países em desenvolvimento, reforçou que o acordo deve fornecer os meios para abordar de forma abrangente e eficaz as lacunas e desafios sistêmicos que existem no fortalecimento das capacidades do mundo para prevenir, preparar, responder e se recuperar de pandemias, incluindo a remoção de obstáculos, incluindo aqueles baseados em direitos de propriedade intelectual, para permitir um acesso equitativo a vacinas e outros produtos e tecnologias necessários.

## **El impacto de la crisis pandémica del Covid-19 sobre la salud mental y las relaciones interpersonales**

**Paolo Ballardelli  
Sofia Farante**

Con esta contribución, queremos aportar a la discusión sobre cómo han cambiado las relaciones personales y sociales a raíz de la crisis global determinada por el COVID-19, la mayor después de la Segunda Guerra Mundial<sup>15</sup>. Aclaremos algunas de las dinámicas de causalidad y sus interconexiones para, al final, sugerir algunas recomendaciones.

Desde el comienzo de la reflexión, queremos enfatizar la presencia, antes, durante y luego de la crisis, de vulnerabilidades individuales y sistémicas, la evidente profundización de las desigualdades ya existentes antes de la crisis, especialmente por el efecto económico provocado por la crisis del COVID-19. Si bien lo económico no es el objeto primario del estudio, reconocemos su centralidad para la comprensión de los fenómenos tratados, siendo además la economía un elemento de interconexión en un sistema más amplio de interconexiones<sup>16</sup>.

El mundo entero no estaba preparado para semejante crisis de salud que ha puesto de rodillas a los sistemas de salud, ha devastado la economía, e influenciado la manera de relacionarse entre personas, colectividades y países. No hay ninguna duda que esta crisis “ha puesto a prueba la cohesión social y ha amplificado la polarización de la opinión pública en un contexto de comunicación confusa y a veces contradictoria”.<sup>17</sup>

### **1. ¿CUALES LOS CAMBIOS PRINCIPALES EN LAS RELACIONES Y EN LAS ACTITUDES MENTALES DE LOS INDIVIDUOS?**

#### **➤ Aislamiento y cambios en las infraestructuras diarias**

Eric Kleinbeg, un sociólogo de la New York University puntualiza que hemos entrado en un nuevo periodo de “dolor social”. Tendremos un nivel de sufrimiento social originado por el aislamiento con un costo por el distanciamiento social, sobre el cual aún muy pocas personas están discutiendo”<sup>18</sup>

Muchos de los miedos que se han originado en individuos y colectividades durante y a partir del COVID tienen su origen en la incertidumbre que se ha generado a partir de las medidas de aislamiento social y su impacto en las capacidades de manejo de una experiencia prolongada de soledad con ruptura de las relaciones sociales por un lado y el desafío de la sobrevivencia económica por el otro.

Durante la pandemia todos hemos sufrido alguna forma de estrés, hemos quedado impactados por la pérdida de nuestra infraestructura comunitaria diaria, nuestra identidad

---

<sup>15</sup> Kortmann B y G. Schulze G. El mundo después del coronavirus ¿Qué perdurará de la vida con la pandemia? 2021

<sup>16</sup> Bambra C, Riordan R, Ford J, et al. The COVID-19 pandemic and health inequalities. *J Epidemiol Community Health* 2020; 74:964–8.

<sup>17</sup> Cómo Covid ha cambiado el mundo *por Marco Cattaneo. El editorial del n.645 de Le Scienze, en los quioscos el 27 de abril de 2022*

<sup>18</sup> Jaspreet Singh, COVID-19 and its impact on society, *Electronic Research Journal of Social Sciences and Humanities*, 2020

como personas enteramente funcionales, y nuestra certeza sobre el futuro inmediato y remoto<sup>19</sup>.

Durante los momentos más críticos del COVID-19, cuando las restricciones fueron más rígidas, las interacciones cara a cara fueron frecuentemente reducidas a los miembros de la red más íntima, como el *partner*, los miembros de la familia, o los compañeros convivientes en nuestra habitación.

Algunas conexiones más débiles fueron perdidas y las interacciones se restringieron al cerco de los más íntimos, de modo que las redes se volvieron más pequeñas y con relaciones más homogéneas. En el caso de individuos con redes que no fueron capaces de adaptarse a estos cambios, por ejemplo, en el caso de quienes se encontraban en relaciones establecidas recientemente, como por ejemplo los estudiantes universitarios, el distanciamiento produjo un empeoramiento de las relaciones, por pérdida de contacto y aumentado riesgo de aislamiento social.<sup>20</sup> La inestabilidad en interactuar según determinadas normas aumentó las dificultades para quienes ya se encontraban con dudas al momento de codificar y decodificar interacciones con otros, por ejemplo, los no oyentes y aquellos que se encuentran con una condición en el espectro del autismo, dificultades también identificadas por el uso de mascarillas<sup>21</sup>.

#### ➤ **La carencia de contacto físico y afectivo**

Tener que mantener distancia física con los demás para prevenir el contagio “modificó la manera de relacionarnos con los demás y con nosotros mismos en todos los ámbitos: laboral, educativo, afectivo”<sup>22</sup>.

De todos los aspectos del aislamiento social, uno de los más insidiosos es la pérdida del contacto físico diario. Los humanos dependemos críticamente de lo que los científicos refieren como el contacto social o afectivo. Cambios sociales como aquellos producidos por una digitalización incremental de nuestras interacciones están llevando a la sociedad a menos interacciones físicas con pérdidas de contacto social y afectivo<sup>23</sup>. El contacto físico en la conexión social abre el camino a emociones del cerebro. La piel ha sido también descrita como un órgano social porque tiene células receptoras que informan al cerebro sobre contactos sociales placenteros. Si no podemos interactuar a través del contacto físico, estamos perdiendo algo esencial. Ese contacto físico con el *partner* o hasta con un desconocido parecen retribuirnos porque pone en movimiento estructuras emocionales del cerebro, a través de secreción de oxitocina, dopamina, serotonina y endorfinas. La privación de contacto físico determina una importante carencia emocional. Aun considerando que en el futuro las expresiones físicas puedan resumir, los nuevos niveles de ansiedad debida al miedo y fobias por la posible transmisión de gérmenes podrían introducir abandono o por lo menos disminución en el uso de conexiones físicas y verbales íntimas. La inestabilidad en las nuevas formas de interacción – entre tapabocas, distanciamiento y virtualidad - creó una tensión particular para las personas que ya tienen dificultades preexistentes para codificar y decodificar las interacciones con otros

---

<sup>19</sup> The pandemic's effect on relationships, Sharp health news – 22 April 2021

<sup>20</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. J Epidemiol Community Health 2022;76:128–132.

<sup>21</sup> Liu D, Wright KB, Hu B. A meta-analysis of social network site use and social support Comput Educ 2018; 127:201–13.

<sup>22</sup> Blog Sura Colombia, ¿Cómo cambiaron las relaciones humanas debido a la pandemia?, 10 de junio de 2021

<sup>23</sup> Varun Chokshi and Daniel O'Connor  
[www.hopkinsmedicine.org/news/publications/fundamentals\\_issues/fundamentals](http://www.hopkinsmedicine.org/news/publications/fundamentals_issues/fundamentals) - August 2021

(por ejemplo, aquellos que son sordos o tienen trastorno del espectro autista).<sup>24</sup> El tapaboca, además, como lo aseveran varios estudios, no permitió reconocer en los interlocutores expresiones y respuestas mímicas que son normalmente esenciales en la relación entre personas para revelar emociones y el grado de aceptación de lo dicho por quién está hablando.

Cabe anotar que el uso de *partners* digitales y el consumo de pornografía aumentaron a raíz de los *lockdown*<sup>25</sup>. De hecho, el contacto social es esencial no solamente para la salud mental sino también para la salud física. Así como lo declara el Dr. Nicholas Long, de la London School of Economics LSE, “tener relaciones sociales de calidad mejora enormemente el estado de salud más en general”.<sup>26</sup> Un estudio del grupo de investigación “Care and Responsibility under Lockdown Collective (CARUL)”, analizó como las amistades y las vidas sociales de las personas han cambiado durante la pandemia. Entre las personas incluidas en la investigación, el 26% declaró haberse convertido menos sociales. Algunos mencionaron que el confinamiento les había llevado a abandonar el hábito de socializar y, también, había perjudicado enormemente las amistades.<sup>27</sup> Las medidas de distanciamiento físico para contener la propagación del COVID-19 alteraron radicalmente las normas de interacción, sobre todo para las personas acostumbradas al contacto físico para transmitir confianza, afinidad, empatía y respeto (por ejemplo, abrazos, besos, otros actos de consuelo físico).<sup>28</sup> De todos los aspectos del aislamiento social, uno fácilmente pasado por alto pero insidioso implica la pérdida del contacto físico cotidiano. Los seres humanos dependen críticamente de lo que los científicos denominan toque “social” o “afectivo”. Si no podemos interactuar tocando, nos estamos perdiendo algo esencial para los humanos.<sup>29</sup>

#### ➤ **Relacionarse con la virtualidad**

Durante la pandemia se fueron implementando “nuevos sistemas de interacción y comunicación presenciales y virtuales”<sup>30</sup>. Según un estudio de este año, aún falta aclarar si las tecnologías de comunicación a distancia proveen un sustituto eficaz para compensar la interacción en persona, durante los periodos de distanciamiento social<sup>31</sup>.

Hemos hablado de situaciones de salud mental que han afectado las relaciones interpersonales y sociales. Queremos a este material que tiene una connotación más científica también añadir algunas reflexiones que hemos podido realizar desde nuestro observatorio.

Primero las personas que por más de dos años se han encontrado en una situación de alteración de relaciones interpersonales físicas, habiendo sido llevadas de una forma abrupta o acelerada a una virtualización de todos los encuentros, incluido en los lugares de trabajo, en la

---

<sup>24</sup> Liu D, Wright KB, Hu B. Un metaanálisis del uso del sitio de redes sociales y el apoyo social *Comput Educ* 2018; 127:201–13.

<sup>25</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. *J Epidemiol Community Health* 2022;76:128–132.

<sup>26</sup> LSE Research, Entrevista de Charlotte Kelloway al Dr. Nicholas Long, Can we repair our social lives after the pandemic?, 15 de marzo de 2022

<sup>27</sup> LSE Research, Entrevista de Charlotte Kelloway al Dr. Nicholas Long, Can we repair our social lives after the pandemic?, 15 de marzo de 2022

<sup>28</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. op cit.

<sup>29</sup> Varun Chokshi and Daniel O’Connor [www.hopkinsmedicine.org/news/publications/fundamentals\\_issues/fundamentals](http://www.hopkinsmedicine.org/news/publications/fundamentals_issues/fundamentals) - August 2021

<sup>30</sup> Blog Sura Colombia, ¿Cómo cambiaron las relaciones humanas debido a la pandemia?, 10 de junio de 2021

<sup>31</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. *J Epidemiol Community Health* 2022;76:128–132.

universidad y en las escuelas más en general, se encuentran después de ese tiempo con el ‘músculo del relacionamiento y aquello de la participación’ atrofiados.

En un mundo en el cual ya la participación social entendida como presencia en muchos procesos sociales se veía fuertemente debilitada por razones históricas, ideológicas, geográficas etc., las personas que se encuentran en el distanciamiento físico obligatorio de la pandemia pierden el contacto directo con la mayoría de sus interlocutores y eso se traduce en una disminución o dificultad para participar de forma activa en movimientos, eventos, procesos de tipo colectivo y social.

Las personas que han aprendido a trabajar a distancia, experimentando de mayor eficiencia en el trabajo, menores costos de transporte disponibilidad de más tiempo para la familia, al momento del regreso a los lugares de trabajo en presencia, advierten el peligro de una pérdida de algunas ventajas adquiridas en los tiempos de crisis, experimentando a veces la angustia al momento de regresar a dinámicas laborales pre-crisis que se han visto superadas y con un posible impacto negativo sobre relaciones familiares que resultarían fortalecidas luego de un proceso bien llevado de adaptación. Por otro lado, el cambio radical al teletrabajo y el cierre de lugares comunitarios redujo las oportunidades de crear interacciones espontáneas y nuevos encuentros.<sup>32</sup>

Para los estudiantes hemos visto por un lado el retorno a la escuela en presencia con bastante entusiasmo, sin embargo, hay que observar que se han mermado en general la cantidad y calidad de oportunidades extra escolares en presencia, incluidas las relaciones de amistad entre compañeros de escuela que más y más están sufriendo atrasos en ser reanudadas con la misma intensidad de antes de la pandemia.

Nos encontramos frente a una nueva manera de vivir las relaciones laborales, las relaciones con la familia, las relaciones escolares con a veces un interés y energías disminuidas para la participación en presencia física en quehaceres y dinámicas de la sociedad.

Como mencionado al comienzo de esta reflexión, hay innumerables evidencias que las desigualdades aumentaron a raíz de la pandemia. Por un lado, se incrementaron las desigualdades económicas, evidenciadas en un fuerte aumento del número de personas en pobreza y pobreza extrema. Por otro lado, también el acceso desigual a instrumentos digitales que se impusieron en lugares de trabajo y escolares, durante los momentos de aislamiento social, dejó muchas personas atrás en mantener actividades de enlace para tales actividades. En 2021, alrededor de una tercera parte de la población de América Latina y el Caribe - 32% - equivalente a 244 millones de personas, no tuvo acceso a servicios de internet.<sup>33</sup> En tiempos de pandemia, esto significa no poder acceder a la educación, no poder trabajar, no poder mantener, por lo menos de manera virtual, contacto y relaciones sociales.

### ➤ ***El impacto del COVID en la salud mental***

El aislamiento social ha tenido desenlaces negativos en salud mental y física, como trastornos ansiosos y depresivos, enfermedad cardiovascular, diabetes mellitus e incremento en

---

<sup>32</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. op. Cit.

<sup>33</sup> Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y Microsoft. Informe: Conectividad Rural En América Latina Y El Caribe. <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2021/05/desigualdad-40-a-cerrar-la-brecha-digital/>

la mortalidad<sup>34</sup>. Con la pandemia, el riesgo de trastornos mentales ha aumentado en un 60%.<sup>35</sup>. En un estudio del 2022 sobre prevalencia en la población China de problemas mentales, se considera un aumento de cinco veces los eventos de ansiedad y depresión con respecto a los valores prepandemia<sup>36</sup>.

El Director General de la OMS, el Secretario General de las Naciones Unidas y el Presidente de la Sociedad Internacional de Psiquiatría en el año 2020 hicieron un llamado de atención sobre el importante aumento de enfermedades mentales, que la crisis pandémica había contribuido a determinar<sup>37</sup>.

Un estudio de Ian Gotlib *et al*, publicado el primero de diciembre de 2022, analiza los impactos de la pandemia de COVID-19 sobre la salud mental y la maduración cerebral en los adolescentes.<sup>38</sup> Los investigadores compararon las imágenes de resonancia magnética de 81 adolescentes estadounidenses tomadas antes de la pandemia (entre noviembre de 2016 y noviembre de 2019), con las de 82 adolescentes recolectadas durante la pandemia pero después del confinamiento (entre octubre de 2020 y marzo de 2022).<sup>39</sup> Los resultados del trabajo de investigación demostraron que los jóvenes evaluados después de los cierres pandémico tenían problemas de salud mental más graves, una disminución del grosor cortical, mayor volumen del hipocampo y la amígdala, y una edad cerebral más avanzada.<sup>40</sup>

La instalación de un ambiente alarmista por una política informativa basada en rumores y la incapacidad de transmitir mensajes más positivos y esperanzadores han determinado un fácil desencadenamiento de síntomas de ansiedad y depresión.

Una mentalidad desconfiada y una percepción de los otros alterada por esa información alarmista, sin la necesaria preocupación de explicar de una forma correcta y construyendo oportunidades esperanzadoras y empatía ha resultado en una tendencia a estigmatizar y percibir e interpretar de forma desconfiada y al temor de los demás<sup>41</sup>. Soledad y aislamiento social han sido asociados con depresión, ansiedad y mortalidad prematura<sup>42</sup>.

Es bueno recordar que aquellas personas que tienen mayor cantidad y calidad de vínculos interpersonales con otros son más felices, afrontan de mejor forma el estrés, se enferman menos, tienen mejores trayectorias de salud y menores índices de mortalidad<sup>43</sup>. Los adultos mayores con peores habilidades en participar en actividades sociales han tenido más

---

<sup>34</sup> Relaciones interpersonales y desenlaces en salud durante la pandemia por COVID-19 Rev. méd. Chile vol.148 no.10 Santiago oct. 2020

<sup>35</sup> *Grazia Labate* Cosa è cambiato dopo il Covid? *Quotidianosanita.it* - 14 Nov 2022

<sup>36</sup> Li J, Yang Z, Qiu H et al. *World Psychiatry* 2020 ;19:249-50.

<sup>37</sup> Tandon, R. COVID-19 and mental health: Preserving humanity, maintaining sanity, and promoting health *Asian J Psychiatr.* 2020 Jun; 51: 102256.

<sup>38</sup> Gotlib I, Miller J, et al., Effects of the COVID-19 Pandemic on Mental Health and Brain Maturation in Adolescents: Implications for Analyzing Longitudinal Data. Archival Report, *Biological Psychiatry: Global Open Science*. 01 December de 2022. [https://www.bpsgos.org/article/S2667-1743\(22\)00142-2/fulltext#relatedArticles](https://www.bpsgos.org/article/S2667-1743(22)00142-2/fulltext#relatedArticles)

<sup>39</sup> <https://www.theguardian.com/science/2022/dec/01/brains-of-post-pandemic-teens-show-signs-of-faster-ageing-study-finds>

<sup>40</sup> Gotlib I, Miller J, et al., op. cit.

<sup>41</sup> <https://www.diariosur.es/sociedad/salud/pandemia-danado-relaciones-20210130101317-ntrc.html>

<sup>42</sup> Resocializing: Social connectedness in a post-pandemic world | Oxford Institute of Population Ageing - Blog

<sup>43</sup> Cohen S. Social Relationships and Health. *Am Psychol.* 2004; 59 (8): 676-84

probabilidad de tener experiencias depresivas y síntomas de ansiedad de los adultos mayores con mejores habilidades de compromiso social<sup>44</sup>. De hecho, la pandemia puso en evidencia la importancia de la cercanía con otras personas para proteger el bienestar emocional.<sup>45</sup> Con esta crisis sanitaria, se evidencia también una disminución de la extroversión y la apertura mental.<sup>46</sup> Sin embargo, aún no sabemos si estos cambios serán permanentes, pero, una investigación sugiere que “los eventos estresantes a gran escala que interfieren con la libertad personal y la salud pueden cambiar la trayectoria de la personalidad de los afectados”.<sup>47</sup>

En salud mental, nos parece importante señalar la aceleración y ampliación de casos de “aislamiento social agudo”, conocidos también como síndrome de Hikikomori, como efecto de la pandemia. Existen varios estudios que definen las características principales diagnósticas de ese síndrome como “una persona con deshabilitación funcional y angustia que se haya físicamente aislado en su casa por al menos seis meses, cortando cualquier tipo de relación social”. Hay bastante consenso internacional sobre la existencia de una estrecha relación entre ese síndrome y los desórdenes del espectro autístico, del ánimo, la ansiedad social y la agorafobia. Así mientras muchas personas emergen de un *lockdown* forzado felizmente, aquellos con riesgo Hikikomori decidirán no volver a reanudar la vida como antes del COVID-19<sup>48</sup>.

Aspirar a una muerte social y evitar la muerte física es una característica central de personas con Hikikomori - ellos quieren que la sociedad los olvide, pero ellos no pueden olvidar la sociedad<sup>49</sup>.

Al mencionar este síndrome, es importante recordar que las personas jóvenes tienden más frecuentemente a sufrir de efectos como el desempleo que aquellos en otros grupos etarios durante periodos post recesión (ILO 2020). Personas jóvenes que están afuera del mercado del trabajo y del sistema educativo por un periodo de tiempo es más probable que experimenten marginalización, dependencia, soledad, abuso de drogas y comportamientos de auto lesión y suicidio (Wong et Al, 2015).

A estos trastornos evidenciados ahora, se suman otros disturbios desatados por la pandemia y tienen que ver con la esfera del sueño y de la alimentación, especialmente en las personas más vulnerables.

Más marcado en los niños y adolescentes, obligados por el *lockdown* a la didáctica a distancia, a una falta de relaciones sociales, son los miedos, con consecuencias también graves para su desarrollo.

Los jóvenes adultos pueden haber sufrido una madurez interrumpida, asociada a neuroticismos, a disminución de la agradabilidad y de la consciencia<sup>50</sup>.

---

<sup>44</sup> Cosco T et al. Resocializing: Social connectedness in a post-pandemic world, The Population Aging of the Oxford Institute, Blog 30 Mar 2022

<sup>45</sup> Blog Sura Colombia, ¿Cómo cambiaron las relaciones humanas debido a la pandemia?, 10 de junio de 2021

<sup>46</sup> *Marcador de posición de Grazia Labate* ¿Qué ha cambiado después de Covid? Quotidianosanita.it - 14 Nov 2022

<sup>47</sup> *Grazia Labate* Cosa è cambiato dopo il Covid? Quotidianosanita.it – 14 nov 2022

<sup>48</sup> Rooksby M, Furuhashi T, McLeod H J. Hikikomori: a hidden mental health need following the COVID-19 pandemic World Psychiatry 19:3 - October 2020

<sup>49</sup> Kato TA, Kanba S, Teo AR. World Psychiatry 2020;19:116-7.

<sup>50</sup> *Grazia Labate* Cosa è cambiato dopo il Covid? Quotidianosanita.it – 14 nov 2022

## II. ¿EN QUIENES SE EVIDENCIA UN MAYOR IMPACTO?

Las desigualdades han empeorado bruscamente durante la pandemia. Según algunos autores, durante la pandemia, las repercusiones más duraderas de la pandemia surgirán en todos aquellos en condición de pobreza que siguen siendo dejados atrás.<sup>51</sup>

Nora Lustig y Mariano Tommasi ofrecen una visión general de algunos de los principales grupos vulnerables que han sido mayormente afectados por las consecuencias de la pandemia.<sup>52</sup>

Entre otros, se destacan los pobres urbanos, quienes se encuentran en situación de alta vulnerabilidad en términos de riesgo epidemiológico y condiciones de vida, a menudo sin Internet y sin seguridad social, viviendo en hogares superpoblados que carecen de agua, saneamiento e higiene. Además, muchos de ellos, siendo trabajadores jornaleros han quedado si alguna fuente de ingreso en los momento de distanciamiento social.

Las mujeres, además se vieron afectadas por un aumento desproporcionado de la carga del trabajo de cuidado y del trabajo profesional<sup>53</sup> – que en algunos casos llevó a la renuncia “obligada” de la carga laboral -, siendo víctimas del aumento de violencia doméstica, abusos y otras formas múltiples e interrelacionadas a sus necesidades.

También para las personas ancianas, además de ser particularmente vulnerables frente al contagio de COVID-19, los confinamientos empeoraron las dificultades para acceder a alimentos, atención médica y medicamentos, tecnología, etc., en particular para quienes viven solos;

Como lo hemos visto en la sección anterior de nuestra investigación, observamos que, entre las categorías mayormente estudiadas en este ámbito, se destacan los jóvenes. Investigaciones desarrolladas en los últimos años sugieren que los adultos jóvenes fueron los más propensos a destacar un empeoramiento de las relaciones durante COVID-19, mientras que los adultos mayores fueron los menos propensos a informar un cambio<sup>5455</sup>.

Un estudio de la Revista *Habitus* de Colombia investigó sobre los cambios que se dieron en las relaciones de los jóvenes en los ámbitos de amistad, amoroso, familiar y laboral. Dicho estudio identificó que el componente relacional que sufrió mayores cambios a causa de la pandemia fue en el ámbito de las relaciones de amistad. En este estudio se evidenció también diferencias en los resultados en base al género.<sup>56</sup> Los resultados confirmaron un “cambio de conducta en las relaciones interpersonales de los jóvenes universitarios durante la pandemia de covid-19”.<sup>57</sup> Los resultados tuvieron una leve diferencia entre los géneros, ya que los hombres

---

<sup>51</sup> Joseph E. Stiglitz.

<sup>52</sup> Nora Lustig and Mariano Tommasi. 2020. COVID-19 and social protection of poor and vulnerable groups in Latin America: a conceptual framework

<sup>53</sup> United Nations. 2022. The Sustainable Development Goals Report

<sup>54</sup> Fancourt D et al. *Covid-19 Social Study: Results Release 16*. UCL, 2020.

<sup>55</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. *J Epidemiolcy Community Health* 2022;76:128–132.

<sup>56</sup> Posada-Bernal, S., Bejarano-González, M., Rincón-Roso, L., Trujillo-García, L., & Vargas-Rodríguez, N. (2021). Changes in the interpersonal relationships of young university students during the pandemic. *Revista Habitus: Semillero de Investigación* 1(1), e12573. <https://doi.org/10.19053/22158391.125732021> | VOL. 1, NÚM. 1 | ISSN: 2745-2166 | <https://doi.org/10.19053/22158391.12573>

<sup>57</sup> Posada-Bernal, S., Bejarano-González, M., Rincón-Roso, L., Trujillo-García, L., & Vargas-Rodríguez, N. (2021). Changes in the interpersonal relationships of young university students during the pandemic. *Revista Habitus: Semillero de Investigación* 1(1),

tuvieron una mayor percepción de cambio en las relaciones amorosas mientras que las mujeres en las relaciones de amistad. A propósito de las relaciones amorosas, dicha investigación evidencia que el contacto físico es esencial para las personas y que la interacción digital no permite alcanzar resultados análogos, como lo habíamos mencionado anteriormente.

Finalmente queremos puntualizar que los pueblos indígenas se encuentran entre los segmentos poblacionales más rezagados, empobrecidos y vulnerables.<sup>58</sup> La tasa de vulnerabilidad de los pueblos indígenas es sustancialmente mayor con respecto a los pueblos no indígenas.<sup>59</sup> Como lo hemos destacado en otro estudio: “la persistencia de un patrón generalizado de aumento de la pobreza y las desigualdades preexistentes que afectan a los pueblos indígenas hacen previsible que se hayan visto afectados de manera desproporcionada por la pandemia, tanto en términos sanitarios como socioeconómicos.”<sup>60</sup> Como lo ha evidenciado la pandemia, los pueblos indígenas, en particular las mujeres y las niñas indígenas, suelen verse afectados de manera desproporcionada por las epidemias y otras crisis ya que tienen casi tres veces más probabilidades de vivir en la extrema pobreza que los no indígenas.<sup>61</sup>

Una vez analizado que la pandemia tuvo un impacto desproporcionado en los pueblos indígenas, quisimos investigar sobre el impacto de la pandemia en las dinámicas relacionales al interior de las comunidades indígenas. Es así como descubrimos que esta temática no se ha (suficientemente) visibilizado y ni estudiado. Sin embargo, creemos que los pueblos indígenas, una vez más, tienen algo para enseñarnos en la relación con la naturaleza, con la cual han construido un mejor equilibrio y armonía que otras poblaciones basado en el respeto y la solidaridad en la comunidad y con los animales, las plantas y la ‘madre tierra’ más en general<sup>62</sup>. Esta mejor relación puede permitir un modelo de vida más holístico y la prevención a futuro de crisis pandémicas, en el cual la salud es como un sistema circular entre el hombre y el medio ambiente.<sup>63</sup> “Hoy más que nunca, somos actores responsables en el círculo de la vida, y sobre todo, guardianes del planeta y defensores de su salud” sugiere Ilaria Capua, refiriéndose al vínculo inseparable entre el hombre y la naturaleza, sin el cual se generan crisis globales, como la de la COVID-19.<sup>64</sup>

En 2022, en ocasión del II encuentro de Agentes comunitarios de salud (ACS) en puerto Maldonado, Perú, varios Agentes comunitarios de salud se reunieron para compartir lecciones aprendidas, desafíos y experiencias exitosas durante la pandemia. En las lecciones aprendidas y buenas prácticas que se han puesto en común, se puede destacar que en algunas comunidades indígenas se decidió no respetar las reglas de aislamiento total que se decretaban a nivel nacional, reconociendo que las necesidades y prioridades de la comunidad requerían de otras modalidades de sobrevivencia. Ellos cerraron su comunidad, pero no sus casas. De hecho, en

---

e12573. <https://doi.org/10.19053/22158391.125732021> | VOL. 1, NÚM. 1 | ISSN: 2745-2166  
| <https://doi.org/10.19053/22158391.12573>

<sup>58</sup> CEPAL. 2021. Op. cit

<sup>59</sup> CEPAL y otros. 2021. El impacto de la COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina (Abya Yala): entre la invisibilidad y la resistencia colectiva"

<sup>60</sup> *Ibidem*

<sup>61</sup> [https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2020/04/COVID\\_IP\\_considerations\\_Spanish.pdf](https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2020/04/COVID_IP_considerations_Spanish.pdf)

<sup>62</sup> Balladelli, Farante, 2022, “La pandemia de covid-19 y las poblaciones vulnerables de Sudamérica”, CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

<sup>63</sup> *Marcadore de posición de Grazia Labate ¿Qué ha cambiado después de Covid? Quotidianosanita.it - 14 Nov 2022*

<sup>64</sup> *Grazia Labate Cosa è cambiato dopo il Covid? Quotidianosanita.it – 14 nov 2022*

algunas ocasiones se priorizó el contacto y las relaciones interpersonales en función del bienestar holístico de la comunidad.

### III. RECOMENDACIONES

Según Long, Patterson y Maxwell<sup>65</sup> es oportuno ecualizar el costo social relacional de las políticas para controlar la pandemia al momento de aplicar medidas de aislamiento; construir y financiar comunidades y redes comunitarias más fuertes y sostenibles para cuidar de manera solidaria a los grupos más vulnerables, apoyando el uso de espacios verdes en las ciudades para contribuir a fortalecer relaciones sociales, actividad física y la salud mental.

A nivel emocional, es necesario reforzar la empatía como recurso imprescindible en las relaciones entre las personas.<sup>66</sup> A nivel cognitivo, es importante estimular nuestra atención, concentración, memoria, escritura y lectura, e incrementar las conductas que ayudan a pensar e interpretar mejor lo que nos rodea, buscar la mayor apertura mental.

En momentos de crisis social hay que priorizar e incentivar iniciativas que apoyen el bienestar mental y general de todas las personas, especialmente de aquellos más vulnerables, resaltando caminos viables que fomenten la solidaridad. Es oportuno hacer mención que las restricciones, como los confinamientos, llevaron a la creación de redes locales de apoyo que determinaron más solidaridad entre vecinos y, también, un aumento del voluntariado local.<sup>67</sup> Existe la posibilidad de un cambio a largo plazo en la forma en que las instituciones apoyan a las personas, a través de redes de seguridad y un contrato social más inclusivo.<sup>68</sup> Entre las medidas necesarias y prioritarias para la recuperación post-pandémica se evidencia la el pleno empleo y un nuevo contrato social.<sup>69</sup> Una forma exitosa de enfrentar la pandemia conteniendo el virus sin destruir completamente las conexiones interpersonales fueron las denominadas “*support bubbles*”, grupos de ayuda que se formaron en Nueva Zelanda, al inicio de la pandemia, para apoyo de las personas que vivían solas o con necesidades especiales. Cuando los casos de contagio bajaron, cada grupo familiar que vivía en el mismo hogar podía reunirse con otro grupo familiar. Un grupo de investigadores demostró como estas “burbujas de soporte” marcaron una gran diferencia en las vidas de las personas, ya que les permitió dar y recibir un soporte humano tan necesario. También gracias a la evidencia presentada por este grupo investigador es que, luego, en Inglaterra también se implementaron estas mismas medidas.<sup>70</sup>

La información oportuna sobre el virus y cómo defenderse de él es una acción central en un momento en que la desinformación contribuya a aumentar la ansiedad, la polarización y conflicto interpersonal, originando también paranoias y actitudes de sospecha en contra de los demás, considerados como competidores y como posible fuente de enfermedad y muerte.

Son centrales la solidaridad y el aprovechamiento de mecanismos internacionales multilaterales para incrementar el acceso con equidad a bienes colectivos prioritarios durante una crisis endémica, como pruebas, equipamiento de protección, medicamentos y vacunas. Las dificultades en coordinar una respuesta internacional, se relaciona principalmente con la ola de exceso de nacionalismo de los países, que durante la pandemia prefirieron perseguir sus necesidades a través de acciones individuales en vez que colectivas. Esta actitud llevó a la

---

<sup>65</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al. J Epidemiol Community Health 2022;76:128– 132.

<sup>66</sup> <https://www.diariosur.es/sociedad/salud/pandemia-danado-relaciones-20210130101317- ntrc.html>

<sup>67</sup> Long E, Patterson S, Maxwell K, et al., op. cit.

<sup>68</sup> James Manyika

<sup>69</sup> James Manyika

<sup>70</sup> Ibidem

subutilización de sus entidades multilaterales, y contribuyó a crear condiciones de mayor injusticia y aumento de las desigualdades. Esa falta de gobernanza se hizo aún más evidente en países que tienen un rol primario en formatear las agendas de la diplomacia y de la agenda internacional.

También existe evidencia sobre la intensificación de las desigualdades económicas al interior y entre los países durante y después de la pandemia. De hecho, muchos de los problemas que enfrentaremos en la próxima década son simplemente versiones extremas de aquellos problemas que confrontamos hoy. Un ejemplo es la aceleración que la crisis pandémica ha determinado de la transformación digital, con expansión del comercio virtual y el aumento del ritmo de adopción de la telemedicina, video conferencia, formación virtual y tecnología financiera. Entre los grandes desafíos de la globalización que el COVID ha contribuido a intensificar hay que considerar la pobreza en el mundo<sup>71</sup>. Es notable, luego de la experiencia pandémica que grandes desafíos como la erradicación de la pobreza, el acceso a los derechos humanos y revertir el cambio climático solo pueden ser enfrentados poniendo al centro de la acción local y global valores cuales la justicia social y la solidaridad para que todos puedan acceder a los bienes colectivos.

Quiero terminar con una frase de Nicholas Long<sup>72</sup> que relaciona el problema con su solución: “Nuestras relaciones sociales han sido dañadas y necesitamos enfocarnos en la reconexión.”

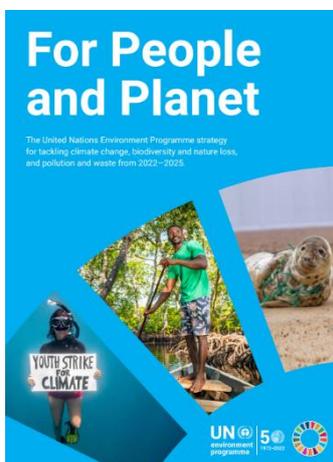
---

<sup>71</sup> IMF-Finance and Development - How will the world be different after COVID-19? June 2020

<sup>72</sup> LSE Research, Entrevista de Charlotte Kelloway al Dr. Nicholas Long, Can we repair our social lives after the pandemic?, 15 de marzo de 2022

## Pelas pessoas e pelo planeta: a estratégia 2022–2025 do PNUMA para o combate à tripla crise planetária

*Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão*



ambientais sob acordos internacionais.

Três crises interconectadas – mudança climática, perda de biodiversidade e poluição – estão colocando em risco o bem-estar econômico e social global. Eles minam as oportunidades de reduzir a pobreza e melhorar vidas e complicam a resposta à crise do COVID-19. A Estratégia de Médio Prazo (EMP) é a visão do PNUMA para reverter essa trajetória. O EMP articula o papel do PNUMA no cumprimento das promessas da Agenda 2030, bem como da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e seu documento final, “O Futuro que Queremos”. A estratégia descreve como o PNUMA fortalecerá a dimensão ambiental da Agenda 2030 durante o período de 2022 a 2025, apoiando os países a cumprir seus compromissos

O PNUMA entrará neste período conduzindo ações transformadoras e de várias partes interessadas que visam as causas da mudança climática, perda de biodiversidade e poluição. Ao fazer isso, o PNUMA garantirá que a ciência permaneça no centro dos processos de tomada de decisão e que o estado de direito ambiental continue a sustentar a governança ambiental global. O PNUMA aumentará os esforços para usar tecnologias digitais para resultados inclusivos, transparentes e inovadores.

Reconhecendo a complexidade e a interconexão das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, o EMP emprega sete subprogramas interligados para ação: Ação Climática, Ação contra Químicos e Poluições, Ação na Natureza, Política Científica, Governança Ambiental, Finanças e Transformações Econômicas e Transformações Digitais. O documento reúne 125 ações estratégicas centradas para o combate à tripla crise planetária, podem ser visualizadas [aqui](#).

### **G-STIC Rio - The Global Sustainable Technology And Innovation Community**



Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, o mundo precisa da ajuda de soluções tecnológicas integradas. Essas soluções devem ser socialmente aceitáveis, economicamente viáveis, acessíveis e devem levar em conta os limites naturais do planeta que todos compartilhamos. A conferência do G-STIC (The Global Sustainable Technology And Innovation Community) acontece anualmente com o objetivo de apresentar Ciência Tecnologia & Inovação (CT&I) para acelerar os ODS.

O G-STIC é organizado em conjunto por sete institutos independentes de pesquisa em tecnologia e sem fins lucrativos: Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz, Brasil), VITO (a principal organização de pesquisa e tecnologia sobre tecnologia limpa e desenvolvimento sustentável na Bélgica), CSIR (Conselho de Pesquisa Científica e Industrial, África do Sul), GIEC (Instituto de Conversão de Energia de Guangzhou, China), GIST (Instituto de Ciência e Tecnologia de Gwangju, Coreia do Sul), NACETEM (Centro Nacional de Gestão de Tecnologia, Nigéria) e TERI (Instituto de Energia e Recursos, Índia).

Neste ano, de 13 a 15 de fevereiro, o G-STIC foi organizado pela Fiocruz no Rio de Janeiro. O G-STIC Rio 2023 abordou soluções de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para uma recuperação pós-pandêmica com base no desenvolvimento sustentável de longo prazo para garantir um mundo integrado, seguro, saudável, resiliente e mais equitativo para enfrentar os ODS e criar preparação para crises. As sessões temáticas sobre Educação, Água, Energia, Oceano, Saúde, Clima e Biodiversidade, bem como as várias sessões multitemáticas, debateram os desafios que se avizinham, propondo políticas e integrando ciência, tecnologia e inovação combinadas com tecnologias sociais, conhecimento tradicional e ciência cidadã. Vários exemplos bem-sucedidos do potencial de incluir a população em decisões e soluções foram apresentados, demonstrando que a inclusão é essencial para gerenciar os desafios globais e acelerar a Agenda 2030. Cerca de 200 palestrantes e especialistas de renome compartilharam seus conhecimentos e experiências em soluções tecnológicas para os ODS. Eles apresentaram exemplos da vida real e destacaram como essas tecnologias exigem abordagens, leis, regulamentos e mecanismos de financiamento inovadores.

Esta edição também teve como objetivo abordar soluções para a tripla crise planetária, mudança climática, perda de biodiversidade e poluição, porque ecossistemas desestabilizados aumentam o risco de surtos de doenças infecciosas e prejudicam o desenvolvimento, a segurança nutricional e a proteção contra desastres naturais. Soluções tecnológicas prontas para o mercado foram apresentadas para energia sustentável; tratamento de água de reuso; acesso a água; entre alimentos, energia e clima; economia circular do plástico; Soluções baseadas na natureza; Amazônia, ecossistemas marinhos e a biodiversidade, emissões NET ZERO, Startups em inovação para a sustentabilidade, bem como o uso de dados geoespaciais para monitoramento e a incorporação de conhecimento comunitário e indígena em políticas e ações. O side event sobre Bioeconomia apresentou exemplos de sucesso de diversas empresas e academia sobre soluções sustentáveis utilizando recursos biológicos renováveis para produzir alimentos, energia e bens industriais. Em particular, uma sessão sobre bioprodutos da Amazônia que garantem a proteção da biodiversidade.

A preparação para futuras crises de saúde foi extensivamente explorada nas sessões de saúde sobre mecanismos de preparação, sistemas de vigilância, saúde planetária, agenda da OMS de 2023 e saúde urbana. As sessões reuniram importantes autoridades da OMS, das principais instituições mundiais de saúde e da academia. As sessões especiais sobre Vacinas e Imunização discutiram durante dois dias os fatores críticos para a fabricação local de vacinas nos

países em desenvolvimento e abordaram os desafios e perspectivas tanto do lado da demanda quanto da oferta, financiamento e perspectivas globais em relação à produção e acesso.

Sobre as consequências da Covid-19 na Educação, gestores públicos, instituições educacionais, sociedade civil e organizações internacionais discutiram políticas e apresentaram programas públicos e privados para a recuperação da educação, considerando grupos vulneráveis, marginalizados e desfavorecidos, que incluem povos indígenas, meninas e mulheres, minorias étnicas, pessoas com deficiência e pessoas que vivem na pobreza.

Durante três dias, o G-STIC Rio reuniu organizações multilaterais, governos, indústria, atores privados, sociedade civil, instituições filantrópicas e academia que apresentaram, discutiram e identificaram soluções de STI que contribuirão para alcançar os princípios da Agenda 2030 e os ODS. Como principal resultado, foi assinada uma Carta Comunicado pelas mais destacadas autoridades e representantes dessas instituições, para reafirmar seu engajamento e atuação diante da urgência de acelerar a Agenda 2030 e o alcance de seus dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 visa acabar com a pobreza e os conflitos, construir sociedades justas e inclusivas e garantir que o desenvolvimento caminhe lado a lado com a proteção permanente do planeta e de seus recursos naturais. A conquista dos ODS transformará o mundo para melhor e trará melhorias significativas para a vida das pessoas. Juntos, podemos concluir a transição para um futuro sustentável, inclusivo e positivo para a natureza que beneficiará nossa saúde, sociedades e economias. Agora é a hora de agir para um novo futuro!

A programação completa pode ser encontrada [aqui](#), as sessões online gravadas podem ser conferidas [aqui](#) ou no site do [G-STIC Rio](#).

### **Sexta reunião do Grupo de Líderes Globais (GLG) sobre Resistência Antimicrobiana (RAM)**

A resistência antimicrobiana (RAM) é responsável por cerca de 5 milhões de mortes por ano, onde 1,5 milhões de mortes está diretamente relacionada e 3,5 milhões de mortes estão associadas à RAM, colocando a RAM como uma das maiores líderes em causas de morte no mundo.

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, formalmente conhecida como OIE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) sobre cooperação para combater riscos à saúde na interface animal/humano/ecossistemas, no contexto da abordagem “One Health” e incluindo resistência antimicrobiana. Em 2022, o PNUMA assinou o MoU, tornando-o quadripartido. O novo MoU quadripartido fornece uma estrutura legal e formal para as quatro organizações enfrentarem os desafios na interface humana, animal, vegetal e ecossistêmica usando uma abordagem mais integrada e coordenada. O quadripartido, entre outras iniciativas, desenvolveu uma estratégia conjunta sobre RAM, que inclui como parte de seus resultados o apoio aos países para desenvolver políticas e respostas legislativas eficazes e de propriedade do país.

Nos dias 7 e 8 de fevereiro aconteceu em Barbados a sexta reunião do Grupo de Líderes Globais (GLG) sobre Resistência Antimicrobiana (RAM), organizada pela Presidente do GLG e Primeira Ministra de Barbados, Mia Amor Motley. O GLG é composto por 21 membros, incluindo líderes políticos e especialistas dos setores de saúde humana, animal e vegetal e meio ambiente, e promove uma resposta multissetorial à RAM com base na abordagem *One Health*.

Os Líderes discutiram os principais desafios na resposta às prioridades da RAM e do GLG para os próximos dois anos, incluindo a necessidade de um financiamento mais sustentável, o papel do setor privado, as dimensões ambientais da RAM, o fortalecimento da vigilância em todos os setores e a pesquisa e o desenvolvimento. O GLG também discutiu a manutenção da urgência, apoio público, momento político e visibilidade dos desafios da AMR na agenda de desenvolvimento global.

Um dos principais focos da reunião foi iniciar o planejamento do GLG para a segunda Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre RAM, agendada para abril de 2024, na qual o GLG pressionará os estados membros a firmarem compromissos mais ambicioso e específicos para enfrentar as crescentes ameaças de resistência antimicrobiana.

Na ocasião, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou oficialmente o relatório, Preparando-se para superbactérias: fortalecendo a ação ambiental na resposta de saúde única à resistência antimicrobiana. O relatório fornece evidências de que o meio ambiente desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, transmissão e disseminação da RAM. A poluição das águas oceanos e solo, incluindo o descarte de antibióticos devido ao seu uso indiscriminado são determinantes para a proliferação e dispersão de microrganismos e genes resistentes à antibióticos que impactam não só a saúde humana, mas também a vida silvestre. Se esses despejos não forem controlados, estima-se que em 2050 haverá 10 milhões de mortes por ano relacionadas a RAM.

O relatório aponta alguns pontos importantes,

- Limitar o uso de antibióticos e pesticidas nos sistemas de produção de alimentos
- Melhorar o processo de produção de antibióticos baseado em sistemas regulatórios robustos;
- Reduzir o uso de antibióticos nos serviços de saúde;
- Melhorar os sistemas de tratamento de água
- Sistemas robustos de financiamento e monitoramento que façam parte dos planos nacionais.

A FAO está preparando uma iniciativa global de 10 anos para reduzir a necessidade de antibióticos em sistemas agroalimentares. A FAO também está desenvolvendo a primeira versão da plataforma internacional de TI de monitoramento da resistência antimicrobiana da FAO para abordar a lacuna de informação existente nos sistemas agroalimentares. Além disso, está hospedando a AMR Multi-Stakeholder Partnership Platform, um mecanismo para promover a colaboração entre uma ampla gama de partes interessadas em todos os níveis em todo o espectro *One Health*.

## **As vulnerabilidades do Brasil estão reveladas na tragédia do litoral paulista e dos Yanomamis**

***Carlos Bocuhy***

A devastação climática que atingiu o litoral norte do Estado de São Paulo no último fim de semana e o genocídio dos Yanomamis deixam lições importantes. Ensinam que o respeito ao ordenamento territorial está entre as maiores prioridades para a segurança dos brasileiros.

A normativa ambiental dos países mais desenvolvidos vem, há muito, assumindo a missão de apontar rumos para o desenvolvimento sustentável. Busca a manutenção e promoção de ambientes seguros, com ordenamento territorial adequado, eliminando vulnerabilidades, livres de poluição para água, ar e solo, na garantia da proteção da vida dos seres humanos e da biodiversidade planetária.

Assim, a governança ambiental do Brasil depende, como qualquer outra do mundo, de administrar seu território e patrimônio ambiental com capacidade e eficácia de forma a garantir a manutenção das condições vitais para um futuro seguro e saudável.

A eficácia da governança precisa ser mensurada. Sua essência multidisciplinar demanda múltiplos indicadores. Este processo deve contar com metodologia adequada, acuidade científica e participação social isenta de conflitos de interesses. É preciso obter respostas sobre a eficácia das políticas públicas ambientais e o estado da arte da proteção da vida. É preciso diagnosticar desconformidades e identificar o estágio de desenvolvimento do país.

As Nações Unidas vêm produzindo material orientador para o desenvolvimento das Nações, como, por exemplo, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com horizonte de atingimento para 2030. Entre os objetivos encontram-se boa saúde e bem-estar (ODS 3), água limpa e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13).

O objetivo ODS 11 aponta caminhos para evitar eventos como a tragédia no Litoral Norte paulista, incluindo a eliminação de desconformidades na ocupação das áreas de risco, a tomada de medidas responsáveis relacionadas à relocação de populações, intervenções para contenção de encostas e sistemas de escoamento de águas pluviais, procedimentos eficientes de comunicação diante de episódios potencialmente críticos, com estabelecimento de alarmes, rotas de fuga, abrigos, com preparação e organização das comunidades envolvidas.

Não é mais possível considerar que as obras e concepções baseadas na série histórica de pluviometria possa representar segurança. Cada vez tem-se uma intemperividade maior, como ocorreu no último fim de semana.

A avaliação de 2022 sobre o desenvolvimento do Brasil traz expectativas sombrias, que apontam evidente estágio de insustentabilidade. O resultado do VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável repete, exaustivamente, que cada uma das metas para atingimento dos objetivos é “insuficiente”, apresenta “retrocesso” ou está “ameaçada”.

Diz o relatório: “As 168 metas originalmente aplicáveis ao país – inclusive as sete que a partir de 2021 passaram a ser consideradas no Painel ODS Brasil como ‘não aplicáveis’, apenas uma (a 15.8), teve progresso satisfatório. Onze (6,54%) permaneceram ou entraram em

estagnação, 14 (8,33%) estão ameaçadas, 24 estão em progresso insuficiente (14,28%) e 110 (65,47%) estão em retrocesso. Sobre oito metas (4,76%) não há dados”.

A meta 15.8, citada como exceção positiva, não se refere a resultados mais concretos, mas apenas à “formação da Rede de Alerta e Detecção Precoce de Espécies Exóticas Invasoras”.

Os indicadores apontam a piora da governança ambiental do Brasil. Em comparação com o V Relatório Luz, “as metas em retrocesso aumentaram de 92 para 110 e as com progresso insuficiente passaram de 13 para 24”. Este será o grande desafio para o governo Lula da Silva.

O caso gritante dos yanomamis representa perda de controle estatal envolvendo insuficiências, retrocessos e ameaças à vida e ao ambiente. O caos se instalou como resultante da dinâmica econômica nociva da lavra ambiciosa e desregrada dentro de um território que deveria ser protegido. O episódio dantesco de desnutrição, envenenamento e morte da etnia indígena yanomami mostra a reedição, em pleno século XXI, dos efeitos da “febre do ouro”, que assolou tantas etnias ao redor do mundo, causando genocídios.

É preciso considerar que não se trata de estabelecer regramento ou normatização para a proteção da vida e do ambiente, que não existia nos séculos anteriores. Trata-se da capacidade brasileira para implementar mecanismos de proteção já instituídos. Portanto, está em xeque a eficácia da governança que dispõe de plenos mecanismos legais para o exercício de suas funções.

A reação ao caos tem sido forte e surpreendente. O lançamento de um artefato militar explosivo para destruir uma pista de pouso clandestina, em pleno território indígena e no meio da Floresta Amazônica, agrega mais contradição. Mesmo considerando que o atual governo aplica tratamento de choque de forma emergencial para impor ordem ao caos provocado pela incúria do governo anterior, o bombardeio em meio à Floresta Amazônica é questionável devido à evidente vulnerabilidade ambiental do local.

Pelo conjunto da obra, que inclui o aumento de 331% das mortes de yanomamis por desnutrição na gestão de Jair Bolsonaro, acrescida das tragédias climáticas que assolam as populações vulneráveis que vem sendo vitimadas em áreas de risco, talvez a frase mais apropriada seja “o horror, o horror”, conforme pronunciou o coronel Walter Kurtz, ao final do filme Apocalipse Now.

Obviamente o atual estado do desenvolvimento sustentável no Brasil não deve ser julgado só por estes exemplos atroz. Certamente há boas ações em gestação. Mas na prática estamos ainda no purgatório. Há muito para fazer e refletir.

É preciso plasmar o desenvolvimento sustentável em nossa realidade. A começar por ampla compreensão conceitual sobre o que é “desenvolvimento”, que não pode ser confundido com mero “crescimento”; a compreensão do que é “sustentabilidade”, muito mais relacionada, em essência, à sobrevivência intergeracional do que aos efeitos cosméticos do “greenwashing” do mercado, como os princípios ESG (Environmental, Social and Governance) praticados por alguns representantes do setor da mineração aurífera envolvidos nesse episódio, assim como os responsáveis por especulação imobiliária predatória e excludente que lança os menos favorecidos para as áreas de risco.

Tendo em vista a forte ascensão dos caminhos de uma economia predatória que impulsiona contínuos impactos negativos sobre a realidade biofísica brasileira, é essencial que transformações positivas ocorram no setor produtivo; que os governos não se fechem em seus

limitados planos pontuais e demagógicos de pequeno poder e que estruturam políticas públicas necessárias e saudáveis que não financiem, com dinheiro público de agentes estatais como BNDES, a insustentabilidade ambiental.

Além disso, é importante que estabeleçam mecanismos de monitoramento para o fluxo dos agentes financeiros privados; e que a sociedade civil compreenda que participação social não se limita à obrigatória transparência dos atos governamentais, mas sim participação plena em processos decisórios. O Judiciário, por sua vez, precisa atuar em respeito aos bens ambientais indisponíveis. E os poderes legislativos não podem continuar mergulhados em profundos conflitos de interesse que aviltem valores intrínsecos da democracia e da proteção ambiental. E, como se revela na tragédia do Litoral Norte do Estado de São Paulo, as diferentes esferas Federal, Estadual e municipais não devem exercer incompetência concorrente.

Sobretudo, é preciso agir para equacionar o que o descontrole dos mais simples dos elementos naturais como água e clima estão nos ensinando: o efeito apocalíptico dos desastres naturais, que assolaram em menos de um ano os Estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Brasil tem que elencar prioridades e voltar-se, de forma emergencial, ao longo caminho da boa governança ambiental.

## **Primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS para o exercício de 2023: nada de novo no front**

***Erica Kastrup  
Rômulo Paes de Sousa***

Entre os dias 30 de janeiro e 03 de fevereiro ocorreu a primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS para o exercício de 2023, sob a presidência da República do Kenya. Com o objetivo de compreender as principais estratégias utilizadas pelo programa das Nações Unidas responsável por promover o desenvolvimento internacional apresentamos aqui o discurso de Achim Steiner, Administrador do PNUD desde junho de 2017, na abertura da reunião, assim como as principais recomendações do Conselho para o trabalho do PNUD no corrente ano.

Steiner iniciou sua fala com uma breve análise do contexto global, onde ressaltou os impactos da pandemia de COVID-19, que fizeram com que o índice de desenvolvimento humano, medido pelo PNUD desde os anos de 1990, declinasse por dois anos seguidos pela primeira vez na série histórica. E alertou que, ao mesmo tempo, a Agenda 2030 não avançou na maior parte do mundo. É importante notar que a narrativa de Steiner não se diferencia de muitas lideranças globais que apontam a pandemia como a principal responsável pelo atraso da implementação da Agenda 2030, uma retórica que ignora os alertas feitos pelo Secretário Geral quanto a falta de compromisso dos países com o desenvolvimento sustentável, mesmo antes do choque causado pela pandemia.

Nesse contexto, Steiner ressaltou a importância do trabalho do PNUD que se distingue por partir de uma combinação de formulação intelectual e experiência prática na cooperação com governos locais e apresentou exemplos dessas duas grandes operações do maior Programa das Nações Unidas, que está presente em 170 países e territórios do Sul global.

Alertou que um dos principais desafios para o funcionamento do PNUD é a queda nas dotações regulares, o que o Programa vem superando a partir da ampliação de parcerias com o setor privado e no desenvolvimento de projetos do tipo extraorçamentários com governos locais. Com isso, em 2022, o PNUD, segundo seu Administrador, teria alcançado “um dos maiores níveis de entrega da última década,” totalizando US\$ 4,7 bilhões investidos.

O fortalecimento da governança em países vulneráveis permanece como uma de suas principais estratégias, em linha com a proposta de “construção de capacidades para o desenvolvimento” que o PNUD vem priorizando desde os anos de 1990. A principal diretora orientadora é liderar com os valores consagrados na Carta das Nações Unidas e no direito internacional, em consonância com seu mandato e com a realidade de que o desenvolvimento inclusivo e sustentável depende de uma melhor governança, da realização dos direitos humanos e do estreito alinhamento de todos os fluxos financeiros. No campo dos valores, uma das principais agendas do PNUD é o combate à violência de gênero, além da promoção dos direitos humanos e do direito universal a um ambiente limpo, saudável e sustentável.

Selecionamos aqui algumas das linhas gerais ressaltadas por Steiner que exemplificam o trabalho do PNUD e as principais estratégias adotadas em 2022.

### **Quebrar o ciclo da crise**

Cerca de 15% da população mundial vive em zonas de conflito e mais da metade – cerca de 4 bilhões de pessoas – experienciaram desastres naturais nos últimos 20 anos. A ideia do

Pnud para lidar com essa realidade é mudar o paradigma da atenção a situações de crise, indo além do oferecimento de abrigo, alimentação e alojamento em emergências.

A proposta é mudar o paradigma da atenção a situações de crise. O Programa vai continuar a oferecer alimentação, abrigo e alojamento em situações de emergência, mas a ideia é pensar além disso. Por exemplo, no Iraque, Ucrânia, Afeganistão e outras localidades vulneráveis, o PNUD vem buscando estabelecer parcerias com instituições humanitárias, empresários e governos locais para reestabelecer serviços essenciais – como energia, água e gás - e assim criar condições básicas para a retomada da atividade econômica.

### **Desenvolvimento resiliente e descarbonizado**

Uma das principais escolhas do Programa para a promoção do desenvolvimento sustentável é a descarbonização e, neste sentido, o PNUD apoiou a iniciativa da criação do fundo global para “perdas e danos” relacionados ao clima discutida na COP27 que ocorreu no Egito em novembro passado.

Nesta linha, a proposta no passado foi apoiar os países em duas frentes: na criação de infraestrutura para a geração de dados e monitoramento de eventos climáticos e na formação recursos humanos para a captação de verbas e melhor uso de fundos para o clima. Por exemplo, na Libéria o Programa apoiou o desenvolvimento de uma estratégia abrangente de financiamento climático e treinou pessoal do governo para preparar submissões para financiamentos globais.

Outra estratégia foi o apoio à implementação do artigo 6 do Acordo de Paris, que visa a ampliar a mitigação climática com mais colaboração internacional. Daí o apoio ao programa de reflorestamento em Gana e à construção de infraestruturas resilientes para eventos climáticos extremos no Timor Leste.

Mas o maior programa do PNUD nesta área é o Programa Africano de Miniredes que instala placas solares para geração de energia renovável em comunidades rurais. O programa é realizado em parceria com governos locais, a iniciativa privada e o banco de desenvolvimento africano e tem o objetivo de promover ambientes capazes de atrair investimentos privados, gerando economia local em localidades onde praticamente não existe. Está presente em 21 países, espera implementar 114 mil mini plantas e levar energia a 265 milhões de pessoas até 2030.

### **Digital como uma força para o bem público**

O PNUD trabalha para diminuir o abismo digital – que atinge hoje cerca de 2,7 bilhões de pessoas - em países menos desenvolvidos. A ideia é promover a inclusão de infraestruturas públicas, tendo os direitos civis como foco central.

Por exemplo, no Malawi, o Programa apoiou a implementação de um sistema de identificação digital que melhorou as informações fiscais, fortaleceu as verificações de contas bancárias e economizou US\$ 20 milhões para o governo por meio da redução da fraude previdenciária. Essa economia foi investida em um programa para agricultores em situação de vulnerabilidade. Outro exemplo foi na Palestina, onde um sistema de gerenciamento de processos judiciais de código aberto ampliou o acesso e a eficiência da justiça, com ênfase em atingir mulheres relutantes em denunciar violência doméstica.

Em linhas gerais, o Pnud vem trabalhando no sentido de ampliar a inclusão digital em estruturas públicas.

### **Qualquer ideia pode mudar o amanhã**

A premissa é que com 8 bilhões de pessoas no planeta, provavelmente o mundo já tem muitas das respostas para os problemas atuais e o trabalho do Pnud é encontrá-las e disseminá-las. Para isso, o PNUD estimula que políticos locais busquem a sabedoria local, reconfigurando a noção do que é ser um “expert”, acreditando que são as pessoas que estão mais perto dos problemas que detêm o maior conhecimento sobre eles.

Para isso, existe um programa mundial chamado “Accelerator Lab” que busca identificar inovações locais para o desenvolvimento. Os laboratórios estão em 115 países (não tem no Brasil).

Trabalhando com o conceito de inovação, os laboratórios se tornaram um ponto de partida para a expansão do envolvimento do PNUD com o setor privado. Quase metade dos novos parceiros do Lab são atores privados, com potencial significativo para aumentar o investimento nos ODS à medida que novos ecossistemas de inovação decolam.

### **Realinhando todos os fluxos de finanças**

A ideia é alinhar os fluxos de financiamento público e privado com o objetivo de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Essa é uma das premissas da Agenda 2030 e o PNUD mantém um programa que tem por objetivo trazer os ODS para o centro dos sistemas de financiamento nacionais e internacional.

Para isso, desde 2019, dentre outras iniciativas, o PNUD acomoda o *Sustainable Finance Hub (SFH)*, cujos objetivos incluem desenvolver estruturas de financiamento governamentais que tenham os ODS no centro e criar estratégias para que os sistemas financeiros assimilem os ODS em suas operações. Por exemplo, O Uruguai acaba de emitir um título inovador vinculado à sustentabilidade de US\$ 1,5 bilhão que estende o vencimento da dívida existente e levanta novos fundos com base em metas climáticas e ambientais. Ao evitar projetos pré-definidos, o vínculo garante flexibilidade na adaptação de escolhas de gastos conforme as necessidades mudam ou surgem. Incentivos integrados para atingir as metas ajudam a manter os gastos no caminho certo. O Uruguai foi apenas o segundo país a emitir esse tipo de título. O mercado sinalizou forte aprovação, gerando quase US\$ 4 bilhões em pedidos de 188 investidores.

Na primeira reunião do Conselho Executivo no ano, foi feita uma breve avaliação geral do PNUD considerando-se relatório de avaliação externa. Os membros reiteraram a importância do Programa para a diretriz da Agenda 2030 de “não deixar ninguém pra trás” e estimularam o PNUD a avançar no desenvolvimento de uma abordagem de pensamento sistêmico, de modo a fortalecer a intersectorialidade. Isso significa que o Programa deverá continuar desenvolvendo orientações e ferramentas baseadas em evidências para aumentar a capacidade da equipe de projetar, implementar, monitorar e avaliar programas de desenvolvimento que tenham como base a articulação entre diferentes campos das políticas públicas. O Conselho estimulou ainda que o PNUD avance no desenvolvimento de parcerias com atores não governamentais no nível dos países. Orientou que o Programa priorize os países que estão mais atrasados em suas estratégias de mobilização e alocação de recursos, tendo em mente critérios multidimensionais.

## Panorama laboral da América Latina e Caribe 2022 e perspectivas para 2023: OIT divulga amplo estudo realizado por seu Escritório Regional

*René Mendes*

### I. APRESENTAÇÃO

Em continuação à elaboração e lançamento em janeiro deste ano, do **Word Employment and Social Outlook: Trends 2023** (que analisamos na edição anterior – Cadernos 1/2023), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) promoveu o lançamento, em 7 de fevereiro, de um dos mais belos estudos temáticos regionais, desta vez abordando a região da América Latina e Caribe. Com efeito, o documento **“Panorama laboral da América Latina e Caribe 2022”**, elaborado pelo Escritório Regional da OIT em Lima, aprofunda a temática das interfaces entre economia, trabalho e emprego, abordada no relatório global, ao mesmo tempo em que avança e se aprofunda em temas rotulados como “especiais”, de grande interesse para a nossa Região.

No presente artigo, iremos utilizar a versão completa em espanhol, que tem 244 páginas<sup>73</sup>, cotejando, também com a versão em inglês, desta vez reduzida a apenas o “Executive Summary”, de 12 páginas<sup>74</sup>.

A leitura e estudo do tema Economia-Trabalho-Emprego (ao qual a própria OIT acrescentou “pobreza”) aponta para indissociabilidade destes temas, bem como para a essencialidade destes temas para o “pensamento social em saúde”. Repetimos aqui um mote que temos utilizado nestes artigos: sem trabalho não haverá saúde! Mas não é *qualquer* trabalho: ele precisa ser “decente” (tradução no Brasil) ou “digno” (tradução em Portugal), para se tornar em determinante de saúde, e não determinante de adoecimento, incapacidade e morte! Eis uma das confluências óbvias entre Trabalho e Saúde, ou vice-versa...

### II. BREVE PANORÂMICA DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A forte **desaceleração do crescimento econômico** projetada para 2023, juntamente com o espaço fiscal limitado e os altos níveis de inflação, tornam as perspectivas laborais altamente complexas e incertas para a América Latina e o Caribe. Nesse contexto, é urgente implementar e fortalecer políticas que contribuam para a **geração de empregos formais** e a **sustentabilidade da renda do trabalho**.

Três anos após o início de uma pandemia que provocou uma profunda crise nos mercados de trabalho da América Latina e do Caribe, a boa notícia é que a recuperação econômica permitiu que o **emprego** voltasse aos níveis de 2019.

A **taxa de desemprego** de 7,2% no final de 2022, é significativamente inferior à de 2019, quando era de 8%. No entanto, é importante observar que isso foi alcançado em parte porque, ao contrário da taxa de emprego, a **taxa de participação** da força de trabalho regional ainda é um pouco menor do que antes da pandemia de COVID-19.

---

<sup>73</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_867497.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_867497.pdf)

<sup>74</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-port\\_of\\_spain/documents/publication/wcms\\_867510.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-port_of_spain/documents/publication/wcms_867510.pdf)

Devido ao baixo crescimento previsto para a economia, o **desemprego** provavelmente aumentará (ainda que minimamente) em 2023.

Ao mesmo tempo, os países da região terão que enfrentar as consequências de um período de **alta inflação** e seu impacto nos salários, que são a principal fonte de renda das famílias latino-americanas e caribenhas. Além disso, será necessário acompanhar de perto a evolução da **informalidade**, uma característica endêmica dos mercados de trabalho nesta Região, que traz consigo **instabilidade laboral, baixa renda e falta de proteção social**.

Esta edição do **Panorama Laboral** mostra que a recuperação do emprego após a crise da pandemia tem se dado pela recuperação dos **empregos informais**, embora a participação das ocupações formais no emprego total venha crescendo. Alguns países já registram taxas de **informalidade** mais altas do que em 2019. Atualmente, o **emprego informal** afeta um em cada dois trabalhadores da região.

A evolução do emprego tem apresentado intensidades diferenciadas entre **homens e mulheres**. Em média, as **mulheres** se recuperaram mais rapidamente após a perda abrupta de ocupações dominadas por mulheres no momento mais crítico da crise. No entanto, comportamentos muito diferentes também são observados dentro desse grupo. Em particular, as mulheres com **níveis de qualificação** mais baixos ficaram muito para trás nesta recuperação, mesmo quando em comparação com homens com o mesmo baixo nível de escolaridade.

Embora a recuperação do emprego entre os **jovens** tenha sido mais intensa do que entre os **adultos**, persistem os déficits estruturais que eles experimentam nos mercados de trabalho da região. **A taxa média de desemprego entre os jovens é de quase 16%**. Mas alguns países da região apresentam taxas significativamente superiores a esta, atingindo valores superiores a 30%. Além disso, **a taxa de emprego informal entre os jovens na região é de cerca de 60%, significativamente superior à taxa de 47% entre os adultos**.

Por outro lado, este relatório **Panorama Laboral 2022** aborda dois tópicos especiais. O primeiro é o **“fenômeno dos trabalhadores pobres”**, o que significa que as pessoas podem viver na pobreza mesmo tendo um emprego, mesmo que seja um emprego formal. Observa-se um **crescimento do percentual de trabalhadores pobres, ao mesmo tempo em que se evidencia uma estreita relação com a informalidade do trabalho. Os trabalhadores informais têm 3 a 4 vezes mais chances de serem pobres do que os trabalhadores formais**, enquanto respondem por **70 a 90% do total de trabalhadores pobres**. Isso sugere que o problema mais premente para a região é a **qualidade do emprego** e a **mão de obra insuficiente** e a **renda total** gerada pelos trabalhadores e suas famílias.

O segundo tópico especial aborda a análise das **políticas** implementadas pelos países da América Latina e do Caribe **para sustentar o emprego e a renda** durante os três anos desde o início da pandemia. Essas estratégias contribuíram significativamente para reduzir os impactos negativos da crise, identificando boas práticas e avançando institucionalmente em seu desenho e implementação. No entanto, desafios importantes permanecem em termos de escopo e cobertura insuficientes e uma fraca ligação com políticas laborais.

A Região exige, mais do que nunca, **medidas fortes para caminhar com firmeza no caminho de maior justiça social e menos desigualdade, onde o emprego decente seja a norma e não a exceção, e onde o trabalho seja um meio para viver com dignidade e superar a pobreza**.

### III - CONTEÚDO E ESTRUTURA DO RELATÓRIO

#### CONTEÚDO E ESTRUTURA DO RELATÓRIO

#### “PANORAMA LABORAL PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE 2023”

##### **1. Economias da América Latina e do Caribe em 2022: balanço da situação e perspectivas**

1.1. Contexto econômico internacional caracterizado por menor crescimento e maior taxa de inflação apresenta desafios complexos

1.2. As economias da região continuaram crescendo a taxas próximas às médias históricas, apesar da aceleração da inflação e do viés contracionista da política macroeconômica

1.3. Perspectivas para a América Latina e o Caribe: a desaceleração do crescimento, a redução do espaço fiscal e a aceleração da inflação continuam

##### **2. Taxa de participação, emprego e desemprego**

2.1 A dinâmica do mercado de trabalho na América Latina e no Caribe na conjunção de múltiplas crises: recuperação total do emprego e recuperação parcial da oferta de trabalho

2.2 O comportamento laboral dos países: padrões comuns e heterogeneidades

2.3 Dinâmica do trabalho nas áreas urbana e rural: recuperação mais intensa nas áreas urbanas

##### **3. A evolução das horas trabalhadas: recuperação com divergências entre grupos de trabalhadores**

##### **4. Composição do mercado de trabalho**

4.1 Ocupação segundo situação laboral e setor de atividade

4.2 Emprego formal e informal: recuperação liderada pelo emprego informal em um contexto regional heterogêneo

4.3 Evolução do mercado de trabalho por sexo: recuperação mais intensa entre as mulheres e redução das lacunas

4.3.1 Panorama regional e heterogeneidade entre os países

4.3.2 A dinâmica laboral de mulheres e homens segundo faixas etárias

4.3.3 A dinâmica laboral de mulheres e homens de acordo com a escolaridade

4.3.4 A dinâmica laboral de mulheres e homens segundo ramo de atividade

4.3.5 Uma visão geral: tendências de longo prazo e lacunas de trabalho por gênero

4.4 A recuperação do emprego entre os jovens

**5. Teletrabalho: três anos após o início da pandemia, a incidência continua a ser superior à de 2019**

##### **6. A evolução do salário-mínimo, rendimento médio e impactos distributivos**

6.1 A perda de poder de compra dos salários médios e mínimos diante da aceleração da inflação

6.2 A evolução do agregado de rendimentos do trabalho

6.3 A evolução da desigualdade de renda familiar

## **7. Perspectivas do mercado de trabalho regional**

### **TÓPICOS ESPECIAIS**

#### **Tópico Especial 1. A pobreza e o fenômeno dos trabalhadores pobres**

1.1 Metodologia para medir os trabalhadores pobres na Região

1.2 Um olhar sobre a evolução da incidência da pobreza total e da pobreza entre os trabalhadores

1.3 Caracterização dos trabalhadores pobres

1.4 Trabalhadores pobres/não pobres e situação de pobreza em suas casas

1.5 Considerações finais

#### **Tópico Especial 2. Políticas nacionais para manter o emprego, a renda e estimular a geração de empregos formais**

2.1 Cronologia e características gerais das respostas políticas na Região

2.2 Descrição das medidas implementadas três anos após o início da pandemia

2.3 Impactos distributivos das políticas de transferência de renda

2.4 Progressos e desafios pendentes

## **IV - RESUMO EXECUTIVO**

### **Contexto econômico internacional caracterizado por crescimento mais lento e taxas de inflação mais altas impõe desafios complexos para a região**

-- Embora a economia mundial tenha começado a recuperar após o pior da crise sanitária ter passado, as restrições que continuaram a impedir a evolução normal da oferta de bens, aliadas ao aumento da procura impulsionado pela retomada econômica, resultaram em taxas de inflação mais elevadas.

-- A aceleração inflacionária, aliada ao esgotamento dos espaços fiscais e ao aumento do endividamento, levou os países a adotarem medidas fiscais contracionistas.

-- Esse cenário, que já contemplava uma desaceleração do crescimento global, agravou-se no início de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia. As projeções para 2022 foram revisadas para levar em conta a deterioração das perspectivas de crescimento e inflação, abrindo espaço para o retorno do termo “estagflação”, que descreve uma situação caracterizada por estagnação ou mesmo contração na maioria das economias, juntamente com o aumento das taxas de inflação para níveis não observados em quarenta anos.

## **As economias da região continuaram crescendo a taxas próximas às médias históricas, apesar da aceleração da inflação e do viés contracionista da política macroeconômica**

-- O ano de 2022 foi relativamente bom para as economias da região quando comparado ao que foi observado globalmente. As economias da América Latina e do Caribe continuaram no caminho da recuperação iniciada em 2021, uma vez que os efeitos da emergência de saúde relacionada à pandemia da COVID-19 foram sendo superados.

-- Estima-se que a região tenha crescido entre 3,7% (para a CEPAL) e 3,9% (para o FMI) em 2022 - taxas equivalentes a cerca da metade das do ano anterior, mas ainda superiores às taxas históricas de crescimento da região.

-- Assim, a região como um todo e a maioria de seus países superaram os níveis de atividade de 2019 em 2022 e, em muitos casos, antes do previsto.

-- Como no resto do mundo, uma das características da macroeconomia pós-pandemia da região é o aumento das taxas de inflação.

-- Além disso, projeta-se uma desaceleração significativa do crescimento para 2023, com taxas médias para a região atingindo 1,3%, segundo a CEPAL, e 1,8%, segundo o FMI.

-- Estas projeções estão sujeitas a um nível significativo de incerteza associada ao contexto internacional que será moldado tanto por eventos econômicos como por outros que tenham origem em situações fora da economia. Entre os primeiros estão o aumento das taxas de inflação e as medidas que os governos estão tomando para atacar este problema, enquanto entre os últimos, devem ser considerados o impacto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e também a possibilidade de novos surtos de COVID-19, incluindo as medidas adotadas para contê-los, principalmente na China.

-- Está surgindo um cenário macroeconômico complexo de curto prazo para as economias da América Latina e do Caribe, caracterizado por baixas taxas de crescimento econômico, espaço fiscal limitado, altas taxas de inflação, altos níveis de endividamento e menor liquidez nos mercados financeiros internacionais.

## **Dinâmica do mercado de trabalho na América Latina e no Caribe na conjunção de múltiplas crises: recuperação total do emprego e recuperação parcial da oferta de trabalho**

-- Três anos após o início da pandemia de COVID-19, a taxa de emprego regional voltou aos níveis pré-crise. Isso foi observado desde o segundo trimestre de 2022 quando comparado ao mesmo trimestre de 2019.

-- Em contraste com a taxa de emprego, a taxa de participação da força de trabalho regional continua ligeiramente inferior aos registros pré pandêmicos. Como resultado da recuperação total do emprego e da recuperação parcial da oferta de trabalho, a taxa de desemprego é significativamente inferior à de 2019.

-- No terceiro trimestre de 2022, a taxa de emprego regional foi de 58,4%, a taxa de participação no mercado de trabalho foi de 62,7% e a taxa de desemprego foi de 6,9%. Três anos antes, no terceiro trimestre de 2019, a taxa de emprego era de 58,2%, a taxa de participação econômica era de 63,5% e a taxa de desemprego era de 8,4%.

-- A recuperação total da taxa de emprego regional não reflete a situação de todos os países considerados: em 9 dos 15 países a taxa de emprego no terceiro trimestre de 2022 ainda era inferior ao valor registado três anos antes.

-- A taxa de participação no trabalho no terceiro trimestre de 2022 superou os níveis do terceiro trimestre de 2019 em apenas 2 dos 15 países considerados. Em alguns dos restantes países, o fosso da oferta de mão-de-obra sobe a 3 pontos percentuais.

--Prevê-se uma taxa média de desemprego de 7,2% no final de 2022.

### **Recuperação desigual do emprego assalariado e não assalariado**

-- Ao comparar os três primeiros trimestres de 2022 com o mesmo período de 2021, destaca-se um maior dinamismo do emprego assalariado na região, com um aumento médio na ordem dos 8%, face a um aumento de 5% no não emprego assalariado.

-- No entanto, entre 2019 e 2022, o crescimento líquido dos empregos não assalariados (5,1%) foi superior ao observado entre os empregos assalariados (4%).

-- Como resultado, a proporção de autônomos atingiu 29% do emprego total – em média – nos países considerados.

-- Esse resultado pode ser preocupante na medida em que decorre do fato de os trabalhadores iniciarem atividades por conta própria como mecanismo de refúgio diante da insuficiente geração de empregos estáveis no setor privado; mais ainda, considerando que **a grande maioria dos empregos por conta própria apresenta níveis muito elevados de informalidade e precarização do trabalho.**

### **Recuperação liderada por ocupações informais, mas com contribuição crescente de empregos formais para o crescimento do emprego total**

-- Desde meados da década de 2020, a recuperação do emprego tem sido impulsionada pelo crescimento das ocupações informais. (GRÁFICO 4.2.1.)

-- O emprego informal representou entre 40 e 80% dos ganhos líquidos de empregos entre o terceiro trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2022.

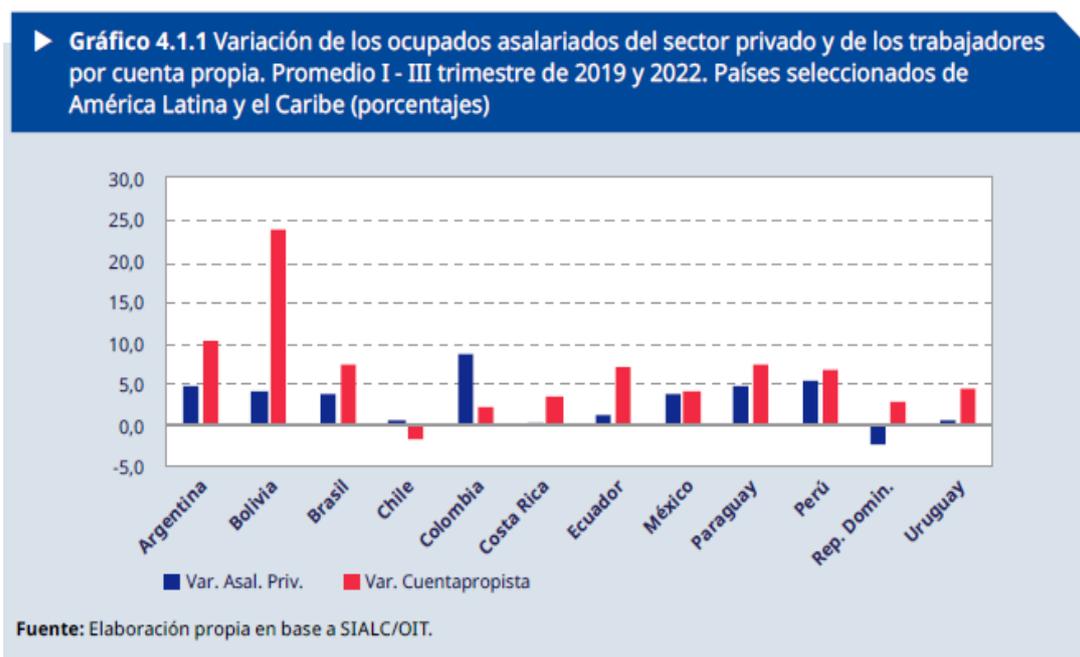
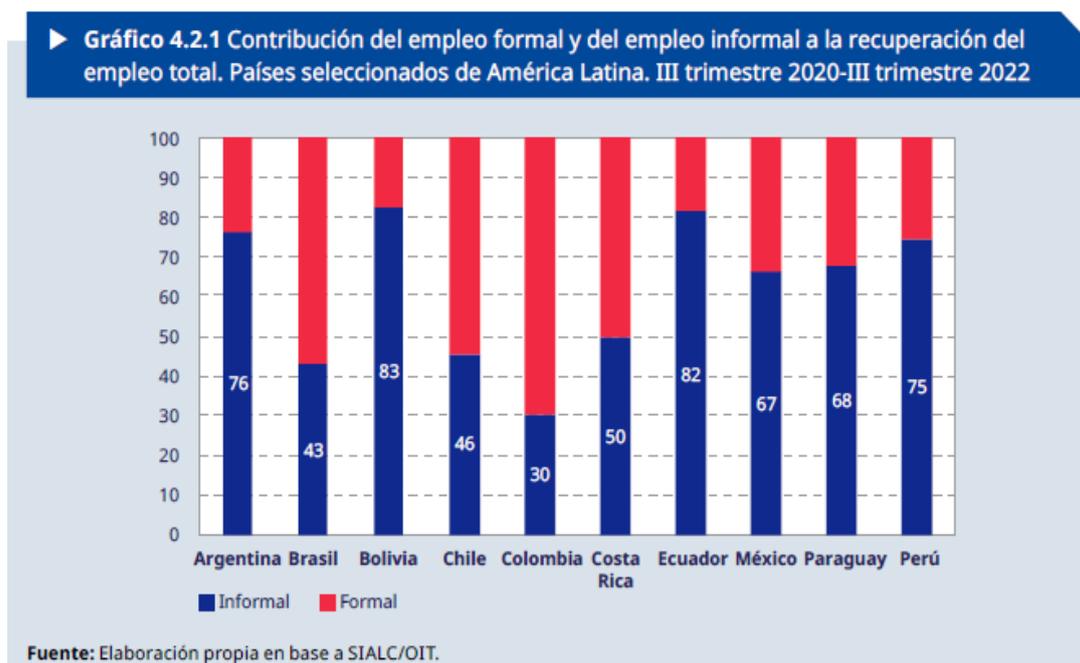
-- No entanto, a contribuição do crescimento do emprego informal vem diminuindo desde o início da recuperação. A média simples da contribuição do emprego informal entre 9 países considerados no quarto trimestre de 2020 foi de aproximadamente 90% e cerca de 60% no terceiro trimestre de 2022. Em parte, isso foi associado ao dinamismo do emprego formal privado.

-- Apesar desses comportamentos positivos no nível regional, em vários países da região a taxa de informalidade no segundo ou terceiro trimestres de 2022 foi semelhante ou até superior à observada no quarto trimestre de 2019. Isto foi observado em metade dos países considerados, mesmo entre aqueles que não recuperaram o emprego total pré-pandemia.

-- A taxa de informalidade regional (média de 11 países) é de quase 50%, próxima à taxa de 2019 e à observada há uma década.

-- Se não forem gerados empregos formais suficientes para o retorno dos que permanecem fora da força de trabalho, corre-se o risco de aumentos persistentes da taxa de informalidade do trabalho. Isso é ainda mais crítico no atual contexto de forte incerteza e baixo

crescimento econômico. Daí a importância da implementação ou ampliação de políticas, não apenas para sustentar o emprego formal, mas também para apoiar a criação de novos empregos desse tipo na região. (GRÁFICO 4.1.1)



### Recuperação mais intensa do emprego entre as mulheres e redução das lacunas

-- A nível regional, a recuperação do emprego feminino tem sido mais intensa do que a masculina. Enquanto para as mulheres a taxa de emprego aumentou 24,4% entre o segundo trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2022, para os homens esse aumento foi de 18,8%.

-- Esta dinâmica favorável fez com que no terceiro trimestre de 2022 a taxa de emprego das mulheres superasse a taxa do mesmo trimestre de 2019 em 1%, enquanto a taxa de emprego dos homens era a mesma em ambos os trimestres.

-- Da mesma forma, a recuperação da participação das mulheres no trabalho em relação aos homens também foi mais forte (19% e 13%, respectivamente). Isso significa que, embora a taxa de participação econômica no terceiro trimestre de 2022 ainda seja menor do que o recorde de 2019, a diferença foi maior para os homens (-1,4%) do que para as mulheres (-0,9%).

-- Para além da recuperação do emprego nos setores econômicos mais atingidos pela pandemia e com forte presença feminina, a maior recuperação da oferta de trabalho feminino esteve potencialmente associada ao progressivo abrandamento das dificuldades em conciliar o trabalho remunerado com as responsabilidades familiares, na medida em que foram reabrindo os serviços de educação de cuidados, que haviam sido profundamente alterados pelas medidas sanitárias de distanciamento social e redução da mobilidade das pessoas.

-- Esta dinâmica permitiu que, após o aumento inicial do hiato da taxa de emprego e do hiato da taxa de participação entre homens e mulheres, ambos os indicadores voltassem aos valores pré-pandemia.

-- No entanto, apesar deste comportamento favorável, as disparidades laborais por gênero persistem e continuam a ser muito elevadas. No terceiro trimestre de 2022, a taxa regional de participação feminina no trabalho foi de 51,8% - 23 pontos percentuais menor que a dos homens (74,5%). A taxa de emprego das mulheres era de 47,5% - quase 23 pontos percentuais inferior à dos homens (70,3%). A taxa de desemprego, por sua vez, foi de 8,4% e 5,7%, respectivamente.

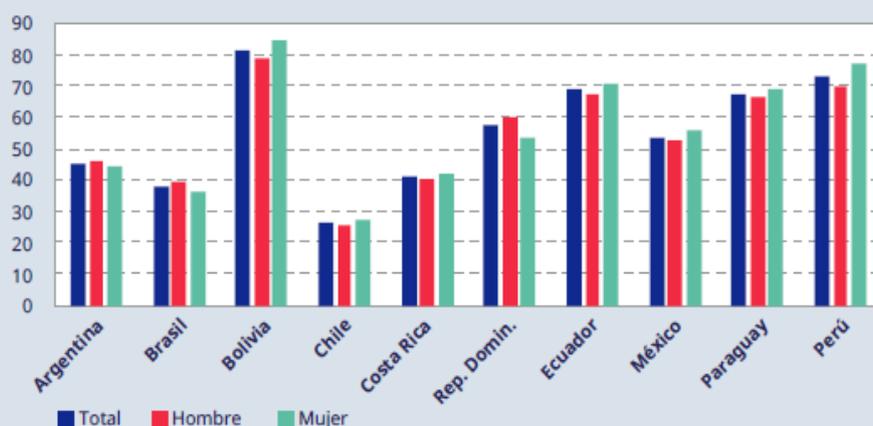
-- A evolução agregada do emprego por médias de gênero, entretanto, registrou dinâmicas divergentes dentro de cada grupo conforme o nível de escolaridade dos trabalhadores.

-- Em particular, no terceiro trimestre de 2022, as mulheres com o nível de escolaridade mais baixo continuaram significativamente mais afastadas do nível de emprego do trimestre homólogo de 2019 (-15%) face a qualquer outro grupo de ocupados. No outro extremo, as taxas de emprego dos homens de nível médio e superior eram os mesmos valores observados três anos antes.

-- A construção civil e o serviço doméstico são atividades que apresentam dois extremos da distribuição do emprego por sexo, o primeiro altamente masculinizado e o segundo altamente feminizado. Ambos os setores demandam mão de obra pouco qualificada. Enquanto o primeiro setor está entre os três com maior crescimento em 2019, o serviço doméstico está entre os de menor dinamismo. Portanto, essas dinâmicas setoriais divergentes explicam, em parte, a maior recuperação do emprego masculino de baixa escolaridade em relação ao feminino com o mesmo nível de qualificação.

-- É imperativo adotar políticas laborais com perspectiva de gênero para eliminar as barreiras de entrada no mercado de trabalho e ampliar o leque de oportunidades de trabalho para as mulheres em geral, com atenção especial para aquelas com menor qualificação. (GRÁFICO 4.2.5)

► **Gráfico 4.2.5 Tasa de informalidad laboral total y por género. Países seleccionados de América Latina y el Caribe. II trimestre 2022**



Fuente: Elaboración propia en base a encuestas a hogares y encuestas de empleo.

### Recuperação mais forte do emprego entre os jovens

-- Durante a fase de recuperação, os jovens retornaram ao emprego mais rapidamente do que os adultos. A taxa de emprego regional dos jovens no terceiro trimestre de 2022 foi 3% superior à do mesmo período de 2019, enquanto a dos adultos registou uma quebra de pouco mais de 2%.

-- No entanto, a taxa de emprego juvenil regional (9 países) no terceiro trimestre de 2022 foi de 41,8%, 20,4 pontos percentuais inferior à dos adultos (62,2%).

-- Além disso, embora a taxa média de desemprego juvenil tenha diminuído após atingir um pico de 24,5% em meados de 2020, ela permanece muito alta em 15,8%. No entanto, essa taxa caiu quase 4 pontos percentuais entre o terceiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2022. (GRÁFICO 4.4.2)

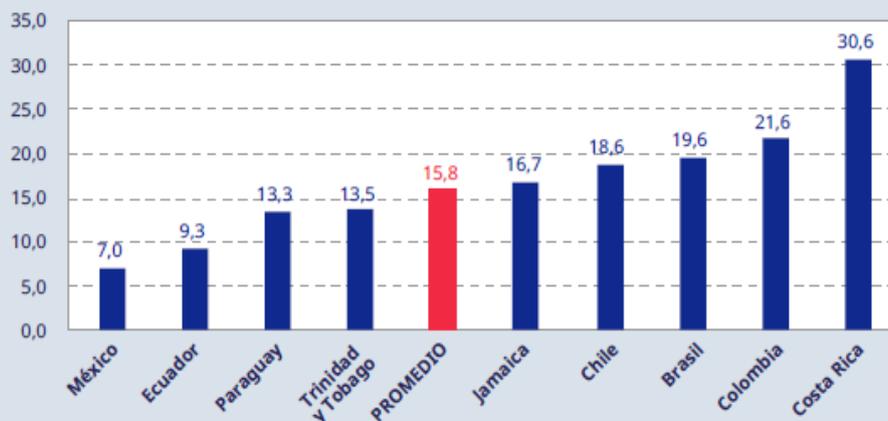
-- A taxa regional de informalidade entre os jovens, por outro lado, é de cerca de 60%, significativamente superior aos 47% registrados entre os adultos.

-- Além disso, persistem as dificuldades vividas pelos jovens nos mercados de trabalho da região. Enfrentam maior intermitência laboral devido às intensas entradas e saídas de mão-de-obra. A maior instabilidade ocupacional, por sua vez, está associada à sua maior prevalência em atividades informais, precárias e pouco qualificadas.

-- Esses desafios podem ser exacerbados pela mudança tecnológica. A pandemia destacou a divisão digital que existe entre regiões e países; e dentro dos países, entre jovens com diferentes níveis de escolaridade, qualificação e socioeconômico, bem como entre jovens residentes em áreas urbanas e rurais.

-- Neste contexto de procura crescente de competências digitais, a formação profissional é essencial para reduzir o fosso digital e de competências entre os jovens, bem como para garantir o aumento da sua empregabilidade e acesso a emprego.

▶ **Gráfico 4.4.2 Tasa de desocupación en jóvenes de menos de 15 a 24 años de edad. Países seleccionados de América Latina y el Caribe (9 países). III trimestre de 2022**



Fuente: Elaboración propia en base a SIALC/OIT.

### **Teletrabajo: três anos de pandemia, incidência mantém-se superior a 2019**

-- A proporção de pessoas em regime de teletrabalho continua a ser superior aos valores registrados antes da eclosão da pandemia na região.

-- Os trabalhadores formais, com maior qualificação, mulheres, de meia-idade e em ocupações profissionais, técnicas e gerenciais, são os que três anos após a eclosão da pandemia continuam fazendo uso mais frequente dessa modalidade.

-- Com a aceleração dos processos de digitalização e a utilização das tecnologias de informação, é plausível esperar que as formas híbridas entre o trabalho presencial e o teletrabalho continuem a ser mais comuns do que no passado.

-- É por isso que é necessário assegurar a proteção dos direitos laborais, da saúde e segurança dos trabalhadores desta modalidade, bem como identificar boas práticas que permitam às empresas obter vantagens produtivas.

### **A perda do poder de compra dos salários médios e mínimos diante da aceleração inflacionária**

-- A recuperação do rendimento real do trabalho tem sido mais lenta desde 2021. Num conjunto amplo de países, o fosso entre o rendimento médio nominal e o rendimento real aumentou significativamente em consequência da aceleração inflacionária e do seu impacto negativo no poder de compra dos salários.

-- Em quase todos esses países, os salários médios reais por hora são inferiores aos registrados antes do início da pandemia.

-- A alta da inflação também impactou os salários-mínimos reais. Em 9 dos 17 países da região o valor real desta instituição laboral no segundo semestre de 2022 foi inferior ao valor do primeiro semestre de 2019. Em alguns deles a perda de poder de compra sobre de 6 a 7%, e até mesmo na faixa de 10 a 11%. Em quatro países o salário-mínimo real é semelhante ao observado há três anos. Portanto, em apenas quatro dos 17 países o valor real é superior ao daquele ano.

### **Recuperação insuficiente da renda agregada do trabalho, mas com melhorias na distribuição**

-- A renda real total do trabalho no terceiro trimestre de 2022 não superou os valores do final de 2019 em vários países da região, mesmo naqueles onde o emprego total atingiu valores pré-pandêmicos.

-- Coerente com isso, no segundo/terceiro trimestre de 2022, em quase todos os países, o percentual de domicílios sem renda do trabalho superou os registrados antes do início da pandemia.

-- Após os valores máximos registados no segundo trimestre de 2020, a desigualdade total dos rendimentos dos agregados familiares diminuiu.

-- Isso tem sido resultado de diferentes comportamentos em suas fontes. Durante a fase contracionista, a dinâmica do mercado de trabalho foi fortemente desigual. No entanto, as políticas de transferências públicas implementadas, em particular durante o ano de 2020, visaram sobretudo os agregados familiares em situação de vulnerabilidade, e permitiram reduzir (ou inverter) o impacto negativo decorrente da contração do emprego e dos rendimentos do trabalho.

-- As coisas mudaram na fase de recuperação. O crescimento do emprego permitiu que um conjunto significativo de famílias localizadas na parte inferior da distribuição aumentasse sua renda do trabalho, o que resultou em uma redução da desigualdade total.

-- No entanto, a retirada progressiva das políticas públicas de transferência implementadas diante da crise decorrente da pandemia tornou o comportamento dessa fonte desigual ou menos equalizador do que na fase anterior.

### **Perspectivas para os mercados de trabalho da região: cenário complexo que exige a implementação e fortalecimento de diferentes tipos de políticas**

-- A taxa média de desemprego para 2022 deverá ser de 7,2%, com um intervalo entre 7,0% e 7,3%, e deve manter-se praticamente inalterada em 2023, num intervalo entre 7,2% e 7,5%.

-- Além disso, em um contexto de forte desaceleração do crescimento econômico, a geração de empregos pode continuar a ser desviada para a geração de empregos informais.

-- A perda do poder de compra da renda do trabalho significa que o “fenômeno dos trabalhadores pobres” – o que significa que as pessoas podem viver na pobreza mesmo tendo um emprego – está crescendo na região. Ainda mais considerando que os níveis de emprego em vários países voltaram aos valores pré pandêmicos ou estão próximos deles, mas o agregado de trabalho real e renda familiar ainda é menor do que naquele momento.

-- Assim, projeta-se um cenário de alta complexidade que demanda a implementação e o fortalecimento de diferentes tipos de políticas.

-- Por um lado, a região necessita de políticas para sustentar e criar mais e melhores empregos, em particular empregos formais. Por outro lado, o contexto inflacionário exige o fortalecimento das instituições laborais, como salário-mínimo e negociação coletiva.

-- O diálogo social é fundamental, tendo em conta as necessidades e possibilidades dos trabalhadores e empregadores. Isso é ainda mais relevante em um contexto de mudança na organização do trabalho e quando são necessárias medidas para fechar as lacunas laborais

persistentes, a fim de permitir os efeitos positivos da transição digital, da transição demográfica e da transição justa.

-- Finalmente, é preciso avançar fortemente na garantia de renda para os mais afetados pela perda do poder aquisitivo, juntamente com políticas ativas de mercado de trabalho.

Concluindo, percebe-se o tamanho dos desafios impostos pela atual conjuntura política e econômica mundial e regional – América Latina e Caribe – (também, obviamente brasileira), onde e quando os resquícios da pandemia ainda se fazem sentir – de fato, e também como falsa justificativa – e as políticas econômicas moldadas pela ideologia neoliberal de um capitalismo predador e destruidor de empregos, de pessoas, de vidas e da saúde, travestidas de uma falaciosa “austeridade”, abraçam-se fortemente. De um lado, para celebrar o aumento da concentração da riqueza na mão de poucos; de outro, para ajudar a ‘afogar’ os mais vulnerabilizados pela combinação de crises – reais e criadas – empurrando-os cada vez mais para o fundo. Leia-se “fundo do poço”, “Fundo Monetário Internacional”, ou “cheque sem fundos”.

No próximo número, iremos analisar uma das mais chocantes contradições apontadas pelo estudo realizado pelo Escritório Regional da OIT para a América Latina e Caribe: **a contradição do crescimento dos trabalhadores empobrecidos, apesar de seu trabalho, ou melhor (pior): pelo seu trabalho!**

## Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,  
Júlia Moraes, Marina Sujkowski  
e Deisy de Freitas Lima Ventura*

Neste Informe destacamos um leve aumento nas concessões de vistos por postos consulares brasileiros, sendo a maioria de visita e trabalho. Quanto às solicitações de refúgio, mostram-se estáveis, com maioria de venezuelanos e cubanos. Após o terremoto na Síria, o ACNUR projeta que mais de 5 milhões de pessoas precisarão de auxílio. A República Democrática do Congo vive uma crise humanitária, que resultou em altos números de refugiados congolezes em toda a África. O ACNUR e parceiros lançaram o Plano Regional de Resposta aos Refugiados para levantar recursos para apoiar os países africanos. Manaus elabora políticas públicas para pessoas refugiadas, migrantes e apátridas, com apoio das agências da ONU. A OMS apresenta iniciativas de acesso à saúde aos refugiados ucranianos, na Romênia, Moldávia e Geórgia.

### **Relatório Mensal da OBMigra de Janeiro<sup>75</sup>**

A emissão de vistos por postos consulares brasileiros, conforme dados do Ministério de Relações Exteriores, apresentou leve aumento com referência a dezembro de 2022, embora tenha mantido-se estável na série histórica recente. A maioria dos vistos emitidos foi de visita e trabalho. Dentre as nacionalidades, destacam-se os angolanos, chineses e indianos. Outro destaque fundamental foi que todos os vistos para afegãos foram emitidos fora do território afegão.

Quanto aos dados do Sistema de Tráfego Internacional, a movimentação nos postos de fronteira, em janeiro, atingiu o patamar dos meses de antes da pandemia. No entanto, o Brasil continuou a registrar mais saídas do que entradas. Similarmente, após uma sequência de quedas desde agosto de 2022, o Sistema de Registro Nacional Migratório registrou alta de quase 10% no mês de dezembro. Houve recuperação em grupos que apresentaram queda, como Venezuelanos e Haitianos.

Já quanto aos solicitantes da condição de refugiados, o número vem se mantendo estável com baixas variações. Venezuelanos e cubanos foram as nacionalidades que mais solicitaram a condição e as cidades que mais obtiveram a solicitação foram Pacaraima e Boa Vista.

A Coordenação Geral de Imigração Laboral registrou quedas consecutivas nas autorizações de imigração para fins laborais e de investimento. O mês de janeiro voltou para a média da série histórica para duas mil autorizações mensais. Analogamente, foram registradas quedas nas autorizações para trabalhadores qualificados no mês de janeiro. Além disso, o saldo de geração de postos de trabalho foi negativo, todas as regiões registraram queda no número de vagas para trabalhadores migrantes, mas a região sul permaneceu como a que mais movimentou trabalhadores migrantes. As principais atividades econômicas para as quais eles foram alocados são comércio, serviços administrativos, alimentação, hospedagem e limpeza.

---

<sup>75</sup><https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/2-sem-categoria/401667-ano-4-numero-1-janeiro-2023>

## **ACNUR estima que mais de 5 milhões precisarão de assistência em abrigos na Síria após terremoto**

Dados preliminares sugerem que até 5,3 milhões de pessoas podem ter sido afetadas pelo recente terremoto na Síria e precisarão de alguma forma de assistência em abrigos. O ACNUR, Escritório das Nações Unidas para os Refugiados, está se concentrando em fornecer itens de socorro e instalações adequadas para os centros coletivos de deslocados, o que inclui tendas, lonas plásticas, cobertores térmicos, colchonetes, roupas de inverno e outros.<sup>76</sup>

Para a Síria, esta é uma crise dentro de uma crise. Houve choques econômicos, a covid-19 e agora estão no auge do inverno, que desencadearam fortes nevascas. Muitos dos próprios funcionários do ACNUR estão dormindo fora, preocupados com danos estruturais em suas casas. As estradas também foram danificadas, impedindo de chegar às pessoas. Tudo isso impacta o acesso à ajuda. O número de pessoas deslocadas internamente no país antes do terremoto era de 6,8 milhões.<sup>77</sup>

Atualmente, o ACNUR está focando em salvar. Logo, nas próximas 8 a 12 semanas, pretendem analisar e providenciar apoio aos meios de subsistência e serviços básicos nas áreas afetadas, instalação de kits de abrigo de emergência e pequenos reparos em habitações danificadas.<sup>78</sup>

No noroeste da Síria, o acesso foi seriamente impedido pelos danos causados pelo terremoto. Os suprimentos chamados de "linha cruzada" (de áreas governamentais para o noroeste) passaram antes do terremoto - estes foram pré-posicionados e já estão sendo distribuídos pelos armazéns. A partir de agora, é necessário que haja um acordo com o governo para permitir um acesso rápido e regular a estas áreas.<sup>79</sup>

## **ACNUR e parceiros pedem 605 milhões de dólares para ajudar os refugiados congolese em toda a África**

Com a República Democrática do Congo (RDC) vivendo uma das crises humanitárias mais complexas e antigas da África, o ACNUR e mais 69 organizações de ajuda lançaram um Plano Regional de Resposta aos Refugiados (PRRR)<sup>80</sup> para prestar assistência humanitária e proteção urgente aos refugiados do país em 2023.

O plano faz uma demanda de 605 milhões de dólares para apoiar os refugiados congolese, que encontraram segurança e abrigo nos países vizinhos das regiões do Sul e dos Grandes Lagos, e visa, igualmente, prestar apoio às comunidades locais de acolhimento. Mais de um milhão de refugiados congolese estão alojados em todo o continente africano, a maioria

---

<sup>76</sup> <https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63e652994/unhcr-5-million-need-shelter-support-syria-quake.html>

<sup>77</sup> <https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63e652994/unhcr-5-million-need-shelter-support-syria-quake.html>

<sup>78</sup> <https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63e652994/unhcr-5-million-need-shelter-support-syria-quake.html>

<sup>79</sup> <https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63e652994/unhcr-5-million-need-shelter-support-syria-quake.html>

<sup>80</sup> [https://reporting.unhcr.org/Democratic-Republic-of-the-Congo-regional-refugee-response-plan-2023#\\_ga=2.202369943.768823546.1676853712-973414188.1647222812](https://reporting.unhcr.org/Democratic-Republic-of-the-Congo-regional-refugee-response-plan-2023#_ga=2.202369943.768823546.1676853712-973414188.1647222812)

em Uganda (479.400), Burundi (87.500), República Unida da Tanzânia (80.000), Ruanda (72.200), Zâmbia (52.100), República do Congo (28.600) e Angola (23.200).<sup>81</sup>

Uganda continua a ser o maior país de acolhimento de refugiados da RDC no continente africano. Só em 2022, os ataques de grupos armados no leste da RDC levaram ao deslocamento de cerca de 98.000 pessoas para Uganda.<sup>82</sup>

Os abrigos atingiram ou já excederam suas capacidades em muitos dos países de acolhimento. E os serviços básicos disponíveis, incluindo água e saneamento, são caros e estão sendo utilizados além dos limites. A insegurança alimentar é uma preocupação crescente devido ao aumento dos preços ligados aos impactos do conflito na Ucrânia.<sup>83</sup>

O ACNUR e seus parceiros fazem apelo à comunidade internacional para assegurar um apoio contínuo a estes generosos países de acolhimento, para que as populações refugiadas vulneráveis possam ter acesso à proteção, abrigo, alimentação, saúde, educação, e outros serviços básicos. Para além da assistência de emergência, o PRRR 2023 procura promover a autossuficiência econômica e a resiliência dos refugiados e das comunidades de acolhimento vulneráveis.<sup>84</sup>

Um contexto socioeconômico e político frágil - envolvendo ataques recorrentes de grupos armados não estatais, violência intercomunal e graves violações dos direitos humanos - exacerbado pelos impactos duradouros da pandemia da covid-19, pode limitar as oportunidades de regresso das pessoas deslocadas às suas casas e aos seus antigos meios de subsistência. Assim, espera-se que esses fatores acabem alongando os fluxos de refugiados para os países vizinhos em 2023.<sup>85</sup>

### **Manaus avança na elaboração de políticas públicas para pessoas refugiadas, migrantes e apátridas**

Em dois dias cercados de discussões, debates e produções coletivas, o Comitê Municipal de Políticas Públicas para Pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas de Manaus (COMPREMI), juntamente com as agências da Organização das Nações Unidas, sociedade civil e população beneficiada, ocupou-se de discorrer sobre as prioridades voltadas para as áreas de cidadania, saúde, educação, assistência, trabalho e renda. O Comitê reuniu-se, nos dias 7 e 8 de fevereiro, para a realização da oficina “Construção de Políticas Públicas para Pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas”, produzida na Assembleia Legislativa do Amazonas.<sup>86</sup>

O objetivo deste evento foi ressaltar conceitos e marcos legais acerca de refúgio, migração e apatridia no Brasil, além de discutir melhores estratégias e ações para o Plano

---

<sup>81</sup> [https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-  
seek-us605-million-assist-congolese.html](https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-seek-us605-million-assist-congolese.html)

<sup>82</sup> [https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-  
seek-us605-million-assist-congolese.html](https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-seek-us605-million-assist-congolese.html)

<sup>83</sup> [https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-  
seek-us605-million-assist-congolese.html](https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-seek-us605-million-assist-congolese.html)

<sup>84</sup> [https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-  
seek-us605-million-assist-congolese.html](https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-seek-us605-million-assist-congolese.html)

<sup>85</sup> [https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-  
seek-us605-million-assist-congolese.html](https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63ef406b4/security-worsens-dr-congo-unhcr-partners-seek-us605-million-assist-congolese.html)

<sup>86</sup> [https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-  
para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/](https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/)

Municipal para Pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas em Manaus, que está sendo acompanhado de perto pela Prefeitura, com auxílio do COMPREMI em conjunto do Escritório da ONU para Refugiados (ACNUR) e da Agência da ONU para as Migrações (OIM). Nessa ocasião oportuna, tanto o ACNUR quanto a OIM decidiram falar sobre temas relacionados a ciclos, componentes e cronogramas das políticas públicas, as dimensões existentes de governança migratória, assim como o ciclo de produção de políticas públicas voltadas ao tema. Além do mais, foram exibidas as boas práticas de construção de planos que ocorrem em outros estados e municípios do país. A Prefeitura de Manaus, através da Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania, teve a oportunidade de apresentar e debater temáticas relacionadas a boas práticas, estratégias de saídas dos abrigos públicos e ações de atenção direta.<sup>87</sup>

No primeiro dia, os temas pautados foram os conceitos introdutórios sobre refúgio, migração e apatridia, além da configuração das políticas públicas no Brasil e as metodologias para o desenvolvimento e operacionalização de políticas e planos no plano municipal. No segundo dia, os participantes puderam fazer uma “árvore de desafios” e elaborar de forma participativa subsídios para compor o Plano. A oficina também conseguiu aproximar representantes da comunidade refugiada e migrante islâmica, mesmo sendo de diferentes nacionalidades. É importante salientar que a participação da comunidade nessas discussões poderá ajudar a formar estratégias direcionadas à realidade das pessoas de interesse e suas reais necessidades.<sup>88</sup>

De acordo com Juliana Serra, Oficial Assistente de Campo do ACNUR em Manaus, o plano é um marco de extrema importância para Manaus, dentre os seus esforços para tentar garantir o acesso a direitos da população refugiada e migrante e para a produção de respostas e políticas públicas a nível local. O ACNUR e a OIM, bem como demais agências das Nações Unidas, estão trabalhando juntamente com a Prefeitura de Manaus na realização de uma série de oficinas e seminários com o intuito de assegurar que a política inclua os mais diversos sujeitos de maneira participativa e reflita as necessidades específicas da população.<sup>89</sup>

Conforme Jaqueline Almeida, coordenadora do Escritório da OIM em Manaus, o fluxo de venezuelanos para o Brasil e a resposta humanitária colocada em prática acabou trazendo uma certa visibilidade para a necessidade de se instaurar políticas públicas que levem em consideração migrantes e refugiados como uma população integrante das cidades e que necessitam ter seus acessos garantidos, como a serviços básicos de saúde, educação, e assistência social.<sup>90</sup>

O evento também teve a presença de outras agências da ONU, assim como de representantes de organizações da sociedade civil, como Cruz Vermelha, Cáritas e Hermanitos.<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/>

<sup>88</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/>

<sup>89</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/>

<sup>90</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/>

<sup>91</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/02/16/manaus-avanca-na-elaboracao-de-politicas-publicas-para-pessoas-refugiadas-migrantes-e-apatridas/>

## Um ano de guerra na Ucrânia: iniciativas da OMS na promoção da saúde de refugiados

Em 24 de fevereiro de 2023, o conflito entre Rússia e Ucrânia marcou um ano de existência, sendo responsável pela geração de um grande fluxo de refugiados entre países da Europa e por uma grave crise humanitária. Desde seu início, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem fornecido apoio à saúde das vítimas e à resposta dos países vizinhos para a acolhida de pessoas em deslocamento. No último mês, a Organização destacou três casos bem-sucedidos de suporte aos refugiados do conflito: na Romênia, Moldávia e Geórgia.

Na Romênia<sup>92</sup>, a OMS destaca a importância dos chamados “mediadores culturais” na resposta do país ao enorme número de pessoas que buscam refúgio em seu território. Já se somam mais de 2,4 milhões de ucranianos procurando abrigo no país, com mais de 100 mil que conquistaram status de proteção temporária pela União Europeia. Nesse contexto, o governo romeno ofereceu aos refugiados o mesmo nível de acesso a serviços de saúde que cidadãos do país, mas barreiras linguísticas, falta de acesso à informação e conhecimento do sistema de saúde se tornaram impedimentos para que esses grupos pudessem usufruir de seus direitos.

Assim, o escritório da OMS na Romênia contratou mediadores culturais voluntários que desempenharam uma série de atividades para promover a saúde entre refugiados, desde a divulgação de informações e caminhos de acesso aos serviços de saúde, até aconselhamento psicológico e acompanhamento psicossocial. O trabalho com esses profissionais foi essencial para assegurar a inclusão desses grupos vulnerabilizados, tratando de temas latentes como a discriminação, o desrespeito, a falta de acesso à informação e outros fatores que impactam o acesso à saúde em situações de conflito e deslocamento.

A República da Moldávia<sup>93</sup> também tem buscado providenciar a atenção necessária aos refugiados quanto à saúde mental e psicossocial. O país já recebeu meio milhão de refugiados, quase um quarto de sua população total, dos quais muitos enfrentam diversas situações que fragilizam a saúde mental, desde estresse pós-traumático devido ao conflito, até separação de seus familiares e luto. Considerando a importância de oferecer cuidado à saúde, inclusive mental, dos ucranianos em situação de refúgio, o escritório da OMS na Moldávia e o governo moldavo têm trabalhado em iniciativas nesse sentido, como uma nova legislação que concede proteção temporária a esses grupos e permite que tenham o mesmo acesso aos serviços de saúde que cidadãos moldavos.

Já na Geórgia<sup>94</sup>, a OMS tem trabalhado em um projeto para aprimorar o acesso a serviços para pessoas refugiadas com deficiência. Desde o início do conflito armado, quase 200 mil ucranianos adentraram o território da Geórgia, o qual serve tanto como espaço de trânsito quanto como destino final de migrantes devido aos procedimentos simplificados para ingresso no país, políticas de migração e custo de vida mais baixo em relação aos demais países da União Europeia. Dessa forma, o projeto “Mainstreaming a disability-inclusive humanitarian response

---

<sup>92</sup> <https://www.who.int/europe/news/item/23-02-2023-the-crucial-role-of-cultural-mediators-in-romania-s-ukrainian-refugee-response>

<sup>93</sup> <https://www.who.int/europe/news/item/22-02-2023-ukrainian-refugees-granted-mental-health-and-psychosocial-support-in-republic-of-moldova>

<sup>94</sup> <https://www.who.int/europe/news/item/15-02-2023-who-supports-an-inclusive-response-to-refugees-with-disabilities-in-georgia>

to the Ukrainian refugee crisis”, que teve início em fevereiro, tem como objetivo revisar os sistemas de coordenação entre instituições centrais e regionais, organizações das Nações Unidas e outros atores humanitários, e coletar dados sobre ucranianos com deficiência vivendo no país.

Em 2023, aproximadamente 25 mil refugiados permanecem na Georgia, dos quais 62% são mulheres, 8% maiores de 60 anos e 26% menores de idade. O governo da Geórgia tem trabalhado em políticas para assegurar que essas pessoas tenham cuidados à saúde e, ainda assim, alguns serviços essenciais, como a atenção primária, têm obstáculos para acesso - devido a processos burocráticos e falta de informação, por exemplo.

## **Novo Relatório sobre Tendências na Mortalidade Materna e a Preparação para 67ª Reunião sobre a Situação das Mulheres: em busca da garantia de direitos**

***Maria Teresa Rossetti Massari***  
***Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes***  
***Karinne Marieta Carvalho***

### **OMS, UNICEF, UNFPA, UNDESA e Banco Mundial lançam relatório: Tendências na mortalidade Materna 2000 a 2020**

A cada dois minutos, uma mulher morre durante a gravidez ou o parto, de acordo com as últimas estimativas divulgadas em um relatório das agências das Nações Unidas. O relatório ([Tendências na Mortalidade Materna](#)), revela reveses alarmantes para a saúde das mulheres nos últimos anos, uma vez que as mortes maternas aumentaram ou estagnaram em quase todas as regiões do mundo.



O relatório, que rastreia as mortes maternas de forma nacional, regional e global, entre os anos de 2000 a 2020. O relatório mostra que houve uma estimativa de 287.000 mortes maternas em todo o mundo em 2020. Embora o relatório apresente algum progresso significativo na redução das mortes maternas entre 2000 e 2015, os ganhos foram amplamente estagnados ou, em alguns casos, até revertidos após esse ponto.

Em duas das oito regiões da Organização das Nações Unidas (ONU) – Europa e Américas (do Norte, América Latina e Caribe) – a taxa de mortalidade materna aumentou de 2016 a 2020, 17% e 15%, respectivamente. Em outros lugares, a taxa estagnou. O relatório observa, no entanto, que o progresso é possível. Por exemplo, outras regiões – Austrália, Nova Zelândia e Ásia Central e Meridional – experimentaram declínios significativos (em 35% e 16%, respectivamente) em suas taxas de mortalidade materna durante o mesmo período, assim como 31 países em todo o mundo.

Em números totais, as mortes maternas continuam amplamente concentradas nas partes mais pobres do mundo e em países afetados por conflitos. Em 2020, cerca de 70% de todas as mortes maternas ocorreram na África subsaariana. Em nove países que enfrentam graves crises humanitárias, as taxas de mortalidade materna foram mais que o dobro da média mundial (551 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos, em comparação com 223 globalmente).

Sangramento grave, pressão alta, infecções relacionadas à gravidez, complicações de aborto inseguro e condições subjacentes que podem ser agravadas pela gravidez (como HIV/AIDS e malária) são as principais causas de mortes maternas. Tudo isso é amplamente evitável e tratável com acesso a cuidados de saúde respeitosos e de alta qualidade.

A Atenção Primária à Saúde, centrada na comunidade, pode atender às necessidades de mulheres, crianças e adolescentes e permitir o acesso equitativo a serviços críticos, partos e cuidados pré e pós-natais, vacinação infantil, nutrição e planejamento reprodutivo. No entanto, o subfinanciamento dos sistemas de atenção primária à saúde, a falta de profissionais de saúde

treinados e as fracas cadeias de suprimentos de produtos médicos estão ameaçando o progresso em muitos locais.

Aproximadamente um terço das mulheres não faz nem quatro dos oito exames pré-natais recomendados ou recebe cuidados pós-natais essenciais, enquanto cerca de 270 milhões de mulheres não têm acesso a métodos modernos de planejamento reprodutivo. Exercer controle sobre sua saúde reprodutiva – particularmente decisões sobre querer filhos e quando tê-los – é fundamental para garantir que as mulheres possam planejar e espaçar as gestações, além de proteger sua saúde. As desigualdades relacionadas à renda, educação, raça ou etnia aumentam ainda mais os riscos para mulheres grávidas marginalizadas, que têm menos acesso a cuidados essenciais de maternidade, mas têm maior probabilidade de apresentar problemas de saúde subjacentes durante a gravidez.

Além das questões apontadas, a pandemia de COVID-19 pode ter retardado ainda mais o progresso na saúde materna. Observando que a série de dados do presente relatório termina em 2020, mais dados são necessários para mostrar os verdadeiros impactos da pandemia nas mortes maternas. Nesse sentido, as infecções por COVID-19 podem aumentar os riscos durante a gravidez, portanto, os países devem tomar medidas para garantir que as mulheres grávidas e as que planejam engravidar tenham acesso a vacinas contra COVID-19 e cuidados pré-natais eficazes.

O relatório conclui que o mundo deve acelerar significativamente o progresso para atingir as metas globais de redução das mortes maternas, ou então arriscar a vida de mais de 1 milhão de mulheres até 2030.

Todos os dias em 2020, aproximadamente 800 mulheres morreram de causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto - o que significa que uma mulher morre a cada dois minutos!

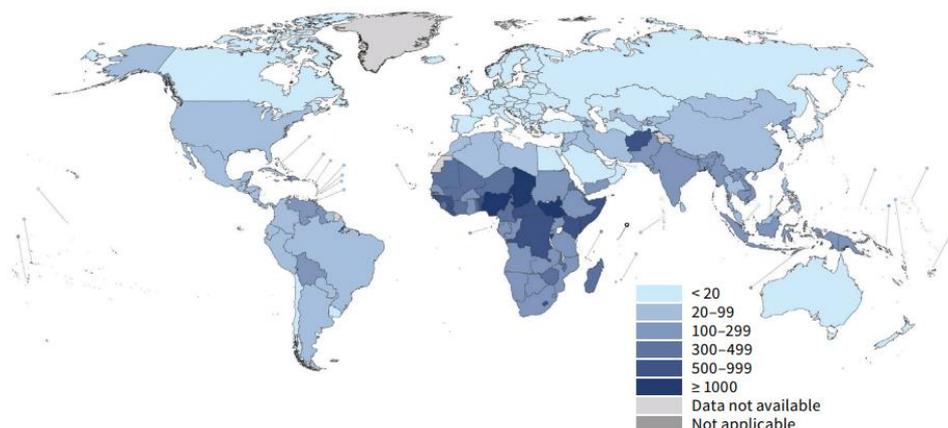
#### **MORTALIDADE MATERNA - Principais pontos:**

- Todos os dias em 2020, quase 800 mulheres morreram de causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto;
- Uma morte materna ocorreu quase a cada dois minutos em 2020;
- Entre 2000 e 2020, a taxa de mortalidade materna (RMM, número de mortes maternas por 100.000 nascidos vivos) caiu cerca de 34% em todo o mundo;
- Quase 95% de todas as mortes maternas ocorreram em países de baixa e média renda;
- Os cuidados prestados por profissionais de saúde qualificados antes, durante e após o parto podem salvar a vida de mulheres e recém-nascidos.

#### **Onde ocorrem as mortes maternas?**

O alto número de mortes maternas em algumas áreas do mundo reflete as desigualdades no acesso a serviços de saúde de qualidade e destaca o abismo entre ricos e pobres. A razão da mortalidade materna (RMM) em países de baixa renda em 2020 foi de 430 por 100.000 nascidos vivos, contra 12 por 100.000 nascidos vivos em países de alta renda.

## Estimativas da taxa de mortalidade materna (MMR), por país, 2020



Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2023.

Cenários humanitários, de conflito e pós-conflito impedem o progresso na redução da mortalidade materna. Em 2020, de acordo com o Índice de Estados Frágeis\*, 9 países estavam em “alerta muito alto” ou “alerta alto” (do mais alto para o mais baixo: Iêmen, Somália, Sudão do Sul, Síria, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Chade, Sudão e Afeganistão); esses países tiveram RMM variando de 30 (Síria) a 1223 (Sudão do Sul) em 2020.

\* Para obter detalhes sobre os países considerados no grupo de “menos desenvolvidos”, consulte os códigos padrão de país ou área para uso estatístico disponíveis em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>.

As mulheres em países de baixa renda têm um risco maior de morte por morte materna ao longo da vida. O risco vitalício de morte materna de uma mulher é a probabilidade de que uma mulher de 15 anos acabe morrendo de causa materna. Em países de alta renda, é de 1 em 5.300, contra 1 em 49 em países de baixa renda.

### Por que as mulheres morrem?

As mulheres morrem como resultado de complicações durante e após a gravidez e o parto. A maioria dessas complicações se desenvolve durante a gravidez e a maioria é evitável ou tratável. Outras complicações podem existir antes da gravidez, mas são agravadas durante a gravidez, especialmente se não forem tratadas como parte dos cuidados da mulher. As principais complicações que representam quase 75% de todas as mortes maternas são:

- sangramento grave (principalmente sangramento após o parto);
- infecções (geralmente após o parto);
- hipertensão arterial durante a gravidez (pré-eclâmpsia e eclâmpsia);
- complicações do parto; e
- aborto inseguro.

### Como a vida das mulheres pode ser salva?

Para evitar mortes maternas, é vital prevenir a gravidez indesejada. Todas as mulheres, incluindo adolescentes, precisam ter acesso a métodos contraceptivos, serviços de aborto seguro e atendimento pós-aborto de qualidade.

A maioria das mortes maternas é evitável, pois as soluções de saúde para prevenir ou controlar as complicações são bem conhecidas. Todas as mulheres precisam de acesso a cuidados de alta qualidade durante a gravidez, parto e pós parto. A saúde materna e a saúde do recém-nascido estão intimamente ligadas. É fundamental que todos os partos sejam assistidos por profissionais de saúde qualificados, uma vez que a gestão e o tratamento oportunos podem fazer a diferença entre a vida e a morte para as mulheres e para os recém-nascidos.

- O sangramento intenso após o parto pode levar à morte uma mulher saudável em poucas horas se ela não for atendida. A administração de ocitócicos imediatamente após o parto reduz efetivamente o risco de hemorragia pós parto.
- A infecção após o parto pode ser eliminada se uma boa higiene for praticada e se os primeiros sinais de infecção forem reconhecidos e tratados a tempo.
- A pré-eclâmpsia deve ser detectada e tratada adequadamente antes do início das convulsões (eclâmpsia) e outras complicações com risco de vida. A administração de medicamentos como sulfato de magnésio para pré-eclâmpsia pode reduzir o risco de uma mulher desenvolver eclâmpsia.

#### **Por que as mulheres não recebem os cuidados de que precisam?**

As mulheres pobres e em áreas remotas são as menos propensas a receber cuidados de saúde adequados. Isso é agravado para regiões com números relativamente baixos de profissionais de saúde qualificados, como na África Subsaariana e no Sul da Ásia.

Os últimos dados disponíveis sugerem que, na maioria dos países de renda alta e média-alta, aproximadamente 99% de todos os nascimentos contam com a presença de uma parteira, médico ou enfermeiro treinado. Esses números caem para apenas 68% em países de baixa renda e 78% em países de renda média-baixa.

#### **Os fatores que impedem as mulheres de receber ou procurar atendimento durante a gravidez e no parto são:**

- falhas do sistema de saúde que se traduzem em:
  - baixa qualidade de atendimento, incluindo desrespeito, maus-tratos e abuso
  - números insuficientes de profissionais de saúde e com formação inadequada
  - escassez de suprimentos médicos essenciais
  - fraca responsabilização dos sistemas de saúde
- determinantes sociais, incluindo renda, acesso à educação, raça e etnia, que colocam algumas subpopulações em maior risco;
- normas de gênero prejudiciais e/ou desigualdades que resultam em uma baixa priorização dos direitos de mulheres e meninas, incluindo o direito a serviços de saúde sexual e reprodutiva seguros, de qualidade e acessíveis;
- fatores externos que contribuem para a instabilidade e fragilidade do sistema de saúde, como crises climáticas e humanitárias.

Para melhorar a saúde materna, as barreiras que limitam o acesso a serviços de saúde materna de qualidade devem ser identificadas e abordadas tanto no nível do sistema de saúde quanto na sociedade.

### **Impacto da pandemia de COVID-19 na mortalidade materna**

A partir do relatório apresentado pela OMS, fica claro que a estagnação na redução da mortalidade materna é anterior ao início da pandemia de COVID-19, ocorrida a partir do ano de 2020. A pandemia de COVID-19 pode ter contribuído para a falta de progresso, mas não representa a explicação completa.

A mortalidade materna durante a pandemia de COVID-19 pode ter sido impactado por dois mecanismos: mortes em que a mulher morreu devido à interação entre seu estado de gravidez e COVID-19 (conhecidas como mortes obstétricas indiretas) ou mortes em que complicações na gravidez não foram evitadas ou geridas devido à interrupção dos serviços de saúde.

Uma avaliação robusta global do impacto da COVID-19 na mortalidade materna não é possível a partir dos dados atualmente disponíveis: apenas cerca de 20% dos países e territórios relataram até agora dados empíricos sobre seus níveis de mortalidade materna em 2020 e países de alta renda e/ou populações relativamente menores estão super-representadas neste grupo – com implicações para a generalização dos resultados. Portanto, as estimativas atuais se estendem apenas para o ano de 2020. Considerando os dados limitados, essas estimativas devem ser revisadas em futuras atualizações.

### **A Mortalidade Materna e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados em 25 de setembro de 2015 e entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016 para o período de 15 anos (até 31/12/2030). Entre os 17 ODS, as metas diretas relacionadas à saúde se enquadram no ODS 3: Saúde e bem-estar - garantir saúde e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Além do lançamento dos ODS, a Organização Mundial da Saúde lançou uma declaração de consenso e documentos estratégicos com objetivo de colocar fim às mortes maternas evitáveis. A meta estabelecida foi: reduzir a mortalidade materna global para menos de 70 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos até 2030. Outra meta acordada: nenhum país deve ter mais que 140 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos até 2030 (número duas vezes maior que a meta global).

Guiados por essas metas, os países vêm estabelecendo suas próprias metas nacionais para 2030, dependendo de seu nível basal de razão da mortalidade materna no ano de 2010: se maior que 420, a meta é atingir menos que 140 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos; se razão da mortalidade materna menor que 420, o objetivo é reduzir em pelo menos dois terços até 2030; se razão da mortalidade materna já estava abaixo de 70 por 100.000 nascidos vivos, foram convocados para alcançar a equidade na razão da mortalidade materna, considerando os diferentes grupos populacionais dentro de cada país.

Os cinco objetivos do plano estratégico para acabar com as mortes maternas evitáveis e alcançar a meta 3.1 dos ODS são:

- abordar as desigualdades no acesso e na qualidade dos direitos sexuais e reprodutivos e nos cuidados e assistência materna e neonatal;

- garantir a cobertura universal de saúde para abranger a saúde sexual e reprodutiva, materna e a atenção à saúde do recém-nascido;
- abordar todas as causas de mortalidade materna e morbidades reprodutivas;
- fortalecer os sistemas de saúde para responder às necessidades e prioridades de mulheres e meninas; e
- garantir a responsabilização para melhorar a qualidade do atendimento e equidade.

A RMM global em 2020 foi de 223 por 100.000 nascidos vivos; atingir um MMR global abaixo de 70 até o ano de 2030 exigirá uma taxa anual de redução de 11,6%, uma taxa que raramente foi alcançada em nível nacional. No entanto, o conhecimento científico está disponível para prevenir a maioria das mortes maternas. Com 10 anos de ODS restantes, agora é a hora de intensificar os esforços coordenados e mobilizar e revigorar os compromissos globais, regionais, nacionais e comunitários para acabar com a mortalidade materna evitável.

O Grupo Interinstitucional de Estimativa de Mortalidade Materna das Nações Unidas, inclui a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Banco Mundial e o Departamento das Nações Unidas de Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA), em colaboração com especialistas técnicos externos publicaram a estimativa global da mortalidade materna, abrangendo os anos de 2000 a 2020. O relatório apresenta estimativas e tendências globais, regionais e nacionais comparáveis internacionalmente para mortalidade materna nesse período.

## Referências

1. Fragile States Index. Available at: <https://fragilestatesindex.org/data/>.
2. Say L, Chou D, Gemmill A et al. *Global Causes of Maternal Death: A WHO Systematic Analysis*. *Lancet Global Health*. 2014;2(6): e323-e333.
3. Samuel O, Zewotir T, North D. Decomposing the urban–rural inequalities in the utilisation of maternal health care services: evidence from 27 selected countries in sub-Saharan Africa. *Reprod Health* 18, 216 (2021).
4. World Health Organization and United Nations Children’s Fund. WHO/UNICEF joint database on SDG 3.1.2 Skilled Attendance at Birth. Available at: <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/>.

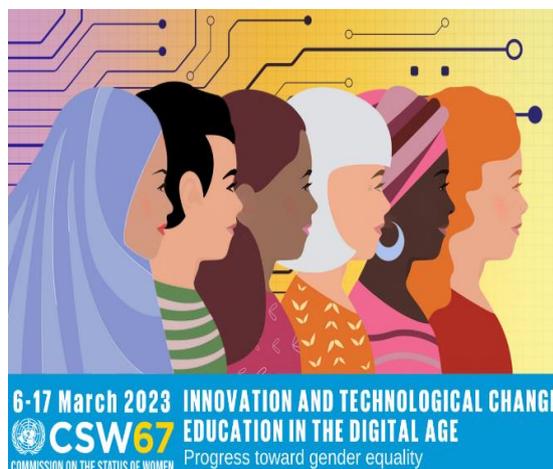
## Links de interesse:

- Maternal mortality measurement: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/360576>
- Ending preventable maternal mortality: <https://www.who.int/initiatives/ending-preventable-maternal-mortality>
- Abortion care guideline: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240039483>
- WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241549912>
- WHO recommendations: intrapartum care for a positive childbirth: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550215>

## 67ª Sessão sobre a Situação das Mulheres - documento preparatório

A 67ª sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW67 - Commission on the Status of Women), da ONU, acontecerá em Nova York (EUA), entre os dias 06 e 17 de março de 2023.

Os documentos preparados pela Comissão já foram disponibilizados e fornecem uma estrutura legal internacional e um conjunto abrangente de medidas para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, com direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as mulheres e meninas ao longo de suas vidas.



O relatório reconhece que a participação plena, igualitária e significativa das mulheres na tomada de decisões no contexto da inovação, mudança tecnológica e educação na era digital é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido a CSW reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos que discorre sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres e sobre os Direitos da Criança, bem como outros tratados relevantes, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias.

A Comissão expressa preocupação com o ritmo desigual da transformação digital e as barreiras estruturais e sistêmicas que impedem mulheres e meninas de serem equipadas com conhecimento, consciência e habilidades para alavancar a conectividade para seu empoderamento econômico e social e para estarem conectadas em um nível que permita uma experiência online segura e produtiva, a um custo acessível.

A Comissão continua profundamente preocupada com o fato de que todas as mulheres e meninas, especialmente nos países em desenvolvimento, incluindo os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e particularmente aqueles em situações vulneráveis, são muitas vezes afetados de forma desproporcional pelos impactos adversos das mudanças climáticas, degradação ambiental, perda de biodiversidade, eventos climáticos e desastres naturais e outras questões ambientais.

Há uma preocupação crescente da Comissão relacionada a crises convergentes das alterações climáticas, do custo de vida, dos conflitos e da pandemia de COVID-19 que empurrou pessoas para a pobreza extrema, reforçando normas sociais negativas e estereótipos de gênero e enfatiza o papel crítico que as mulheres desempenham na resposta a desastres e nos esforços de recuperação da COVID-19. Recorda que as mulheres representam a grande maioria dos profissionais de saúde da linha da frente e que estão significativamente envolvidas na prestação de serviços essenciais e públicos.

A Comissão condena veementemente todas as formas de violência contra mulheres e meninas, que estão enraizadas em desigualdades históricas e estruturais e relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Reitera que a violência contra mulheres e meninas em todas as suas formas e manifestações, on-line e off-line, nas esferas pública e privada, incluindo violência sexual e de gênero, como assédio sexual, violência doméstica, assassinatos relacionados a gênero, incluindo feminicídio, práticas nocivas como como criança, casamento precoce e forçado e mutilação genital feminina, bem como trabalho infantil e forçado, tráfico de pessoas e exploração e abuso sexual são generalizados, sub-reconhecidas e subnotificadas, particularmente no nível da comunidade.

O documento expressa profunda preocupação de que mulheres e meninas possam ser particularmente vulneráveis à violência devido à pobreza multidimensional, deficiência, acesso limitado ou falta de justiça, recursos legais ineficazes e serviços psicossociais, incluindo proteção, reabilitação, reintegração e serviços de saúde. Ele enfatiza novamente que a violência contra mulheres e meninas é um grande impedimento para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas e que viola, prejudica ou anula o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

A Comissão condena a violência de gênero facilitada pela tecnologia e reconhece sua magnitude e o significativo dano físico, sexual, psicológico, social, político e econômico que causa à mulheres e meninas, infringindo seus direitos e liberdades, em particular para aquelas que enfrentam formas múltiplas e cruzadas de discriminação e as da vida pública.

Também reconhece a necessidade de melhorar a coerência das ações políticas e alterar os quadros jurídicos, em torno de princípios centrados nos direitos humanos. A Comissão também reconhece que a violência contra mulheres e meninas, incluindo o assédio sexual em espaços privados e públicos, inclusive em instituições educacionais e no mundo do trabalho, bem como em contextos digitais, impede a participação e a tomada de decisões no contexto da inovação e mudança tecnológica e educação na era digital e leva a um ambiente hostil.

A Comissão reconhece a necessidade de abordar os efeitos de conflitos armados e situações pós-conflito sobre mulheres e meninas, incluindo vítimas e sobreviventes de violência sexual.

A Comissão expressa preocupação com o fato de que os ecossistemas de inovação atuais não alcançam a igualdade de gênero e são caracterizados por uma distribuição desigual de poder e recursos financeiros, resultando em mulheres significativamente sub-representadas em todos os aspectos da tomada de decisões que afetam seus direitos e oportunidades na era digital e sendo incapaz de se beneficiar dos milhões de empregos decentes e de qualidade criados pelas transições digitais. Reconhece que as normas sociais negativas e os estereótipos de gênero estão causando lacunas de gênero persistentes na educação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática.

A Comissão reconhece que mulheres e meninas assumem uma parcela desproporcional de cuidados não remunerados e trabalho doméstico, o que limita suas capacidades de participar dos processos de tomada de decisão e ocupar cargos de liderança, impõe restrições significativas à educação e treinamento, oportunidades econômicas e atividades empreendedoras, inclusive no contexto de inovação, mudança tecnológica e educação na era digital.

Salienta a necessidade de reconhecer e adotar medidas para reduzir, redistribuir e valorizar os cuidados não remunerados e o trabalho doméstico, promovendo a partilha

equitativa de responsabilidades entre mulheres e homens no seio do agregado familiar e priorizando, entre outros aspetos, infraestruturas sustentáveis, políticas de proteção social e políticas acessíveis.

A Comissão reafirma que o direito ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental é fundamental para construir a resiliência de todas as mulheres e meninas. Sublinha a necessidade de fortalecer o acesso a serviços de saúde sensíveis ao gênero, seguros, disponíveis, acessíveis, de qualidade e inclusivos, incluindo aqueles relacionados à saúde mental, saúde materna e neonatal, saúde menstrual, e garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para planejamento familiar, informação e educação.

A Comissão reconhece que os benefícios das tecnologias digitais são essenciais para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e que os benefícios das tecnologias digitais devem ser distribuídos igualmente, e seu desenvolvimento e uso ancorados em abordagens baseadas em direitos humanos e design participativo. Enfatiza que os danos graves e discriminação contra mulheres e meninas desencadeados por novas tecnologias digitais exigem regulamentações para melhorar os requisitos de responsabilidade por quaisquer violações de direitos humanos.

Dentre diversos compromisso, os blocos que a Comissão pede prioridade são:

- 1) Priorizar a equidade digital para acabar com a divisão digital de gênero
- 2) Utilizar financiamento adequado para a transformação digital inclusiva e transformadora de gênero
- 3) Promover a educação digital e de ciência e tecnologia sensível ao gênero na era digital
- 4) Promover a participação, emprego e liderança de mulheres em cargos de tecnologia e inovação
- 5) Adotar design, desenvolvimento e implantação de tecnologias sensíveis ao gênero
- 6) Fortalecer a justiça, a transparência e a responsabilidade na era digital
- 7) Aprimorar a ciência de dados para promover a igualdade de gênero
- 8) Prevenir e eliminar a violência de gênero facilitada pela tecnologia e proteger os direitos das mulheres e meninas online

Sociedades pacíficas, justas e inclusivas, melhoram o crescimento econômico e a produtividade inclusiva e sustentável, acaba com a pobreza em todas as suas formas e dimensões e reconhece que mulheres e meninas desempenham um papel vital como agentes de mudança para o desenvolvimento sustentável.

Para acessar o documento na íntegra, [clique aqui](#). Para acessar a página oficial da 67ª CSW, [clique aqui](#).

## **Os desafios e alternativas para a América Latina na redução da insegurança alimentar e nutricional regional e protagonismo na construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes**

***Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva  
Erica Ell e Juliana Ubarana***

Os últimos Relatórios de Estado de Segurança Alimentar e Nutrição (SOFI – State of Food Insecurity and Nutrition in the World) da FAO foram fundamentais em apontar a piora nos indicadores globais e regionais de segurança alimentar e nutricional desde 2017 e inovaram ao avançar além do diagnóstico para analisar causas e possíveis soluções para este problema<sup>95</sup>. Os desafios nessa agenda tornaram-se ainda maiores recentemente com o agravamento da insegurança alimentar e nutricional em decorrência da pandemia de covid-19, maior impacto das mudanças climáticas sobre a produção agrícola e impactos de conflitos tais como a Guerra entre Rússia e Ucrânia.

Retomando discussões de informes anteriores, a proposição da FAO para os sistemas agroalimentares prevê uma coexistência de sistemas com diferentes racionais e fundamentos, sem abordar as contradições desse modelo e a competição entre os modelos no mundo. Enquanto o modelo lógico proposto pela FAO é bastante amplo, na medida em que incorpora como elementos básicos da segurança alimentar e nutricional (disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade, agência e sustentabilidade) a partir dos quais devem se guiar as políticas, a governança e a política econômica e tem implicações sobre a nutrição e a saúde, bem como sobre aspectos sociais, econômicos, ambientais e dos ecossistemas. Nesse sentido, prevê igualmente a necessidade de articulação das políticas de apoio à agricultura e alimentação às demais políticas e sistemas sociais e econômicas relacionadas (saúde, educação, proteção social, ambiente, energia) de modo que os sistemas alimentares se interliguem aos ambientes alimentares e comportamento do consumidor para garantir dietas com quantidade, qualidade, diversidade, segurança e adequação.

Outra inovação importante nesse modelo é também incorporar a perspectiva dos preços dos alimentos, que estão diretamente relacionados à segurança alimentar e nutricional desde a falta de acesso aos alimentos e sua relação com o aumento da fome até as dificuldades no acesso financeiro a uma dieta saudável. Esses aspectos, ainda que não explorados detalhadamente nos relatórios, dialogam diretamente com a dupla carga da má nutrição, na medida em que o aumento da fome no mundo se soma às dietas não saudáveis, baseadas em alimentos com alta densidade energética e nutricionalmente pobres, como em particular os alimentos ultraprocessados. Tais mudanças levam à coexistência da desnutrição com a obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação, bem como à sindemia que associa essas consequências negativas dos sistemas alimentares hegemônicos à saúde e nutrição aos impactos climáticos dos sistemas alimentares hegemônicos.

Assim, no âmbito da governança desses sistemas, mesmo sendo comum a tentativa de incentivo à participação do setor privado nas possíveis soluções, fica clara a necessidade de fortalecer o papel protagonista dos governos nacionais, apoiados pelos organismos internacionais e instâncias multilaterais, em favor dos interesses coletivos e preservando-se dos riscos de captura por interesses dos sistemas alimentares hegemônicos.

---

<sup>95</sup> <https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>

Para tanto, incluem-se, entre as recomendações das agências, ações diretas do poder público local nas políticas sociais, na garantia de infraestrutura, pesquisa, inspeção, comunicação e estoques e compras públicas, políticas de uso da terra e taxaço de alimentos, entre outras, somados a medidas de controle dos preços, tais como medidas em relação ao comércio exterior e controle interno de preços, bem como apoio fiscal à produção, incorporando subsídios aos produtores, apoio logístico e de infraestrutura e subsídios aos consumidores. Enquanto isso, o Painel de Alto Nível de Especialistas da FAO, junto com organizações internacionais da sociedade civil, reforçam que, além da responsabilidade dos governos e organismos, é fundamental garantir maior participação da população nas políticas e promover a prevenção e controle de conflitos de interesses em todas as agendas.

Saindo do contexto internacional desses relatórios globais, mesmo com sua análise inicial das realidades das diferentes regiões do mundo, tornam-se necessárias análises mais detalhadas para melhor caracterizar as especificidades de cada região e as alternativas adequadas aos seus contextos. Dessa forma, ao final de 2022 e início de 2023, importantes documentos foram produzidos para a América Latina e Caribe, que analisaremos a seguir.

Essa análise, além de visar uma contextualização regional mais detalhada, também visa apontar alternativas para retomar e fortalecer o protagonismo que a região já desempenhou na agenda de segurança alimentar e nutricional e no alcance dos ODS, sofreu grande fragilização de muitas políticas sociais e de produção de alimentos, junto com as crises econômicas e os efeitos das mudanças climáticas sobre a agricultura. A América Latina, em particular, foi pioneira no desenvolvimento, ampliação e contínua implementação de muitas políticas inovadoras em segurança alimentar, proteção social, saúde e nutrição, incluindo os programas de transferências condicionadas de renda, compras públicas da agricultura local e alimentação escolar, bem como, mais recentemente, de políticas regulatórias e fiscais impactantes sobre os ambientes alimentares, tais como guias alimentares baseados em alimentos e em sistemas alimentares, modelos de advertência para a rotulagem nutricional frontal, regulação da publicidade de alimentos e taxaço de bebidas adoçadas.

Nesse sentido, a fala do Diretor Geral da FAO na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), no início de 2023, traz uma importante mensagem: para que a América Latina retome seu protagonismo na alimentação e agricultura, é imperativo que primeiro enfrente a fome e desigualdade na região<sup>96</sup>. Em linha com esse chamamento, um recente informe da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) em conjunto com a FAO e PMA, do final de 2022, fez uma análise com forte viés econômico para as causas, consequências e possíveis soluções para as atuais crises, mas coincide com outros relatórios ao abordar os efeitos das crises globais somadas e das crises regionais ao aumento da pobreza, da insegurança alimentar e nutricional e da fome, especialmente das populações mais vulneráveis, bem como dos efeitos já percebidos das mudanças climáticas na produção de alimentos e dos efeitos da inflação de alimentos sobre o risco de fome<sup>97</sup>.

O informe da Celac, FAO e PMA, primeiramente apoia-se em aspectos dos sistemas alimentares hegemônicos, sem reconhecer seu papel na geração das atuais crises, de modo que valoriza as consequências da crise climática sobre a produção de alimentos (particularmente dos commodities agrícolas), as incertezas em relação à dependência das culturas comerciais ao uso

---

<sup>96</sup> <https://www.fao.org/newsroom/detail/latin-america-and-caribbean-can-be-at-the-forefront-of-global-food-and-agriculture-provided-it-first-tackles-hunger-and-inequality/en>

<sup>97</sup> <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48531>

de fertilizantes (predominantemente importados) e à dependência da região em relação à importação de cereais. Dessa forma, ao apontar respostas aos problemas atuais, recorre primeiramente a estratégias ligadas a esses sistemas hegemônicos, como a maior abertura ao comércio de alimentos e fertilizantes, desoneração das exportações e maior transparência das informações sobre produção e comércio de alimentos e insumos como soluções para o problema da segurança alimentar e nutricional na região.

Entretanto, dentro das recomendações, também acaba por reconhecer a insuficiência desses mecanismos econômicos associados a mudanças nos sistemas econômicos, produtivos e alimentares hegemônicos para resolver as crises atuais e sugere como alternativas de curto e médio prazo a diversificação das fontes e variedades de alimentos e insumos agrícolas. Toma papel central nesse processo a agricultura familiar, que é apontada, inclusive, como estratégia para substituir ao menos parcialmente e com vantagens nutricionais as importações de cereais, reconhecendo a importância da diversidade dos cultivos tradicionais na região para a garantia de alimentos locais, frescos e nutritivos. Além disso, o informe salienta a necessidade de fortalecer políticas de proteção social e vinculá-las com o fomento à produção agrícola, articulando programas de transferência de renda, apoio aos pequenos agricultores e agricultores familiares, compras institucionais e alimentação escolar, por exemplo.

Contudo, o documento coloca essas transformações nos sistemas alimentares como soluções secundárias e não como eixo central das mudanças necessárias para garantir a segurança alimentar, apesar de serem instrumentos que efetivamente garantem o acesso a alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável, garantindo resiliência às mudanças climáticas e crises globais e baseados em uma governança inclusiva e participativa.

Por fim, o informe sugere a integração de iniciativas regionais, articuladas a compromissos internacionais, como o Plano da Celac para a Segurança Alimentar e Nutricional e Erradicação da Fome e as coalizões construídas a partir da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, reforçando o papel central dos governos nacionais no desenvolvimento das políticas, assim como a importância do apoio dos organismos internacionais e dos espaços multilaterais.

Depois, no início de 2023, a Organização Pan Americana da Saúde, em conjunto com o IFAD, FAO, Unicef e PMA, lançou o relatório “Panorama Regional da Segurança Alimentar e Nutricional – América Latina e Caribe 2022: Rumo à melhor acessibilidade financeira a dietas saudáveis” (*Regional Overview of Food Security and Nutrition – Latin America and the Caribbean 2022: Towards Improving Affordability of Healthy Diets*), que, a exemplo do SOFI 2022, busca analisar a situação de insegurança alimentar e nutricional junto com o preço e acesso a uma alimentação saudável, porém agregando mais detalhes à análise da situação dos países da região e explorando a relação do custo da dieta saudável com indicadores socioeconômicos e nutricionais, bem como avaliando diferentes políticas já implementadas na região e os contextos em que são implementadas<sup>98</sup>.

Primeiramente, no contexto dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, a América Latina e Caribe tiveram um aumento na prevalência da fome maior do que o resto do mundo entre 2015 e 2021, adicionando mais 13,2 milhões de pessoas à população passando fome no período, depois de terem sido uma das regiões que mais avançaram na redução da fome até 2014. Em termos sub-regionais, também há grandes diferenças, sendo a fome no

---

<sup>98</sup> <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57032>

Caribe duas vezes mais prevalente do que na América do Sul e América Central. Igualmente, a insegurança alimentar moderada e grave aumentou mais na região e, em 2021, passou a afetar mais de 40% da sua população, enquanto a média global foi de 29,3%, atingindo 177,7 milhões de pessoas na América do Sul, 61,9 milhões na América Central e 28,0 milhões no Caribe, o que significa 29,5 milhões de pessoas a mais do que em 2019, em grande parte na América do Sul. Além das diferenças sub-regionais, o risco de insegurança alimentar e nutricional grave em função de gênero é mais marcante na região do que no resto do mundo, sendo 11,3% maior entre mulheres.

As consequências da fome e da insegurança alimentar e nutricional, considerando a dupla carga da má nutrição, ou seja, a coexistência da desnutrição e da obesidade e excesso de peso também são relevantes na América Latina e Caribe. Considerando as crianças menores de 5 anos, o déficit de peso para altura, um indicador direto de desnutrição aguda devido à falta de energia e nutrientes na dieta e adoecimento ainda é menor do que a do resto do mundo e está dentro das metas dos ODS, apesar de estar acima da meta (prevalência menor que 3%) em Barbados, Trinidad e Tobago, Suriname, Bolívia e Equador. Mesmo no Brasil, tomando como referência as crianças atendidas em serviços de atenção primária à saúde no SUS em 2021, observa-se um aumento gradual da desnutrição aguda em crianças desde 2017, alcançando mais de 6% das crianças menores de 5 anos e aumenta para até 8% entre as crianças pretas e pardas<sup>99</sup>. Além disso, é preocupante a questão de carência de micronutrientes, como a anemia, que afeta 17,2% das mulheres entre 15 e 49 anos na região, mas alcança quase 30% das mulheres no Caribe.

Por outro lado, a desnutrição crônica (déficit de estatura para idade) aparentemente não foi, ainda, afetada pelo aumento da fome na região e tem continuado a se reduzir em suas sub-regiões, apesar de permanecer mais elevada entre crianças de menor renda e cujas mães não tiveram educação formal.

Em relação ao outro extremo na má nutrição, na América do Sul e Caribe, 7,5% das crianças menores de 5 anos apresentam excesso de peso, prevalência maior do que a média mundial, sendo maior na América Sul em relação às demais sub-regiões. Entre os adultos, a situação é ainda mais preocupante, tendo em vista que a prevalência de obesidade aumentou significativamente em todas as sub-regiões, e, na região como um todo, afeta quase um quarto da população adulta. Destaca-se que esse aumento é comum em todos os grupos socioeconômicos, nas zonas urbanas rurais e inclusive em populações indígenas, exigindo políticas efetivas para seu enfrentamento em conjunto com as medidas para erradicação da fome, em função de muitos determinantes comuns nos dois lados da má nutrição.

A partir do diagnóstico desses indicadores, é importante o reconhecimento, no relatório, do efeito dos altos níveis de desigualdades nas populações da região e particularmente do impacto do alto custo de uma dieta saudável, que é maior entre os mais vulneráveis, incluindo crianças e mulheres. Reconhece-se, portanto, a abordagem ampliada da realização do direito humano à alimentação adequada e saudável dentro do conceito da segurança alimentar e nutricional que deve estar presente em todas as políticas relacionadas.

A qualidade da dieta, considerando a adequação em quantidade e qualidade dos alimentos, está diretamente relacionada à desnutrição (aguda e crônica), a carências de micronutrientes e ao excesso de peso e obesidade. Desde 2019, o custo de uma dieta saudável

---

<sup>99</sup> <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

aumentou em todo o mundo, porém mais do que a média global na América Latina e Caribe e particularmente no Caribe, onde aumentou quase duas vezes mais do que nas outras sub-regiões. Como consequência, somam-se 131 milhões de pessoas na região (22,5% da população) que não conseguem comprar alimentos para uma dieta saudável, sendo mais preocupante a situação do Caribe, onde mais da metade da população não tem acesso a uma dieta saudável, enquanto o problema afeta 27,8% das pessoas na América Central e 18,4% na América do Sul.

O acesso a uma dieta mais saudável é menor na população de menor renda, que são a parcela que gasta maior proporção de seus rendimentos com a alimentação e representa aqueles que foram mais afetados pela perda de recursos e são os mais afetados pelo aumento no preço dos alimentos. Nesse particular, segundo o relatório, a inflação de alimentos aumentou consideravelmente com a pandemia de covid-19 e ainda mais com o conflito na Ucrânia, sob influência dos cereais que são predominantemente importados na região e afetam ainda mais sub-regiões mais dependentes da importação de alimentos como o Caribe. Além disso, em todas as sub-regiões, há grande contribuição dos alimentos de origem vegetal e animal para o custo das dietas, com algumas diferenças: maior participação das carnes na América do Sul e dos vegetais na América Central e Caribe. De modo geral, em todas as sub-regiões, quanto maior a dependência de importação de certas categorias de alimentos, maior o seu impacto sobre os preços e custos da dieta saudável, afetando mais fortemente o Caribe.

Diante dos desafios apresentados, a última parte do relatório foca na análise de políticas para promover uma alimentação saudável, a partir da redução do preço dos alimentos nutritivos e aumento da renda de populações vulneráveis, com vistas a garantir o acesso físico e financeiro a uma dieta saudável. Nesse sentido, aponta para a necessidade de transformação dos sistemas alimentares para que sejam mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis a partir de mudanças em aspectos de produção, cadeias de distribuição, comércio internacional, ambientes alimentares e comportamento dos consumidores.

Principalmente no tocante às políticas orientadas à produção de alimentos, observa-se uma concordância com relatórios anteriores da FAO e Cepal quanto a buscar soluções centradas nos sistemas alimentares hegemônicos, como aumentar a transparência de dados de mercado e do comércio internacional, incorporar novas tecnologias e aumentar a produtividade, enquanto também reforçam políticas como transferências de renda, programas de alimentação escolar, doação de alimentos e incentivo à agricultura familiar.

Um ponto crucial da questão do acesso a dietas saudáveis, explorado ainda de forma superficial nos documentos regionais e internacionais, é que as transformações no padrão de consumo de alimentos têm um importante componente de custos, mas não se limitam a isso. Enquanto existe, de fato, influência da inflação geral dos alimentos na qualidade da dieta, mas se trata de uma conclusão pouco profunda do problema, pois os alimentos com alta densidade energética e conteúdo nutricional pobre, particularmente os produtos alimentícios ultraprocessados, têm preços cada vez menores em comparação aos alimentos frescos. Esse problema é muito maior nos países de renda média e baixa, como é o caso da América Latina e Caribe, de modo que acentua as desigualdades no acesso às dietas saudáveis e suas consequências sobre a saúde das populações.

A inflação nos alimentos saudáveis (in natura e minimamente processados) tem causas estruturais no modo de funcionamento dos sistemas alimentares hegemônicos, nos quais é incentivado o cultivo de variedades de interesse para o comércio internacional e como ingredientes para a produção de alimentos ultraprocessados pelas indústrias de alimentação no

lugar de culturas diversificadas e tradicionais, baseadas na agricultura familiar, que caracterizam as dietas baseadas em alimentos in natura e minimamente processados. Essa influência dos sistemas alimentares hegemônicos nos padrões alimentares inclusive se manifesta desde o início da vida das crianças, por meio da competição do aleitamento materno com as fórmulas infantis e na introdução precoce de alimentos ultraprocessados na dieta e é reforçada pela oferta dos alimentos ultraprocessados nas escolas e nas dificuldades de acesso a alimentos saudáveis principalmente em localidades de menor renda, na forma de desertos e pântanos alimentares.

Como consequência, observa-se a fragilidade e reducionismo do modelo de revolução verde, globalização da dieta e ultraprocessamento de alimentos em que se apoiam os sistemas hegemônicos em trazer soluções para problemas de insegurança alimentar e nutricional, da múltipla carga da má nutrição e dos impactos ambientais dos modelos de produção de alimentos, visto que são, na realidade, causas desses problemas e não garantem a produção de maneira saudável, sustentável, resiliente e inclusiva.

Com isso, são necessárias políticas contra-hegemônicas, que incluem exemplos no próprio relatório, como incentivos à agricultura familiar para garantir circuitos curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos locais, a promoção da diversificação de culturas agrícolas e a implementação de políticas de compras institucionais (como para a alimentação escolar). Junto a isso, é necessário que essas políticas sejam implementadas a partir de uma estrutura de governança baseada na responsabilidade de governos nacionais, de apoio dos organismos internacionais, na integração regional e articulação multilateral, na participação social e na gestão de conflitos de interesses nas relações com o setor privado.

Vale destacar que várias políticas brasileiras são mencionadas no relatório, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT), as Centrais de Abastecimento (Ceasas) e os estoques reguladores e sistemas de informação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sem, contudo, associar o momento mais recente de desmonte e fragilização destas e de outras políticas de segurança alimentar e nutricional e seus prováveis impactos no maior impacto das crises de alimentos no Brasil.

Somadas às políticas de proteção social e de produção de alimentos, também mereceram destaque no relatório as medidas para tornar os ambientes alimentares promotores da alimentação saudável, ou seja, de desincentivar o consumo de alimentos ultraprocessados, tais como a experiência exitosa do Chile na implementação de uma rotulagem nutricional frontal de advertência, depois replicada no Uruguai, México e Argentina, a taxação de bebidas adoçadas no México e as políticas de regulação da publicidade de alimentos, particularmente para crianças, e da venda de alimentos ultraprocessados nas escolas em muitos países da região.

Além disso, apesar de não presente no documento, valeria o destaque à forma de governança das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil, considerando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) como principal instância de participação e controle social e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) como fórum de articulação e harmonização de políticas. Outro importante exemplo brasileiro e replicado em outros países, mas não abordado no relatório, é dos Guias Alimentares, mudando o paradigma de alimentação saudável baseado em nutrientes, como preconizam os sistemas alimentares hegemônicos, para o enfoque em alimentos e seu grau de processamento industrial, relacionando as dietas saudáveis com a padrões alimentares e à diversidade de

alimentos. Dessa forma, os guias vão além da orientação dietética individual e coletiva para servir de instrumento para induzir políticas e ser base para a transformação dos próprios sistemas alimentares.

Os desafios globais de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, da fome e da múltipla carga da má nutrição são expressos e muitas vezes amplificados na América Latina e Caribe, adicionados a questões específicas de seus contextos sub-regionais e nacionais e suas possíveis soluções. A região, em particular, passa por uma transição demográfica e epidemiológica acelerada, com os desafios da crescente urbanização e envelhecimento populacional, além das mudanças promovidas pelos sistemas alimentares hegemônicos em seus padrões alimentares e produção de alimentos, fragilizando a soberania alimentar, aumentando a insegurança alimentar e nutricional e as consequências da sindemia de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas em suas populações e territórios.

Colocar a teoria em prática, como o relatório da Opas e instituições parceiras preconiza em sua conclusão, significa implementar uma abordagem baseada no direito humano à alimentação adequada, buscando as verdadeiras transformações em seus sistemas alimentares a partir de múltiplas políticas da produção ao consumo em nível nacional, sub-regional e regional para assim reverter os retrocessos nos indicadores sociais e voltar a acelerar no alcance de metas como os ODS.

### **Novos rumos 2.0**

O Banco Mundial (BM) anunciou eleições para um novo presidente. Na segunda quinzena de fevereiro, David Malpass anunciou que deixará o cargo de presidente até junho deste ano.

Os Diretores Executivos expressaram seu apreço pela liderança de Malpass e pela gestão considerada eficaz do Grupo e suas realizações significativas durante seu mandato, incluindo a resposta rápida a crises globais. Sob a presidência de Malpass, o BM implementou aumentos recordes no financiamento em resposta à pandemia de COVID-19 e outros desafios e trabalhou para fortalecer a eficácia das operações. Malpass reforçou as finanças do Grupo por meio de dois reabastecimentos recordes da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), reformas de fundos fiduciários e aumento das emissões de títulos de médio e longo prazo. Ele presidiu o lançamento do Plano de Ação contra as Mudanças Climáticas 2021-2025 para melhor integrar o clima e a biodiversidade com o desenvolvimento e o crescimento e, sob a sua liderança, o BM mais do que dobrou seu financiamento climático para os países em desenvolvimento, atingindo um recorde de US\$ 32 bilhões no ano fiscal de 2022. Em um discurso recente, ele defendeu a transparência da dívida e a necessidade de quebrar ciclos de dívida insustentável.

A seleção para a presidência do BM já foi iniciada. As nomeações dos candidatos começaram no último dia 23 e terminam no dia 29 de março. Os candidatos precisam ter a nacionalidade dos países membros do Banco e devem ser nomeados pelos Diretores Executivos ou pelos Governadores através de seu Diretor Executivo.

**Fonte:** <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/02/22/selection-of-the-president-of-the-world-bank-group>

### **A primeira reunião do novo presidente do BID**

Os governadores dos países membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) da América Central e da República Dominicana se reuniram em Belize nos dias 20 e 21 de fevereiro para sua 36ª reunião anual.

Em sua primeira reunião com os governadores desta região, o novo presidente do BID, Ilan Goldfajn, compartilhou sua visão de expandir a contribuição do Banco para o desenvolvimento de seus países e ouviu suas perspectivas sobre as prioridades que devem orientar a agenda nos próximos anos. Especialistas do BID e especialistas convidados participaram das sessões de trabalho da reunião para promover o diálogo sobre o contexto internacional atual, os desafios que impedem um crescimento mais inclusivo e sustentável e as opções políticas para superar os desafios de curto e médio prazo.

Na reunião, o novo presidente do BID enfatizou que, em um contexto de crises mais frequentes e mais severas, a América Central e a República Dominicana devem priorizar políticas que promovam a resiliência, tendo o bem-estar das pessoas como foco central:

*“Vamos nos esforçar para promover o desenvolvimento social, intensificando nossos esforços para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar. Também ajudaremos os países a combater as mudanças climáticas, investir em infraestrutura sustentável e aprimorar seus*

*sistemas de gerenciamento de risco de desastres naturais. A parceria com o setor privado também é um componente-chave de nossa estratégia para mobilizar recursos e promover o desenvolvimento na região “.*

A respeito do setor privado, o presidente Goldfajn ressaltou seu compromisso de continuar a melhorar a proposta de valor do Grupo BID. O BID Invest tem trabalhado para fortalecer o tecido produtivo e os mercados de trabalho da região — especialmente para as pequenas e médias empresas e suas cadeias de distribuição — e facilitar o comércio exterior. Enquanto isso, o BID Lab, o laboratório de inovação do Banco, concentrou-se na inclusão financeira de grupos vulneráveis, na digitalização nas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e em programas de treinamento e emprego.

**Fontes:** <https://www.iadb.org/en/news/idb-centers-support-social-development-climate-impact-and-sustainable-growth-central-america>

<https://publications.iadb.org/en/creating-opportunities-and-building-resilience-priorities-sustainable-recovery-idb-group-central>

### **BID e os Direitos Especiais de Saque**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou os pedidos de cinco bancos regionais, incluindo o BID para se tornarem titulares prescritos dos Direitos Especiais de Saque (DES). Os DES é um ativo de reserva internacional criado pelo FMI para complementar as reservas dos membros da instituição que participam do Departamento. É uma cesta de moedas composta pelo dólar americano, euro, yuan chinês, iene japonês e libra esterlina.

Os Estatutos do FMI autorizam a prescrever (ou seja, aprovar) como titulares dos DES (i) não membros, (ii) membros que não sejam participantes no Departamento; (iii) instituições que desempenhem funções de banco central para um ou mais países membros do FMI e (iv) outras entidades oficiais (que são todas as cinco entidades aprovadas). Os titulares prescritos podem adquirir, deter e utilizar os DES em transações por acordo e em operações. A aprovação destas cinco instituições eleva o número de titulares prescritos para vinte.

**Fonte:** <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2023/02/21/Applications-To-Become-Holders-of-SDRS-530055>

<https://www.iadb.org/en/news/imf-approves-idbs-application-become-prescribed-holder-sdrs>

### **Documentos lançados**

O BM lançou o documento *“Collapse and Recovery: How Covid-19 Eroded Human Capital and What to Do About It”* (*Colapso e Recuperação: Como a Covid-19 Erodio o Capital Humano e o Que Fazer Sobre Isso*, tradução livre) onde mostra como a pandemia destruiu o capital humano em momentos críticos do ciclo de vida de toda uma geração de jovens em países mais pobres.

Esta é a primeira revisão abrangente de dados globais para jovens em países de baixa e média renda que tinham menos de 25 anos durante a pandemia. Isso mostra que a pandemia de COVID-19 interrompeu a acumulação de capital humano em momentos críticos do ciclo de vida, dificultando o desenvolvimento de milhões de crianças e jovens em países de baixa e média renda.

Usando dados e análises para 2-3 países por região, o relatório baseia-se em dezenas de estudos e oferece pesquisas originais e novas descobertas. Também fornece opções políticas

claras com uma discussão sobre o que deve ser priorizado, considerando a importância das transições do ciclo de vida, diferentes linhas de base e níveis de danos relacionados à pandemia, compensações fiscais atuais e futuras e outras restrições não fiscais.

**Fonte:** <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/02/16/covid-19-s-hidden-blow-on-young-people-is-massive>

<https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital/publication/collapse-recovery-how-covid-19-eroded-human-capital-and-what-to-do-about-it>

Um estudo realizado pelo BID apresenta que os países da América Latina e do Caribe (ALC) devem priorizar a redução da dívida para níveis prudentes para impulsionar o crescimento econômico, permitir investimentos produtivos e reduzir o risco de uma crise da dívida.

O estudo conclui que a dívida total aumentou na ALC para cerca de US\$ 5,8 trilhões ou 117% do PIB, de menos de US\$ 3 trilhões em 2008. A dívida pública na região cresceu de 58% em 2019 para 72% em 2020 devido a pacotes fiscais relacionados à COVID, menores receitas e recessão.

Altos níveis de endividamento podem dificultar o desenvolvimento porque levam os investidores a exigir rendimentos mais altos, excluindo investimentos privados e forçando os governos a desviar recursos escassos para pagar juros em vez de investir em infraestrutura e serviços públicos. Os altos níveis de endividamento também reduzem a capacidade de um país de responder a choques econômicos futuros para apoiar famílias e empresas e aumentam o risco de uma crise. A pandemia, a invasão russa da Ucrânia, a alta inflação, o aumento das taxas de juros e o baixo crescimento mundial, combinados com a alta dívida, aumentam a vulnerabilidade da região.

Em resposta, os governos da região devem apostar na redução da dívida pública para 70% para um intervalo de 46% a 55% do PIB, um nível que o estudo considera prudente, observando que o intervalo irá variar para cada país, dependendo das características específicas. Os países dependentes de receitas voláteis de *commodities* devem reduzir ainda mais os níveis de dívida.

**Fonte:** <https://www.iadb.org/en/news/idb-study-provides-recommendations-countries-reduce-debt-boost-growth>

<https://flagships.iadb.org/en/DIA/dealing-with-debt-less-risk-for-more-growth-in-latin-america-and-the-caribbean>

## Projetos

Melhoria da Saúde e Salvamento de Vidas, projeto na área da saúde aprovado pelo BM no final de 2022 para os ucranianos, teve uma promessa de atualização dos recursos. O governo da Espanha está a fornecer uma garantia de € 100 milhões para ajudar a reparar a infraestrutura de saúde e a reforçar os cuidados de saúde primários no país.

As necessidades de saúde da Ucrânia são urgentes. Em janeiro de 2023, 6% das instalações de saúde do país foram danificadas. A imunização entre crianças menores de um ano de idade caiu 20 pontos percentuais em novembro de 2022. Quase um terço das pessoas na Ucrânia relataram que não podiam pagar os medicamentos necessários em setembro de 2022. Cerca de 10 milhões de pessoas estão em risco de transtornos mentais, como estresse agudo, ansiedade, depressão, uso de substâncias e transtorno de estresse pós-traumático. As lesões

relacionadas com a guerra levaram a um aumento significativo da necessidade de serviços de reabilitação.

O projeto tem um forte foco em abordar a vulnerabilidade das mulheres durante a guerra. Nos dois meses desde a aprovação do projeto, 500 profissionais de saúde foram treinados no tratamento de vítimas de estupro e outras formas de violência de gênero.

**Fonte:** <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P180245>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/02/23/spain-provides-100-million-guarantee-for-a-world-bank-project-to-repair-health-infrastructure-in-ukraine>

O BID aprovou dois grandes projetos para Chile e Guatemala. Para apoiar a assistência humanitária aos chilenos enquanto o país luta contra incêndios florestais maciços, o BID aprovou uma cooperação técnica de US\$ 200.000. Já os guatemaltecos, o BID aprovou um empréstimo de US\$ 100 milhões que permitirá que mais jovens concluam uma educação secundária de alta qualidade e reforcem o capital humano do país.

**Fonte:** <https://www.iadb.org/en/news/idb-comes-chiles-aid-forest-fire-emergency>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-100-million-loan-improve-secondary-education-guatemala>

## Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Inteligência Artificial: Informe sobre OMC, OMPI e UNCTAD

*Claudia Chamas*

### **Enforcement dos direitos de propriedade intelectual**

Segundo nota da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), a União Europeia apresentou seu segundo pedido de um painel de disputas para examinar suas reivindicações relativas ao *enforcement* dos direitos de propriedade intelectual pela China. O primeiro pedido da União Europeia foi bloqueado pela China em reunião anterior em 20 de dezembro de 2023. A União Europeia argumenta que “as medidas chinesas restringem indevidamente a possibilidade de fazer valer os direitos de propriedade intelectual e são inconsistentes com as obrigações da China perante o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS)”. A China se manifestou, lamentando o segundo pedido da União Europeia para o estabelecimento de painel. A China adverte que “a liminar anti-processo no campo de patentes essenciais é uma questão nova que surgiu nos últimos anos em muitas jurisdições dos membros da OMC, incluindo a União Europeia, e nenhuma regra internacional unificada foi estabelecida para governar esta questão”. A China acrescentou que defenderá vigorosamente medidas que considera legítimas. O Órgão de Solução de Controvérsias (em inglês, *Dispute Settlement Body*) concordou com o estabelecimento de um [painel](#). Ucrânia, Estados Unidos, Taipei Chinês, Reino Unido, Noruega, Suíça, Rússia, Índia, Japão, Coreia, Brasil, Canadá, Colômbia, Indonésia, Cingapura e Vietnã reservaram seus direitos de terceiros para participar do processo (OMC, 2023).

### **Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Patentes: Rumo à Conferência Diplomática**

Artigo de Wend Wendland, Diretor da Divisão de Conhecimento Tradicional da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (World Intellectual Property Organization, WIPO) e Secretário do Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore da OMPI (Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore - IGC), na WIPO Magazine, resume os desenvolvimentos recentes no campo dos recursos genéticos, do conhecimento tradicional e das patentes na organização. A seguir os principais pontos (Wendland, 2023):

1. Em julho de 2022, na sessão de 2022 da Assembleia Geral anual da OMPI, os países decidiram acelerar as negociações sobre recursos genéticos e conhecimento tradicional associado convocando uma Conferência Diplomática para concluir um acordo internacional sobre esses temas até 2024. Este desenvolvimento ocorre após duas décadas de negociações intensivas e complexas e preocupações crescentes sobre como abordar o assunto no plano multilateral, além de iniciar nova fase de trabalho na OMPI.

2. Uma Conferência Diplomática é “reunião de alto nível, onde representantes dos países membros se reúnem para finalizar e adotar um tratado ou convenção internacional. Os países e organizações regionais que assinarem o tratado integrariam suas disposições em suas leis nacionais”.

3. A preparação para a conferência diplomática envolve reunião de comissão preparatória de 11 a 13 de setembro de 2023, com vista a “estabelecer as modalidades necessárias da conferência, incluindo local, datas e regras de procedimento. Também aprovará a “proposta básica” das disposições administrativas e finais do tratado”.

4. Para definir o conteúdo da negociação em si, o IGC se reunirá em Sessão Especial antes do comitê preparatório, de 4 a 8 de setembro de 2023, para fechar lacunas existentes em nível suficiente. As reuniões acontecerão na sede da OMPI em Genebra, na Suíça.

5. A Assembleia Geral de 2022 decidiu que o [texto](#) da Presidência constituirá os artigos substantivos da “proposta básica”, que será o projeto de texto a ser apreciado pela Conferência Diplomática. O comitê preparatório também incorporará a esse texto “os novos acordos do CIG que forem alcançados [...] com o entendimento de que qualquer Estado-membro e a Delegação Especial da União Européia podem fazer propostas na Conferência Diplomática”. Antes da Sessão Especial e do comitê preparatório, é provável que alguns países se reúnam para preparar e coordenar suas posições de negociação.

6. Questões substantivas. “Recursos genéticos são frequentemente usados na pesquisa científica moderna. Invenções patenteadas podem ser baseadas em recurso genético. Alguns recursos genéticos estão associados ao conhecimento tradicional por meio de seu uso e conservação pelos Povos Indígenas e pelas comunidades locais, muitas vezes ao longo de gerações. Esse conhecimento tradicional é por vezes utilizado em pesquisas científicas e pode, portanto, contribuir para o desenvolvimento de uma invenção protegida. Ao mesmo tempo, os recursos genéticos e seus conhecimentos tradicionais associados estão sujeitos a acordos de acesso e repartição de benefícios conforme estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica (1992), no Protocolo de Nagoya (2010) e em outros acordos internacionais”.

7. A proposta central da conferência diplomática aponta que os requerentes de patentes de invenções baseadas em recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados incluam informações adicionais como parte do pedido de patente, inclusive a origem dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

8. Os defensores argumentam que “um requisito de divulgação adicional aumentaria a segurança jurídica, a transparência e a eficiência do sistema de patentes. Por exemplo, ajudaria os examinadores de patentes a identificar a técnica anterior relevante e, reduzindo o risco de conceder direitos de patente para invenções que não atendam aos requisitos de novidade e atividade inventiva. Tal obrigação de divulgação permitirá monitorar a contribuição de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a invenções patenteáveis, além de prevenir a apropriação indevida e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios entre usuários e provedores de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados”.

9. Opositores afirmam que essa “nova obrigação de divulgação impediria a inovação, com os inventores recorrendo cada vez mais ao sigilo para proteger suas inovações”. Haveria incerteza para os requerentes de patentes e a inovação seria mais cara e demorada.

### **UNCTAD: Inteligência Artificial e Países em Desenvolvimento**

Em 2018, Joseph Stiglitz foi entrevistado pelo The Guardian e alertou sobre o impacto da inteligência artificial (IA) nas nossas vidas. Se por um lado, a ferramenta propicia reduzir a carga de trabalho e gerar tempo livre e criativo, por outro, não é possível ignorar o potencial de divisão das sociedades e de ameaças à democracia: “A inteligência artificial e a robotização têm o potencial de aumentar a produtividade da economia e, em princípio, isso pode melhorar a situação de todos (...) mas só se forem bem administrados.” (Sample, 2018).

Em 18 de janeiro, Shamika N. Sirimanne, Diretora da Divisão de Tecnologia e Logística da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD), publicou nota no site da organização em que explica os benefícios da inteligência artificial por meio da criação de novos empregos em inovação e da introdução de bens e serviços, aumentando, por exemplo, a qualidade de

vida. Mas adverte sobre os riscos de *chatbots* baseados em IA para empresas e trabalhadores em países em desenvolvimento (Sirimanne, 2023).

A autora obteve na ferramenta de *chatbot* desenvolvida pela Open AI o significado do ChatGPT: “é uma ferramenta de processamento de linguagem natural (NLP) que permite aos usuários interagir com o modelo GPT-3 usando linguagem natural. O modelo é treinado em uma grande quantidade de dados, o que permite gerar respostas semelhantes às humanas para uma ampla variedade de entradas.”

O recente lançamento do ChatGPT trouxe grande visibilidade para o impacto dessas tecnologias em diversas áreas da vida humana. Com a concentração de conhecimento e produção tecnológica em poucos países, a IA pode criar novos vencedores e perdedores. No caso dos países em desenvolvimento, é urgente pensar em regulação e preparação para lidar com IA, sob pena de aumentar ainda mais a divisão tecnológica global (Sirimanne, 2023).

A tecnologia contém limitações: “respostas incorretas, falta de informações atualizadas e acesso à internet – e o potencial de viés nos algoritmos em questões como raça e gênero”. No entanto, a ferramenta e suas concorrentes sofrerão aperfeiçoamentos e aumentarão a produtividade de trabalhadores com qualificação, por meio da automatização de uma infinidade de tarefas, como um informe sobre a UNCTAD e a IA, por exemplo<sup>100</sup>. Como a autora esclarece: “Um assistente pessoal virtual *chatbot* pode orientar trabalhadores qualificados por meio de diferentes projetos ou processos de produção. Pode gerar conteúdo e ideias originais e potencialmente ajudar a pesquisar e desenvolver novos produtos e serviços.” Um dos benefícios

---

<sup>100</sup> Texto gerado pelo ChatGPT sobre o trabalho recente da UNCTAD no campo da IA:

“UNCTAD has published several reports and statements related to artificial intelligence (AI) in recent years, but it's important to note that their opinions on this topic are subject to change as the field of AI continues to evolve.

In general, UNCTAD recognizes the potential of AI to drive economic growth, increase efficiency, and improve living standards. However, they also acknowledge the potential risks and challenges associated with the technology, such as job displacement, privacy concerns, and the potential for bias and discrimination.

In its latest report on the topic, "The Digital Economy Report 2019", UNCTAD calls for greater international cooperation and policy coordination to ensure that the benefits of AI are widely shared and that its risks are managed effectively. The report also emphasizes the need for policies that promote innovation and support the development of AI capabilities in developing countries.

Additionally, UNCTAD has highlighted the importance of building trust in AI technologies, through measures such as transparent data governance, ethical guidelines, and accountability mechanisms. They also stress the need to address the digital divide and ensure that all countries, including those with limited resources, can participate in and benefit from the AI revolution.

Overall, UNCTAD's opinion on AI is one that recognizes both the potential benefits and risks associated with the technology and emphasizes the need for international cooperation and policy coordination to ensure that it is harnessed in a way that promotes inclusive and sustainable development.”

“Shamika Sirimanne is the Director of the Division on Technology and Logistics at the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). In this role, she has spoken and written about various aspects of artificial intelligence (AI) and its implications for international trade and development.

Sirimanne has emphasized the potential of AI to drive economic growth and productivity, particularly in developing countries. She has noted that AI can help to automate routine tasks, analyze large amounts of data, and improve decision-making across a range of industries.

At the same time, Sirimanne has cautioned that the benefits of AI are not evenly distributed and that there are risks associated with its deployment. In particular, she has highlighted concerns around job displacement, data privacy, and algorithmic bias. Sirimanne has emphasized the need for policymakers to develop strategies for managing these risks and ensuring that the benefits of AI are shared more broadly.

Overall, Sirimanne's perspective on AI is one of cautious optimism. While recognizing its potential to transform economies and improve people's lives, she has stressed the importance of taking a proactive approach to managing its impacts and ensuring that the benefits are realized by all.”

do ChatGTP é o acesso sem suportes caros e complexos (como Siri ou Alexa, por exemplo). Acesso à internet e alfabetização digital são suficientes.

Para o futuro próximo, o desafio dos países em desenvolvimento será ampliar e fortalecer a infraestrutura digital (velocidade da internet, por exemplo) e requalificar a mão de obra com aquisição de habilidades e investimento em pesquisa e desenvolvimento. Nesse escopo, a autora oferece algumas saídas: preparar a força de trabalho para o trabalho no século XXI; desenvolver habilidades digitais; construir e fortalecer habilidades complementares, como resolução de problemas complexos, pensamento crítico e criatividade; cuidar dos que perderão na transição para novas formas de trabalho; incluir programas de requalificação no âmbito das políticas e dos programas governamentais para lidar com a perda de empregos devido às novas tecnologias; iniciativas de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo a formação e requalificação dos trabalhadores, são da responsabilidade conjunta dos governos, empregadores e trabalhadores; promover a inclusão e compartilhar os benefícios dessa tecnologia; promover abordagem de inovação aberta para IA, na qual insumos, métodos e resultados da inovação sejam compartilhados abertamente com diferentes pessoas que possam usá-los para inovação futura; e estabelecer estruturas e regulamentos éticos para essas tecnologias (Sirimanne, 2023).

## Referências

OMC. [Panels established to review EU complaints regarding Chinese trade measures](https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/dsb_27jan23_e.htm). Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news23\\_e/dsb\\_27jan23\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/dsb_27jan23_e.htm) Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

Sample, I. Joseph Stiglitz on artificial intelligence: 'We're going towards a more divided society'. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/sep/08/joseph-stiglitz-on-artificial-intelligence-were-going-towards-a-more-divided-society> Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

Sirimanne, S. [How artificial intelligence chatbots could affect jobs](https://unctad.org/news/blog-how-artificial-intelligence-chatbots-could-affect-jobs). Disponível em: <https://unctad.org/news/blog-how-artificial-intelligence-chatbots-could-affect-jobs> Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

Wendland, W. [Is an international agreement on IP, genetic resources and associated traditional knowledge finally in sight? WIPO Magazine Online Features](https://www.wipo.int/wipo_magazine_digital/en/2023/article_0003.html). Disponível em: [https://www.wipo.int/wipo\\_magazine\\_digital/en/2023/article\\_0003.html](https://www.wipo.int/wipo_magazine_digital/en/2023/article_0003.html) Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

## Do “aniversário” da invasão da Ucrânia pela Rússia ao terremoto na Turquia e na Síria: guerras, desigualdades, crise climática e outros resultados da assimetria global em um mundo pós (?) Pandêmico

*Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

### Introdução

Nesta edição, estão registradas as manifestações públicas de 26 das 39 organizações monitoradas, incluindo tanto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quanto as de Interesse Privado.

O texto se inicia pela apresentação das OSC de interesse público, que destacaram a crise humanitária associada ao terremoto que atingiu a Turquia e a Síria, a guerra na Ucrânia, as doenças infecciosas e negligenciadas, as doenças crônicas não transmissíveis e seus determinantes, a crise climática, as desigualdades de gênero e vacinação. Ademais, foram objetos de manifestação a agenda da 152ª sessão de seu Conselho Executivo e as negociações relativas ao acordo sobre pandemias no âmbito do Órgão Intergovernamental de Negociações.

Na segunda parte, são apresentadas as manifestações das OSC de interesse privado. Além dos temas destacados pelas OSC de interesse público, as OSC de interesse privado se manifestaram sobre ciência, em geral, e ciências sociais para a saúde, em particular, e o financiamento de serviços de saúde e de pesquisa.

O texto traz ainda uma seção que registra eventos realizados ou anunciados pelas organizações monitoradas.

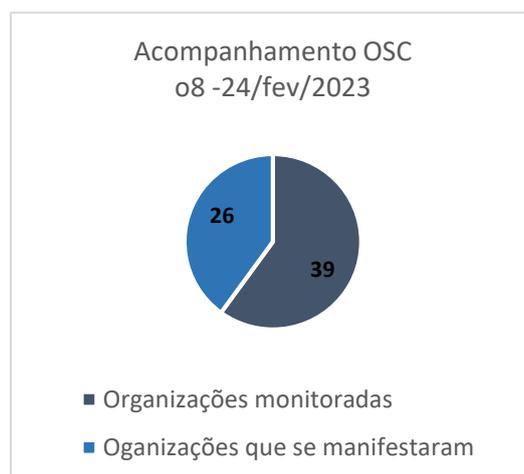
Finalmente, o texto se conclui pelas considerações finais que destacam a importância da participação da sociedade civil para que se construa a vontade coletiva de superação dos desafios,

### ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Terremoto na Turquia e na Síria e crise humanitária

- Apoio humanitário

No dia 19 de fevereiro, a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) enviou um [comboio](#) de 14 caminhões para o noroeste da Síria, transportando 1.300 tendas e 1.300 kits de inverno para as famílias sobreviventes do terremoto. A organização alertou que era urgente o aumento de suprimentos como água, alimentos e material médico cirúrgico para enfrentar a crise humanitária. E denunciou que a ajuda do exterior está chegando em quantidades insignificantes.



De acordo com a [International Federation of Social Workers \(IFSW\)](https://www.ifsw.org/)<sup>101</sup>, a [Associação Turca de Assistentes Sociais e assistentes sociais sírios receberam US\\$ 13.000 para apoiar seu trabalho após os terremotos](#). Os recursos vieram das Associações de Assistentes Sociais da Coreia (principalmente) e da Dinamarca, juntamente com outras doações de indivíduos.

No dia 16 de fevereiro, a World Federation of Public Health Associations (WFPHA)<sup>102</sup> publicou carta dirigida ao povo da República de Turquia e da República Árabe da Síria afetado pelo [terremoto](#), manifestando pesar e apelando aos governos e organismos multilaterais que forneçam todo o apoio necessário ao enfrentamento desta tragédia.

- Trabalho humanitário

A [CARE International](https://www.care.org/)<sup>103</sup> anunciou o [trabalho humanitário](#) após o terremoto que afetou a Turquia e a Síria. As equipes estão atuando com urgência para a ajuda, ao mesmo tempo em que avalia as necessidades imediatas. A CARE acrescenta que a Turquia abriga o maior número de refugiados sírios em todo o mundo, relatando mais de 3,6 milhões registrados lá em 2022.

A [CARE Turquia](#) aumentou sua preparação para responder aos impactos do terremoto, priorizando a entrega de itens essenciais para pessoas que buscam refúgio. O terremoto deixou milhares de pessoas vulneráveis na Turquia e na Síria em meio a um inverno rigoroso.

Os [terremotos e tremores secundários](#) causaram danos significativos a edifícios e infraestrutura em toda a região da Turquia/Síria. A interrupção das linhas de energia e abastecimento dificultou os esforços de resgate e até mesmo as comunicações básicas porque a energia acabou e as estradas foram bloqueadas. A devastação fez com que o Hospital Maternidade Al-Dana, uma instalação apoiada pela CARE no noroeste da Síria, fechasse e fosse completamente evacuada, impactando os cuidados maternos e infantis.

A [CARE International](https://www.care.org/) prestou solidariedade às milhares de famílias afetadas pelo desastre na Turquia/Síria, e anunciou o falecimento de um membro da equipe da CARE Turquia, em decorrência do terremoto. A integrante da equipe trabalhou para apoiar os esforços da CARE no norte da Síria.

- Saúde mental

Os MSF alertaram para a necessidade de olhar para a [saúde mental dos afetados](#) pelo terremoto na Síria e na Turquia. São milhares de pessoas desabrigadas no auge do inverno, em meio à angústia e à dor de ter familiares desaparecidos ou mortos. A organização ofereceu primeiros socorros psicológicos para superar os primeiros dias após o terremoto, mas alertou para a enorme necessidade de assistência psicológica com o passar das semanas.

- Pobreza

A [Oxfam](https://www.oxfam.org/en)<sup>104</sup> fez uma série de publicações sobre o estado de calamidade que atinge a Turquia e a Síria. Cerca de 23 milhões de pessoas foram afetadas pelo terremoto. As temperaturas extremamente baixas estão causando sofrimento e mortes. Na Síria, a situação já era trágica, pois 90% de sua população já vivia [abaixo da linha da pobreza](#).

---

<sup>101</sup> <https://www.ifsw.org/>

<sup>102</sup> <https://www.wfpha.org/>

<sup>103</sup> <https://www.care.org/>

<sup>104</sup> <https://www.oxfam.org/en>

## Conselho Executivo da OMS – Governança Global

A equipe do Observatório da OMS do Movimento pela Saúde Popular [acompanhou](#) de perto a 152ª Reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde, que se realizou de 30 de janeiro a 7 de fevereiro de 2023. Foram produzidos resumos diários para serem distribuídos ao final dos trabalhos de cada dia. A tentativa é de atualizar a todos sobre discussões importantes e posições dos países.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) representou os enfermeiros em suas [intervenções na 152ª sessão do Conselho Executivo da OMS](#), abordando questões como a Cobertura Universal de Saúde, a Prevenção e o Controle de Doenças Não Transmissíveis, a Saúde Mental, a Prevenção e Controle de Infecções, o Fortalecimento da Preparação e Resposta da OMS às Emergências de Saúde e a iniciativa Global Health for Peace.

- Reforma da OMS

A [International Federation of Medical Students' Associations \(IFMSA\)](#) <sup>105</sup>apresentou uma declaração sobre a [reforma da OMS](#), durante a 152ª sessão do Conselho Executivo da OMS, afirmando ser crucial que a OMS e os Estados Membros dialoguem com atores não estatais antes e durante as reuniões de alto nível, a fim de garantir uma abordagem capaz de contribuir para um futuro mais saudável.

O ICN também interveio na discussão sobre como os atores não estatais podem se envolver mais na governança da OMS.

- Programa de estágio global

A International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA) interveio no debate sobre a reforma do [programa de estágio global](#), ocorrido durante a 152ª sessão do Conselho Executivo da OMS. Nesse ponto, a IFMSA ressaltou a importância de garantir a representatividade juvenil e a multidisciplinaridade nas turmas de estagiários.

- Determinantes sociais da saúde

A WFPHA se manifestou durante a 152ª sessão do Conselho Executivo da OMS, ocorrida entre 30 de janeiro e 07 de fevereiro, afirmando que uma adequada preparação para futuras emergências de saúde precisa abordar os [determinantes sociais da saúde](#).

### Acordo ou tratado sobre pandemias

Após a circulação do Rascunho Zero do [Tratado de Pandemia da OMS](#), a People's Vaccine se posicionou, indicando que as medidas propostas visam proporcionar acesso universal às ferramentas para prevenir e combater pandemias em qualquer lugar do mundo. Ressaltou, no entanto, que o documento ainda é um rascunho e que os governos precisam demonstrar seu compromisso em estabelecer um tratado justo, baseado na equidade e nos direitos humanos.

O DNDi [comentou](#) o Rascunho Zero do Tratado sobre Pandemias para consideração do Órgão Intergovernamental de Negociação, concentrando seus comentários nas áreas em que o Rascunho poderia ser fortalecido e mais específico para garantir acesso equitativo a ferramentas de saúde, com foco particular nas condições de financiamento público.

---

<sup>105</sup> <https://ifmsa.org/>

No dia 21 de fevereiro, a WFPHA divulgou uma nota, informando aos seus associados quanto ao conteúdo do [Rascunho Zero do Acordo sobre Pandemias](#), em discussão no Órgão Intergovernamental de Negociação (INB).

## Guerra na Ucrânia

A CARE lembrou que, no dia 24 de fevereiro, a [guerra na Ucrânia](#) completou um ano. A data foi lembrada a partir da história de famílias que se refugiaram em Polônia e na Romênia após os ataques. Um depoimento menciona que não há empregos para mulheres em Varsóvia. Outro destaca os desafios quando se tem alguma [demanda de saúde](#): “quando se está em um país estrangeiro e está tudo bem, é possível lidar com a situação, mas se algo acontecer com a sua saúde, é diferente”.

O [Conselho Internacional de Enfermeiros \(ICN\)](#)<sup>106</sup> renovou o apelo por um cessar-fogo e negociações para uma paz duradoura na Ucrânia, enquanto enfermeiros de todo o mundo se solidarizam.

A IFSW realizou o [seminário “Trabalho social com jovens em risco”](#) em parceria com o distrito de Kamianets-Podilsky, na Ucrânia, com a presença de mais de 40 jovens. O objetivo foi a capacitação de jovens para entrada no mercado de trabalho e para a promoção do seu bem-estar. Entre os participantes do seminário, estavam jovens que tinham cometido crimes para conseguir drogas e comida, assim como filhos de pais mortos nas zonas de guerra.

## Doenças infecciosas e doenças tropicais negligenciadas

A Nigéria, com o apoio de [Medecins Sans Frontieres](#)<sup>107</sup> (MSF), apresentou no dia 2 de fevereiro um [informe](#) à Organização Mundial da Saúde (OMS) que confirma que o Noma cumpre todos os critérios para ser considerado uma Doença Tropical Negligenciada (DTN). A Noma é uma infecção gangrenosa que destrói as membranas mucosas da boca e de tecidos ao redor. Também é conhecida como cancro oral e “doença da fome”, atinge principalmente crianças subnutridas e na África Subsaariana.

No dia 17 de fevereiro, a [Federação Internacional do Envelhecimento \(IFA\)](#)<sup>108</sup> divulgou um relatório sobre o [impacto da infecção pelo vírus sincicial respiratório](#) na saúde das pessoas e as medidas de proteção a serem praticadas, não apenas em crianças, mas também em idosos.

[The Drugs for Neglected Diseases initiative \(DNDi\)](#)<sup>109</sup> destacou a primeira reunião presencial da [Dengue Alliance](#) que ocorreu na Índia nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2023, com especialistas e cientistas da Índia, Malásia, Tailândia, Brasil, Sri Lanka e Suíça apresentando planos iniciais para desenvolver tratamentos para a dengue. A Dengue Alliance, lançada em 2022, é uma parceria global liderada por instituições de países endêmicos da dengue que visa desenvolver tratamentos acessíveis para a doença.

---

<sup>106</sup> <https://www.icn.ch/>

<sup>107</sup> <https://www.msf.org/>

<sup>108</sup> <https://ifa.ngo/>

<sup>109</sup> <https://dndi.org/>

## Doenças Crônicas Não Transmissíveis

- Câncer

A Personalised Cancer Care Alliance (PCCA) em parceria com a Aliança Internacional de Organizações de Pacientes<sup>110</sup> (IAPO), lançou um documento, em que destaca a situação atual do Cuidado Personalizado do Câncer na Região do Mediterrâneo Oriental, com peças de reflexão de cientistas e líderes da área, bem como recomendações de políticas voltadas para o cenário geral do PCC na região.

- Doenças do coração

A World Heart Federation<sup>111</sup> participou do 152ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) fazendo declarações conjuntas sobre preparação e resposta a emergências de saúde e cobertura universal de saúde, em nome da Coalizão Global para Saúde Circulatória. Fez também declarações individuais sobre Melhores Compras da OMS, Medicamentos Subpadronizados e Falsificados, Reabilitação Cardíaca, Bem-Estar e Determinantes Sociais da Saúde. A instituição falará na Assembleia Mundial da Saúde que ocorrerá entre 21 e 30 de maio de 2023.

- Indústria do Pobreza

A Oxfam<sup>112</sup> fez uma série de publicações sobre o estado de calamidade que atinge a Turquia e a Síria. Cerca de 23 milhões de pessoas foram afetadas pelo terremoto. As temperaturas extremamente baixas estão causando sofrimento e mortes. Na Síria, a situação já era trágica, pois 90% de sua população já vivia abaixo da linha da pobreza.

- Leite em pó

A produção de desinformação do marketing da indústria do leite em pó segue intensa. É o que mostra a notícia da NCD Alliance<sup>113</sup>. Sem comprovações científicas, as propagandas falam sobre efeitos semelhantes do leite materno e do leite industrializado. O British Medical Journal recomenda que seja criada uma "estrutura regulatória" para proteger os consumidores contra o "marketing agressivo" das empresas, que ganham cerca de US\$ 55 milhões por ano globalmente.

Estudo recente que examinou a amamentação descobriu que quase um terço das novas mães no Camboja (31,7%) relata ter visto promoção da fórmula infantil em hospitais e outros estabelecimentos de saúde, atividade que fere o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, aprovado pela Assembleia Mundial de Saúde em 1981. Contudo, a adoção ao Código é voluntária e "infelizmente, apenas 25 países implementaram medidas previstas", escreveram a OMS e a UNICEF em uma declaração para marcar o 40º aniversário do Código em 2021.

---

<sup>110</sup> [HTTPS://www.iapo.org.uk/](https://www.iapo.org.uk/)

<sup>111</sup> <https://world-heart-federation.org/>

<sup>112</sup> <https://www.oxfam.org/en>

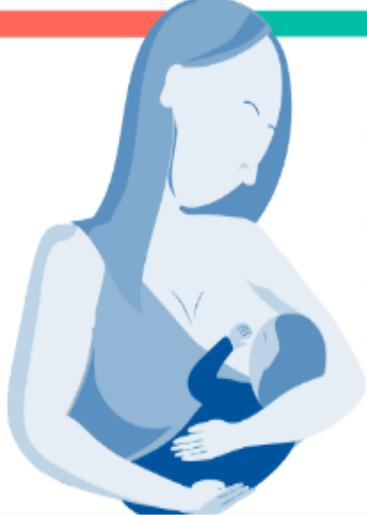
<sup>113</sup> <https://ncdalliance.org/>

Breastfeeding is not the sole responsibility of women, but society's collective responsibility. It should be protected, promoted and supported by:



**Governments and health organisations**

- An end to the marketing of formula milk via effective legislation, monitoring and implementation of the Code and development of a legal global treaty.
- Increased regulation and transparency around lobbying to decrease the influence of formula milk companies.
- Investments in maternity protection, supporting breastfeeding at the workplace and enforcing legislation prohibiting discrimination against women during maternity.
- Health organisations rejecting funding from the CMF industry.





**Healthcare systems and education**

- Healthcare systems to prioritise women-centred and culturally appropriate breastfeeding care and support since pregnancy.
- Improving the breastfeeding education, training and skills of healthcare professionals.
- Empowering parents and families to breastfeed their children for as long as they wish.
- Training providers and families on baby behaviours after birth to prevent unnecessary prelacteals and the early introduction of infant formula, as both practices shorten the duration of breastfeeding.

Fonte: [Site NCD Alliance](#)

### Meio ambiente e crise climática

O [Greenpeace](#)<sup>114</sup> lembrou a necessidade de um [Tratado Global pelos Oceanos](#) em que os países se comprometeriam a proteger pelo menos 30% dos oceanos. Segundo a ONG, esse é um movimento que já tem grande adesão de países. A organização divulgou pesquisa que nomeia os [países mais poluidores dos oceanos](#): Filipinas, Índia, Malásia, China, Indonésia, Myanmar, Brasil, Vietnã, Bangladesh e Tailândia.

O Greenpeace denunciou a exportação de roupas usadas dos países de alta renda para os de baixa renda. Trata-se de um método neocolonial de transferência de [lixo plástico](#) do Norte para o Sul Global, uma vez que a maioria desses vestuários não são mais utilizáveis e são de materiais sintéticos.

O Greenpeace manifestou preocupação com o movimento europeu de fomentar [indústrias de gás no continente africano](#). Segundo a ONG, o mundo não deve usar de alternativas fósseis, especialmente em países de terceiro mundo, para escapar das problemáticas geopolíticas de energia que afligem o mundo contemporâneo.

O Greenpeace relatou que o [desflorestamento brasileiro na região amazônica caiu 61%](#) em janeiro de 2023 devido às novas políticas ambientais da atual presidência do Brasil.

Pesquisa liderada pela Oxfam expôs que os [125 bilionários mais ricos do mundo emitem mais CO<sup>2</sup> e poluentes na atmosfera que a França](#), país com 67 milhões de pessoas. Segundo a instituição, isso é um dado alarmante, em vista que os franceses têm um consumo considerado alto e uma taxa de poluição muito acima da média mundial. A Oxfam pede a responsabilização e taxação dos bilionários como maneira de reverter a crise climática.

- **Ciclone tropical Freddy**

A organização humanitária ActionAid está preocupada com a intensidade do ciclone tropical Freddy e com o impacto devastador nas comunidades vulneráveis em Madagascar, Moçambique e Zimbabué. Espera-se que o ciclone aterrisse em Moçambique na quarta-feira, 22

<sup>114</sup> <https://www.greenpeace.org/international/>

de fevereiro, causando chuvas torrenciais, inundações generalizadas, deslizamentos de terras e mortes. Estima-se que no sul e centro de Moçambique 205.000 pessoas já vivam em zonas inundadas.

- Saúde Planetária

A [Planetary Health Alliance](#)<sup>115</sup> [publicou](#) reflexões sobre algumas das principais realizações e progressos no campo da saúde planetária no ano de 2022. Segundo destaca, no último ano, o trabalho da Aliança centrou-se no envolvimento com a comunidade e na construção do campo da saúde planetária. Para 2023, o objetivo é seguir desenvolvendo estas conquistas para promover mais ações entre as partes e setores interessados, incluindo os que assinaram a [Declaração de São Paulo sobre Saúde Planetária](#). A declaração, lançada em outubro de 2021, é uma chamada urgente para que diversos setores tomem ações necessárias para uma transformação justa para um mundo que otimize a saúde e o bem-estar de todas as pessoas e do planeta.

### **Segurança Alimentar**

Segundo a Oxfam, o [preço dos alimentos básicos no continente africano aumentou em 24%](#) entre 2020-2022. Apesar de se tratar do período mais forte da pandemia COVID-19, outra causa para isso veio através do [pouco investimento na agricultura](#), em geral correspondente a metade do que se é gasto militarmente pelos governos africanos.

### **Desigualdades de gênero**

- Na Turquia e Síria

Equipes da [ActionAid](#)<sup>116</sup> de países por todo o mundo estão [angariando fundos](#) para apoiar as pessoas afetadas pelos terremotos que atingiram a Turquia e a Síria no início deste mês. Segundo a organização, a situação das mulheres, meninas e comunidades marginalizadas é cada vez mais alarmante. Destacam, ainda, o receio de que não haja provisão de insumos para mulheres e meninas em período menstrual, grávidas ou amamentando e que têm necessidades especiais.

Racha Nasreddine, Directora Regional da Região Árabe da [Action Aid](#), publicou uma [declaração](#) sobre novos terremotos na fronteira entre Turquia e Síria. Nasreddine expressou a tristeza que assola a organização ao saber que as mesmas comunidades na linha da frente do último terremoto estão enfrentando uma nova catástrofe. Segundo ela, ainda, mulheres e meninas são as mais afetadas pelos eventos, e sofrerão mais uma vez o peso deste novo desastre.

- Na Ucrânia

A ActionAid se [manifestou](#) sobre a situação de mulheres e meninas que experimentam níveis crescentes de violência sem proteção adequada, que se agrava a cada dia na Ucrânia. Segundo a declaração, as mulheres e meninas afetadas pela invasão da Ucrânia estão sofrendo crescentes ameaças de violência sexual e baseada em gênero, à medida que prosseguem os conflitos. A ActionAid diz que a proteção das mulheres tem sido "esquecida", assim como as preocupações com as gritantes necessidades de apoio e proteção da saúde mental. A comunidade internacional de direitos humanos apela para que seja dada prioridade às

---

<sup>115</sup> <https://www.planetaryhealthalliance.org/>

<sup>116</sup> <https://actionaid.org.br/>

necessidades das mulheres, meninas, jovens e comunidades marginalizadas e para que suas lideranças sejam colocadas no centro da resposta às consequências da guerra.

- Pandemia de Covid-19 e mulheres

Oxfam relatou que as [famílias de mãe-solo](#) no Quênia e na Etiópia tiveram maiores perdas de renda durante a pandemia de COVID-19.

- Mutilação genital

Embora seja uma violação de direitos das mulheres, a [mutilação genital feminina](#) ainda é uma prática recorrente em 30 países em todo mundo, segundo matéria da [Women in Global Health](#)<sup>117</sup>. Estima-se que 200 milhões de meninas e mulheres vivas hoje tenham sofrido MGF, e 3 milhões de meninas correm o risco de passar pelo procedimento todos os anos, antes de completarem 15 anos de idade.

- Violência contra as mulheres

A CARE Equador aborda a [violência contra trabalhadores domésticos](#) por meio de uma campanha publicitária. As trabalhadoras domésticas remuneradas enfrentam violência desproporcional e persistente no local de trabalho. Embora a violência contra trabalhadores seja ilegal, 80% das 200.000 trabalhadoras domésticas do Equador sofreram violência no local de trabalho que podem incluir abuso físico e sexual e até mesmo estupro.

A CARE Guatemala promove campanha de mídia social sobre [masculinidade tóxica](#). Na Guatemala, cerca de 187 mulheres diariamente denunciam serem vítimas de violência, geralmente causada por homens. Para mudar as normas e atitudes em relação à cultura de machismo tóxico de longa data e à violência generalizada contra as mulheres, a CARE Guatemala, em parceria com a Meta, realizou uma campanha de comunicação de mudança social e comportamental.

- Parcerias para igualdade de gênero

A Gender Equal Health and Care Workforce Initiative (GEHCWI), liderada pelo Governo da França e Women in Global Health (WGH), produziram em parceria o [Impact Report 2022](#). “A Iniciativa convoca a comunidade internacional a implementar os compromissos globais existentes e as medidas práticas necessárias para alcançar a equidade de gênero na força de trabalho de saúde e assistência.” A ação é sustentada por quatro pilares:

1. Aumentar a proporção de mulheres em cargos de liderança em saúde e cuidados
2. Reconhecer o valor do trabalho não remunerado de saúde e assistência e a importância da igualdade de remuneração nos setores de saúde e assistência social
3. Proteger as mulheres do assédio sexual e a violência no trabalho
4. Garantir condições de trabalho seguras e decentes para todas as trabalhadoras da saúde, em todos os lugares

- Meninas e mulheres na ciência

A [IFSW](#) participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da ONU que discutiu o [8º Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência](#), realizada em 10 de

---

<sup>117</sup> <https://womeningh.org/>

fevereiro em Nova York. O evento contou com Estados membros, organizações e membros da sociedade civil que discutiram a necessidade da inclusão de mulheres e meninas para acelerar o progresso dos ODS 6, 7, 9 e 11.

### **Vacinação e testes diagnósticos**

No dia 10 de fevereiro, a WFPHA publicou matéria sobre o [declínio das taxas de vacinação](#) em crianças na região europeia, acrescentando as recomendações feitas por sua Força-Tarefa de Política de Imunização Internacional para aumentá-las: (a) aumentar o leque de provedores de vacinação, (b) permitir que as vacinas sejam administradas fora dos serviços de saúde, por exemplo, em escolas e creches, (c) ampliar o horário de funcionamento dos postos de vacinação.

No dia 10 de fevereiro, a Federação Internacional do Envelhecimento (IFA) anunciou a Semana de Conscientização sobre o Herpes, celebrada entre 27 de fevereiro e 05 de março, lembrando da importância da [vacinação contra o herpes-zóster](#) para adultos e a necessidade de melhorar as taxas de cobertura.

#### ● Covid-19 - Iniquidade do acesso

Em resposta ao [relatório financeiro do quarto trimestre e do ano de 2022 da Moderna](#), a People's Vaccine destacou que, uma vez que a vacina recebeu financiamento público, não é justo que gere tanto lucro para as empresas farmacêuticas em detrimento da população. A organização enfatiza a importância de se garantir o acesso equitativo e justo às vacinas contra a COVID-19, especialmente em países de baixa e média renda, onde a distribuição ainda é insuficiente.

O [Public Citizen](#)<sup>118</sup> e outros grupos de *advocacy* fizeram um apelo ao governo dos Estados Unidos para garantir preços acessíveis e acesso global equitativo em suas negociações de licenciamento de patentes, após a denúncia de que [a Moderna aumentou os preços de sua vacina](#), mesmo tendo feito um acordo com o NIH para utilizar tecnologias desenvolvidas com financiamento público.

A [Progressive Internacional](#)<sup>119</sup> [3] divulgou um [vídeo](#) destacando a estratégia de saúde adotada por Cuba, que permitiu que 95% de sua população fossem vacinadas contra a COVID-19, mesmo em meio ao bloqueio econômico de 60 anos imposto ao país. A estratégia destaca a importância da soberania para o desenvolvimento de tecnologias próprias e da solidariedade para compartilhar essas tecnologias com outros países que precisam delas.

The [People's Vaccine](#)<sup>120</sup> e Matahari Global Solutions publicaram um [relatório](#) sobre a disponibilidade e acessibilidade ao diagnóstico de COVID-19 e Mpox em países de baixa e média renda, evidenciando a [distribuição desigual](#) e acesso limitado devido aos altos custos dos testes, a priorização do PCR e as regulamentações das patentes que ameaçam o direito à saúde nesses países.

### **Saúde universal e atenção primária à saúde**

O [episódio final](#) da série de podcast GHW6, do Movimento Pela Saúde Popular (MSP), traz Remco Van de Pas e Sulakshana Nandi, dois membros de longa data da MSP que são muito

---

<sup>118</sup> <https://www.citizen.org/>

<sup>119</sup> <https://progressive.international/>

<sup>120</sup> <https://peoplesvaccine.org/>

ativos no círculo temático do movimento sobre sistemas de saúde. Eles fornecem uma análise atualizada do estado global dos debates em torno da Cobertura Universal da Saúde e da Atenção Primária à Saúde (APS), argumentando que a cobertura universal está por toda parte, enquanto a APS ficou presa às margens dos sistemas.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) estão colaborando para lançar o [programa de treinamento on-line QualityRights](#) sobre saúde mental, recuperação e inclusão na comunidade. O curso está disponível gratuitamente em 11 idiomas e abrange uma ampla gama de questões relevantes para a formação de enfermeiros. Enfermeiros e estudantes de enfermagem que concluírem o curso receberão 24 Créditos Internacionais de Educação Continuada em Enfermagem.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO**

### **Terremoto e crise humanitária na Turquia e na Síria**

O [Center for Strategic and International Studies](#)<sup>121</sup> registrou que, na manhã da segunda-feira 7 de fevereiro, um terremoto devastou a Turquia e informou que equipes de busca de resgate turca treinaram trabalhadores da defesa civil que logo seriam conhecidos como os [Capacetes Brancos](#).

O governo sírio fez uma declaração de emergência às [Nações Unidas](#). [Bassam Al-Sabbagh](#), embaixador da Síria nas Nações Unidas, anunciou que o governo sírio aceitaria ajuda de qualquer país e coordenaria a assistência a todas as áreas de controle sem permitir o acesso transfronteiriço da Turquia. Os territórios em conflito com a Turquia ficaram em meio da disputa entre ambos os países, onde mais de cinco milhões de pessoas vivem como [deslocados à força](#).

### **Doenças infecciosas**

- Streptococcus de grupo B & Gestantes

A Fundação Bill e Melinda Gates divulgou artigo com relatos de duas gestantes infectadas pelo [vírus Streptococcus de grupo B \(GBS\)](#). Se não tratada, a infecção pode gerar sepsis e meningite no recém-nascido, levando inclusive à morte. Uma a cada quatro gestantes da África do Sul carregam esse vírus e mais da metade das mortes de bebês por ele ocorrem na África Subsaariana. A Fundação sugere que o desenvolvimento de uma vacina para as gestantes seria um avanço científico e social muito importante.

- Resistência antimicrobiana

A fundação Wellcome Trust destacou a emergência de doenças [zoonóticas](#) nos últimos anos e dos possíveis fatores que aceleram a disseminação; assim como destacou que a resistência antimicrobiana está avançada, inclusive com a ajuda da [mudança climática](#), pelo que se acentua a importância de criar novos e mais avançados antibióticos superando as barreiras de desenvolvimento e produção.

A Fundação também alertou sobre a [sobrecapacidade](#) de antibióticos na agricultura que poderiam levar à resistência e consequências graves à saúde.

---

<sup>121</sup> <https://www.csis.org/>

- Cólera

A Fundação Rockefeller chamou a atenção para o avanço da cólera em decorrência de eventos climáticos extremos na África, especialmente em [Malawi](#), que experimenta o surto mais letal da história.

A Fundação Wellcome Trust chamou a atenção para a [descoberta](#) de cepas de fungos como *Candida* e *Aspergillus* que se adaptam melhor a temperaturas mais quentes.

- SARS-CoV-2

A Fundação Rockefeller apresentou um novo [sistema de rastreamento](#) de patógenos desenvolvido juntamente com a Fiocruz, com financiamento do Project ACT, uma parceria público-privada que tem levado mais de quatro milhões de testes para detectar o SARS-CoV-2 para comunidades em risco em oito estados dos Estados Unidos.

O [Global Fund](#) <sup>122</sup>destacou o apoio adicional com 800 milhões de dólares para vários países na preparação e resposta à pandemia da [COVID-19](#) e fortalecer os sistemas de saúde.

A Fundação Rockefeller destacou que apoia o combate ao estigma às [vacinas](#) contra a COVID-19 na Índia.

### **Doenças negligenciadas**

- Tuberculose

O Global Fund noticiou o apoio a sete equipes médicas móveis em cinco dos locais mais afetados pela tuberculose no [Iraque](#), país que tem uma das taxas mais altas da doença. Noticiou também implementação de clínicas móveis em [Condoa](#) na Tanzânia, com o objetivo de aplicar testes modernos para detecção da tuberculose em comunidades remotas do país.

- Malária

O Global Fund também destacou o apoio aos programas nacionais contra a Malária para atingir comunidades rurais e remotas, dando ênfase à ampla testagem e acesso ao tratamento; também, em consideração da grande mortalidade em crianças por esta doença, fortaleceu a importância da distribuição de redes de proteção para prevenir a picada de mosquitos na [Nigéria](#).

### **Meio ambiente, crise climática e desigualdade social**

Sobre a crise climática, a [Fundação Wellcome Trust](#) <sup>123</sup>destacou que tem efeitos psicológicos em crianças e jovens, o que alerta sobre [ações urgentes](#) a serem adotadas, assim também destacou os efeitos da poluição do ar na [saúde mental](#), estando relacionado com a depressão e a ansiedade. Da mesma forma, destacou os impactos do calor extremo na saúde das mulheres [grávidas](#) e os recém nascidos, pelo qual se estão [financiando](#) pesquisas sobre a temática.

A Fundação Rockefeller destacou que países em desenvolvimento, mesmo sendo responsáveis pela menor parte de [emissões](#) contaminantes, sofrem as maiores consequências da mudança climática. Também destacou que o cuidado do solo, transformar o lixo, substituir

---

<sup>122</sup> <https://www.theglobalfund.org/en/>

<sup>123</sup> <https://wellcome.org/>

os combustíveis fósseis com energia renovável e alimentar as pessoas com alimentos bons, pode-se alcançar um progresso significativo na luta contra a [mudança climática](#).

- Acesso à eletricidade

A Fundação Rockefeller destacou o lançamento do [relatório](#) da Energy Alliance que destaca que quase a metade da população mundial não tem acesso à eletricidade.

- Dados sobre alimentos

A fundação Rockefeller destacou a importância da disponibilidade e liberação de [dados sobre os alimentos](#), para reverter a perda da biodiversidade, restaurar o ecossistema e proteger os direitos de povos indígenas.

- Incentivo à liderança

A [Fundação Rockefeller](#)<sup>124</sup> destacou que trabalha juntamente com a organização *Over due for equity* para incentivar a liderança em [mulheres](#), as quais são desproporcionalmente afetadas pela crise climática e desde seu ponto de vista podem implementar soluções desde perspectivas próprias.

### **Ciência para a saúde**

A Fundação Wellcome Trust lançou o Wellcome Data Science Ideathon que será realizado em Londres, para atrair cientistas com ideias inovadoras para os objetivos da Fundação Wellcome.

A fundação Rockefeller destacou que a OMS recomendou para a Assembleia Mundial de Saúde fortalecer o uso da [ciência do comportamento e ciências sociais](#) para melhorar os desfechos em saúde, no sentido de entender o comportamento humano e criar programas responsivos, acessíveis e equitativos para as necessidades da comunidade.

### **Financiamento de serviços de saúde e para pesquisa**

Sobre financiamentos outorgados, o Global Fund destacou que após um ano do início da guerra na [Ucrânia](#), foi necessário um apoio adicional com dez milhões de dólares direcionados para o tratamento de pessoas vivendo com HIV, tuberculose, inclusive pessoas migrantes ou refugiados em comunidades de difícil acesso.

O Global Fund destacou o apoio a Moçambique para aprimorar o sistema de saúde e os programas contra o HIV, tuberculose e malária, em consideração da recente crise climática que está acrescentando a vulnerabilidade de populações em risco expostas a chuvas e outros fenômenos naturais. Entre outras iniciativas de trabalho conjunto com as Nações Unidas para apoiar e manter os serviços básicos para a saúde da população do Iêmen, afetada por um conflito armado.

A Fundação Wellcome Trust destacou o lançamento de uma [chamada](#) para financiar pesquisas nos impactos da mudança climática na saúde visando a criação de políticas urgentes que cuidem do meio ambiente.

---

<sup>124</sup> <https://www.rockefellerfoundation.org/>

A Fundação Rockefeller anunciou o lançamento do Fundo para a Resiliência Climática Global, resultado da parceria com a *Georgetown Institute for Women, Peace and Security* com a participação de mulheres líderes, sob a iniciativa [Overdue for Equity](#).

A Fundação Wellcome Trust anunciou o [financiamento](#) para pesquisas sobre marcadores biológicos, psicológicos, sociais ou digitais que ajudem a identificar, mensurar e categorizar a ansiedade e depressão, e o financiamento de 24 equipes de pesquisa em 12 cidades por mais de 20 milhões de libras para desenvolver novas ferramentas digitais para responder às ameaças emergentes de doenças infecciosas sensíveis ao clima, estas iniciativas de pesquisas se focam em ferramentas de modelagem preditiva, sistemas de alerta para doenças transmitidas por mosquitos e outras doenças de transmissão entre outras.

A Fundação Rockefeller noticiou o [financiamento](#) realizado às pesquisas sobre equidade em saúde, econômica e justiça racial nos sistemas alimentares para populações vulnerabilizadas.

A fundação Wellcome Trust publicou uma [análise](#) para ajudar a identificar as iniquidades nos diversos financiamentos oferecidos pela própria instituição.

## EVENTOS

### Crise climática e saúde mental

- No dia 22 de fevereiro a International Association of National Public Health Institutes<sup>125</sup> (IANPHI) realizou um [webinar](#) sobre o impacto das mudanças climáticas na saúde mental e bem-estar psicossocial. Na sessão se discutiu sobre como o rápido e desproporcional impacto das mudanças climáticas tem sido associado ao aumento do sofrimento emocional, ansiedade, depressão e luto em todo o mundo.

- De 27 a 29 de abril se levará a cabo o 23º [Congresso](#) Mundial “Desarmamento, Crise Climática e Saúde” da International Physicians for the Prevention of Nuclear War<sup>126</sup> (IPPNW) em Mombasa, Quênia. Será o primeiro Congresso Mundial na África e contará com sessões interativas vinculando as consequências da crise climática a das armas nucleares para a saúde.

### Considerações finais

*“(...) quando se está em um país estrangeiro e está tudo bem, é possível lidar com a situação, mas se algo acontecer com a sua saúde, é diferente”.*

Essa citação, que se encontra contextualizada no item ‘guerra na Ucrânia’, exemplifica bem os desafios observados no cenário global e relatados pelas organizações da sociedade civil nesta edição.

Do conjunto dos temas que foram objetos de manifestações, fica claro que o mundo vive uma crise generalizada, incluindo o clima e o meio ambiente, a saúde e as condições de vida, além de guerras e violência. Neste contexto, se exacerbam as desigualdades sociais, com destaque para as desigualdades de gênero que penalizam as mulheres.

O terremoto de grande magnitude que atingiu a Turquia e a Síria mobilizou fortemente as organizações da sociedade civil, notadamente, aquelas que desenvolvem atividades de ajuda humanitária.

---

<sup>125</sup> <https://www.ianphi.org/>

<sup>126</sup> <https://www.ippnw.org/>

A superação dos desafios relatados neste informe requer a realização de acordos globais como o tratado sobre pandemia e o compromisso com decisões coletivas, tomadas, por exemplo, pela Assembleia Mundial de Saúde, um espaço de pactuação entre os Estados-membros que pode assegurar a saúde como um bem fundamental e direito de todos, independentemente de raça, sexo, gênero e outras características sociais e econômicas.

Para tanto, é preciso vontade política, cooperação entre os países e compromisso dos governos com ações verdadeiras, colaborativas, menos retóricas e mais práticas. Certamente, uma sociedade civil empoderada é a via mais efetiva para que haja compromisso e cooperação dos países com a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida e saúde para todos.

## **Organizações e movimentos sociais pelo direito à saúde defensores do interesse público com aportes para a saúde global e para a diplomacia em saúde – velhas e nem tão novas agendas em 2023**

**Armando De Negri Filho**  
**Rafaela Venturella De Negri**

Retomando em 2023 os informes sobre os conteúdos e propostas transformadoras que circulam nas agendas dos movimentos e organizações sociais defensoras do interesse público, destacamos um conjunto de temas e aproximações que impactam na forma e conteúdo dos debates da saúde global e da diplomacia da saúde usando vertentes da teoria crítica e rompendo o limite formal das agendas hegemônicas. Os temas não são necessariamente novos, velhas e novas agendas compõe o panorama de tensões e processos identificados e que deveriam poder alimentar processos políticos de transformação muito mais ambiciosos. Tratam da decolonização da Medicina e da Saúde para avançar o Direito Humano; dos elementos reincidentes de conflitos entre os interesses do capital e os direitos humanos que fragilizam as respostas às novas potenciais pandemias e multiameaças; sobre a disputa de ética política em torno ao Direito Humano à Saúde; da crise estrutural da Força de Trabalho em Saúde e a desmoralização gerada pelos sistemas de saúde insuficientes para responder às necessidades sociais derivadas de direitos; dos avanços conflituosos dos interesses privados sobre os sistemas e serviços públicos de saúde – em um sem-fim de conflitos do capital versus trabalho como um tema crucial, pois afinal os sistemas de saúde são sua força de trabalho; da fragilidade histórica dos sistemas de saúde do Sul Global – a “desassistência programada” e a violação massiva dos direitos humanos, novamente evidenciada em cenários de eventos de alto impacto como os terremotos; sobre a saúde digital – solução ou nova barreira para a garantia material do direito à saúde?; uma revisão crítica, social e democrática da agenda do *Executive Board* da OMS com destaque para as negociações sobre o Tratado Pandêmico; e, finalmente, a defesa dos serviços públicos como ferramenta essencial para a garantia dos direitos humanos na linha de frente dos conflitos entre bens públicos e privados.

### **Sobre a decolonialidade necessária para alavancar o direito humano à saúde com ruptura do legado colonial:**

#### 1. [Medicine for the People - Medicina para o povo dentro da obra de Fanon](#)

Analisando a obra “Medicina e Colonialismo” é explorada a ligação entre médicos clínicos, classe social, determinantes políticos da saúde - num adorno interessantíssimo à determinação social da saúde, adicionando que “o fato de que a saúde não é só cuidados com a saúde e é inseparável do poder e da luta política” - pobreza e prática de medicina dentro do que é chamado aqui de “desigualdade patológica”: uma enfermidade ainda negada por um sistema de profissionais que lucra em cima de um sistema ainda profundamente colonial, racista e classista, reproduzindo o pensamento neocolonial de “corpos\trabalhadores dispensáveis”, em uma lógica de vidas descartáveis. A falta crônica de solidariedade de classe dos trabalhadores da saúde e seu distanciamento econômico daqueles que tratam permite a camuflagem das políticas do cuidado e suas falhas estruturais. “A assistência à saúde se moldou estrategicamente ao longo do último século como um empreendimento apolítico e tecnocrático, com relação apenas incidental com a política de assistência. Está na hora de mudança”.

Numa tentativa paralela, desde 2018 a cidade de Milwaukee County no estado de Wisconsin, Estados Unidos declara e considera racismo como uma crise de saúde pública,

coletando dados e denúncias de práticas e declarações racistas dentro das instituições de saúde, elaborando um [relatório](#).

**Sobre as novas ameaças pandêmicas / potencial de eventos de alto impacto e o despreparo recorrente – interesses do capital x direitos humanos.**

2. [An Even Deadlier Pandemic Could Soon Be Here - Uma pandemia ainda mais mortal pode logo acontecer](#)

Novos casos de Influenza aviária vem preocupando cientistas ao redor do mundo. Aves migratórias com poderio de alta propagação, além de novos casos em mamíferos com sistemas respiratórios muito similares aos nossos, o que daria ao vírus e suas potenciais novas cepas a chance de melhor se adaptar ao sistema respiratório humano, causam especial alarde, com a cepa H5N1 sendo a de maior preocupação, com casos confirmados em porcos e visons. Três pontos são ressaltados: a letalidade das cepas observadas é sensivelmente superior à relatada durante o pico da pandemia de COVID-19, chegando a marca de 56% - ou seja, 56% dos infectados vão a óbito; a produção da vacina, assim como foi com o COVID-19, é um processo complicado e retido às grandes multinacionais da farmácia e a distribuição das vacinas - que deveria ser especialmente direcionada aos trabalhadores de fazendas de porcos e outros mamíferos, assim como aves - é lenta e truncada, com a falta de iniciativa internacional - tanto por Organizações como por nações - por uma produção e distribuição comum: “Temos muitas das ferramentas necessárias, incluindo vacinas. O que falta é senso de urgência e ação imediata.” E por último, devido ao “fim social” da pandemia do COVID-19, há a dificuldade de comunicar uma nova ameaça viral.

**Sobre a crise estrutural da Força de Trabalho em Saúde: a desmoralização gerada pelos sistemas de saúde insuficientes para responder às necessidades sociais derivadas de direitos.**

3. [Doctors Aren't Burned Out From Overwork. We're Demoralized by Our Health System. - Os médicos não estão esgotados pelo excesso de trabalho. Estamos desmoralizados pelo nosso sistema de saúde](#)

Médicos clínicos esgotados por um sistema monetizado. Médicos se desligando de seus empregos em hospitais e clínicas foi - especialmente durante a pandemia de COVID-19 - amplamente ligado ao burnout, a Síndrome do Esgotamento Profissional, um estopim causado por demandas esmagadoras, estresse e esgotamento físico e mental ligados a ambientes ou situações de trabalho esgotantes. O artigo em questão discorda, trazendo a perspectiva de que não é o trabalho em si, mas sim o sistema de saúde que está por trás do esgotamento da classe médica. Nos Estados Unidos, único país de high-income sem um sistema universal de saúde, a denúncia de um sistema monetizado e com a falta crônica de médicos, que se negam a trabalhar em instituições com investimento nulo em saúde pública causando desigual distribuição de equipamentos médicos e acessos; o sistema de seguros privados e zero investimento em saúde pública foi o bloco base para o estrondoso número de mortes durante a epidemia do coronavírus: “Durante a pandemia de Covid-19, as consequências dessas políticas se intensificaram. Um estudo estima que pelo menos 338.000 mortes por Covid nos Estados Unidos poderiam ter sido evitadas por cuidados de saúde universais.”

Se, segundo Fanon, à classe médica lhe falta solidariedade de classe e raça, talvez a desmoralização e o abalo emocional ao perceber que se inserem e lucram de um sistema que gera sua fortuna com a doença da desigualdade, seja o início de uma reestruturação do cuidado médico.

“Lidar com as falhas do sistema de saúde exigirá uma reflexão desconfortável e uma ação ousada. Qualquer ilusão de que medicina e política são, ou deveriam ser, esferas separadas foi esmagada pelo peso de mais de 1,1 milhão de americanos mortos por uma pandemia que foi, de muitas maneiras, um desastre evitável. E muitos médicos agora estão achando difícil afastar a suspeita de que nossas instituições, e muito de nosso trabalho dentro delas, servem principalmente a essa máquina de fazer dinheiro.”

**Sobre os avanços conflitivos dos interesses privados sobre os sistemas e serviços públicos de saúde – em um sem-fim de conflitos entre capital e trabalho, tema crucial, pois afinal os sistemas de saúde são sua força de trabalho.**

4. [Hundreds of thousands rally across Spain against attack on public health services - Centenas de milhares se reúnem em toda a Espanha contra o ataque aos serviços públicos de saúde](#)

No domingo de 12 de Fevereiro, milhares de trabalhadores da saúde pública, partidos de esquerda e seus membros, junto de progressistas, tomaram as ruas de Madrid, Galicia e Castilla y Leon para protestar contra a constante e sistemática falta de investimento e cortes na saúde pública e serviu de ponto de encontro para a organização de uma greve dos trabalhadores de saúde de Madrid, a região com o menor investimento em cuidados primários. O Estado é acusado de premeditar a falta de investimentos de um sistema já extrapolado após os intensos meses de COVID-19 que assolaram capitais espanholas, a fim de facilitar o processo de privatização das instituições e cuidados de saúde, processo que vem sendo marcado por constantes protestos desde Novembro de 2022.

5. [France: More health workers join fight for social justice - Mais trabalhadores da saúde se juntam à luta por justiça social](#)

No dia 20 de Janeiro, trabalhadores de diversos setores se uniram para protestar contra a reforma da previdência proposta por Macron. “[A reforma da Previdência de Emmanuel Macron é um perigo para a saúde: A nossa saúde está em perigo](#)” com a alteração para 64 anos como idade de aposentadoria e outras propostas de austeridade e planos econômicos conservadores a serem expostos com a reavaliação da Lei de Finanças da Previdência Social. Adaptações à lei já haviam entrado em vigor no final de 2022, deixando claro a crônica e planejada falta de financiamento à saúde pública e ao cuidado primário, resultando na falta sistemática de profissionais e equipamentos junto da falta de treinamentos apropriados. As greves e mobilizações evidenciam as conexões entre as políticas de austeridade e o desmonte do sistema de seguridade social, envolvendo previdência, saúde e trabalho.

“O coletivo “Nossa Saúde está em Perigo”, juntamente com outras associações, sindicatos e partidos políticos, convocam mobilizações contra a reforma da previdência, relacionando esta questão com as questões da saúde, bem como a defesa da saúde pública, ação e segurança social solidária ao serviço da população.”

6. <https://peoplesdispatch.org/2023/01/20/doctors-in-kenya-get-ready-to-strike-after-six-years-of-broken-promises/> - Médicos do Quênia se preparam para a greve após 6 anos de promessas não cumpridas.

**Sobre a fragilidade histórica dos sistemas de saúde do Sul Global – a “desassistência programada” e a violação massiva dos direitos humanos.**

7. [Health systems in the Global South stagger under impact of earthquakes and outbreaks - Os sistemas de saúde no Sul Global cambaleiam sob o impacto de terremotos e surtos](#)

O terremoto que atingiu regiões da Turquia e [Síria](#) no dia 6 de Fevereiro leva pressão aos trabalhadores e às instituições de saúde ainda sobreviventes dos dois países - o primeiro enfrentando crises migratórias e de refugiados e o segundo com um conflito de décadas com sanções econômicas e falta crônica de equipamentos básicos de saúde - tendo sido 50 instalações de saúde das Nações Unidas comprometidas ou completamente destruídas durante os terremotos.

“Após os terremotos, uma onda de ajuda humanitária de todo o mundo foi enviada para as regiões afetadas, mas – em comparação com a Turquia – os recursos pingaram, em vez de fluir, para a Síria. As sanções significaram que os países do Norte Global ignoraram as necessidades do povo sírio e se concentraram em entregar doações à Turquia, cujo governo aparentemente tem um histórico melhor no Ocidente, apesar dos inúmeros relatos de ataques aos direitos e liberdades básicos.

Mesmo depois que as sanções foram suspensas temporariamente e pontos de entrada adicionais na Síria foram aprovados em 13 de fevereiro, a entrega de ajuda humanitária ainda é retardada pela presença de numerosos postos de controle e discriminação contra grupos populacionais específicos.”

### **Sobre a disputa de ética política em torno ao Direito Humano à Saúde**

8. [Right to health remains elusive as world marks Human Rights Day](#) No dia 10 de Janeiro é comemorado o Dia dos Direitos Humanos, porém, o direito à saúde - além de ser mantido como um privilégio para muitos - é diariamente atacado.

Os eventos selecionados ilustram as constantes políticas de desmonte, fragilização e não modernização - no sentido de respostas às necessidades atuais - dos sistemas de saúde públicos. Não há falta de investimento, há o projeto político da falta de estrutura, há a monetarização constante da saúde, de suas instituições e de seus trabalhadores dentro de uma lógica de dispensabilidade dos corpos dentro de uma lógica global de máxima extração e exploração, comprovadas pelas políticas de austeridade econômica que destroem sistemas de seguridade social que há 3 anos atrás se provaram valiosos e indispensáveis ao barricar uma pandemia. A luz de novas ameaças - sejam elas possíveis cepas virais ou cortes de verba - é necessário o remanejamento, não necessariamente e unicamente do sistema de saúde, mas do projeto de sistema social que, muito mais do que tolerável, é almejado.

### **Sobre a saúde digital – solução ou nova barreira para a garantia material do direito à saúde?**

9. Em um cenário de insuficiências e barreiras estruturais para o direito à saúde, surgiu uma nova fé em torno ao uso de ferramentas de saúde digital, porém a luta em torno ao controle das novas ferramentas está em curso de forma acelerada e a medicina de dados ou de algoritmos vai sendo dominada pelos grandes monopólios / oligopólios privados da tecnologia da informação e da atenção à saúde. Uma nova rede denominada “Estratégias Latino Americanas de Inteligência Artificial – ELS – IA, propõe uma reflexão-ação pra promover os interesses públicos neste domínio: <https://outraspalavras.net/tag/estrategia-latino-americana-de-inteligencia-artificial-ela-ia/>

Porém o capital financeiro e seus lobbies se movem muito mais rápido, demandando respostas públicas rápidas e efetivas, para enfrentar, por exemplo, o uso de algoritmos para individualizar ainda mais os perfis dos seguros de saúde eliminando todo resquício de respostas

solidarias e facilitando a exclusão de perfis muito onerosos, condenando os pacientes mais caros a uma progressiva exclusão dos asseguramentos dirigidos às pessoas que mais necessitam.

<https://www.saudebusiness.com/colunas/planos-de-saude-passarao-ser-planos-de-beneficios-baseados-em-dados>

10. 23-27 January 2023: Series of public briefings and policy debates ahead of WHO EB 152, hosted by G2H2 . **Antes da Sessão do Conselho Executivo da OMS, de 23 a 27 de janeiro de 2023, o G2H2 - Geneva Global Health Hub - se reuniu para uma série de debates acerca das políticas de saúde e os seus desafios atuais, promovendo enfoques sociais e democráticos à agenda normalmente abordada pelo encontro do Conselho Executivo da OMS.** O link com os resumos completos está [aqui](#); o encontro de 4 dias contou com 5 painéis de discussão: 10.1 - Pandemia e autoritarismo – o julgamento do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) sobre o presidente Jair Bolsonaro | Pandemia e autoritarismo: o armamento do Covid-19 no Brasil: Em Setembro de 2022, o Tribunal Permanentes dos Povos reconheceu a responsabilidade de Jair Bolsonaro frente às mortes causadas pela pandemia de COVID-19, categorizadas como “sérios crimes lesa humanidade”, junto do uso político da pandemia para marginalizar grupos já historicamente excluídos. O encontro debateu como “abordar as responsabilidades individuais da violência institucional planejada por meio dos meios existentes do direito internacional, é uma estratégia concreta para evitar a repetição das graves violações dos direitos humanos” não somente no território brasileiro, mas no mundo; 10.2 - A “Revisão Universal de Saúde e Preparação”: um ano desde o primeiro briefing com a sociedade civil, o que aconteceu e para onde vamos? Durante 2022, houve mobilizações de Organizações Internacionais e alguns países para a construção concreta do *Universal Health and Preparedness Review* (UHDR), um mecanismo facilitador da participação da sociedade civil na discussão sobre a construção de uma saúde pública. O encontro em questão apresenta esses avanços e destaca as possibilidades construídas no último ano, antecipando os possíveis próximos passos e revisando o documento original, adicionando possíveis organizações parceiras e importantes stakeholders das comunidades civis; 10.3 - Caminhando juntos para o acesso universal à saúde? O que esperar de uma Reunião de Alto Nível da ONU sobre UHDR e uma resolução relacionada do Conselho Executivo da OMS? O encontro foi pautado pela revisão do documento “Moving Together to Build a Healthier World”, declaração política adotada em 2019 pelo UN HLM sobre as possibilidades de cobertura universal de saúde. Visto na época como ingênuo e pretensioso, o documento foi revisado à luz da pandemia de COVID-19, evento que comprometeu os avanços feitos na área do cuidado universal e expôs as desigualdades mundiais do acesso à saúde. A declaração de 2019 envolveu “líderes mundiais que comprometeram-se a que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade, seguros e eficazes medicamentos, vacinas, diagnósticos e tecnologias de saúde essenciais acessíveis, sem passar por dificuldades financeiras e sem discriminação até 2030” e agora as Organizações Internacionais envolvidas desejam revisar o documento e suas aspirações, aproveitando o aniversário de 75 anos da OMS; 10.4 - Promover a equidade em saúde para pessoas com deficiência e idosos nas agendas da OMS e da ONU para 2023. Tendo em vista o número de pessoas ao redor do mundo que convivem com algum grau de deficiência e ao envelhecimento da população mundial, o painel discutiu as políticas de saúde pública ao redor do tópico, revisando a agenda da próxima reunião do Conselho Executivo da OMS e da 76ª Assembleia Mundial da Saúde e das Reuniões de Alto Nível da ONU de 2023 sobre Cobertura Universal de Saúde, enfatizando a conexão entre equidade de acesso à saúde e prevenção para futuras pandemias; 10.5 - “Responsabilidade comum, mas diferenciada”? Expectativas relacionadas à aplicação do princípio CBDR no campo da saúde internacional e preparação, prevenção e resposta a pandemias. CBDR - *Common But*

*Differentiated Responsibility*, Responsabilidade Comum, Mas Diferenciada expressão que se formou com a Convenção de 1992 sobre o Clima junto com o Acordo de Kioto, frisando a responsabilidade latente dos países do Norte Global na luta contra o desequilíbrio climático. Agora, essa pauta se junta à prevenção e preparação pandêmica - o Pandemic Treaty - usando os mecanismos de responsabilidade comum, mas diferente para avançar o desenvolvimento de ações comuns. 10.6 - G2H2 e o Pandemic Treaty / Tratado Pandêmico, preparação e resposta às futuras pandemias e papel da justiça financeira. Adicionalmente, o Hub publicou em Janeiro 2023 um documento analisando as medidas a serem tomadas para assegurar a preparação global para novos desafios relacionados a possíveis pandemias, chamando Nações e Organizações Internacionais para “ações corajosas” a fim de evitar a austeridade como política comum, formando novas organizações financeiras - e possivelmente não neoliberais - ao redor da saúde pública. O documento pode ser lido [aqui](#). A publicação é a mais recente entre 3 envolvendo o tema, sendo as outras uma carta aberta explorando criticamente a possibilidade de parcerias público-privadas no financiamento de um tratado comum e a primeira uma carta aberta a OMS ressaltando a necessidade de uma Tratado Pandêmico orientado pelos Direitos Humanos que inclua todas as pessoas, especialmente as que vivem em situação de pobreza.

### **Sobre a necessidade econômica, política e social da defesa dos serviços públicos como ferramenta da garantia integral dos direitos humanos.**

#### 11.0 - [O Nosso Futuro é Público: a Declaração de Santiago para Serviços Públicos](#)

O evento de 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 2022, que contou com mais de mil representantes em Santiago do Chile, organizou uma declaração conjunta, elaborando objetivos e ações comuns:

“Comprometemo-nos a continuar construindo um movimento interseccional para um Futuro que é Público. Aquele em que nossos direitos são garantidos, não com base em nossa capacidade de pagar por eles, ou na possibilidade de um sistema produzir lucro, mas sim um que permite que todos vivamos bem juntos, em paz e igualdade: nosso bem viver.

Um futuro que é público é aquele em que nem as mulheres, nem os povos indígenas, nem as pessoas com deficiência, nem a classe trabalhadora ou os migrantes, nem as minorias raciais, étnicas ou sexuais carregam um fardo injusto e desigual em nossas sociedades. É um futuro em que o legado contínuo do colonialismo é rompido por meio de reparações significativas, cancelamento de dívidas e uma revisão completa de nosso sistema econômico global, inclusive por meio da redução do uso de materiais e energia por economias ricas.

Quem é o dono dos nossos recursos e dos nossos serviços é fundamental. Um futuro público significa garantir que tudo o que é essencial para uma vida digna esteja fora do controle privado e sob formas decoloniais de controle coletivo, transparente e democrático. Em alguns contextos, isso significa intervenções locais, regionais e/ou nacionais decisivas por parte do Estado. Em outros contextos, isso significa fortalecer as organizações populares, incluindo os sindicatos, e expandir os espaços de autogoverno, os bens comuns, o controle coletivo e comunitário dos recursos. Valorizamos as parcerias público-públicas ou público-comunitárias, mas resistimos às parcerias público-privadas que servem apenas para extrair recursos do público para interesses privados.”

O texto em [espanhol](#), [inglês](#) e [francês](#).

## Diplomacia da Saúde no Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul

**Regina Ungerer**

### Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

### Destaques do UNOSSC entre 01 a 27 de fevereiro de 2023



1) O Escritório do Alto Representante das Nações Unidas para os Países em Desenvolvimento Sem Litoral e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento publicou o relatório *“Cooperação Sul-Sul para promover o desenvolvimento sustentável e alcançar a recuperação transformadora dos países menos desenvolvidos”*.

Este relatório é uma tentativa de revisar o papel da cooperação Sul-Sul na implementação do Programa de Ação de Istambul (IPoA), e fazer um balanço das melhores práticas e identificar restrições na ampliação da cooperação Sul-Sul com vistas à renovação de parcerias e intensificar a cooperação com seus parceiros do Sul no acordo do Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos 2022-2031 (DPoA).

Para ler o relatório, [clique aqui](#).

2) **5ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos (LDC5)** - Doha, Qatar, 5-9 de março



realizada em Doha, Catar, de 5 a 9 de março de 2023.

Com o período de implementação do Programa de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos (IPoA) concluído, a nova conferência foi organizada em duas partes: a adoção do novo Programa de Ação de Doha que foi realizado em Nova York no dia 17 de março de 2022; e a principal parte da conferência a ser realizada em Doha, Catar, de 5 a 9 de março de 2023.

O Objetivo é identificar ações e parcerias no mais alto nível possível, incluindo Chefes de Estado e de Governo, para cumprir esta [agenda 74/232B](#).

Na segunda parte da Conferência, os líderes reunidos irão:

- 1) Realizar uma avaliação abrangente da implementação do PoA de Istambul;
- 2) Mobilizar medidas adicionais de apoio internacional e ações em favor dos Países Menos Desenvolvidos e;
- 3) Renovar as parcerias entre os Países Menos Desenvolvidos e seus parceiros de desenvolvimento para superar os desafios estruturais, erradicar a pobreza, atingir as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente e permitir a graduação da categoria de “Menos Desenvolvidos do Mundo”.

Os países menos desenvolvidos do mundo estão em uma corrida para alcançar suas metas de desenvolvimento globais até 2030. Neste sentido, é preciso criar novas parcerias para garantir um futuro melhor para as nações mais vulneráveis do mundo.

Para saber mais sobre a LDC5, [clique aqui](#).



3) A publicação *“Boas Práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular nos Países menos desenvolvidos: Do Programa de Ação de Istambul para Alcançar o Desenvolvimento Sustentável e Resiliente”* é um reflexo das práticas efetivas de colaboração Sul-Sul e triangular que geraram soluções inovadoras de desenvolvimento. Ele enfatiza a importância de mobilizar todos os tipos de parcerias e recursos para apoiar os países menos

desenvolvidos e os pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) na superação de desafios em direção a um futuro mais verde, inclusivo e sustentável. Para ler o relatório, [clique aqui](#).

4) UNOSSC explora parcerias estratégicas de expansão com a República da Coreia em ciência, tecnologia e inovação

No dia 3 de fevereiro de 2023, uma delegação do UNOSSC visitou a República da Coreia que se mostrou comprometida com o espírito da Cooperação Sul-Sul e em compartilhar suas experiências de desenvolvimento e conhecimento técnico com outros países, bem como aprender com eles para benefícios mútuos.

Na ocasião, o UNOSSC destacou o Fórum de Cooperação Sul-Sul em Ciência e Tecnologia organizado pela Coreia no ano 2000, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o UNOSSC. O resultado do Fórum foi o “O Acordo de Seul para a cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia.

Relembrando, o Acordo de Seul é um acordo internacional de credenciamento acadêmico para profissionais de computação e tecnologia da informação, entre os órgãos responsáveis pelo credenciamento em seus países signatários. Estabelecido em 2008, os signatários, a partir de 2016 são Austrália, Canadá, Taiwan, Hong Kong, Japão, Coreia, Reino Unido e Estados Unidos. Signatários provisórios incluem Irlanda, Nova Zelândia, México, Filipinas, Sri Lanka e Malásia.

Este acordo reconhece mutuamente as qualificações de nível superior de computação e TI entre as agências signatárias. Os graduados de programas credenciados em qualquer um dos países signatários são reconhecidos pelos outros países signatários por terem cumprido os requisitos acadêmicos como profissionais de TI.

Tema bastante apropriado, considerando a programação do G-77 e da China que estão organizando a Cúpula do Grupo de Ciência, Tecnologia e Inovação, pouco antes do início AGNU, deste ano.

Isto coincide com a recém terminada reunião anual da Comunidade Global de Tecnologia Sustentável (G-Stic), co-organizada pela Fiocruz entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 2023 e cujo tema foi: *Por um futuro equitativo e sustentável: soluções tecnológicas inovadoras para uma melhor recuperação pós pandemia*. O G-STIC é a maior conferência de ciência, tecnologia e inovação para aceleração da Agenda 2030.

## Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)



As parcerias globais são essenciais para combater a mudança climática, com algumas parcerias mais impactantes vindas por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

À medida que os países melhoram seus conhecimentos e infraestrutura em relação à ciência e tecnologia nuclear, suas experiências e habilidades se tornam uma fonte valiosa de conhecimento para outros países que tentam seguir um caminho semelhante.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) busca promover parcerias com e entre países do Sul Global, por meio de seu programa de cooperação técnica, colaborando com os desafios do desenvolvimento, incluindo aqueles relacionados à mudança climática. Alguns exemplos são:

### *Reprodução de mutações de plantas na Ásia e no Pacífico*

O melhoramento genético de plantas, na Ásia e no Pacífico, dá uma contribuição valiosa para a adaptação da agricultura às mudanças climáticas, desenvolvendo culturas com maiores rendimentos ou maior resistência à seca.

A Agência Nacional de Pesquisa e Inovação da Indonésia (BRIN) desenvolveu novas variedades de arroz, soja e outras culturas e agora compartilha este conhecimento com outros países da Ásia e do Pacífico. Complementando, oferece treinamento e visitas científicas e bolsas de estudo para profissionais interessados no melhoramento de plantas.

### *Gestão da água na África*

À medida que a água limpa se torna cada vez mais escassa, a gestão da água tornou-se fundamental para alcançar um futuro sustentável. Com a assistência da AIEA, entre 2012 e 2017, cientistas de 13 países da região do Sahel, no norte da África, se uniram para realizar a primeira avaliação regional de águas subterrâneas usando técnicas isotópicas. O projeto ocorreu em uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados e encontrou reservas significativas de água de boa qualidade.

### *Acidificação dos oceanos na América Latina e no Caribe*

A Rede de Pesquisa de Estressores Marinho-Costeiros na América Latina e no Caribe (REMARCO) foi criada em 2018 sob os auspícios da AIEA. Considerando que a acidificação representa uma séria ameaça para os oceanos do mundo, 18 países da América Latina e Caribe, estão trabalhando juntos para coletar dados por meio de técnicas nucleares e isotópicas, a fim de monitorar os impactos da acidificação e outros estressores nos ecossistemas oceânicos. Os dados coletados pelos cientistas da REMARCO ajudam os formuladores de políticas a tomar decisões baseadas em evidências que protegerão a vida marinha e as pessoas que dependem dela.

## Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>127</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>128</sup>, Paris (UNESCO)<sup>129</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>130</sup>, Viena (UNIDO)<sup>131</sup> e Washington ((G-24)<sup>132</sup>. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.



### **Destques do G-77 entre 02 a 28 de fevereiro de 2023**

Neste período, o G-77 e a China participaram de 8 reuniões da AGNU.

#### **New York, 02 de fevereiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na sessão do segmento de Coordenação do ECOSOC sobre as Reflexões do trabalho dos órgãos subsidiários do ECOSOC

Não há dúvidas que o ECOSOC tem um papel crucial na orientação de seus órgãos subsidiários voltados para ações coordenadas para melhor apoiar os países no alcance da Agenda 2030 e dos ODS.

Para acelerar uma recuperação inclusiva e resiliente, é preciso garantir o acesso universal a vacinas, terapia e tratamentos para o Covid-19. É preciso também construir e fortalecer os sistemas de saúde além de reformar a arquitetura financeira internacional para facilitar o acesso ao financiamento concessional para os países em desenvolvimento. Isso deve ser completado com a eliminação de fluxos financeiros ilícitos e investimento em infraestrutura sustentável e resiliente. Também é imperativo tomar medidas urgentes sobre mudanças climáticas e perda de biodiversidade, para garantir o financiamento do desenvolvimento, a promoção da transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a fim de promover o desenvolvimento sustentável.

O ECOSOC e seus órgãos subsidiários podem fazer contribuições significativas para a realização desses objetivos.

---

<sup>127</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>128</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>129</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>130</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>131</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>132</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

O G-77 e a China chamam a atenção para a revisão dos ODS 6, 7, 9 e 11 que serão destaques na reunião do ECOSOC em julho de 2023, que oferece uma oportunidade para aumentar o acesso à água limpa e saneamento; energia acessível e limpa; indústria, inovação e infraestrutura e cidades e comunidades sustentáveis. Essas discussões complementarão o resultado da Cúpula dos ODS de 2023 sob os auspícios da AGNU.

Além disso, os Fóruns Regionais para o Desenvolvimento Sustentável que serão convocados pelas Comissões Regionais constituem uma excelente oportunidade para avaliar o progresso e propor soluções de acordo com as prioridades nacionais e regionais. É importante focar as discussões na identificação de lacunas, áreas que requerem atenção urgente e desafios.

A reunião anual do Fórum do ECOSOC sobre financiamento para o desenvolvimento juntamente com as Instituições de Bretton Wood é oportuna para abordar as necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento. Deve-se aproveitar este fórum para amadurecer a discussão sobre a necessidade de reformar a arquitetura financeira para superar as lacunas de financiamento, oferecer um acesso adequado ao financiamento concessional aos países em desenvolvimento e fortalecer sua voz no processo de tomada de decisões econômicas internacionais.

O grupo também sugeriu que o ECOSOC possa estimular as discussões sobre as formas de fortalecer a cooperação fiscal internacional, inclusive por meio do trabalho do Comitê de Especialistas da ONU em Cooperação Internacional em Assuntos Fiscais.

A Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) pode contribuir para as discussões sobre o Pacto Digital Global que ocorrerá este ano e abordar aspectos de desenvolvimento, diminuição da divisão digital, melhoramentos da cooperação digital multilateral e expansão do papel das tecnologias digitais como facilitadores e aceleradores da Agenda 2030 e dos ODS.

O Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento de 2023 deverá identificar áreas prioritárias para fortalecer a cooperação para o desenvolvimento, a fim de apoiar a implementação dos ODS e contribuir para o Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento (FFD), HLPF, Cúpula dos ODS.

Finalmente, o Grupo incentiva o ECOSOC a colocar a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, no centro de seu trabalho e seu apoio à implementação da Agenda 2030, inclusive no trabalho dos órgãos subsidiários levando em consideração os seus respectivos mandatos e funções.

#### **New York, 03 de fevereiro de 2022**

Declaração feita pela Sra Dália Torres Seara, terceira secretária da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na primeira consulta informal sobre a Declaração Política a ser adotada pela Cúpula dos ODS (reunião do HLPF sob os auspícios da AGNU) em setembro de 2023

Deve-se considerar que esta Cúpula dos ODS vai ocorrer em um momento crítico, no meio do caminho da Agenda 2030, faltando apenas 7 anos para 2030. Os países em desenvolvimento enfrentam múltiplos desafios que dificultam os esforços conjuntos para alcançar o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões.

A declaração política a ser adotada pela Cúpula dos ODS deve enfatizar a vontade política, no mais alto nível, para implementar a Agenda 2030 e os ODS em sua totalidade e focar sua implementação imediata. Deve-se, no entanto, considerar as lacunas e desafios para manter a integridade da Agenda 2030 e refletir na natureza indivisível e interligada dos ODS, bem como o equilíbrio necessário entre as suas três dimensões.

O G77 e a China enfatizam a natureza intergovernamental do processo de consulta visando alcançar uma declaração consensual que possa ser adotada no nível dos Chefes de Estado e de Governo.

Neste contexto, o Grupo acredita que o objetivo geral da declaração deva ser uma mensagem política clara renovando o compromisso coletivo de implementar a Agenda 2030 e os ODS, com base em marcos importantes como a Agenda de Ação de Addis Abeba e o Acordo de Paris. E por esta razão, é importante que as delegações tenham tempo suficiente para consultar, coordenar e negociar com suas capitais. Lembrando que existem outros tantos processos de negociação, tais como o Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento (FFD), e que as delegações enfrentarão uma carga de trabalho extraordinariamente pesada devido às múltiplas reuniões intergovernamentais em andamento durante a 77ª sessão da AGNU.

O G-77 e a China consideram que a declaração política adotada na Cúpula dos ODS em 2019 deva servir de base para a declaração política de 2023, que pode ser dividida em três seções principais:

Primeiro: uma mensagem política dos Chefes de Estado e de Governo sobre seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 e os ODS, considerando a erradicação da pobreza e da fome como objetivo primordial e o alcance do desenvolvimento sustentável.

Segundo: destacar os avanços alcançados até o momento na implementação da Agenda 2030, bem como os desafios e lacunas, incluindo os impactos da Pandemia do Covid-19.

Terceiro: um apelo por soluções urgentes, concretas, transformadoras e abrangentes para acelerar a implementação da Agenda 2030 e os ODS, ao mesmo tempo em que abordam as crescentes desigualdades globais. Pode-se propor ações concretas ou compromissos para lidar com as crises imediatas que os países em desenvolvimento enfrentam, preenchendo a lacuna de financiamento dos ODS e reformas sistêmicas, inclusive na necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional.

#### **New York, 06 de fevereiro de 2022**



Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, no informe do Secretário Geral da ONU sobre suas prioridades para 2023

O G-77 e a China consideram que a ONU é hoje, mais importante do que nunca e que no contexto atual, de uma crise global e multissetorial sem precedentes, o Grupo junta sua voz e age como ator construtivo e indispensável na busca de ações urgentes e significativas para corrigir os enormes desequilíbrios existentes no mundo que levam os países em desenvolvimento à beira do abismo.

Os efeitos da pandemia do Covid-19 ainda estão presentes e apesar de haver sinais de recuperação progressiva nos países industrializados e um gradual retorno à vida normal nesses países, o Sul Global continua fortemente impactado. Estes países ainda enfrentam uma escassez de suprimentos médicos, incluindo vacinas e encaram grandes dificuldades financeiras além de uma dívida desencadeada pela pandemia. Em uma ordem econômica internacional cada vez mais desequilibrada, o aumento dos preços dos alimentos e a barreira tecnológica que impactam o acesso à educação de qualidade e sistemas de saúde sustentáveis, são ainda mais presentes nestes países.

Não é razoável, e mais importante, não é justo que os países mais pobres gastem agora quatro vezes mais pagando dívidas com credores ricos do que com saúde, justamente quando ainda vivemos os efeitos do Covid-19. Até o Banco Mundial indicou que, pela primeira vez em 25 anos, a pobreza extrema aumentou ao mesmo tempo em que a riqueza extrema aumentou dramaticamente com a pandemia.

Os mais pobres não podem continuar assumindo o custo em benefício dos mais ricos. Alguns relatórios apontam que três quartos dos governos do mundo planejam cortes de gastos do setor público que incluem a saúde e a educação, na ordem de US\$ 7,8 trilhões nos próximos cinco anos. Está claro quem será o mais afetado.

Neste cenário autodestrutivo, o papel das Nações Unidas é essencial. O G-77 e a China reconhecem o audacioso apelo do Secretário-Geral por um mundo mais equilibrado, em particular, por meio de uma reforma urgente da arquitetura financeira internacional.

O Grupo também concorda com o Secretário-Geral que as métricas devem ir além do Produto Interno Bruto para incluir a vulnerabilidade e diversos riscos relacionados ao clima, entre outros. Deve-se ir além da mudança de depender apenas do PIB como critério para determinar o acesso a financiamento concessional e outras formas de apoio.

No ano de 2023 haverá uma série de marcos e eventos importantes para a agenda de desenvolvimento sustentável e o G-77 e a China estarão ativos em todos estes processos, como a segunda parte da 5ª Conferência dos países menos desenvolvidos, a Conferência das Nações Unidas sobre a Revisão Integral da Implementação dos Objetivos da Década Internacional de Ação, "Água para Desenvolvimento Sustentável" 2018-2028 e a Revisão intercalar do Quadro de Sendai<sup>133</sup>.

O G-77 e a China apoiam a iniciativa do Secretário-Geral de estímulo ao ODS. É fundamental que recursos financeiros adicionais de países desenvolvidos sejam mobilizados para apoiar a implementação dos ODS, já que todas as projeções indicam que, muito provavelmente, as metas estabelecidas na Agenda 2030, não serão cumpridas.

O Grupo reconhece a importância do relatório "Nossa Agenda Comum" e aguarda com expectativa as discussões relacionadas ao longo deste ano, sem perder de vista a centralidade e a prioridade da Cúpula dos ODS. Este relatório é um esforço adicional para impulsionar a

---

<sup>133</sup> O Quadro de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (Estrutura de Sendai) foi o primeiro grande acordo da agenda de desenvolvimento pós-2015 e fornece aos Estados Membros ações concretas para proteger os ganhos de desenvolvimento do risco de desastres.

A Estrutura de Sendai trabalha de mãos dadas com os outros acordos da Agenda 2030, incluindo o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Nova Agenda Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

implementação da Agenda 2030 e não reformular compromissos anteriores, lembrando que este processo deve ser liderado de forma intergovernamental, alinhado com a natureza da ONU.

O G77 e a China também enfatizam a necessidade urgente de enfrentar o impacto cada vez maior das mudanças climáticas por meio da plena implementação dos compromissos e acordos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Nesse contexto, deve-se lembrar o resultado alcançado durante a COP27, ao se constituir o Fundo de Perdas e Danos, considerado uma grande conquista do Grupo, liderado pelo Paquistão.

O Grupo destaca a adoção do Quadro de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal na COP15 e apela a todos os países desenvolvidos e doadores para aportarem recursos proporcionais à meta de financiamento e a apoiarem a rápida operacionalização do Fundo Fiduciário Especial para a implementação do quadro.

Cientes da importância da ciência e da tecnologia para preencher a distância, cada vez maior, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, nas áreas econômica, social e ambiental, o Grupo reconhece o interesse que o Presidente da AGNU tem atribuído a esta matéria. Para contribuir com esses esforços, a presidência cubana do G-77 e a China sediarão uma Cúpula do Grupo de Ciência, Tecnologia e Inovação, pouco antes do início AGNU, deste ano.

Ao concluir seu pronunciamento, o Embaixador Pedro Luis enfatizou novamente, o papel da ONU, que deve ser, mais do que nunca, um local de reunião e discussões francas e abertas na busca de ações adequadas para enfrentar os muitos desafios que o mundo enfrenta.

Felizmente, a situação sanitária em Nova York agora permite que todos estejam presentes fisicamente, proporcionando uma interação mais próxima, incluindo o Secretariado. Os Estados Membros exigem que estes estejam presentes fisicamente, como parte da dinâmica normal da ONU.

Por último e de acordo com o conceito de prestação de contas aprovado pela AGNU, o secretariado deve almejar resultados de alta qualidade e a plena implementação de todos os mandatos aprovados pelos órgãos intergovernamentais da ONU.

#### **New York, 06 de fevereiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no informe dos co-facilitadores sobre o roteiro e expectativas dos Estados-Membros sobre o documento final do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento (FFD) do ECOSOC em 2023

Mais uma vez, o G-77 e a China declaram que o Fórum acontecerá em um contexto extremamente crítico em que grande parte dos países em desenvolvimento ainda enfrenta os impactos negativos da pandemia de Covid-19. Enquanto realizam enormes esforços para aumentar os investimentos em sua recuperação econômica e social, os países em desenvolvimento seguem sendo desproporcionalmente atingidos por crises múltiplas e simultâneas que agravam suas perspectivas de desenvolvimento a longo prazo. Os países do Grupo enfrentam atualmente uma ordem econômica internacional caracterizada por desigualdades e déficit de financiamento crescente, peso exorbitante da dívida externa que restringe significativamente o espaço de política fiscal e econômica para investimentos em seu

próprio desenvolvimento, insegurança alimentar, restrições comerciais arbitrárias e injustificadas medidas e as consequências cada vez maiores das alterações climáticas.

Portanto, o Grupo considera e recomenda que haja uma ampla discussão sobre o tema e enfatiza que o tempo entre a liberação da versão zero do documento (previsto para quinta-feira, 16 de março) e o prazo para envio de contribuições escritas (previsto para terça-feira, 21 de março), não é suficiente e não permite que muitos países do Grupo possam coordenar e alcançar um resultado produtivo e inclusivo.

Mais uma vez, o G-77 e a China enfatizam que somente uma negociação intergovernamental poderá renovar o compromisso político necessário para conseguir um resultado aceitável. Não há substituto para negociações textuais face a face, onde os Estados possam reagir às propostas uns dos outros na sala. Assim sendo, os facilitadores devem dar oportunidade para todas as delegações apresentarem contribuições antes da liberação da minuta zero, a fim de receberem todos os antecedentes e justificativas por trás de cada proposta. O Grupo gostaria então de sugerir que os co-facilitadores organizem uma reunião antes da liberação da versão zero para permitir que as delegações e grupos apresentem suas prioridades para este processo.

Na mesma linha de pensamento, o relatório da Força-Tarefa Interagências sobre Financiamento para o Desenvolvimento (IATF) deverá ser divulgado no final do mês de fevereiro ou primeiros dias de março. Este documento tende a ser bastante extenso e leva tempo para analisá-lo tanto por delegações individuais como por grupos de países e, portanto, seria útil receber com antecedência os pontos-chave do relatório.

O Grupo espera que ações diretas contribuam para preencher a lacuna nas sete áreas da [Agenda de Ação de Adis Abeba](#) (AAAA) e acelerem o ritmo de implementação necessário para cumprir os compromissos na Agenda 2030. É preciso diminuir a lacuna de financiamento para alcançar os ODS e é preciso aproveitar o momento para o Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Lembrando que é preciso abordar temas críticos, como a necessidade urgente de reformar a arquitetura financeira internacional para preencher as lacunas de financiamento, fornecer um acesso adequado ao financiamento concessional para os países em desenvolvimento e fortalecer sua voz no processo de tomada de decisão econômica internacional.

É crucial garantir a provisão e mobilização de maior assistência concessional aos países em desenvolvimento, especialmente aqueles que mais carecem de espaço fiscal e liquidez para salvar vidas e meios de subsistência e estabilizar suas economias, bem como ações antecipadas para aliviar o peso da dívida insustentável.

Sobre este tema, o G-77 e a China insistem na necessidade de uma recapitalização rápida dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para atender às necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento; o cumprimento dos compromissos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA); a redistribuição voluntária de Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados para países em desenvolvimento e uma nova alocação dos SDRs. Além disso, é necessário o estabelecimento de medidas para medir o progresso no desenvolvimento sustentável que complementem ou ultrapassem o produto interno bruto para obter acesso ao financiamento concessional e cooperação técnica pelos países em desenvolvimento. É também necessário destacar as restrições na transferência de tecnologia

juntamente com a melhoria da capacitação, que são pré-requisitos essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

### **New York, 08 de fevereiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no evento especial de Alto Nível da AGNU e ECOSOC sobre o Programa de Ação de Doha como acelerador da implementação da Agenda 2030

Como em todas as declarações do Grupo, o Embaixador Pedro Luis começou seu pronunciamento afirmando que o mundo se encontra em uma conjuntura crítica e que os países em desenvolvimento enfrentam múltiplos desafios e embora não seja exclusivo, ele destacou a dificuldade de recuperação econômica e social consequentes à pandemia do Covid-19; a enorme dificuldade financeira e a dívida dos países; o aumento da preços dos alimentos; a escalada da emergência climática e uma ordem econômica desequilibrada que perpetua as desigualdades e a pobreza.

Denunciando que após a conclusão do Programa de Ação de Istambul, é inaceitável que os países menos desenvolvidos, que estão entre os mais vulneráveis, permaneçam com a capacidade produtiva limitada, espaço fiscal insuficiente, enfrentem grandes desequilíbrios macroeconômicos, o impedimento de crescer devido à dívida e menor acesso a tecnologias que também limitam seu desenvolvimento em todas as áreas. Declarou que metade dos países menos desenvolvidos já experimentou uma emergência alimentar contínua por pelo menos 13 anos consecutivos durante o período entre (1981-2022), o que impacta negativamente o bem-estar de suas populações.

Além disso, é inconcebível que, embora os países menos desenvolvidos sejam responsáveis por menos de 4% das emissões globais de gases de efeito estufa, eles estejam na linha de frente da crise climática. Nos últimos 50 anos, 69% das mortes em todo o mundo causadas por desastres relacionados ao clima ocorreram nos países menos desenvolvidos. Esta situação não pode continuar. Esta crise de desigualdade em que 46 países, que representam 14% da população mundial, correm o risco de ficar para trás, enquanto nos últimos 10 anos, 1% da população mais rica adquiriu mais da metade de toda a nova riqueza global.

A implementação do Programa de Ação de Doha é um passo importante na direção certa. No entanto, seu cronograma coincide com os últimos anos de ação para alcançar a Agenda 2030, o que exigirá uma parceria global renovada, solidariedade e meios adequados de implementação.

Em mais de uma ocasião, o G-77 e a China expressaram que o acesso a vacinas seguras, de qualidade, e tratamentos eficazes e acessíveis para o Covid-19 não deveria ser um desafio para os países menos desenvolvidos. E para que estes países voltem a crescer, é preciso discutir os encargos insustentáveis da dívida e tomar medidas urgentes e necessárias para reduzir a situação do endividamento, como a redistribuição dos Direitos Especiais de Saque do FMI.

Há uma necessidade imperiosa de os países desenvolvidos cumprirem seus compromissos com a Assistência Oficial ao Desenvolvimento e utilização de 0,15% a 0,20% da Renda Nacional Bruta em prol dos países menos desenvolvidos.

Em outro tema também destacado pelo embaixador em inúmeras ocasiões está a necessidade de ampliar a transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação

tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos a fim de promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (econômica, social e ambiental) e a plena implementação da Agenda 2030.

Embora o G-77 reconheça que é necessário apoio técnico e financeiro, ressalta-se que a propriedade, a liderança e a responsabilidade primária pelo desenvolvimento nos países menos desenvolvidos cabem aos próprios países menos desenvolvidos.

#### **New York, 13 de fevereiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na sessão informal sobre o relatório do Secretário Geral “Nossa Agenda Comum”

O Grupo está convencido de que a principal prioridade nos tempos atuais deve ser a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o cumprimento dos ODS. É essencial garantir que as iniciativas derivadas do relatório do Secretário-Geral contribuam para esse fim.

O Grupo considera que qualquer discussão de propostas específicas deve garantir a participação efetiva de todas as delegações, em particular as menores e aquelas provenientes de países em desenvolvimento. As sobreposições com outras deliberações obrigatórias devem ser evitadas para evitar que as delegações menores sejam pressionadas para além de suas possibilidades.

Deve-se conceder às delegações tempo apropriado para consultas com suas capitais e entre si, como parte das deliberações intergovernamentais sobre as propostas do relatório do Secretário-Geral. As iniciativas do relatório exigirão discussões intergovernamentais para determinar aquelas que farão parte dos preparativos da Cúpula do Futuro em 2024 e aquelas que poderão necessitar de maior reflexão por parte dos Estados-membros.

É preciso considerar cuidadosamente os cronogramas de discussões substantivas a fim de evitar duplicações ou sobreposições com outras deliberações obrigatórias colocando as delegações menores na difícil posição de escolher quais processos seguir e nos quais participar.

O Grupo acolhe com interesse a ideia de elaborar Resumos de Políticas (*Policy Briefs*) sobre temas específicos. Esses documentos serviriam como insumos importantes para a preparação e deliberações que antecederão a Cúpula do Futuro de 2024.

Deve-se dar a devida consideração aos caminhos propostos pela equipe do Secretário-Geral. No entanto, os Estados-Membros devem ter espaço e tempo não só para decidir sobre estas vias propostas, mas também para identificar outras, se necessário.

O Grupo observa que os Estados membros ainda não decidiram o escopo da Cúpula, conforme a resolução 76/307 da AGNU. Na visão do Grupo, esse deve ser o passo inicial para o processo preparatório da Cúpula, que antecede a Reunião Ministerial em setembro de 2023. Seria natural iniciar negociações dentro dos caminhos específicos, depois que o escopo geral da Cúpula fosse decidido.

**New York, 14 de fevereiro de 2022**

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na consulta informal sobre o roteiro da Cúpula do Futuro

O Grupo agradece a convocação desta reunião e a divulgação do roteiro proposto para guiar seu trabalho e segue empenhado em participar de forma construtiva nos preparativos da Cúpula do Futuro de 2024.

A posição do Grupo é que é desnecessário e inútil a pressa nas negociações. A falta de clareza e previsibilidade do processo, e o tempo insuficiente para consultar as capitais e encontrar compromissos não contribuirá para o sucesso da Cúpula.

Os preparativos para a Cúpula do Futuro devem ser conduzidos com base no que os Estados Membros acordaram na [resolução 76/307](#). Ou seja, realizar a Cúpula em 2024, com Reunião Ministerial preparatória em setembro de 2023, e iniciar consultas intergovernamentais abertas, transparentes e inclusivas para o processo preparatório. De acordo com esta resolução, o processo preparatório intergovernamental da Cúpula consistirá em consultas para determinar seu escopo, temas e organização dos diálogos interativos e negociações para o documento final.

E como os Estados membros ainda não decidiram o escopo da Cúpula e sobre o seu documento final, o Grupo acredita que esse deva ser o passo inicial para o processo preparatório que antecederá a Reunião Ministerial em setembro de 2023. Mais uma vez lembraram da necessidade de as delegações terem tempo apropriado para consultas com suas capitais e entre si, como parte das deliberações intergovernamentais e quais deliberações farão parte dos preparativos para a Cúpula do Futuro em 2024 e quais poderão necessitar maior reflexão por parte dos Estados-membros. Iniciar discussões substantivas sobre os caminhos propostos, sem que os Estados Membros decidam sobre o escopo geral da Cúpula, parece ser prematuro e poderá prejudicar seu resultado geral.

O Grupo está convencido de que a principal prioridade das discussões deva ser o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS. É essencial assegurar que a Cúpula do Futuro e o seu processo preparatório contribuam para esse fim.

Deve-se evitar, de todas as formas, as sobreposições com outras deliberações e lembraram que já há um grande número de assuntos a serem discutidos pelos Estados Membros que consumirão tempo e esforços que serão um sério desafio para delegações menores.

Para que a Cúpula do Futuro seja verdadeiramente bem-sucedida e seu processo preparatório verdadeiramente inclusivo, seria imprudente colocar delegações menores na difícil posição de escolher quais processos seguir e quais participar. Esse caminho deixaria alguns para trás. Por isso, deve-se implementar um cronograma de discussões a fim de evitar duplicações ou sobreposições com outras deliberações obrigatórias,

O Grupo acredita que será necessário disponibilizar regularmente, mais informações, particularmente sobre as diferentes etapas e cronograma do processo preparatório intergovernamental. Desta forma, a ideia de elaborar Resumos de Políticas (*Policy Briefs*) sobre temas específicos propostos para a Cúpula, é muito bem-vinda. Esses documentos serviriam como insumos importantes para a preparação e deliberações que antecederão a Cúpula do Futuro de 2024.

## New York, 14 de fevereiro de 2022

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Yusnier Romero Puentes, vice representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na apresentação aos Estados Membros do relatório de revisão do marco de Sendai: principais conclusões e recomendações

O G-77 e a China parabenizaram as consultas intergovernamentais sobre a declaração política a ser adotada pela Reunião de Alto Nível sobre a Revisão Intercalar da [Estrutura de Sendai](#), em maio de 2023 e reafirmaram compromisso de se envolver de forma construtiva com o objetivo de chegar a uma declaração política consensual, concisa, orientada para a ação.

O Grupo também agradeceu ao Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres pela preparação do Relatório e aos países que realizaram revisões voluntárias nacionais que alimentaram as recomendações contidas no Relatório.

A questão da Redução do Risco de Desastres está intrinsecamente ligada aos interesses centrais do G-77 e da China em relação ao desenvolvimento sustentável e tem um impacto direto na execução dos ODS, especialmente nos países em desenvolvimento. A atual pandemia do Covid-19 mostrou a necessidade de entender melhor os riscos, com o aumento da intensidade e frequência dos desastres que o mundo evidencia, muitos dos quais exacerbados pelas mudanças climáticas e perda de biodiversidade, representando um desafio significativo para os países em desenvolvimento e sua capacidade para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Portanto, há relevância no relatório para fortalecer a coordenação sistemática, coerência e integração entre gestão de risco de desastres e a área da saúde e destaca o **parágrafo 15** que define que a Estrutura de Sendai se aplica ao risco de catástrofes de pequena e grande escala, frequentes e infrequentes, súbitas e de início lento, causadas por perigos naturais ou provocados pelo homem, bem como perigos e riscos ambientais, tecnológicos e biológicos relacionados. Visa orientar a gestão multirrisco do risco de desastres em desenvolvimento em todos os níveis, bem como dentro e entre todos os setores.

Apesar de todos os esforços, o Grupo está preocupado com o aumento dos impactos econômicos e sociais diretos e indiretos dos desastres, enquanto os investimentos na redução do risco de desastres e os esforços para reduzir o risco dos investimentos são inadequados. Os países em desenvolvimento exigem um ambiente global favorável que promova maior investimento em infraestrutura e construção de resiliência, sem aumentar os encargos da dívida que limitam o alcance do acesso ao financiamento. Como o relatório descreve, é imperativo abordar a lacuna de financiamento.

Os países em desenvolvimento necessitam de apoio adequado, sustentável e oportuno, por meio de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação adaptados às suas necessidades e prioridades, conforme refletido nos princípios da Estrutura de Sendai. Conforme evidenciado, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) voltada para a redução do risco de desastres quase não aumentou. O Grupo destaca a importância de mudar do gerenciamento de desastres e riscos para uma abordagem mais preventiva em todos os níveis.

Além disso, há escassez de dados de qualidade que impedem a redução efetiva do risco de desastres. Os dados e a capacidade de interpretá-los para uma tomada de decisão informada

e o desenvolvimento de políticas, especialmente nos países em desenvolvimento, são cruciais para garantir a integração efetiva da redução do risco de desastres, em vários setores.

O G-77 e a China consideram que se deva fortalecer os mecanismos de cooperação internacional, inclusive a Cooperação Sul-Sul e sua interrelação com agências e fundos das Nações Unidas, dentro de seus respectivos mandatos, a fim de aumentar substancialmente a disponibilidade e o acesso aos cuidados precoces multirrisco. sistemas de alerta e informações e avaliações de risco de desastres que possam apoiar os governos nacionais.

E finalmente, o G-77 e a China ressaltam que nas recomendações desta declaração política a ser adotada pela Reunião de Alto Nível sobre a Revisão Intercalar da Estrutura de Sendai em maio de 2023, não estão refletidas as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, apesar de serem o grupo de países mais vulneráveis a desastres, como evidenciado ano após ano.

### Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



Desde que assumiu a presidência do G-77, foi aberto uma conta nesta rede social para divulgar as principais atividades do Grupo, pelo Governo de Cuba.

Não só o Embaixador Pedro Luiz Pedroso Cuesta, representante de Cuba junto às Nações Unidas, como diversas autoridades governamentais do país está utilizando esta oportunidade de Cuba estar na presidência do G-77 para dar visibilidade através das redes sociais e destacar o país e as ações internacionais, especialmente dos Estados Unidos contra Cuba.



1) Cuba, como Presidente do G-77 e da China, apresentou a resolução intitulada “Dimensões sociais da nova parceria para o desenvolvimento da África” na 61ª Comissão de Desenvolvimento Social (CSocD) do ECOSOC que foi realizada entre 6 e 15 de fevereiro de 2023, dizendo: “Nossas nações irmãs da África podem sempre contar com nosso apoio e amizade”.

Cuba trabalhará incansavelmente de forma sempre construtiva para colocar em prática a visão transformadora defendida pelo G-77 + China, e promover as aspirações contidas na Agenda 2030 por meio de ações reais.

- 2) Para promover o G-77 e a presidência pró tempore de Cuba frente ao órgão, o país preparou um [Vídeo sobre o G-77](#)

- 3) Foi realizado no Instituto Superior de Relações Internacionais de Cuba, o Painel sobre o Grupo de 77+China e a Presidência de Cuba com a participação da *Vice-Ministra* das Relações Exteriores de Cuba, *Anayansi Rodríguez Camejo*.
- 4) [Cerimônia de inauguração](#) do stand do G-77+China na Feira Internacional do Livro de Havana, 2023.



5) No dia 15 de fevereiro de 2023, a Embaixadora de Cuba junto à UNESCO, Yahima Esquivel, se reuniu com o Sr. Firmin Edouard Matoko, Diretor Geral Adjunto de Relações Exteriores e Prioridade da África da UNESCO em que discutiram sobre a importância da cooperação Sul-Sul nos campos de competência da UNESCO e trocaram informações sobre várias iniciativas para promovê-la no âmbito da Presidência cubana do G-77 e a China.

O Sr. Matoko enfatizou que a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento é uma prioridade para a UNESCO. A Embaixadora Esquivel reafirmou que compartilhar boas práticas, mobilizar os financiamentos necessários e alinhar as prioridades comuns dos países em desenvolvimento é uma vontade compartilhada com a Presidência cubana do G-77+China.

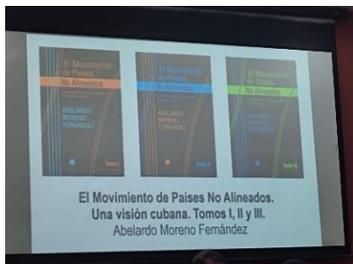
### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. Em 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

### **Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 01 e 28 de fevereiro de 2023**



1) No contexto da Feira Internacional do Livro de Havana, 2023, o diplomata e negociador [Abelardo Moreno Fernández](#) apresentou sua obra, *“El Movimiento de Países no Alineados: Una visión Cubana. Tomos I, II e III”*.

O Embaixador Abelardo tem uma vasta experiência no Ministério de Relações Exteriores de Cuba e trabalha há mais de 60 anos na área.

## Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados



Em 15 de fevereiro, Jeyran Jafarova, membro do grupo jovem do MNA, participou (por videoconferência) do evento sobre "O papel do acesso à tecnologia digital na construção da resiliência de mulheres, jovens e meninas a desastres". O evento foi organizado pela equipe de Redução de risco de Desastres da ONU Mulheres e pela Rede de Líderes Jovens e Jovens Profissionais (YLYP).

Em março de 2022, o Secretário Geral da ONU, António Guterres anunciou que as Nações Unidas liderariam novas ações para garantir que todas as pessoas na Terra estivessem protegidas por um sistema de alerta precoce a desastres, dentro de cinco anos. Ele encarregou a Organização Mundial de Meteorologia (WMO) de liderar esse esforço e apresentar um plano de ação na COP27 para atingir esta meta. O [Plano de Ação Executivo de Alerta para Todos 2023-2027](#) prevê novos investimentos da ordem de US\$ 3,1 bilhões ao longo de cinco anos para promover os quatro pilares do Sistema de Alerta de Riscos Múltiplos (MHEWS) sob uma perspectiva científica e técnica, política e financeira.

O plano exige uma estrutura adequada para integrar uma perspectiva de gênero na evolução tecnológica, abordar os impactos negativos das novas tecnologias sobre mulheres e meninas e garantir que a tecnologia e a inovação promovam a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os outros setores. Leia a [Nota Conceitual](#)



O **Movimento Jovem dos Não Alinhados** chamou a atenção para o dia 21 de fevereiro em que foi celebrado o Dia Internacional da Língua Materna.

De acordo com o [Ethnologue](#), existem mais de 7168 línguas no mundo. E de acordo com esta mesma fonte, 35% das crianças do mundo começam sua educação em um idioma desconhecido. A educação multilíngue baseada na língua materna durante os primeiros anos de escolaridade ajuda as crianças a aprender melhor.

A África tem a maior diversidade linguística do mundo. Mas os números mostram que apenas 1 em cada 5 crianças no continente é ensinada em sua língua materna.

A UNESCO pede aos países que implementem a educação baseada na língua materna. A educação multilíngue baseada na língua materna capacita cada menina e menino a aprender, prosperar e participar plenamente da sociedade.

O Capítulo Nacional do MNA Jovem na Venezuela realizou um evento dedicado ao Dia Internacional da Língua Materna com a comunidade Guazabara de língua indígena.

## Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

## Destaques do Centro Sul

- 1) No dia 20 de janeiro de 2023, o Centro Sul publicou o relatório do Segundo Fórum Global sobre Propriedade Intelectual, Acesso a Medicamentos e Inovação.

Para ler o relatório, [clique aqui](#)



- 2) O fracasso moral da OMS perante a negativa de estender as patentes. O Centro Sul publicou neste início de 2023, o livro em espanhol “O Debate sobre a isenção de direito de propriedade intelectual em tempos de pandemia” que analisa detalhadamente o processo de discussão em torno do tema da “renúncia”(waiver) do acordo TRIPS da OMC e estuda os antecedentes da proposta de renúncia, analisa os documentos apresentados pelas partes, analisa os argumentos apresentados a favor e contra a renúncia, os instrumentos propostos e também mostra como as diferentes posições se desenvolveram até que o acordo final fosse alcançado.

Para ler o livro, [clique aqui](#)

## Destaque do Centro Sul no Twitter



- 1) O Centro Sul destacou a atual briga judicial entre a Pfizer Inc (PFE.N) e sua parceira alemã BioNTech SE contra a Moderna Inc (MRNA.O) que corre no Supremo Tribunal de Londres em um processo de patente concorrentes sobre suas vacinas rivais contra o Covid-19. O julgamento deverá ocorrer em abril de 2024.

A Pfizer e a BioNTech processaram a Moderna em Londres em setembro de 2022, buscando revogar duas das patentes da Moderna em relação às suas vacinas de RNA mensageiro (mRNA).

- 2) No dia 9 de janeiro, o Centro Sul publicou uma [declaração sobre a extensão da isenção do acordo TRIPS](#) para diagnósticos e terapêuticas para o Covid-19



- 3) No dia 14 de fevereiro, o Centro Sul publicou um resumo de política que discute os embates atuais da cadeia de suprimentos e oferece opções concretas sobre como a Cooperação Sul-Sul pode apoiar o Sul Global na abordagem de comércio e segurança alimentar a curto, médio e longo prazo.

Para ler o resumo completo, [clique aqui](#).



- 4) O Centro Sul participou da reunião em Bellagio sobre "Nova abordagem para seguir com as ferramentas de combate à pandemia como bens comuns". A reunião foi presidida por Helen Clark da Fundação Helen Clark, para discutir com especialistas, acadêmicos e Organizações da Sociedade Civil, com o objetivo de definir e traçar uma alternativa para os fracassos do sistema de saúde global que gerou desigualdades escandalosas durante o Covid-19.

O Centro Sul apoiou os esforços para apresentar um ponto de vista alternativo e ajudar ativamente os países em desenvolvimento, que foram os mais afetados pela pandemia.

## Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G7 e G20 reunidos em Bangalore: nada de novo no front?

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

**O G7-** Na última quinzena houve 2 encontros dos ministros do G7. No dia 18, os ministros das relações exteriores se reuniram pela primeira vez, na Alemanha, durante uma visita do ministro



Yoshimasa Hayashi ao país para a Conferência de Segurança de Munique. Tendo completado 1 ano da Guerra da Ucrânia, a agenda do grupo das 7 maiores economias do mundo ainda gira em torno de sanções para frear a Rússia, principalmente diante da postura russa de descumprir o tratado de controle de armas com os EUA<sup>134</sup>. Além disso, discutiu-se o fornecimento de ajuda humanitária à Turquia e Síria diante dos últimos terremotos que assolaram ambos os países. Um outro encontro de relevância se deu em 23 de janeiro, em Bangalore, Índia, onde os Ministros das Finanças, Governadores de Bancos Centrais e Líderes de Organizações Internacionais se reuniram para reafirmar a atuação coordenada para cessar a guerra<sup>135</sup>.

Encontro dos Ministros das Relações Exteriores do G7 em Munique, Alemanha. 18/02/2023. Fonte: G7 Twitter.

As novidades acerca das sanções contra a Rússia envolvem o anúncio da Grã-Bretanha de um novo pacote de medidas que inclui a proibição da exportação de qualquer produto que a

<sup>134</sup> Putin culpa Ocidente por guerra e anuncia suspensão de tratado de armas nucleares com EUA. BBC. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw95w7ww310o>>. Acesso em: 25/02/2023.

<sup>135</sup> G7 finance chiefs to meet on Feb 23 to discuss measures against Russia. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g7-finance-chiefs-meet-feb-23-discuss-measures-against-russia-2023-02-21/>>. Acesso em: 25/02/2023.

Rússia venha a usar no esforço de guerra, e os EUA podem anunciar em breve novas medidas<sup>136</sup>. O Japão que, no mês passado já havia anunciado sanções contra a Rússia, como a proibição de algumas exportações – como drones que poderiam ser usados para fins militares –, e congelamento de bens de cerca de 120 autoridades e organizações russas<sup>137</sup>, anunciou sem detalhes que também considera novo pacote de sanções diante da recusa do país em mudar de posição. Um novo pacote de sanções por parte do Japão é aguardado, tendo em vista que as últimas ações tiveram impacto limitado, posto que empresas japonesas mantiveram participação em projetos de petróleo e gás russos<sup>138</sup>. Além disso, o primeiro ministro japonês, Fumio Kishida, prometeu o envio de US\$5,5 bilhões em ajuda à Ucrânia<sup>139</sup>.

Especialmente em Bangalore, os ministros acordaram apoio econômico à Ucrânia em um montante de US\$39 bilhões para 2023, juntamente a uma solicitação ao FMI de um programa para o país até o fim do mês de março. Com esse fundo, a Ucrânia espera receber US\$15 bilhões para cobrir reformas estruturais na reconstrução do país pós-conflito. Porta voz do G7, o Ministro das Finanças do Japão, Shunichi Suzuki, afirmou que precisa avaliar a eficácia das atuais medidas contra a Rússia antes de decidir sobre novas ações<sup>140</sup>. Em resposta aos resultados dos últimos encontros, Zelensky agradeceu e elogiou a postura da nova presidência do G7, e fez o convite para que o primeiro-ministro Fumio Kishida visitasse o país<sup>141</sup>, que prontamente aceitou como uma demonstração de solidariedade, como fez Joe Biden neste mês de fevereiro.

Em 1 ano de guerra, sem perspectivas de fim, o conflito impactou para além da perda de milhares de vidas, pessoas desabrigadas, feridos e deslocados, na inflação não só na Rússia como principalmente nos países europeus. Embora sanções sejam implementadas, a não adesão de todos os países, bem como a carência de uma alternativa de gás natural à Europa são fatores que enfraquecem a resposta dos países da OTAN. Já o Brasil participou ativamente da redação da resolução aprovada na Assembleia Geral da ONU e se apresentou como potencial mediador do conflito.<sup>142</sup>

---

<sup>136</sup> Japan planning new Russian sanctions with G7 partners. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/japan-preparing-new-russian-sanctions-with-g7-partners-2023-02-24/>>. Acesso em: 25/02/2023.

<sup>137</sup> Japan leads G7 to step up sanctions on Russia. TAIPEI TIMES. 2023. Disponível: <<https://www.taipetimes.com/News/world/archives/2023/02/26/2003795075>>. Acesso em: 25/02/2023.

<sup>138</sup> Ibid.

<sup>139</sup> Japan PM says to host G7 summit with Ukraine's Zelenskiy on Friday. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/japan-pm-says-g7-summit-with-ukraines-zelenskiy-friday-2023-02-20/>>. Acesso em: 25/02/2023.

<sup>140</sup> G7 raises Ukraine support to \$39 bln for 2023, urges IMF programme by March. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g7-raises-ukraine-support-39-bln-2023-urges-imf-programme-by-march-2023-02-23/>>. Acesso em: 25/02/2023.

<sup>141</sup> Ukraine grateful to Japan for its support, in particular within G7 – Volodymyr Zelensky. Ukraine presidency official website. 2023. Disponível em: <<https://www.president.gov.ua/en/news/ukrayina-vdyachna-yaponiyi-za-pidtrimku-zokrema-v-mezhah-g7-81253>>. Acesso em: 25/02/2023.

<sup>142</sup> Em 1 ano, a guerra na Ucrânia mudou a economia e a política na Europa. PODER 360. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/guerra-na-ucrania-muda-economia-e-politica-europeia-apos-1-ano/>>. Acesso em: 25/02/2023.

Encontro dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais em Bangalore, Índia. 23/02/2023. Fonte: G7 Twitter.



## G20

Aconteceu entre os dias 22 e 25 de fevereiro na cidade de Bangalore, na Índia, o primeiro grande evento do G20 deste ano: o encontro dos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais. A reunião contou com a presença de 72 delegações distribuídas entre membros do bloco, países convidados e organizações internacionais. As principais pautas discutidas foram em relação aos problemas da inflação global e da dívida pública, um financiamento adequado para combater as mudanças climáticas e questões referentes a uma maior regulamentação de criptomoedas<sup>143</sup>. Para além dos eventos paralelos articulados durante o período, o encontro foi dividido em três sessões principais, sendo elas: (i) o fortalecimento dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), (ii) o financiamento para as chamadas “cidades do futuro”; e (iii) o impulsionamento da infraestrutura pública digital (DPI, na sua sigla em inglês)<sup>144</sup>.

Em seu discurso de abertura, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, argumentou a favor de uma reforma das organizações globais de crédito, como o Banco Mundial, para solucionar a questão insustentável da dívida pública<sup>145</sup>. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), 15% dos países de baixa renda estão com dificuldades no pagamento e até 45% deles correm alto risco de ficar na mesma situação. A reestruturação da dívida tem sido uma das principais pautas levantadas pela gestão indiana no G20 e como reportado pela agência Reuters anteriormente ao encontro, a Índia está elaborando uma proposta para que os países

<sup>143</sup> UPDATE 2-G20 finance chiefs to discuss debt, crypto, inflation. **Reuters**. 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/g20-india-idAFL1N3510ED>. Acesso em: 24 fev. 2023.

<sup>144</sup> 1st G20 Finance Ministers & Central Bank Governors and 2nd G20 Finance & Central Bank Deputies Meetings from 22nd-25th February 2023 in Bengaluru. **G20**. 19 fev. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/february-23/fmcbg/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

<sup>145</sup> Modi calls for World Bank reform at G20 finance meet. **AFP**. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20230224-modi-calls-for-world-bank-reform-at-g20-finance-meet>. Acesso em: 24 fev. 2023.

do bloco ajudem as nações devedoras e pressionem os credores para melhores condições de empréstimos, inclusive para as nações de renda média<sup>146</sup>.

**Imagem 1** Primeiro Encontro de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20



Fonte: Reuters, 2023.

Tais preocupações foram reafirmadas por outras delegações, como no caso do Brasil. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expressou a preocupação do governo brasileiro com o endividamento dos países pobres e com as elevadas taxas de juros praticadas. As reformas em organismos multilaterais de crédito também foram defendidas pelo ministro, sobretudo como uma forma de canalizar recursos para o combate à pobreza, à fome e às mudanças climáticas<sup>147</sup>. Válido frisar que, para o Brasil, a participação nesse encontro marca um momento de retorno do país para o fórum e uma preparação para que assuma a presidência do bloco em dezembro. Como destacou Haddad, o Brasil estava isolado de várias nações importantes e agora o mundo pode celebrar o fato de que o país voltou à mesa de negociação<sup>148</sup>.

Tendo em vista o peso que a agenda econômica possui e as dificuldades impostas globalmente pela guerra na Ucrânia, existiam grandes expectativas para a realização do encontro – que ocorreu no momento em que o conflito completou um ano de duração e que as sanções contra Moscou foram intensificadas<sup>149</sup>. Desde que a contenda teve início, diversos problemas ocasionados pela pandemia, como a desaceleração do crescimento econômico e

<sup>146</sup> Exclusive: G20 host India to propose China, other creditors take haircuts on loans. **Reuters**. 15 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/g20-host-india-propose-china-other-creditors-take-haircuts-loans-sources-2023-02-15/>. Acesso em: 24 fev, 2023.

<sup>147</sup> No G20, Haddad expressa preocupação com dívida de países pobres e juros elevados. **Uol**. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/02/24/no-g20-haddad-expressa-preocupacao-com-divida-de-paises-pobres-e-juros-elevados.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>148</sup> Ida a G20 prepara terreno para que Brasil assuma presidência do grupo, diz Haddad. **Estadão**. 17 fev. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/02/17/ida-a-g20-prepara-terreno-para-que-brasil-assuma-presidencia-do-grupo-diz-haddad.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>149</sup>G20 discute guerra na Ucrânia enquanto Ocidente aumenta as sanções. **Uol**. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/02/24/g20-discute-guerra-na-ucrania-enquanto-ocidente-aumenta-as-sancoes.htm>. Acesso em: 25 fev. 2023.

interrupções nas cadeias de suprimentos, foram intensificados e poucos foram os avanços do G20 nessas temáticas. É fato que o conflito causou grandes cisões dentro do bloco que impediram que um consenso e ações concretas fossem alcançadas. Na gestão passada, os encontros de finanças foram palco de diversos embates entre os membros do grupo que se dividem entre uma postura neutra em relação ao conflito e uma abordagem condenatória do papel da Rússia.

Dessa vez, os resultados não foram diferentes e os membros de igual forma não chegaram a um consenso ao final da reunião. Na ausência de uma declaração conjunta, o G20 publicou apenas um sumário com os principais pontos discutidos ao longo dos dias. Em relação ao conflito, o documento destaca que a maioria dos membros condena a guerra na Ucrânia, apesar da existência de opiniões e avaliações divergentes sobre a situação e o uso de sanções. Ainda, reconhece que o G20 não é um fórum para resolver questões de segurança, embora as mesmas provoquem consequências significativas para a economia global<sup>150</sup>.

Um dos principais impasses que dificultou uma maior cooperação foi em relação à escolha do termo para se referir a situação na Ucrânia. Autoridades presentes relataram que a Índia estava relutante em utilizar a palavra “guerra” nos comunicados e que até mesmo no discurso de abertura o país se mostrou avesso a citar o conflito<sup>151</sup>. O primeiro-ministro indiano chegou a pedir que as discussões fossem concentradas nos cidadãos mais vulneráveis e “em uma série de outros desafios que a economia global enfrenta”<sup>152</sup>. É importante mencionar que a relutância da Índia ao usar o termo condiz com a sua postura em relação ao conflito e a recusa em culpar o lado russo pela invasão. No entanto, a relação próxima entre os países deve ser mencionada, já que a Rússia é um dos principais parceiros comerciais da Índia e no último ano o país aumentou a importação de petróleo russo.

À vista disso, já havia o indicativo de que alguns países, como a Alemanha e a França, não assinariam o comunicado conjunto caso não houvesse a mesma linguagem adotada na declaração da Cúpula de Bali, que ocorreu em novembro do ano passado. Na ocasião, os países publicaram um documento destacando que, a despeito da Rússia e da China, “a maioria dos membros do G20 condena a guerra na Ucrânia”. O ministro francês da Economia e das Finanças, Bruno Le Maire, chegou a dizer que não aceitariam qualquer retrocesso nesse sentido<sup>153</sup>.

Como resposta aos acontecimentos, o governo russo lamentou em comunicado do Ministério das Relações Exteriores que os países ocidentais continuem a desestabilizar o G20 e utilizá-lo de uma forma anti Rússia. De acordo com a nota: “ao impor mediante chantagem uma

---

<sup>150</sup>CHAIR SUMMARY & OUTCOME DOCUMENT OF THE G20 FMCBG. **G20**. 25 fev. 2023. Disponível em: [https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty\\_new/document/1st%20FMCBG%20Chair%20Summary.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/1st%20FMCBG%20Chair%20Summary.pdf). Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>151</sup> G-20 Host India Resists Calling Russia’s War a ‘War’. **Bloomberg**. 23 fev. 2023. Disponível em: [https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-02-22/india-doesn-t-want-to-call-russia-s-war-a-war-at-g-20?utm\\_campaign=socialflow-organic&cmpid=socialflow-twitter-business&utm\\_content=business&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter](https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-02-22/india-doesn-t-want-to-call-russia-s-war-a-war-at-g-20?utm_campaign=socialflow-organic&cmpid=socialflow-twitter-business&utm_content=business&utm_medium=social&utm_source=twitter). Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>152</sup> India’s Modi asks G20 finance heads to focus on ‘most vulnerable’. **Aljazeera**. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/24/indias-modi-asks-g20-finance-heads-to-focus-on-most-vulnerable>. Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>153</sup> France won't sign G20 communique unless it strongly condemns Russia. **Reuters**. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/french-finance-minister-says-g20-must-condemn-russia-ukraine-war-2023-02-24/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

interpretação sobre a situação na Ucrânia, o ocidente mais uma vez minou a aprovação de decisões coletivas<sup>154</sup>.

Na medida em que os impasses e divergências provocados essencialmente pela situação na Ucrânia continuam a ser uma realidade no G20 e impedem que soluções concretas sejam tomadas, é interessante lembrar que o fórum foi criado justamente como um mecanismo para solucionar crises econômicas passadas. O que faz então que o G20 agora não consiga desempenhar esse papel? As crises são mais complexas ou falta vontade política por parte dos membros? Ainda que não existam respostas absolutas para essas questões e a conjuntura atual apresente novas e diferentes particularidades, é inegável que ignorar a realidade da situação e não abordá-la pelo nome correto, uma guerra, não parece ser um caminho promissor para a presidência indiana. Além disso, ao restringir o papel do bloco enquanto um fórum puramente econômico que não lida com questões securitárias, ainda que as mesmas afetem a economia, questiona-se o real entendimento e adequação do G20 à transversalidade contida em documentos considerados pilares como a Agenda 2030. Se um dos objetivos dessa nova gestão é atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), esse argumento deve ser deixado de lado. Caso contrário, o G20 corre o risco de retroceder e cada vez mais enfraquecer o papel do multilateralismo no cenário internacional. Apesar disso, o saldo inconclusivo ou negativo desse primeiro encontro não precisa ser mantido e ainda há espaço para que a Índia possa recalcular a rota em direção a uma melhor administração.

#### **OCDE - Preocupantes desafios atuais e riscos futuros: ainda é possível mudar?**

Entre os dias 9 e 10 de fevereiro, ocorreu a reunião inaugural do Fórum Inclusivo sobre Abordagens de Mitigação de Carbono (IFCMA, na sigla em inglês)<sup>155</sup>. O evento reuniu mais de seiscentos altos funcionários de governos, delegações representando cento e três países e jurisdições e nove organizações internacionais e tinha como objetivo avançar nas discussões de abordagens e políticas para ajudar a melhorar o impacto global dos esforços de redução de emissões no mundo por meio do compartilhamento de dados e informações, aprendizado mútuo baseado em evidências e diálogo multilateral inclusivo. É interessante ressaltar que juntos, os países participantes da reunião inaugural respondem por mais de 90% do PIB mundial e cerca de 85% das emissões globais de carbono.

Dessa forma, a iniciativa do fórum busca tanto ajudar formuladores de políticas a mostrar e discernir boas práticas e adotar e adaptar políticas de mitigação que melhor atendam aos objetivos e circunstâncias particulares de suas localidades, como também gerar e promover informações comparáveis e de alta qualidade para o estudo e balanço dos instrumentos dessas políticas, no desenvolvimento de metodologias de avaliação, no diálogo multilateral inclusivo e em recomendação de pacotes de políticas. Entretanto, frisa-se que não caberá ao IFCMA o estabelecimento de padrões ou de ranqueamento em classificações de países.

---

<sup>154</sup> Russia regrets West's destabilization of G20 activity — Foreign Ministry. **TASS**. 25 fev. 2023. Disponível em: <https://tass.com/russias-foreign-policy/1581585>. Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>155</sup> New OECD Forum to help optimise global emissions reductions through data sharing, mutual learning and dialogue. **OCDE**. 10 fev 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/new-oecd-forum-to-help-optimise-global-emissions-reductions-through-data-sharing-mutual-learning-and-dialogue.htm>>. Acesso em: 24 fev 2023.

**Figura 1:** Participantes da Primeira Reunião do IFCMA



Fonte: OCDE, 2023.

No que concerne às atualizações relevantes aos temas relacionados diretamente à saúde, duas publicações são aqui ressaltadas. A primeira é o estudo chamado “Step Up! Tackling the Burden of Insufficient Physical Activity in Europe”, realizado em conjunto com a OMS e que apela aos formuladores de políticas de países membros da União Europeia para que intensifiquem as respostas políticas a fim de estimular a atividade física de suas populações<sup>156</sup>. O relatório revela que um em cada três europeus adultos não atende às diretrizes de atividade física propostas pela OMS e quase nunca pratica esportes ou mesmo se exercita. Isso pode vir a afetar não só a própria saúde mental e física dessa pessoa em sua vida particular, como também implica, visto as proporções dos dados evidenciados, em sua relação com o aumento no número de casos de doenças não transmissíveis (como câncer, doenças cardiovasculares, depressão, diabetes tipo 2 e outros), em maiores gastos públicos com saúde no presente e no futuro e em efeitos negativos nas taxas de mortalidade<sup>157</sup>.

Dessa maneira, ao chamar a atenção sobre a problemática situação, a pesquisa aponta que com o fomento de atividades físicas de acordo com os níveis recomendados pela OMS, que são 150 minutos semanais de exercícios de intensidade moderada, é possível prevenir anualmente mais de dez mil casos de mortes prematuras e evitar mais de onze milhões de novos casos de doenças não transmissíveis até 2050. Há também menção de outros benefícios potenciais no caso da adoção de tais políticas, como, por exemplo, impactos positivos na economia, menores gastos públicos e populacionais com saúde, maiores expectativas de vida e efeitos positivos no meio ambiente devido a reduções de emissões de gases, aumento de espaço verde e maior proatividade em transporte.

---

<sup>156</sup> OCDE; OMS. **Step Up! Tackling the Burden of Insufficient Physical Activity in Europe**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/500a9601-en>>. Acesso em: 24 fev 2023.

<sup>157</sup> New WHO/OECD report: increasing physical activity could save the EU billions annually. **OMS**. 17 fev 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/europe/news/item/17-02-2023-new-who-oecd-report--increasing-physical-activity-could-save-the-eu-billions-annually>>. Acesso em: 24 fev 2023.

Já a outra publicação é o estudo “Ready for the Next Crisis? Investing in Health System Resilience”, que procura evidenciar não só a importância de sistemas de saúde resilientes devido a grande possibilidade e materialidade de futuros choques (como pandemias, crises econômicas ou efeitos das mudanças climáticas), mas a necessidade de revisões após o legado do conhecimento acumulado de suas vulnerabilidades e seus efeitos ainda presentes no cotidiano, o estímulo para o desenho de profilaxias e maiores investimentos para o sucesso de sua resiliência<sup>158</sup>. Desse modo, a partir da experiência coletiva com a emergência e crise da pandemia de COVID-19 e a evidente não resiliência suficiente dos sistemas de saúde dos países e problemáticas de subinvestimento, despreparo geral e falta de pessoal, o estudo analisa e traça aprendizados e os aplica para conceber recomendações de políticas para garantir que a comunidade global esteja mais pronta para a próxima crise e seus desafios impostos. Tais revisões e recomendações fornecidas abrangem orientações sobre questões de sistema de saúde – incluindo força de trabalho, digitalização e infraestrutura digital, continuidade de cuidados e saúde mental – e outros tópicos conexos, como cuidados de longo prazo, cadeias de abastecimento, governança, participação e cooperação internacional<sup>159</sup>.

Na esteira de tais discussões, outra publicação também relevante publicada no período analisado deste informe é o “Development Co-operation Report 2023: Debating the Aid System”<sup>160</sup>, edição que marca o 60º aniversário do Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento. Nele, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico revisa o ecossistema de ajuda internacional, suas mudanças fundamentadas em crises, alterações geopolíticas e em críticas sobre o legado colonial e racismo enraizados no setor e os atuais modelos de cooperação para o desenvolvimento, fazendo um balanço de seus desafios e propondo caminhos de inovação a partir de quatro linhas de ação para manter a cooperação relevante e impactante em meio aos desafios contemporâneos e futuros: (i) desbloquear o progresso para cumprir os compromissos já existentes; (ii) apoiar a transformação liderada localmente nos países parceiros; (iii) modernizar modelos de negócios e práticas de gestão financeira; e (iv) reequilibrar as relações de poder na tomada de decisões e parcerias internacionais. Tais esforços têm, assim, potencial de alterar as dinâmicas políticas, sociais e econômicas em favor de construção de meios para atingir compromissos de bem-estar já firmados, além de serem oportunos para maximizar oportunidades e se inovar com, por exemplo, uma maior flexibilidade em instrumentos de assistência e cooperação, implicar no aumento da ocorrência e de atores participantes em cooperações para o desenvolvimento e também minimizar a pobreza e a desigualdade mundial.

O destaque final deste informe, portanto, é a publicação no portal digital da organização da Declaração do Secretário-Geral da OCDE sobre o conflito na Ucrânia após o aniversário de um ano do início da invasão russa em território ucraniano<sup>161</sup>. Ao longo do texto, é possível observar a forte condenação pelos atos, violações e agressões praticadas pela Rússia, assim

---

<sup>158</sup> OCDE. **Ready for the Next Crisis? Investing in Health Systems Resilience**. OECD Health Policy Studies. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/1e53cf80-en>>. Acesso em: 24 fev 2023

<sup>159</sup> Boosting investment in health systems will be essential to deal with future shocks, says OECD. **OCDE**. 23 fev 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/boosting-investment-in-health-systems-will-be-essential-to-deal-with-future-shocks.htm>>. Acesso em: 24 fev 2023.

<sup>160</sup> OCDE. **Development Co-operation Report 2023: Debating the Aid System**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/f6edc3c2-en>>. Acesso em: 24 fev 2023.

<sup>161</sup> Statement by the OECD Secretary-General on Ukraine. **OCDE**. 24 fev 2023. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/statement-by-the-oecd-secretary-general-on-ukraine-24-02-2023.htm>>. Acesso em: 24 fev 2023.

como o reforço no posicionamento de solidariedade e favorecimento pelo lado ucraniano, acentuando os esforços já feitos e também os futuros em apoio ao governo e sua população. Também foi enfatizado o reconhecimento formal do país como membro em potencial para o grupo intergovernamental, estreitando e possibilitando maiores diálogos e trocas entre ambos para a reconstrução e recuperação do país em conformidade com os padrões esperados por um futuro membro da OCDE.

## **BRICS tentam buscar soluções para a guerra da Ucrânia**

*Claudia Hoirsch*

### **Ministro do Desenvolvimento brasileiro se reúne com embaixador chinês e forma parceria para eliminar a pobreza**

O encontro do dia 31 de janeiro, foi uma forma de retornar as boas relações entre o Brasil e China, além de debater caminhos para o desenvolvimento social do Brasil, propulsor do desenvolvimento econômico.

A China é hoje uma âncora para o desenvolvimento mundial. O ministro brasileiro destacou que o presidente Lula estreitou muito a relação com a China e Xi Jinping, desde seu primeiro mandato por meio de visitas, acordos bilaterais e várias posições conjuntas com o compromisso de erradicar a miséria e a pobreza. Somente a China conseguiu arrancar da pobreza mais de 800 milhões de pessoas ao investir milhões de dólares na construção de estradas e moradias em zonas rurais e dar acesso à internet a vilarejos remotos<sup>162</sup>. Além da China ter experiência na retirada de pessoas da situação de pobreza extrema, soube fazer crescer a classe média.

### **Na pauta da viagem de Lula a Pequim, discussão de acordos de CT&I**

A visita de Lula está prevista para final de março. O presidente levará a mensagem que o Brasil quer melhorar as relações bilaterais, um país preocupado com o alívio à pobreza e com a proteção ambiental, voltará a ser um parceiro atrativo, um fornecedor de commodities agrícolas e minerais, com a inclusão digital e a reindustrialização. Os dois países discutirão uma solução para o conflito na Ucrânia e acordos de cooperação em CT&I.

### **Banco dos BRICS: Primeira mulher brasileira a dirigir um banco multilateral**

O Brasil já tem o aval dos demais países para a nomeação da ex-presidente Dilma Rousseff que substituirá Marcos Troyjo, atual presidente do NDB. A gestão de Troyjo terminaria em 2025.

Dilma Rousseff deverá integrar a comitiva de Lula à China que tem como um dos objetivos sacramentá-la na presidência do NBD. A indicação de Dilma para presidir o Banco seria uma forma de aproximar o Brasil da China já que a ex-presidente mantém boas relações com Xi Jinping que estava no poder durante seu mandato. Uma vez empossada, será a 1ª mulher brasileira a dirigir um banco multilateral. O NBD é um dos oito grandes bancos de desenvolvimento mundiais, ao lado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Europeu de Investimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento e Banco Mundial (BM).

O Banco dos Brics tem uma carteira que soma US\$ 32,8 bilhões financiados em 96 projetos pelo mundo. A meta do Banco é investir, além dos valores já aplicados nesses projetos, mais cerca de US\$ 30 bilhões até 2026. À frente do Banco, Dilma terá como missão mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos Brics e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento.

---

<sup>162</sup> [Ministro do Desenvolvimento se reúne com embaixador chinês e forma parceria para eliminar a pobreza - Diplomacia Business](#)

O foco do NBD é o financiamento de projetos que incluem saneamento básico, energia limpa e eficiência energética, infraestrutura de transportes, proteção ambiental, infraestrutura social e digital. Tanto empresas privadas quanto órgãos públicos podem ter empréstimos aprovados pelo Banco dos Brics.

Entre alguns dos grandes projetos aprovados pelo Banco em 2022 estão a construção de uma linha de metrô na Índia e uma ponte rodoviária na China. O Brasil já recebeu US\$ 5 bilhões desde a fundação do Banco. Em 2020, o Brasil conseguiu US\$ 1 bilhão em recursos do NBD para ações contra os efeitos da pandemia de Cov-19 e realizou pagamentos de auxílio emergencial para a população de baixa renda. Já foram aprovadas ações para obras de saneamento básico, melhorias no transporte público (BRT), iluminação pública e construção de uma usina de energia fotovoltaica (placas solares constituídas por células fotovoltaicas).

O NBD é o banco multilateral em que o Brasil tem a maior quantidade de ações, 20%; no BID tem 11,35% e no BM, 2,21%.

Recentemente a instituição que fica sediada em Xangai (China) admitiu como novos membros Bangladesh, Egito, EAU e Uruguai.

### **Zelensky quer organizar uma Cúpula entre países da AL e Ucrânia e a Rússia avalia a proposta de Lula para criar Clube de países pela Paz**

Lula pretende abordar uma solução para o conflito na Ucrânia na viagem de março para Pequim ao mesmo tempo que foi convidado para ir à Ucrânia dar assistência para Zelensky iniciar conversas com a AL. O presidente ucraniano, em sua longa entrevista coletiva que marcou o aniversário da invasão russa, fez acenos para a África, AL, China e Índia<sup>163</sup>. Se no primeiro ano de guerra o foco foi buscar apoio dos EUA e seus aliados ocidentais, agora Zelensky volta-se para o sul global, buscando reverter a neutralidade relativa daqueles países diante de uma guerra que consideravam distante. Zelensky deseja “organizar uma cúpula entre os países da AL e a Ucrânia” para tratar de negociações de paz” e contrabalançar a influência da Rússia na região.

Via de regra, os países latino-americanos tendem a condenar a invasão russa mas não adotam sanções contra a Rússia mantendo suas relações comerciais, recusam-se a enviar armas ou outras tecnologias bélicas para a Ucrânia e defendem uma solução negociada e a interrupção mútua das agressões.

Lula apresenta-se como um possível mediador para o conflito, propondo a criação de um grupo formado por países não envolvidos na Guerra da Ucrânia, dispostos a negociar a paz. A proposta de Lula, feita inicialmente ao premiê alemão, Olaf Scholz e levada ao presidente Biden em visita à Casa Branca incluirá países que tenham participação no cenário internacional, como Índia e China e que conversarão com as duas partes. A idéia foi recebida de forma fria

---

<sup>163</sup> Para entender melhor o posicionamento dos países no que diz respeito ao conflito deu-se de três formas diferentes: os que apoiam a Ucrânia, os aliados de Putin, e aqueles que não querem se envolver diretamente e buscam dialogar com os dois lados. Dentre os aliados da Ucrânia estão os países do G7 e da UE, em um bloco de 50 países que oferece apoio militar à Kiev. Dentre os aliados de Putin estão o Irã, a Síria e a Bielorrússia. E os que evitam tomar partido incluem todos os outros como o Brasil, que buscam fazer negócios com os dois lados e evitam maior envolvimento. Nas resoluções sobre a guerra na AGNU, há abstenções de países de peso como China, Índia e África do Sul. Na ONU o Brasil votou contra a invasão e contra a Rússia, com exceção da sessão de 7 de abril, quando se absteve de suspender a Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

pelos dois líderes que mantém como posição buscar derrotar a Rússia militarmente, mas o Kremlin tomou nota das propostas brasileiras.

A Rússia valoriza a posição equilibrada do Brasil que se recusou a vender munição para a Alemanha repassar à Ucrânia e rejeitou medidas de coerção tomadas pelos EUA e seus satélites contra a Rússia. O Brasil foi um dos 141 países que condenaram a invasão russa em votação na ONU, mas recusou-se a adotar o regime de sanções econômicas liderado pelo Ocidente contra a Rússia. No dia 23/2 também foi um dos 141 países a apoiar a resolução pedindo o fim do conflito e teve participação específica no parágrafo 5º do texto, que reitera a necessidade de desocupação imediata da Ucrânia. África do Sul, Índia e China se abstiveram, defendendo uma solução pacífica negociada. O presidente ucraniano também instou China e Índia a se juntarem por uma busca da paz. Os dois países não enviaram armas a Moscou mas aumentaram suas importações de produtos russos, sobretudo combustíveis para amortecer a eficácia das sanções ocidentais.

Desde janeiro, Lula vem cobrando que Xi Jinping se envolva para tratar do problema geopolítico e humanitário. Pequim apresentou uma iniciativa com doze propostas para a Paz que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), os EUA e a União Europeia descartaram imediatamente alegando que a China não é neutra na guerra já que mantém uma “neutralidade pró-Rússia”. A proposta declara a defesa da integridade territorial (sem esclarecer como) e um cessar-fogo que congelaria as tropas russas em suas atuais posições no território ucraniano. Zelensky disse que a declaração “respeita a integridade territorial da Ucrânia” mas a Rússia entende de outra forma, ao comentar que a proposta chinesa reconhece “novas realidades territoriais” na Ucrânia, ou seja, as regiões anexadas de Zaporíjia, Kherson, Donestk e Luhansk lhe pertencem.

Xi Jinping planeja visitar a Rússia em abril ou início de maio para pressionar Putin a não usar armas nucleares e se engajar em negociações de paz com a Ucrânia. O governo chinês demonstra preocupação com a escalada do conflito e tem adotado um discurso que pede pela garantia da paz e estabilidade global. Essa será a 1ª vez que Xi irá à Rússia desde o início da guerra na Ucrânia. Volodymyr Zelensky anunciou que existe uma previsão de uma reunião com Xi, que “será importante para a segurança mundial”.

### **Objetivo dos EUA é deixar Brasil fora do BRICS, minando a relação de Lula com Pequim e Moscou**

Apesar de o retorno de Lula prever uma reaproximação do Brasil com os BRICS, mencionada pelo presidente em seu discurso de posse, essa situação pode enfrentar obstáculos provocados pelos EUA.

Se a integração dos países da América Latina com outras potências mundiais não é vista com bons olhos por Washington, o caso do Brasil e sua participação nos BRICS é considerado uma ameaça ainda maior.

O grande inimigo externo dos EUA hoje é a China. Essa é uma questão do Departamento de Estado, e não só do governo Biden. Por isso os BRICS se tornam um problema direto, mais do que a integração latino-americana.

O ímpeto de Lula de buscar o fortalecimento dos BRICS terá que superar as tentativas de boicote por parte de Washington. Como o Brasil é uma liderança natural da América do Sul,

o fato de o país estar nos BRICS sempre vai ser um problema para os EUA, que vão tentar bombardear essa relação.

Para os EUA, a entrada da Rússia e da China na América Latina tem que ser combatida. Por isso eles não podem deixar que o Brasil continue fazendo parte dos BRICS.

Da mesma forma, não interessa à Washington ter uma AL unida por governos de esquerda nem de extrema-direita (que está fora de controle na região). A integração sempre vai ser um problema, mas agora é um problema menor.

## Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

*Sebastián Tobar e Miryam Minayo*

Nas últimas semanas, as movimentações políticas em torno a integração regional como ocorreu em janeiro com a retomada do protagonismo do Brasil e a Cúpula da CELAC de janeiro estiveram mais arrefecidas. Em contrapartida, as repercussões internacionais de assuntos internos de alguns países receberam destaque e ocuparam a maior parte deste relatório.

O governo de Daniel Ortega e Rosario Murillo, na Nicarágua, completou em duas semanas sua mais recente ofensiva contra vozes críticas dentro e fora da Nicarágua.

Primeiramente, 222 opositores que estavam presos foram declarados apátridas e deportados para os Estados Unidos. Em seguida, 94 dissidentes tiveram seus direitos civis banidos, os despojaram da nacionalidade nicaraguense e tiveram seus bens confiscados em benefício do governo. As reações internacionais diante desses graves atos foram brandas e são mencionadas mais adiante.

Já o Peru segue sofrendo com as instabilidades sociais, agravadas com a destituição do ex-presidente Pedro Castillo. Diante da reação brutal da polícia contra os manifestantes, o presidente colombiano manifestou seu repúdio com expressões que desagradaram o governo de Dina Boluarte, levando o Congresso a considerá-lo *persona non grata*.

As tensões não ocorreram apenas com o país vizinho, o presidente do **México**, Manuel López Obrador, não poupou palavras contra a nova presidente peruana e deixou clara a sua recusa em passar a presidência pro tempore da Aliança do Pacífico ao Peru, ato previsto para este ano dentro do mecanismo. Em resposta, Lima reduziu as relações diplomáticas com o México a gestões de negócios, aposentando o embaixador peruano na capital mexicana.

No que concerne aos organismos regionais, alguns importantes acontecimentos no âmbito da CEPAL, SEGIB e ORAS-CONHU também tiveram lugar no período e serão detalhados a seguir.

### **CEPAL: comemora 75 anos de existência**

A Comissão Econômica para a América Latina foi criada por resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 25 de fevereiro de 1948 e começou a funcionar em Santiago no mesmo ano. A CEPAL foi fundada com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar ações voltadas para sua promoção e fortalecer as relações econômicas dos países entre si e com as demais nações do mundo.

Mais tarde, em 1984, foi estendido aos países do Caribe o Conselho decidiu que passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, sendo uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas.

Segundo o Secretário Executivo da instituição, José Manuel Salazar-Xirinachs, “ao longo dos anos, a CEPAL conseguiu atualizar seu pensamento para as realidades em transformação, traçando rumos e iluminando abundantemente as opções e prioridades para o progresso de nossas nações”.

A comissão regional lançou hoje um site especial que analisa suas origens, a evolução de seu pensamento e as atuais prioridades institucionais. Descreve-se o modelo centro-periferia e industrialização dos anos 1950; as reformas estruturais para o desenvolvimento regional na

década de 1960; estilos de desenvolvimento da década de 1970; a crise da dívida da década de 1980; a transformação produtiva com equidade dos anos 90; a tríade globalização, desenvolvimento e cidadania dos anos 2000; igualdade no centro do desenvolvimento sustentável na década de 2010; e a transformação do modelo de desenvolvimento em um modelo mais produtivo, inclusivo e sustentável, na década de 2020.

Os 33 países da América Latina e Caribe são membros da CEPAL, junto com algumas nações da América do Norte, Europa e Ásia que mantêm laços históricos, econômicos e culturais com a região. No total, são 46 Estados membros e 14 membros associados, situação jurídica acordada para alguns territórios não independentes do Caribe.

#### **CEPAL: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe 2022<sup>164</sup>**

O Anuário Estatístico da América Latina e Caribe da CEPAL apresenta um conjunto de estatísticas básicas sobre a situação econômica, sociodemográfica e ambiental da região em um determinado período. Esta informação faz parte do conjunto de estatísticas disponíveis no CEPALSTAT, o portal da CEPAL para bases de dados e publicações estatísticas.

A atual edição do Anuário contém dados disponíveis até meados de dezembro de 2022. O Anuário é composto por três capítulos. No primeiro são apresentados indicadores demográficos e sociais, inclui informações estatísticas sobre população, trabalho, educação, saúde, habitação e serviços básicos, pobreza e distribuição de renda e gênero.

O segundo capítulo contém estatísticas econômicas sobre comércio internacional, balanço de pagamentos e preços domésticos, bem como contas nacionais (expressas em dólares). E, o último, apresenta as informações quantitativas disponíveis sobre o meio ambiente referentes às condições físicas, cobertura do solo, biodiversidade, qualidade ambiental, energia, recursos biológicos e hídricos, emissões atmosféricas, eventos naturais extremos e desastres, regulamentação e governança ambiental e assentamentos humanos.

#### **SEGIB: relatório “Uma Cooperação Triangular Inovadora para uma Nova Agenda de Desenvolvimento”<sup>165 166</sup>**

No dia 22 de fevereiro, a secretária de Cooperação Ibero-Americana, Lorena Larios, inaugurou no México o fórum Cooperação Triangular Inovadora para uma Nova Agenda de Desenvolvimento, organizado pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), em colaboração com a Agência Mexicana de Cooperação para o Desenvolvimento (AMEXCID) e a Agência de Cooperação da União Europeia.

Durante o evento foi apresentada o relatório *Uma Cooperação Triangular Inovadora para uma nova Agenda de Desenvolvimento*, em que são abordados questões relevantes para o reforço da Cooperação Triangular (CT) como instrumento de cumprimento da Agenda 2030.

O relatório inclui os principais achados de três estudos específicos sobre CT, todos publicados em espanhol, português e inglês. A primeira delas trata da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) e da Agenda 2030; o segundo, o Cooperação Sul-Sul e Triangular realizado pelos municípios e prefeituras, enquanto o terceiro trata Cooperação Sul-Sul e Triangular para

---

<sup>164</sup><https://www.cepal.org/es/publicaciones/48706-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2022-statistical-yearbook-latin>

<sup>165</sup> <https://www.segib.org/la-segib-presenta-el-informe-una-cooperacion-triangular-innovadora-para-una-nueva-agenda-de-desarrollo/>

<sup>166</sup> <https://www.segib.org/cumbres-iberoamericanas/camino-a-la-xxviii-cumbre/>

ou com populações indígenas. O documento também incorpora resultados de análises específicas complementares sobre os desafios da Cooperação Triangular na Ibero-América.

A Secretária para a Cooperação Ibero-Americana, Lorena Larios, destacou a importância da aliança estratégica com a União Europeia para contribuir para a sistematização e geração de conhecimento sobre este tipo de cooperação: “O que todos procuramos é que a cooperação triangular, sendo um complemento – e não um substituto da ajuda oficial ao desenvolvimento, contribua substancialmente para o desenvolvimento humano sustentável e justo da nossa região”, sublinhou.

Larios lembrou que na última década foram desenvolvidos mais de 1.000 projetos de Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América, dos quais 100 deles no ano passado, conforme indica o relatório que será apresentado na Cúpula Ibero-Americana de Chefes e Chefes de Estado que se realizará em Santo Domingo nos dias 24 e 25 de março e que será abordada a seguir.

### **SEGIB: XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo - Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável**

A XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo será realizada nos dias 24 e 25 de março de 2023, em Santo Domingo, na República Dominicana, sob o lema “Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável”.

Na Cúpula, as vinte e duas nações adotarão quatro instrumentos por meio dos quais a Ibero-América se posicionará e proporá soluções para alguns dos principais desafios da região:

(1) Carta Ibero-Americana do Meio Ambiente, que consolida a visão compartilhada diante dos desafios da mudança climática, da perda de biodiversidade e da poluição, e estabelece diretrizes para orientar a regulamentação e as políticas públicas nestas matérias.

(2) Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos Digitais, que coloca as pessoas no centro da transformação digital inclusiva, aborda as lacunas existentes e evita novas, e promove princípios que os Estados devem ter em mente ao implementar as legislações nacionais e implementar políticas públicas políticas.

(3) Estratégia para alcançar a segurança alimentar, que propõe, entre outras medidas, aumentar o comércio intrarregional e desenvolver cadeias produtivas mais resilientes, consolidar a agricultura familiar, ampliar o acesso a financiamentos para transformar os sistemas agroalimentares e fortalecer a infraestrutura digital rural.

(4) Comunicado Especial sobre Arquitetura Financeira Internacional, que sistematiza uma proposta de caminhar para um sistema financeiro internacional mais justo, inclusivo e flexível, que permita aos países ibero-americanos enfrentar melhor os processos de recuperação pós-pandemia, transição, adaptação climática e luta contra a desigualdade.

Os instrumentos não estão ainda disponíveis para consulta no site da SEGIB.

### **ORAS-CONHU: Reunião com o Subsecretário de Saúde do México, Dr. Hugo López-Gatell no âmbito do Projeto de Diagnóstico de TB<sup>167</sup>**

No dia 10 de fevereiro, a Secretária Executiva da Organização Andina de Saúde, María del Carmen Calle, reuniu-se com o Subsecretário de Prevenção e Promoção da Saúde do México,

---

<sup>167</sup> <https://www.orasconhu.org/es/reunion-con-el-subsecretario-de-salud-de-mexico-dr-hugo-lopez-gatell-en-el-marco-del-proyecto>

Hugo López-Gatell, no âmbito do desenvolvimento do Projeto de Fortalecimento do Diagnóstico Laboratorial da Tuberculose em a Região das Américas, um projeto de sucesso que se desenvolve em 17 países da região; e que conta com o Instituto de Diagnóstico e Referência Epidemiológica do México, como Laboratório Supranacional de capacitação e acompanhamento da rede centro-americana.

Calle estava acompanhado por Marisela Mallqui, Secretária Adjunta; Lourdes Kusunoki, Coordenadora Geral e Patricia Jiménez, Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Programa de Diagnóstico de TB. Também estiveram presentes na reunião virtual Rosibel Cruz da SE-COMISCA SICA e Ernesto Montoro, da OPAS-OMS; subrecipientes do Projeto, que juntamente com a equipe técnica do ORAS-CONHU e do Ministério da Saúde do México, avaliaram a sustentabilidade do projeto e diversos aspectos técnicos, sendo este o último ano de execução, com grandes conquistas e avanços para a Região das Américas.

### **Nicarágua: dissidência política sofre com o banimento de direitos, confiscos, perda de nacionalidade e graves acusações**<sup>168 169</sup>

Em 9 de fevereiro, 222 presos dissidentes políticos do governo de Daniel Ortega foram declarados apátridas e deportados para os Estados Unidos. Os deportados foram sentenciados de traidores da pátria e punidos por diferentes crimes graves e permanentemente desqualificados para o exercício de cargos públicos, segundo o juiz do Tribunal de Apelações da capital do país.

O presidente nicaraguense, Daniel Ortega, garantiu em rede nacional que não houve “negociação” com os EUA para a libertação dos presos e que não pediram nada a Washington em troca.

O magistrado Octavio Rothschuh, do Tribunal de Apelações de Manágua, publicou a sentença que decretava a “expulsão imediata e efetiva de 222 pessoas condenadas por atos que atentam contra a independência, a soberania e a autodeterminação do povo; por incitar a violência, o terrorismo e a desestabilização econômica” (...) “Os deportados foram declarados traidores da pátria e punidos por diferentes crimes graves e permanentemente desqualificados para o exercício de cargos públicos”, disse Rothschuh.

Uma semana depois, mais 94 nicaraguenses perderam “perpetuamente seus direitos de cidadania” em uma decisão judicial do magistrado presidente do Tribunal de Apelações de Manágua, Ernesto Rodríguez Mejía que leu a sentença em uma apresentação perante a mídia: “(...) consideram os arguidos como traidores da pátria, razão pela qual lhes são aplicadas as penas acessórias de inabilitação absoluta e especial para o exercício de cargos públicos, exercício de função pública, por conta ou ao serviço do Estado de Nicarágua, bem como exercer cargos de eleição popular e a perda de seus direitos de cidadão em perpetuidade, respectivamente (...) Ordene-se a perda da nacionalidade nicaraguense de todos os réus.” Além da perda da nacionalidade e acusação de traidores da pátria (entre outros muitos crimes), a justiça determinou o confisco a favor do Estado da Nicarágua de todos os bens imóveis e empresas que os réus tenham registrado em seu favor, e os considerou “foragidos da justiça”.

---

<sup>168</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64661676>

<sup>169</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64587463>

Entre os afetados estão os escritores Sergio Ramírez e Gioconda Belli, o bispo auxiliar de Manágua, Silvio Báez, o ex-comandante da revolução sandinista Luis Carrión, o ex-chanceler Norman Caldera e o jornalista Carlos Fernando Chamorro.

Em 2021, o Ministério Público da Nicarágua acusou o escritor Sergio Ramírez de “lavar dinheiro, propriedades e ativos; minar a integridade nacional e provocação, proposição e conspiração”. Na ocasião, Ramirez afirmou à BBC que “todas as acusações são risíveis e completou afirmando que na Nicarágua todas as portas da democracia foram fechadas.

Após a transferência dos 222 presos, a Assembleia Nacional da Nicarágua, controlada pelo partido governista, aprovou por unanimidade uma reforma constitucional que retira a nacionalidade aos declarados “traidores da pátria”. As mudanças foram feitas por meio de uma lei expressa aprovada em sessão de emergência.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, comemorou a chegada dos adversários ao seu país: “A libertação dessas pessoas, uma das quais é cidadã dos Estados Unidos, pelo governo da Nicarágua marca um passo construtivo para enfrentar os abusos dos direitos humanos no país e abre as portas para um diálogo mais aprofundado entre os Estados Unidos e a Nicarágua sobre temas de interesse”, disse Blinken em um comunicado.

As reações<sup>170</sup> aos gravíssimos atos do governo de Daniel Ortega foram bastante diversas. Organismos internacionais e organizações de defesa dos direitos humanos alertaram nos últimos anos sobre a deriva autoritária do regime de Ortega e Murillo.

O mesmo aconteceu com outros países latino-americanos, embora apenas alguns tenham se manifestado sobre a nova ofensiva de Ortega contra a oposição.

Brasil e Argentina chamam atenção pelo silêncio, já o Chile foi o único país que condenou diretamente o governo nicaraguense. Colômbia e México tiveram reações moderadas ou até mesmo ambíguas.

A ministra das Relações Exteriores chilena, Antonia Urrejola disse que “os acontecimentos das últimas semanas mostram, todos os dias, que isso é uma ditadura totalitária onde qualquer tipo de dissidência é perseguida.”

Já a OEA, emitiu uma declaração sobre os 222 presos políticos que chegaram aos Estados Unidos, descrita a seguir.

#### **OEA: Declaração da Secretaria Geral da OEA sobre a chegada aos Estados Unidos de 222 presos políticos nicaraguenses<sup>171 172</sup>**

No dia 9 de fevereiro, a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu uma nota na qual saudava a chegada aos Estados Unidos como refugiados de 222 ex-presos políticos da Nicarágua. Sua liberdade é uma grande notícia, principalmente para seus familiares e amigos, e para os defensores dos direitos humanos e da democracia nas Américas.

O órgão reconheceu e aplaudiu o papel desempenhado pelo governo dos Estados Unidos na operação, acolhendo essas pessoas e facilitando seu transporte. Os esforços da

---

<sup>170</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64685068>

<sup>171</sup> [https://www.oas.org/es/centro\\_noticias/comunicado\\_prensa.asp?sCodigo=C-006/23](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-006/23)

<sup>172</sup> <https://elpais.com/america-colombia/2023-02-18/el-congreso-de-peru-declara-a-gustavo-petro-persona-non-grata-y-agrava-la-crisis-bilateral-con-colombia.html>

administração do presidente Biden, concluídos com sucesso hoje, são um exemplo de trabalho político eficaz em favor dos direitos humanos. A libertação desses presos políticos é também uma demonstração de que a pressão internacional é essencial com as ditaduras.

O que aconteceu hoje não é, porém, uma “libertação”. Essas pessoas foram presas injustamente por pensar, expressar ou escrever suas opiniões contrárias ao regime vigente na Nicarágua. Muitos deles foram torturados, sem contato com o mundo exterior.

Estas pessoas foram agora condenadas em julgamentos sem qualquer garantia por alegados “traição à pátria” e “incitação à violência, terrorismo e desestabilização económica”, entre outros alegados crimes. Eles foram destituídos de sua nacionalidade nicaraguense e de todos os seus direitos de cidadania “perpetuamente”. Chegam aos Estados Unidos supostamente “deportados” de seu próprio país.

Os crimes cometidos contra essas pessoas não devem ficar impunes e seus direitos devem ser restaurados o mais rápido possível. Na Nicarágua ainda há pessoas presas e torturadas por pensar diferente, ainda há pessoas que vivem diariamente com medo de serem presas, julgadas e condenadas sem nenhuma garantia legal e processual. O regime da Nicarágua continua alheio aos princípios da democracia e do respeito aos direitos humanos, e devemos continuar denunciando seus abusos.

Hoje são 222 pessoas que podem respirar livres com seus familiares e amigos, depois de terem sido injustamente presas e submetidas à pior humilhação imaginável, e isso é motivo de satisfação. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer até que todos os nicaraguenses, sem exceção, possam voltar a desfrutar da liberdade em seu próprio país.

O caminho é claro e depende inteiramente do regime nicaraguense: principalmente, voltar à democracia, às instituições democráticas, ao respeito aos direitos fundamentais dos nicaraguenses e à convocação de eleições livres e justas, com observação internacional.

### **México lamenta que Peru retire embaixador no México e reduza relacionamento bilateral<sup>173</sup>**

A presidente do Peru, Dina Boluarte, deu mais um passo na escalada da tensão diplomática com os governos da região. No dia 18 de fevereiro, o Congresso declarou o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, persona non grata, como se verá mais adiantes, na semana seguinte anunciou uma medida drástica contra o Executivo de Andrés Manuel López Obrador: a aposentadoria definitiva do embaixador do Peru no México. Acompanhado do primeiro-ministro, Alberto Otárola, e da chanceler, Ana Cecilia Gervasi, Boluarte fez um curto comunicado à nação, no qual registrou seu desconforto com o homólogo. Por tanto, a relação bilateral será reduzida a gestões de negócios.

Dina Boluarte declarou: “Rejeito veementemente as expressões do Presidente do México sobre os assuntos internos do Peru e suas inaceitáveis perguntas que repetidamente faz sobre a origem constitucional e democrática de meu Governo. O senhor López decidiu apoiar o golpe de Estado do ex-presidente Pedro Castillo, o mesmo que gerou a rejeição unânime das instituições que compõem a ordem democrática no Peru”.

A chancelaria mexicana lamentou a decisão da presidente de retirar seu embaixador na Cidade do México: “o Governo do México, por meio do Ministério das Relações Exteriores,

---

<sup>173</sup> <https://elpais.com/mexico/2023-02-25/mexico-lamenta-que-peru-retire-a-su-embajador-en-mexico-y-reduzca-la-relacion-bilateral.html>

lamentando a decisão do atual governo da República do Peru de reduzir o nível das relações diplomáticas entre os dois países ao de Encarregado de Negócios e retirar definitivamente o Embaixador Manuel Gerardo Talavera, que foi convocado para consultas em 15 de dezembro de 2022”, disse o governo mexicano em comunicado.

López Obrador tem criticado duramente a nova presidente peruana, que assumiu após a destituição de Pedro Castillo. Na mesma semana, Obrador a chamou de “presidente espúria” e se recusou a entregar a presidência da Aliança do Pacífico a esse país, ato previsto para este ano dentro do mecanismo de integração comercial formado por Chile, Colômbia, México e Peru.

López Obrador afirmou sobre a situação política no Peru “eles governam com baionetas e com repressão, com força. Mais de 60 já foram assassinados e nessas mesmas pesquisas a maioria do povo peruano pede a convocação de eleições, para que o povo decida”. As expressões do mexicano foram a razão pela qual o governo peruano decidiu reduzir as relações.

O governo mexicano acrescentou em seu comunicado que manterá sua equipe diplomática em Lima e que de forma alguma fechará os canais de comunicação com o país andino. O governo mexicano “espera que em breve se chegue a um acordo democrático para as divergências que prevalecem neste país irmão latino-americano”. Até o momento, ambos os países não têm embaixador, apesar de suas representações diplomáticas continuarem funcionando em Lima e na Cidade do México.

O Peru havia expulsado o embaixador mexicano Pablo Monroy em dezembro, depois que ele ofereceu apoio a Castillo após o golpe fracassado. Castillo tentou chegar à embaixada mexicana na capital peruana, mas foi impedido no caminho para a embaixada. Posteriormente, o governo mexicano ofereceu refúgio à família do ex-presidente peruano e levantou a possibilidade de oferecer asilo político a Castillo. O novo governo peruano considerou que as ações de Monroy foram uma interferência por parte do México e deu a ele 72 horas para deixar o país.

Nos últimos três meses, as relações entre os dois países deterioraram-se significativamente. Embora o México mantenha a não intervenção e a autodeterminação dos povos como princípios diplomáticos e se oponha aos Estados que regem a forma de governo de outros países, por meio da chamada Doutrina da Estrada, López Obrador elevou o tom de seus comentários sobre a situação política no Peru.

### **Peru e Colômbia: o Congresso peruano declara Petro persona non grata e acirra as tensões entre os dois países**<sup>174</sup>

No dia 18 de fevereiro, o Congresso peruano concordou em declarar o presidente colombiano Gustavo Petro *persona non grata* em tempo recorde: 72 votos a favor, 29 contra e 7 abstenções resolveram esta iniciativa promovida pela direita.

As forças políticas conservadoras não perdoaram Petro por ter dito que a polícia peruana “marcha como nazistas contra seu próprio povo, violando a Convenção Americana de Direitos Humanos”, no marco das mobilizações que exigem eleições antecipadas e a renúncia da presidente Dina Boluarte.

---

<sup>174</sup><https://elpais.com/america-colombia/2023-02-18/el-congreso-de-peru-declara-a-gustavo-petro-persona-non-grata-y-agrava-la-crisis-bilateral-con-colombia.html>

As manifestações, muitas delas violentas, deixaram pelo menos 60 mortos, segundo dados oficiais, e cerca de 1300 feridos.

Maricarmen Alva, ex-presidente do Congresso que por sua vez chefia a Comissão de Relações Exteriores, comemorou a declaração contra o Chefe de Estado colombiano “em repúdio às suas declarações insultuosas que ofendem nossa Polícia. O Peru é democrático e impõe respeito por sua aplicação da lei.” Nos dias anteriores, a líder do Fuerza Popular, Keiko Fujimori, que voltou à cena pública após se encontrar com Dina Boluarte no Palácio, manifestou seu repúdio a Petro sem consideração: “Vou pedir publicamente a ele que não coloque o nariz vermelho no Peru. O Peru derrotou o terrorismo e não vamos aceitar o terrorismo estrangeiro. Meu total repúdio ao guerrilheiro Gustavo Petro”

Juntamente com a declaração de persona non grata, a iniciativa insta os ministérios do Interior e das Relações Exteriores a realizarem as diligências necessárias para garantir que Gustavo Petro não entre em território nacional.

## A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano

*Augusto Paulo, Tomé Cá,  
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

### União Africana

#### 36ª Cúpula/Cimeira de Chefes de Estado e de Governo

Sob o lema “*Acelerar o processo de implementação de uma zona de Livre comércio Continental*”, esta Cúpula, realizada na capital da Etiópia, Addis Abeba, entre 18 e 19 de fevereiro de 2023, veio num clima de instabilidade internacional, mas ao mesmo tempo, uma ocasião para rever o papel e o balanço desta união africana em termos de paz e estabilidade, cujos líderes africanos reunidos para defender este continente, marcado por guerras, conflitos regionais, instabilidades econômicas, guerrilhas, terrorismo, extremismo religioso e étnico, fome, miséria, além de problemas de mudanças climáticas. Isso exige de todos uma resposta corajosa, por parte de todos os líderes, numa posição que possa levar África a trabalhar de acordo com a Carta desta União, aplicando suas prerrogativas em prol dos projetos de desenvolvimento e pacificação da África,”.



A Cimeira da União Africana começou hoje com a presença de pelo menos 35 Presidentes dos 55 países que compõem esta organização. AP

A 36ª Cúpula da União Africana arrancou, também, com [alguma polémica](#) à volta da expulsão da representante de Israel da cerimónia, um pedido de revisão das sanções contra os Estados-Membros como Mali, Burkina Faso e Guiné Conacri e ainda a exigência do fim da dívida externa africana.

#### **Desarmamento na República Democrática do Congo**

Tanto a revisão da imposição de sanções ao nível da União Africana como a resolução de conflitos está a cabo do Conselho de Paz e Segurança da União Africana que deverá vir a sofrer uma importante reforma nos próximos meses.

Este órgão reuniu-se na véspera da abertura da cimeira para discutir a situação na República Democrática do Congo e do Ruanda, sob a égide de João Lourenço, Presidente de Angola, que foi escolhido pela União Africana como mediador deste conflito que envolve também os rebeldes do M23.

As conclusões foram, entretanto, divulgadas, e, ao contrário do que pretendia a República Democrática do Congo não houve condenação do Ruanda, mas sim diretivas sobre os próximos passos, nomeadamente a retirada de todos os grupos armados até 30 de março.

### **Apelos à paz**



António Guterres discursando na sede da União Africana este sábado JOSE SENA GOULAO/EPJ

A sessão inaugural da cúpula prosseguiu com o apelo de António Guterres à paz, com o Secretário-Geral da ONU a dizer que a África precisa de ação para a Paz", anunciando um novo fundo de 250 milhões de euros para combater a fome no continente. Mais tarde, numa conferência de imprensa o português disse que a manutenção da paz em África "*cabe aos africanos*". O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, denunciou a "*extorsão*" de que o continente africano [está a ser vítima às mãos do sistema financeiro mundial](#), que impede os países africanos de desenvolver os seus "sistemas vitais". Ele considera que é preciso uma "*transformação radical*" do sistema financeiro para conseguir contrariar esta tendência.

António Guterres disse que, por norma, "*o sistema financeiro mundial nega*" aos países africanos "*o alívio da sua dívida ou qualquer financiamento em condições favoráveis, ao mesmo tempo que cobra juros exorbitantes*". E é por isso que "*os países africanos não podem investir em áreas fundamentais*", como a saúde, a educação, a [tecnologia ecológica](#), a proteção social ou a criação de empregos sustentáveis, ao mesmo tempo que são obrigados a subir "*a escada do desenvolvimento com uma mão amarrada atrás das costas*".

Para demonstrar a sua posição, Guterres usou o exemplo da dívida pública na África subsariana, que, segundo os números do Fundo Monetário Internacional, atingiu o ponto mais alto em mais de duas décadas.

Vários governos solicitaram acordos de reestruturação da sua dívida para facilitar a saída da crise, no entanto, o processo está atrasado. Outros países, como o Quênia, que não quiseram participar no programa de reestruturação, viram cair os indicadores de sustentabilidade da sua dívida, especialmente pelo impacto da pandemia de Covid-19.

"*Precisamos de uma nova arquitetura da dívida que traga [alívio](#) e reestruturação da dívida aos [países vulneráveis](#), incluindo os países de rendimento médio, ao mesmo tempo que permita a suspensão imediata da dívida e das amortizações aos países que dela necessitam*", defendeu o Secretário-Geral da ONU.

Neste sentido, e como fez noutras ocasiões, Guterres pediu às instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento que transformem o seu modelo de negócio de modo a permitir outra abordagem à questão do risco. Uma das opções passaria pelo “*aproveitamento massivo dos seus fundos para atrair maiores fluxos de capital privado*”.

### ***Expulsão em plena Cúpula***

Antes do discurso do Primeiro-Ministro da Palestina, convidado para assistir a esta sessão, tal como Primeiro-Ministro português, António Costa, a Assembleia foi agitada pela expulsão de uma diplomata israelita da sala, com Israel a dizer que esta foi uma ação articulada entre a Argélia e o Senegal. Já a organização justificou-se, dizendo que o convite seria apenas para o embaixador israelita e que ele não se poderia fazer representar por mais ninguém.

### ***Primeiro-Ministro de Portugal sublinha importância de valorizar a relação entre a Europa e a África***

O Primeiro-Ministro António Costa afirmou a importância da valorização da relação entre a Europa e a África, ao participar, como observador, na 36.ª Cúpula da União Africana.

António Costa, que foi o [único chefe de Governo europeu presente](#), escreveu na rede social Twitter a mensagem que transmitiu aos líderes africanos: «numa altura em que a Europa é chamada a responder a enormes desafios, é fundamental, mais do que nunca, que continuemos a valorizar a nossa relação com África».

À margem dos trabalhos, o Primeiro-Ministro português teve reuniões bilaterais com Chefes de Estado ou de Governo de países como o Ruanda, o Níger, Madagáscar, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e encontrou-se com numerosos outros dirigentes africanos e mundiais, com destaque para o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e o Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações, António Vitorino.

### ***Pacto migratório***



O Primeiro-Ministro esteve ainda presente na reunião do Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a convite deste, com a direção da União Africana, em que Michel apresentou a proposta para um Pacto entre a Europa e África que regule o fluxo migratório, que António Costa apoiou.

«*A vizinhança convive e esse convívio tem de ser um convívio devidamente regulado e não ser uma oportunidade para a criminalidade organizada e uma ameaça para a vida de todos aqueles que querem encontrar do lado de lá do Mediterrâneo novas oportunidades de vida*», declarou o Primeiro-Ministro à Lusa.

António Costa acrescentou que *«temos de encontrar uma solução que seja positiva para todos, porque a Europa indiscutivelmente precisa de mais recursos humanos»* e *«África tem recursos humanos em abundância»*.

Mas, *«a Europa também tem que encontrar formas de ajudar a criar novos postos de trabalho no continente africano para que não tenhamos simplesmente perda de capacidade de recursos humanos no continente africano»*.

### **Industrialização**

*«Faz sentido trazer de novo para a Europa um conjunto de produções industriais que foram sendo transferidas para a Ásia e que se podem localizar na Europa»*, disse António Costa, sublinhando que *«muitas podem localizar-se também no continente africano, ajudando a desenvolvê-lo»*.

Isto ajudará *«a criar empregos que deem esperança à juventude deste continente, que não esteja condenada a achar que só pondo em risco a sua vida na travessia do Mediterrâneo é que poderão encontrar um emprego decente»*, sublinhou.

O Primeiro-Ministro referiu-se também aos acordos da cimeira entre a União Europeia e a União Africana, afirmando que *«apesar de toda a perturbação que a guerra (na Ucrânia) introduziu ao longo deste ano»*, *«têm avançado os projetos estratégicos que há um ano aprovámos na Cimeira»*.

Agora, há *«necessidade de darmos agora um novo impulso na concretização destes projetos, além de mais porque a Europa, mais do que nunca, precisa de diversificar as suas fontes de energia, mas também porque precisamos de investir fortemente» em África, que é «o continente mais jovem do mundo»*.

Finalmente, António Costa afirmou-se confiante na reeleição de António Vitorino à frente da *Organização Internacional para as Migrações*, referindo que todos os líderes africanos com quem falou apoiam a manutenção do Diretor-Geral português.

### **Passagem de testemunho**

Esta 36ª Cúpula foi também o momento de passagem de poder entre *Macky Sall*, Presidente do Senegal, e que até agora presidia à liderança rotativa da União Africana para o Presidente das Ilhas Comores, *Azali Assoumani* - esta é a primeira vez que a organização está a ser dirigida por um país insular. No seu discurso inaugural, o novo líder da União Africana pediu *"a anulação total da dívida externa africana"*.

### **Líderes da União Africana aprovam declaração para recuperar programas de vacinação**

Num evento à margem da Cúpula [os líderes aprovaram uma declaração](#) para *“impulsionar a recuperação da imunização de rotina em África”*.

A declaração visa *“revitalizar o acesso universal de todas as populações à imunização para reduzir a mortalidade, a morbilidade e a incapacidade e, conseqüentemente, ajudar os Estados-Membros a alcançar os ODS em termos de saúde e as metas económicas e de desenvolvimento”*.

Um total de 8,4 milhões de crianças em África – entre 18 milhões em todo o mundo - ficou de fora dos serviços de imunização em 2021, segundo estimativas do Unicef e OMS.

O acesso aos serviços de imunização é particularmente difícil nas comunidades pobres e marginalizadas ou nas que estão vulneráveis devido a conflitos ou para aqueles que vivem em ambientes frágeis, lembra a OMS.

Segundo a organização internacional, a vacinação relativa a muitas doenças evitáveis está, no continente africano, muito abaixo da faixa dos 90 a 95% necessários para manter África livre dessas doenças.

Em 2021, a cobertura média de vacinação contra o sarampo foi de 69%, enquanto a que visa difteria-tétano-tosse convulsa foi de 82,5% e a da terceira dose contra poliomielite foi de 81,5%.

Regressar *“à Declaração de Adis Abeba sobre Imunização aprovada pelos Chefes de Estado na 28ª Cúpula da União Africana dá aos líderes africanos um mandato para garantir financiamento sustentável que aumente o acesso à imunização e trabalhe com as comunidades para fortalecer os sistemas de imunização de todo o continente”*, afirmou a comissária da UA para Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, Minata Samate Cessouma.

*“Podemos acabar com as doenças evitáveis por vacinas e salvar muito mais vidas. Isto é essencial para conseguirmos ter comunidades saudáveis e prósperas, conforme a premissa da Agenda 2063 da UA: A África que Queremos”*, acrescentou, em comunicado.

A declaração ainda exorta os países a manter a imunização no centro das atenções enquanto se recuperam da pandemia de Covid-19 e a vacinar todas as crianças que ainda não foram protegidas.

Os Chefes de Estado também pedem aos vários países que *“ajam rapidamente”* para impulsionar os esforços de erradicação da poliomielite e usar as lições aprendidas com o programa contra a poliomielite para aumentar as capacidades de imunização de rotina em todo o continente.

*“A imunização salva vidas e é um dos melhores investimentos em saúde que o dinheiro pode comprar”*, defendeu a Diretora Regional da OMS para a África, Matshidiso Moeti. *“A pandemia da Covid-19 teve um impacto devastador nos esforços de imunização em África e tornou crítico recuperar do atraso e voltar ao normal”*, considerou.

Em África, as doenças imuno-preveníveis são responsáveis por 93% dos surtos de doenças infecciosas em curso. Atualmente, surtos de doenças evitáveis através de vacinação afetam 31 países do continente, 17 dos quais registam mais do que um surto destas doenças. *“Sem vontade política renovada e esforços imediatos e intensificados, estima-se que a cobertura vacinal não retornará aos níveis de 2019 até 2027”*, considera a Diretora Regional da OMS para África.

A declaração apela ainda às Comunidades Económicas Regionais africanas, às organizações de saúde e ao Banco Africano de Desenvolvimento para apoiarem a iniciativa.

Além disso, exorta os fabricantes a melhorar o acesso às vacinas e pede ao Unicef e à OMS para ajudarem os países a monitorizarem a evolução da imunização.

## **Presidente de Cabo Verde vai liderar preservação do património natural e cultural em África**



O Presidente foi escolhido pela União Africana para liderar a preservação do património natural e cultural de África, sucedendo ao ex-Presidente do Mali Ibrahim Boubakar Keita, que morreu em 2022.

*“A partir de agora assumo a responsabilidade de, a nível do continente africano, liderar todo este programa de preservação do património natural e cultural. Portanto, será uma enorme responsabilidade e, enquanto Presidente de Cabo Verde, juntamente com todos os meus pares africanos, vamos investir fortemente na preservação do património natural e cultural de toda a África”, afirmou José Maria Neves. E é claro que para isso quero contar com todos os Chefes de Estado e de Governo africanos e todos os parceiros internacionais para, em conjunto, destacarmos o que de mais belo existe em África, mas também o que de mais ténue e frágil existe e que merece a atenção de todos em termos de património natural, património construído pela humanidade e a engenhosidade cultural que se expressa em canções, danças, artes, rituais sagrados”, acrescentou.*

Para José Maria Neves, também antigo Primeiro-Ministro de Cabo Verde (2001 a 2016), a “valorização desta riqueza” é um “imperativo categórico para o desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e manutenção e consolidação da paz em África”. “Com esse potencial, se ousarmos combinar e unir nossos esforços e o nosso conhecimento, podemos construir bases sólidas para progredir na esfera económica de forma inclusiva”, apontou.

Enquanto ‘champion’ da União Africana para **preservação do património natural e cultural**, José Maria Neves revelou que será acompanhado por cinco Vice-Presidentes, representando o norte do continente, a África Austral, a África Oriental, a África Central e a África Ocidental.

*“Trata-se de um importante ganho para Cabo Verde e podemos valorizar todo o esforço que Cabo Verde tem feito relativamente a esta matéria, não só a da preservação do património natural como também do seu património cultural”, sublinhou.*

*“Teremos possibilidades não só de mobilizar muito mais recursos para o país e para o continente africano nestes domínios, mas também mobilizar parcerias, conhecimentos e outros bens espirituais que são fundamentais para que possamos preservar todo o património cultural e natural da África, um continente extraordinariamente rico e que pode dar um contributo fundamental na construção do futuro”, acrescentou o Presidente cabo-verdiano.*

De acordo com José Maria Neves, entre os países que integram a União Africana há atualmente mais de 140 bens inscritos na lista do património natural e cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mas 12 países não têm

qualquer inscrição. No que diz respeito ao património imaterial, estão registadas 107 expressões culturais em 33 dos 54 países da União Africana.

*“Só a Etiópia tem cerca de 80 línguas. Há outros países, como os Camarões, com cerca de 300 línguas específicas para as diferentes comunidades, onde há uma enorme diversidade e uma enorme riqueza de canções, danças, contos tradicionais, artes culinárias, farmacopeia”,* exemplificou.

*“A África é também muito rica em paisagens e uma biodiversidade exuberante que se torna um destino privilegiado para o turismo internacional. Todavia, todo este património esconde ainda muitas fragilidades que se traduzem em vulnerabilidades tanto ao nível da integridade física como de gestão e práticas naturais”,* reconheceu igualmente.

**Médico da República Democrática do Congo vai liderar o CDC África nos próximos quatro anos**



**Jean Kaseya**, médico da República Democrática do Congo (RDC), foi nomeado pela 36ª Cúpula da União Africana, [Diretor-Geral](#) do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC África). Ele recebe a pasta de *Ahmed Ogwell*, Diretor Interino da agência de saúde pública da União Africana, desde o início de maio de 2022, depois da saída do anterior Diretor-Geral, *John Nkengasong*, que assumiu as funções de Coordenador Geral dos Estados Unidos para o combate à HIV/AIDS em todo o mundo.

As primeiras declarações do novo Diretor-Geral foram no sentido do compromisso do organismo a *"trabalhar em estreita colaboração"* com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para *"abordar questões de saúde em África"*, uma posição que parece colocar de lado a fratura que se abriu entre o CDC África e a OMS no verão passado sobre o grau de autonomia que o organismo da União Africana deveria ter para declarar emergências de saúde pública regionais.

*"Hoje, após a confirmação, o meu primeiro telefonema foi com a Drª. Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África, para reiterar o meu compromisso de trabalhar em estreita colaboração com a OMS para abordar questões de saúde em África"*, nomeadamente em questões que vão desde a cobertura universal da saúde em África ao reforço da capacidade de produção local na era pós-Covid-19, declarou Kaseya.

O novo Diretor-Geral trabalha em saúde pública há mais de duas décadas, tendo assumido vários cargos superiores, nomeadamente no Unicef na República do Congo e na Namíbia, onde liderou o projeto de vacina contra a meningite. Entre junho de 2020 e fevereiro de 2021, serviu como chefe global da equipa africana para o combate à pólio na Fundação Bill e Melinda Gates.

Foi nomeado para um mandato de quatro anos, para supervisionar as funções principais e objetivos-chave da organização no domínio da saúde pública no continente, nomeadamente a monitorização de potenciais ameaças de doenças e de ajuda aos seus 55 Estados-Membros a “*colmatar lacunas na regulamentação internacional em matéria de saúde*”, de acordo com a nota da União Africana.

A função assumida pelo novo Diretor-Geral do CDC África passa ainda pela supervisão das políticas de apoio na preparação e resposta a emergências de saúde pública e o mapeamento de avaliações de perigos e riscos a nível regional e nacional nos Estados-Membros.

### **Corno de África - Mesa redonda ministerial sobre Segurança Alimentar**

Em 10 de fevereiro, o Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável da Comissão da União Africana (DARBE), em colaboração com a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), realizou em Adis Abeba [uma mesa redonda ministerial](#) sobre segurança alimentar. Estiveram presentes representantes da Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul e os responsáveis da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Os quatro países mais fortemente afetados, o DARBE e a FICV uniram esforços não só para consolidar ação humanitária de urgência, como também para uma programação baseada em resiliência de longo prazo a fim de reduzir a situação persistente de segurança alimentar resultante de cinco estações de chuvas fracassadas e conflitos armados localizados, entre outros fatores. Como resultado, foi desenvolvido um programa conjunto para a segurança alimentar e nutricional nessa parte da África, aprovado nessa mesa redonda ministerial. Isto foi conseguido graças à cooperação e apoio da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD).

O DARBE e a FICV congratularam-se com a contínua e forte cooperação e colaboração entre as duas organizações na antecipação do preocupante e agravante crise alimentar em África através da realização de conferência de alto nível sobre segurança alimentar e nutricional em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a FAO na sede da União Africana em outubro de 2022 para propor soluções duradouras apresentadas sob a forma de um 'Apelo à Ação'.

A iniciativa “Resiliência Alimentar e Nutricional” (*The Food and Nutrition Resilience Initiative*) reúne vários instrumentos desenvolvidos pela União Africana ao longo dos anos, e duas iniciativas Pan-Africanas lançadas em 2021 pela IFRC. O Programa de Resiliência Alimentar e Nutricional do Corno de África alinha-se com os programas e políticas de cada país para garantir o alinhamento com as necessidades específicas de cada país e os requisitos de resposta. Também levou em consideração a necessidade de capitalizar as iniciativas transfronteiriças no âmbito dos Acordos de Livre Comércio Continental da África (*ACFTA, Africa Continental Free Trade Agreements*).

A referida iniciativa também introduz uma abordagem inovadora e dá ênfase a soluções baseadas na natureza e no ecossistema para redução de risco de desastres e construção de resiliência que tem como alvo 34,2 milhões de pessoas nesses quatro países durante um período de 10 anos. O programa analisa também todos os aspectos dos meios de subsistência e da cadeia alimentar (produção, distribuição, acesso ao mercado e consumo) e, fundamentalmente, o estado do ambiente natural sobre o qual um sistema alimentar inteiro repousa.

O Programa de Resiliência Alimentar e Nutricional proposto reconhece a necessidade de dar resposta às necessidades humanitárias imediatas e de estabelecer as bases para a recuperação e a construção da resiliência, oferecendo a salvaguarda/proteção necessária aos grupos vulneráveis, enquanto os envolve na remodelação da sua recuperação e resiliência. Para atingir esse objetivo, o programa delinea três prioridades temáticas fundamentais e mutuamente reforçadas, destinadas a abordar os múltiplos fatores da insegurança alimentar, principalmente:

- ❖ abrangendo o apoio à subsistência e a gestão da água
- ❖ sustentabilidade ambiental
- ❖ saúde e nutrição da comunidade

A inovação também é considerada fundamental para a abordagem e foi enfatizada ainda mais na mesa redonda, pois este programa, as métricas serão voltadas para a tomada de decisões e aprendizado, mais do que conformidade e responsabilidade. Assim, o programa assegurará uma resposta sinérgica e complementar orientada para a parceria aos atuais desafios em matéria de insegurança alimentar, subnutrição, ajuda humanitária e instabilidade.

Nessa mesa-redonda, a União Africana, a IFRC e os quatro Estados-Membros se comprometeram a aumentar a sua ambição e coordenar a sua política, a defesa dos meios de comunicação social e as atividades de angariação de fundos para corresponder à proposta do Programa de Resiliência Alimentar e Nutricional do Corno de África.

#### **Missão médica chinesa em África – 60 anos**



O presidente chinês, Xi Jinping, encorajou os membros de uma missão médica chinesa em África para beneficiar a população local com as suas capacidades médica e ética.

Xi Jinping [fez essas declarações](#) numa carta dirigida à 19ª brigada médica chinesa enviada à República Centro-Africana. Em sua carta, Xi elogiou o pessoal médico por superar as dificuldades no trabalho e na vida na prestação de serviços para a população local, dizendo que eles não estão apenas salvando vidas, mas também construindo amizade.

O Presidente da China estendeu seus sinceros cumprimentos a todos aqueles que estão ou estavam em missões de assistência médica internacional, pois este ano assinala-se o 60º aniversário da chegada à África da primeira missão médica chinesa. *O povo chinês ama a paz e valoriza a vida, o que é vividamente ilustrado por seus esforços na assistência médica internacional, lê-se na carta.*

Xi pediu ao pessoal médico para usar suas competências para beneficiar a população local, fazendo assim maiores contribuições para a construção de uma comunidade global de saúde para todos.

Os 11 membros da equipe escreveram a Xi para relatar como eles haviam servido a população local, expressando sua determinação em ajudar a construir uma comunidade global de saúde para todos.

Nas últimas seis décadas, a República Popular da China enviou equipes médicas compostas por 30.000 membros para 76 países e regiões em cinco continentes, realizando 290 milhões de diagnósticos e tratamentos para a população local.

As equipes médicas chinesas estão trabalhando atualmente em 115 locais em 56 países ao redor do mundo, dos quais quase metade estão em áreas remotas com condições adversas.

### **Aumento do turismo proveniente da China**

O setor de turismo do Quênia recebeu um grande impulso com a [chegada do primeiro voo fretado](#) este ano da China no sábado.



*Chinese tourists received at JKIA Saturday February 11, 2023. Photo/Courtesy*

A viagem ocorre apenas um mês após a China levantar as restrições da covid-19 que duraram três anos devido à pandemia. Os 40 turistas a bordo de uma China Southern Airlines fretada de Guangzhou desembarcaram no Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta (JKIA) e estarão no país por um período de dez dias e devem visitar e explorar diferentes locais de atração no país, incluindo o famoso Amboseli e a Reserva de Caça Maasai Mara.

Canção e dança alugam o ar como funcionários do Ministério do Turismo do Quênia e do Conselho de Turismo do Quênia receberam os viajantes chineses. O grupo é um primeiro lote e mais visitantes do país do Leste Asiático, a segunda maior economia do mundo, devem pousar no país nas próximas semanas.

*"Levamos onze horas para chegar aqui e estamos nos sentindo animados, é incrível, adoramos estar aqui. Queremos observar os animais aqui. Os quenianos também são maravilhosos e queremos interagir com eles",* disse um dos viajantes chineses.

Na verdade, John Ololtua, o Secretário-Geral do Departamento de Turismo, que liderou a equipe para a JKIA, elogiou o governo chinês por reabrir suas fronteiras e permitir viagens. Ele

observou que a mudança será extremamente benéfica em termos económicos para muitos países, incluindo o Quênia.

*"Estamos muito satisfeitos em receber os passageiros a bordo deste voo, pois eles planejam experimentar o melhor do Quênia mágico nos próximos dias. Este voo também marca a primeira vez que a companhia aérea pousa no Quênia com um grupo de viajantes desde que uma proibição de viagens em grupo foi imposta pelo governo chinês em 2020".*

Ololtua brincou dizendo: *"um turista chinês tem um espírito aventureiro e está disposto a despendar por experiências fantásticas. Eles querem uma experiência deslumbrante e são as experiências que estamos a oferecer no Quênia".*

O Secretário-Geral observou que os turistas chegam num momento importante quando o setor de turismo está numa recuperação após as interrupções causadas pela pandemia da Covid-19.



*"Estamos muito satisfeitos com esse retorno, já que a China registrou um dos maiores encerramentos de voos internacionais. É realmente um momento emocionante para nós, porque significa que retomamos a conectividade com um dos principais mercados crescente do mundo para chegadas de turistas internacionais", afirmou.*

*"Estamos ansiosos para que a China Southern Airlines aumente sua frequência à medida que continuamos trabalhando juntos para aumentar o turismo no Quênia. O mercado da China apresenta uma grande oportunidade para a indústria do turismo do Quênia, assim como todos os outros países que fazem parceria conosco no setor", observou o Secretário-Geral.*

Algumas das partes interessadas da indústria, incluindo representantes do setor hoteleiro, expressaram satisfação com a chegada dos turistas chineses, especialmente devido à queda no número de visitantes desde a pandemia, deixando o setor e o país em geral com grandes perdas. Todos concordaram que a chegada de turistas chineses ajudará na recuperação econômica.

O setor continua sendo uma das segundas maiores fontes de receita estrangeira do Quênia, depois da agricultura, ostentando inúmeros locais de atração espalhados por todo o país. Pelo menos dois milhões de turistas visitam o país da África Oriental em média todos os anos.

Os Governos do Quênia e da China mantiveram ao longo dos anos uma forte cooperação bilateral, que se estende ao desenvolvimento de infraestrutura, comércio e turismo, entre

outras áreas. E antes da pandemia, a China transformou-se num potencial mercado de turistas em meio a este estreitamento de relações entre os dois países. O Ministério do Turismo estima que a China já contribui com cerca de 5,5% das chegadas de turistas internacionais ao Quênia.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística do Quênia, pelo menos 230.000 chineses visitaram o Quênia e passaram noites em vários hotéis em diferentes partes do país em 2018. O número representa um aumento significativo de 192.000 em 2017 e 131.000 em 2016.



A maioria dos turistas chineses visita o Quênia entre julho e setembro, especialmente para apreciar o espetáculo de migração dos antílopes africanos *gnus* (*Connochaetes gnou*).

#### **Benefícios e desafios de agrupamento das funções de saúde pública num Instituto Nacional de Saúde Pública**



Nos próximos informes, vamos repercutir três trabalhos recentemente publicados e recomendados pela IANPHI sobre os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP). Neste informe, começamos com a avaliação levada a cabo pelo CDC dos EUA e publicada com o título de *The Benefits and challenges of consolidating public Health functions into a National Public Health Institute: a policy analysis*, publicada na revista [Health Policy and Planning](#).

Constatou-se nos últimos quinze anos, muitos países enveredarem-se pela criação ou fortalecimento de organizações baseadas na ciência e que se convencionou chamar de **Institutos Nacionais de Saúde Pública** (NPHIs, *National Public Health Institutes*), visando coordenar e liderar, a nível nacional, a prevenção e resposta a emergências de saúde pública.

A febre de criação de *Institutos Nacionais de Saúde Pública* é considerada uma das respostas necessária ao crescente apelo para desenvolver *agências de saúde pública mais abrangentes* para eliminar a nociva fragmentação dos Ministérios da Saúde, fortalecer os sistemas de saúde para melhor enfrentar as ameaças e desafios emergentes e reemergentes. Estes Institutos podem servir de modelo sólido e viável para os países usarem provas científicas como base para fortalecer os sistemas e as capacidades nacionais de saúde pública. As suas

principais funções geralmente incluem preparação e resposta a emergências, serviços laboratoriais, desenvolvimento da força de trabalho e vigilância.

Outras funções podem incluir ainda saúde pública e pesquisa de sistemas de saúde, investigação de surtos, promoção da saúde, epidemiologia, sistemas de informação e comunicação, saúde ambiental e ocupacional e saúde global e parcerias. Na maioria das vezes, os Institutos são estruturados e tutelados pelos Ministérios da Saúde, gozando, em termos relativos, de autonomia técnica e científica, administrativa e patrimonial. Por isso, os Institutos variam em escopo e tamanho, e não há um único modelo ou abordagem para a sua organização.

A singularidade de cada Instituto resulta da combinação de vários fatores, nomeadamente históricos, culturais, sociais, educacionais e políticos, indicadores de soberania nacional e como estratégia para informar e facilitar a tomada de decisões em saúde.

Nesta avaliação, o ponto de partida são os exemplos de diferentes histórias de desenvolvimento, abordagens organizacionais e funções institucionais dos INSP africanos:

- ❖ O Centro de Controle de Doenças da Nigéria (NCDC, *Nigeria Centre for Diseases Control*);
- ❖ O Centro Biomédico do Ruanda (RBC, *Rwanda Biomedical Centre*);
- ❖ O Instituto Nacional de Saúde de Moçambique (INS).

A base para a criação do **NCDC da Nigéria** foi estabelecida pela primeira vez transferindo-se do Ministério da Saúde a Divisão de Epidemiologia, o Projeto de Gripe Aviária e seus laboratórios. Atualmente, o NCDC focaliza-se na preparação e resposta a emergências, vigilância epidemiológica, serviço de laboratório e programas de prevenção.

Quanto ao **RBC do Ruanda**, ele foi criado através da transferência de 14 programas de controle de doenças do Ministério da Saúde, passando agora a contar com os dois braços técnicos: (a) o Departamento de Serviços Biomédicos e o Instituto de HIV/ AIDS; e (b) Prevenção e Controle de Doenças (IHDPC, *Disease Prevention and Control*).

O **INS de Moçambique** estava anteriormente localizado no prédio do Ministério da Saúde, mas agora é administrativamente autônomo, com ligações diretas com o Ministério das Finanças/Fazenda para questões orçamentárias. As principais funções do INS são serviços de laboratório, pesquisa de sistemas de saúde e saúde pública, vigilância, investigações de surtos, desenvolvimento da força de trabalho e informação e comunicação.

É cada vez mais consensual que o agrupamento de funções dentro de uma única entidade seja uma abordagem organizacional para melhorar a eficiência. Muitos Institutos lideram ou se envolvem significativamente na investigação e resposta a ameaças à saúde, o que muitas vezes requer coordenação de outros atores, conhecimento multidisciplinar e colaboração com os líderes do governo. Uma única entidade, como um Instituto Nacional, pode conseguir isso reunindo *funções essenciais de saúde pública* para desenvolver uma massa crítica altamente qualificada, otimizar recursos e reduzir custos, fragmentação e duplicação de esforços. Por exemplo, durante emergências de saúde pública, um modelo mais integrado pode apoiar uma resposta eficiente através da simplificação da coleta e análise de dados para informar as decisões e facilitar uma ação rápida e coordenada. Além das emergências de saúde, os Institutos também abordam questões de saúde pública emergentes, como mudanças climáticas e resistência antimicrobiana.

É preciso enaltecer que o quadro de referência para a criação ou fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública foi elaborado e proposto pela IANPHI, (uma Associação Internacional dos Institutos Nacionais de Saúde Pública - IANPHI, *The International Association of National Public Health Institutes*, uma rede global de **115** Institutos Nacionais de Saúde Pública em **98** países), e tem orientado muitos esforços globais de desenvolvimento dos Institutos desde 2007, descrevendo a importância do compromisso e do investimento de longo prazo pelos governos, lideranças dos Institutos e sua equipe para o crescimento e desenvolvimento dessas agências de saúde pública estratégicas para qualquer Estado que se preze soberano.

Existe, igualmente, uma série de organizações parceiras que podem apoiar os esforços de estabelecimento dos Institutos, como agências governamentais, organizações multilaterais e organizações não-governamentais.

Da mesma forma, o **CDC África**, a agência de saúde pública da União Africana, também prioriza o desenvolvimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública nos seus Estados-Membros. No quadro dessa parceria, a IANPHI e o CDC África elaboraram quadros de referência para o desenvolvimento dos Institutos, o último dos quais foi uma adaptação do quadro global da IANPHI ao contexto da África.

Por exemplo, foram feitas considerações e orientações destinadas a autoridade legal e estrutura de governança (frequentemente descritas como mandatos), funções e princípios orientadores. As estruturas propostas também identificam os principais atributos para o correto funcionamento de um Instituto Nacional de Saúde Pública e descrevem as etapas necessárias para o seu desenvolvimento e fortalecimento Instituto (por exemplo, identificar os líderes e defensores de alto nível e angariar apoio político, acesso a fontes de financiamento e antecipar desafios políticos e operacionais).

O argumento para o devido funcionamento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública em cada país baseia-se na premissa de que é necessária uma ação coordenada e coletiva para combater pandemias como a Covid-19 e os outros desafios permanentes de saúde pública.

No entanto, como ainda existem muito poucas provas que testemunhassem os benefícios decorrentes da integração ou agrupamento de funções de saúde pública num determinado Instituto Nacional de Saúde Pública, os resultados agora publicados na revista *Health Policy and Planning*, acabam dando uma valiosa contribuição nesse sentido.

Participaram nesta avaliação os Institutos de sete de países de África, América Latina e Ásia, com destaque para o INS de Moçambique, único PALOP.

Como parte dessa avaliação, aos representantes desses institutos foram colocadas várias questões relacionadas com a integração de funções de saúde pública num único INSP e a percepção de benefícios e desafios desse agrupamento.

Os dados obtidos serviram de análise para avaliar as dimensões e opções possíveis de agrupamento de funções de saúde pública e a probabilidade de que a conseqüente mudança organizacional bem-sucedida redundasse em resultados esperados.

Entre agosto de 2019 e janeiro de 2020, foram convidados representantes de sete (7) países entre os 30 onde o CDC dos EUA tem parceria no desenvolvimento e fortalecimento dos INSP.

Foram selecionados intencionalmente países nos quais o CDC dos EUA teve maior apoio financeiro para o desenvolvimento dos Institutos, apoio esse muito importante para a fase de desenvolvimento institucional, variação geográfica e os modos de financiamento usados pelo o CDC (financiamento direto ou por intermédio de outros parceiros).

Os países foram Camboja, Colômbia, Libéria, Moçambique, Nigéria, Ruanda e Zâmbia. Os participantes foram convidados com base em seu papel enquanto líderes de saúde pública com opiniões especializadas sobre os tópicos que estão sendo explorados. Também foram entrevistados funcionários dos próprios INSP, pessoas do governo sem vínculos com os INSP, trabalhadores de organizações não governamentais e entidades internacionais, sugeridos pelos INSP como parceiros vitais no desenvolvimento de capacidades em saúde pública.

Foram consideradas três possibilidades de política:

- (1) manter o *status quo* das funções de saúde pública *dispersas* no sistema de saúde (dentro e fora dos Ministérios da Saúde);
- (2) todas as funções de saúde pública *agrupadas/integradas* em um INSP;
- (3) *nem todas* as funções de saúde pública *agrupadas* em um INSP.

Foram elaborados critérios avaliativos a partir de duas fontes primárias: o *framework* da IANPHI para a criação e desenvolvimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública e análise temática dos dados da avaliação dos INSP. Foram revistos os nove atributos que o *framework* da IANPHI identifica como descrevendo as circunstâncias para o funcionamento ideal dos INSP NPHI como uma organização.

Dos sete países incluídos na avaliação, alguns INSP (Colômbia, Libéria, Nigéria, Ruanda e Zâmbia) tiveram atribuições de realizar *todas* as principais funções de saúde pública, enquanto outros (Camboja e Moçambique) tiveram autoridade *mais limitadas* e são responsáveis pela realização de menos funções relativamente a outras entidades, como por exemplo, os departamentos dos Ministérios da Saúde, autorizadas e responsáveis pela execução de outras funções de saúde pública. No entanto, os participantes notaram inúmeros benefícios do agrupamento de funções de saúde pública num único INSP e destacaram os principais desafios.

Apresenta-se a seguir um resumo das percepções dos responsáveis dos INSP com base em 8 critérios:

#### ❖ **Concentração nas prioridades de saúde pública**

A partir das suas experiências, os participantes indicaram que para um INSP funcionar bem, tanto na rotina quanto durante uma emergência, a *flexibilidade* permite uma ação rápida e a *capacidade* de realocar recursos para as prioridades. Identificaram uma entidade dedicada centrada na segurança sanitária e na detecção, prevenção e resposta a epidemias como um complemento ao enfoque dos Ministérios da Saúde nos serviços clínicos, minimizando as perturbações durante as emergências. Além disso, os participantes relataram que um INSP era mais capaz de apoiar entidades subnacionais de saúde nas suas respostas e grupos de formação a diferentes níveis em preparação crítica e capacidades de resposta.

#### ❖ **Ligações e redes**

Os participantes notaram que uma agência focada de confiança do público em geral e do sector de saúde pública, em particular, pode coordenar melhor os intervenientes, a

informação e as atividades num ambiente multissetorial. Durante as emergências, afirmaram que um sistema de gestão de incidentes, frequentemente alojado dentro de um INSP ou empregado por um INSP pode melhorar a coordenação. Os participantes comentaram que uma instituição com maior flexibilidade é capaz de contornar alguns dos longos processos que os Ministérios da Saúde frequentemente enfrentam quando colaboram com parceiros e outros ministérios. Observaram também que uma estrutura integrada pode reunir fisicamente o pessoal para uma melhor coordenação e colaboração. Os participantes declararam que uma ligação forte e confiante com os Ministérios da Saúde e os níveis subnacionais permitiu aos INSP alcançar a sua função.

#### ❖ Recursos e infraestruturas adequados

Os participantes descreveram que, na sua experiência, o mandato mais restrito e a maior flexibilidade do INSP, em comparação com os Ministérios da Saúde, lhe permitiram concentrar-se melhor no pessoal e na sua capacitação para satisfazer as competências exigidas pelos institutos. Os INSP desempenham papéis na capacitação do seu pessoal e podem também informar ou dirigir capacitações para o pessoal de saúde pública a todos os níveis dentro do país. Os programas de formação em epidemiologia de campo (FETP) são frequentemente administrados nos INSP, e os participantes mencionaram que os atuais residentes e egressos apoiam atividades de vigilância e resposta. Os participantes declararam que, através da integração, um INSP pode conseguir uma coordenação mais central e a responsabilização pelos recursos. Um orçamento combinado a nível do INSP pode levar a uma maior poupança de custos e maior eficiência, o que foi citado como um desafio num Ministério da Saúde que gere uma variedade de programas de saúde pública. Os participantes observaram que, dependendo do seu mandato, um INSP é por vezes mais capaz de solicitar subvenções, gerar rendimentos ou receber recursos dos parceiros. Os participantes de todos os países enfatizaram que durante as emergências, os INSP podem ter acesso a um fundo de emergência para a saúde pública, flexibilizar uso de fundos para responder a uma necessidade imprevista e mobilizar rapidamente a sua força de trabalho. Um INSP oferece um local único onde o pessoal de saúde pública trabalha, facilitando a coordenação e colaboração. Os participantes partilharam exemplos de INSP, tanto no alojamento como na ligação a laboratórios de saúde pública, incluindo um INSP – criando um laboratório de saúde pública dedicado, com grande esforço para melhorar a qualidade da rede de laboratórios existentes num país.

#### ❖ Reconhecimento nacional e âmbito de influência

Os participantes salientaram que um INSP eficaz pode aumentar a sensibilização para a saúde pública e a segurança sanitária. Com um papel na definição da visão de saúde pública a nível nacional, em particular para enfrentar surtos de doenças, os participantes sublinharam que um INSP atribui um sentido de orientação, organiza atividades para ajudar os níveis subnacionais, e coordena todos os programas de saúde pública. Os participantes identificaram que um INSP é frequentemente o braço do Ministério da Saúde para responder a surtos de doenças. Como tal, eles identificaram a clareza, complementaridade e confiança entre o INSP e o Ministério da Saúde como chave para respostas bem sucedidas a surtos. Os participantes observaram que o foco de um INSP ajuda a aumentar a eficiência relativamente a um grande departamento do Ministério da Saúde, permitindo a duas entidades criar um equilíbrio entre os papéis na implementação e na elaboração de políticas. Em todos os países, os participantes disseram também que um INSP pode responder aos pedidos de informação do Ministério da Saúde, conduzindo investigação e apresentando a síntese de dados de vigilância. E quando os papéis e funções do INSP não são claros, os participantes identificaram um potencial de

duplicação ou dificuldades no trabalho com parceiros e entidades de saúde subnacionais. Os participantes notaram que os INSP, particularmente os recentemente criados, por vezes lutam para que os seus papéis sejam reconhecidos pelo Ministério da Saúde, parceiros e o público. Isto pode levar a oportunidades desperdiçadas para os INSP se envolverem em atividades-chave da saúde, tais como o desenvolvimento do plano estratégico nacional de saúde. Alguns participantes identificaram dificuldades numa resposta de emergência conjunta eficaz quando o Ministério da Saúde assumiu um papel nas atividades de resposta, mas não dispunha de recursos nem de estruturas adequados para desempenhar esse papel. Os participantes afirmaram que estes desafios podem ser especialmente maiores se os INSP forem organizados dentro do Ministério da Saúde e sujeitos à mesma administração e processos.

#### ❖ **Ser agência líder em saúde pública**

Os participantes disseram que ter um INSP identificado como agência para liderar os esforços de saúde pública pode ajudar a melhorar a coordenação, bem como a promover o máximo impacto. Além disso, acrescentaram que alguns INSP servem como entidade única para recolher amostras de laboratório, testar e analisar dados e responder a situações de emergência. Além disso, os participantes observaram que um único ponto de contacto de saúde pública atenua os desafios encontrados no Ministério da Saúde devido à longa cadeia de comandos. Os participantes comentaram também que um INSP pode fornecer uma visão unificada para programas anteriormente autónomos, promovendo a eficácia e a colaboração. Uma única entidade com funções de saúde pública interligadas pode trabalhar de uma forma mais padronizada e racionalizada. Além disso, de acordo com alguns participantes, a gestão, orçamentação e apresentação de relatórios podem também ser mais consistentes. Muitos participantes enfatizaram que o valor de uma única liderança em saúde pública é crítico durante as emergências, para que os INSP possam liderar e utilizar recursos conforme as necessidades. Alguns participantes notaram que se as funções de saúde pública não se complementem, nem sempre faz sentido combiná-las num único instituto. Por exemplo, um país com um laboratório de referência eficaz e recursos limitados pode não necessitar de um laboratório de saúde pública como parte do INSP. Enquanto a especialização técnica focalizada pode ser vista como um ajuste benéfico em alguns casos, os participantes disseram que também pode ser um desafio quando uma agência integrada resulte em especialização de pessoal demasiado estreita.

#### ❖ **Base científica para programas**

Os participantes de todos os países partilharam que a informação gerada e sistematizada por um INSP através de atividades de investigação e vigilância orienta a tomada de decisões e responde a pedidos de informação pelos Ministérios da Saúde e de outros níveis de governo. Os participantes sublinharam que as atividades de vigilância são frequentemente mais rápidas numa organização mais integrada e podem facilitar a análise de dados que informam as decisões. Os participantes afirmaram que os trabalhos técnico, científico, o pessoal especializado e a natureza multidisciplinar de um INSP melhoram a monitorização de eventos de saúde, sensibilizam para as tendências de doença e projetam eventos de saúde. Isto ajuda a apoiar os níveis subnacionais de uma forma atempada e proativa.

#### ❖ **Limitações por influência política**

Para alcançar o seu mandato em matéria de saúde pública, os participantes citaram a importância do foco técnico de um INSP, em vez do envolvimento político. Segundo os participantes, proteger os INSP de interferências políticas permite-lhes trabalhar mais rapidamente, gerar as provas necessárias para informar as decisões, comutar com franqueza e

gerir os recursos de forma mais independente. Para além das considerações funcionais, os participantes afirmaram que a confiança dos interessados e do público nos INSP era maior quanto menor fosse a percepção de influência política. Alguns participantes observaram que um INSP autónomo pode trabalhar melhor de forma independente, separando assim o político das funções técnicas.

#### ❖ **Viabilidade política**

Os participantes notaram que a criação de um novo INSP pode exigir a deslocação de elementos de grupos existentes. Enfatizaram que uma relação de confiança com as partes interessadas, líderes governamentais e indivíduos dentro da estrutura organizacional facilita o papel do INSP.

Os participantes disseram que a mudança necessária para criar um INSP pode levar a que os grupos resistam à perda de poder. Do mesmo modo, observaram que diferentes instituições que operam independentemente podem resistir à abordagem harmonizada de um INSP. A nível subnacional, alguns participantes observaram que o INSP pode também enfrentar problemas de resistência no trabalho através das estruturas e pessoal do Ministério da Saúde. E salientaram que a demonstração do valor de um modelo integrado ajuda os INSP a ultrapassar as preocupações a diferentes níveis.

Os participantes apontaram que a criação do INSP ou a expansão de suas atribuições pode acontecer quando há confiança na instituição e quando é evidente que o INSP promova a eficiência e a eficácia. Muitos identificaram a confiança como elemento crítico para o sucesso da criação do INSP, particularmente por parte da liderança governamental, e que o envolvimento da liderança na definição do mandato do INSP ajude a facilitar esta confiança. Participantes afirmaram que uma organização integrada pode ajudar a superar dificuldades criadas pela colaboração associada a mandatos verticais e funções de saúde pública mal organizadas. Alguns afirmaram que um desempenho bem sucedido durante um surto, bem como demonstrações de valor do INSP, construíram vontade política para um INSP e investimento no reforço das suas funções.

Para mais detalhes sobre esta avaliação, recomendamos a leitura do texto integral do artigo publicado na revista acima referida. No próximo Caderno, vamos trazer mais uma repercussão sobre os INSP promovida pela IANPHI.

### **COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)**

#### **ELEIÇÕES NA NIGÉRIA**

[Os eleitores do país mais populoso de África](#), a Nigéria, foram mais uma vez chamados a votar para eleger o seu próximo presidente no meio de uma insatisfação crescente no país devido ao agravamento da insegurança e das dificuldades económicas. A eleição é uma das mais disputadas com mais de 18 candidatos dos quais uma é mulher.

O Presidente cessante, Muhammadu Buhari, está a terminar o seu ciclo após oito anos no poder, num cenário de agitação e de descontentamento generalizado no seio da população. *“Com quase 40 anos de idade, eu nunca vi um candidato com apoio popular que possa ser comparado com o apoio que demos ao Tonton Buhari na sua primeira eleição ao cargo do Presidente. Foi impressionante ver pessoas modestas, vivendo com enormes dificuldades, saírem as ruas para coletar apoios financeiros a favor da campanha do Tonton. Hoje estamos todos frustrados. Ele acabou com o nosso sonho. Não voto e nem votarei mais em ninguém”*. Essas

foram as palavras de um taxista que me conduzia para o Aeroporto Internacional em menos de um mês das eleições.

Um outro apoiante do Sr. Buhari diz que ele fez o seu melhor e destacou realizações, tais como os projetos de infraestruturas e tentativas de combate ao extremismo violento. Mas, acrescenta dizendo, até a sua própria esposa, Aisha Buhari, pediu desculpa ao povo nigeriano por ter ficado aquém das suas expectativas. Neste cenário, é de extrema importância imaginar a tarefa difícil que terá o novo presidente a sair das eleições<sup>175</sup>.

Como parte do apoio eleitoral da CEDEAO aos Estados-Membros, S.E. o Dr. Omar Aliou Touray, Presidente da Comissão da CEDEAO, aprovou o envio de duzentos e cinquenta (250) observadores eleitorais para a Nigéria para apoiar e acompanhar todo o processo eleitoral. Os observadores provêm dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros da CEDEAO, Comissões Eleitorais, Embaixadores acreditados na CEDEAO, Parlamento da CEDEAO, Tribunal Comunitário de Justiça da CEDEAO, Organizações da Sociedade Civil, meios de comunicação social e peritos eleitorais da região. Essa mobilização massiva dos observadores é uma demonstração do interesse e das preocupações circunstanciais que a instituição comunitária acorda para com o processo eleitoral na Nigéria.

Na sua declaração no ato de envio da missão de observadores, S.E. o Dr. Omar Aliou Touray, Presidente da Comissão da CEDEAO, recordou aos Observadores que foram todos selecionados com base na integridade e lembrou-lhes da necessidade de fazer a democracia prosperar na Região através da garantia de eleições credíveis. Acrescentou que a CEDEAO está fortemente empenhada em apoiar eleições pacíficas como processo de garantia de boa governação na Região (lê-se no comunicado oficial da CEDEAO).

Convém realçar que a crise económica e de segurança que se vive na Nigéria atualmente não é isolada na sub-região e mesmo em África. Mas reverte-se de uma importância particular. O espaço político e económico da África Ocidental é composto de 15 países na chamada Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A Nigéria representa sozinha mais de 52% dos mais de 400 milhões de habitantes desta Comunidade. É a primeira potência económica, política e mesmo militar. Num espaço de livre circulação de pessoas e bens, a estabilidade da Nigéria é de extrema importância e do interesse geral para toda a sub-região.

#### **CIMEIRA/CÚPULA EXTRAORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CEDEAO**

A 18 de fevereiro do corrente ano, teve lugar a 36ª Cúpula/Cimeira da União Africana em Adis Abeba, na Etiópia. Aproveitando a participação das delegações de alto nível dos Estados-Membros, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) convocou uma Cimeira/Cúpula Extraordinária, sob a presidência do Senhor Umaro Sissoco Embaló, Presidente da República da Guiné-Bissau e Presidente em exercício da Conferência da CEDEAO. A Cimeira Extraordinária foi convocada para analisar os progressos realizados pelas transições em Burkina Faso, Guiné e Mali, bem como o nível de preparação para as eleições na Nigéria, Serra Leoa e Libéria. A Cimeira também deliberou sobre a atualização da criação de uma Força Regional contra o Terrorismo e para criação da ordem constitucional e um briefing sobre o resultado do Diálogo Político UE-CEDEAO que teve lugar em Bruxelas, de 06 a 07 de fevereiro de 2023.

---

<sup>175</sup> <https://edition.cnn.com/2023/02/25/africa/voting-underway-nigeria-elections-intl-cmd/index.html>

Já no ato de abertura da 36ª Cimeira da UA, o Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, não exitou no seu discurso inicial ao afirmar “Quero aproveitar esta ocasião para colocar claramente a questão das sanções impostas aos países com mudanças de Governo não-constitucionais. Estas sanções não parecem produzir os resultados que pretendíamos, mais pelo contrário. Elas suscitam uma maior divergência com os Estados sancionados e parece que estamos a sancionar especialmente as populações desses países e as suas economias. Parece-me necessário mudar o sistema de resistência às mudanças não-constitucionais de forma a torná-lo mais eficaz contra essas mudanças e mais investido no bem-estar das populações”.

Mas na sua Sessão Extraordinária, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, após ter sido analisada e congratulada com a situação político, segurança e social assim como com os processos de transição em cada um dos 3 países em situação de sanções, decidiu manter as sanções aos três países, e impor a proibição de viajar aos membros do Governo e a outros altos funcionários dos três países apesar do pedido dos mesmos apresentados pelos respetivos Ministros dos Negócios Estrangeiros para que a Conferência levantasse as sanções que lhes foram impostas na sequência dos respetivos golpes de Estado.

No que concerne as eleições, os Chefes de Estado e de Governo analisaram os progressos realizados e os desafios nos processos eleitorais dos três países que organizam eleições Presidenciais no ano de 2023, nomeadamente a Nigéria, a Serra Leoa e Libéria. A Conferência apelou à Comissão da CEDEAO para acelerar a revisão do Protocolo Complementar de 2001 sobre Democracia e Boa Governação, e assegurar a conclusão desse projeto, com vista a reforçar a conduta democrática e a estabilidade na região

Ainda nesta sessão extraordinária, os Chefes de Estado foram informados sobre os resultados da reunião extraordinária do Comité de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO sobre a criação de uma força regional contra o terrorismo e para a restauração da ordem constitucional, realizada em Bissau, a 19 de dezembro de 2022. Os Chefes de Estado e de Governo analisaram os progressos feitos nos esforços para criar uma força regional para combater o terrorismo e impedir mudanças inconstitucionais no governo. Para o efeito, a Conferência instruiu ao Presidente da Comissão a se empenhar com todos os Estados-Membros, particularmente aqueles gravemente afetados pela situação, no caminho a seguir. Em consequência, encarregaram o Presidente da Comissão da CEDEAO de se comprometer com os Estados-membros a acordar as modalidades de mobilização de um (1) bilhão de dólares americanos, contribuições obrigatórias para os esforços de combate ao terrorismo no âmbito do Plano de Ação 2020-2024.

A Conferência reiterou sérias preocupações sobre o fluxo para a região de armas e munições ilícitas, incluindo explosivos improvisados e veículos aéreos não tripulados, que permitiu a extremistas violentos e grupos terroristas e outros grupos armados controlar grandes extensões de território e aterrorizar comunidades. Os Chefes de Estado e de Governo condenaram veementemente as entidades que estão a financiar e a permitir o terrorismo na região e lançaram apelo para que desistam de práticas que acabem sendo prejudiciais para a paz global.

## **AS EPIDEMIAS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DOS PAÍSES AFRICANOS**

Mal começou o ano, a OMS já anuncia a confirmação do primeiro surto de sempre da Doença do Vírus de Marburgo na Guiné Equatorial.

A doença do vírus de Marburgo é uma doença altamente virulenta que causa febre hemorrágica, com uma taxa de letalidade de até 88%. É um membro da mesma família que o vírus que causa o Ébola, sendo transmitido aos humanos por morcegos e propagando-se através do contacto direto com os fluidos corporais, superfícies e materiais infectados.

Atualmente não existem vacina ou tratamento antiviral conhecidos. Alguns cuidados de apoio - reidratação oral ou intravenosa - e o tratamento de sintomas específicos podem ajudar a aumentar as hipóteses de sobrevivência. Após tornada pública a informação da OMS/AFRO, as medidas de prevenção e ações de vigilância epidemiológica foram automaticamente ativadas em quase todos os países da África Central e Ocidental.

A Memória ainda bem presente da epidemia do vírus de Ébola de 2014/15 na África Ocidental não pode deixar nenhum país insensível à questão.

## **Na Europa, a guerra completa um ano, sob suspeita de que os EUA estejam por trás dos ataques e da destruição dos gasodutos Nord Stream**

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

A guerra na Ucrânia completou 1 ano em 24 de fevereiro, sem perspectivas de um desfecho ou acordo de paz. Pelo contrário, a Europa anunciou seu décimo pacote de sanções contra a Rússia, o presidente ucraniano segue pedindo mais armas e o G-20 não conseguiu aprovar uma declaração conjunta sobre a guerra.

Repetindo o argumento do informe anterior, Lula é grande novidade do cenário internacional e já articula um posicionamento como interlocutor para um possível processo de mediação na guerra, enquanto declara que não vai tomar partido. [Governos europeus aceitaram incorporar sugestões do governo brasileiro, no documento apreciado pela Assembleia Geral das Nações Unidas \(AGNU\)](#). A proposta era de que o texto não tratasse apenas da condenação à agressão russa, mas que abrisse espaço para falar da suspensão de hostilidades. O jornalista internacional Jamil Chade considera que todas as resoluções foram no sentido de pedir a retirada imediata das tropas russas, mas poucas mencionaram a criação de um espaço de diálogo.

A proposta brasileira é a criação de uma espécie de grupo de contato para mediar a comunicação entre as partes do conflito, possibilitando a formulação de um entendimento. Segundo Chade, [o governo da França condicionou a iniciativa de Lula ao reconhecimento, pelo Brasil, da agressão russa à Ucrânia](#). Com o voto brasileiro em apoio à Resolução que condena a invasão russa da Ucrânia, o país muda sua posição, que vinha sendo a da abstenção e destoa de países emergentes. O documento foi aprovado na AGNU, referendado por 141 países, contra apenas 7 votos contrários. Outros 32 países optaram pela abstenção, entre eles todos os demais parceiros do Brasil nos Brics.

O argumento dos europeus é que iniciativas de paz precisam reconhecer a agressão à luz da Carta das Nações Unidas: qualquer projeto de negociação precisa estar baseado, como critério, no reconhecimento de que houve uma violação da Carta das Nações. Para os franceses, o Brasil sinalizou nesta direção e não haveria um obstáculo. Mas, entre diplomatas europeus, existem dúvidas se os demais países emergentes que formariam parte do "clube da paz" também adotariam tais princípios. Já entre os diplomatas brasileiros, a dúvida é se não caímos numa armadilha europeia de condenação à invasão.

[A China também se coloca como potencial mediadora dos esforços de paz e apresentou um documento com 12 pontos que pedem a Moscou e Kiev o início de negociações de paz](#). Em resposta, a Rússia afirmou que o plano proposto pela China merece atenção, mas que as condições necessárias para uma solução pacífica não estão reunidas no momento. A grande diferença entre China e Brasil nesta tentativa de mediação é o alinhamento chinês à Rússia, que a desqualifica aos olhos das potências ocidentais, que apoiam a Ucrânia.

Outras importantes negociações em curso no continente europeu dizem respeito à adesão de Suécia e Finlândia à Otan e ao acordo entre Reino Unido e União Europeia sobre a Irlanda no Norte, após o Brexit. Em relação ao primeiro, [a Turquia, que havia imposto condições para a aceitação de Suécia e Finlândia à Otan, cancelou as negociações em janeiro](#), após um político de extrema-direita dinamarquês queimar uma cópia do Alcorão do lado de fora da embaixada turca em Estocolmo. Há expectativa que as negociações sejam retomadas no início de março, segundo o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, apesar de

sua declaração de que a Suécia ainda não tenha cumprido suas obrigações ao amparo do memorando assinado no ano passado.

[O governo do Reino Unido e a União Europeia \(UE\) chegaram a um acordo para resolver a controvérsia sobre controles pós-Brexit na Irlanda do Norte.](#) O primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, estão reunidos para tratar do que seriam, segundo eles, as discussões finais deste tema. Um pronunciamento é esperado em breve.

A novidade Lula já não está sozinha no cenário internacional. A grande notícia deste informe, é a [suspeita de que os EUA sejam os responsáveis pelos ataques que destruíram 3 dos 4 gasodutos Nord Stream](#), que fornecia gás da Rússia para a Alemanha e partes da Europa. [A denúncia é feita pelo jornalista Seymour Hersh em seu site](#)<sup>176</sup> e foi [comentada por Jeffrey Sachs, que palestrou a convite da Missão Russa na ONU, durante uma sessão do Conselho de Segurança que abordava a destruição do gasoduto.](#)

Dois dos gasodutos, que compunham o Nord Stream 1, vinham fornecendo gás russo barato para Alemanha e grande parte da Europa Ocidental por mais de 10 anos. Um segundo par de gasodutos, o Nord Stream 2, teve sua construção recém-concluída, mas não chegou a operar. Hersh diz que “Joseph Biden viu os gasodutos como um veículo para Vladimir Putin transformar o gás natural em armas para suas ambições políticas e territoriais”. Ele prossegue, afirmando que “a decisão de Biden de sabotar os gasodutos ocorreu após mais de nove meses de debates altamente secretos dentro da comunidade de segurança nacional de Washington sobre a melhor forma de atingir esse objetivo. Durante grande parte desse tempo, a questão não se missão deveria ser feita, mas como realizá-la sem deixar nenhuma pista clara de quem é o responsável.” Ele não para por aí e, no decorrer do texto, descreve com detalhes, as negociações e parcerias estabelecidas para a execução do plano, em especial com a Noruega, que ele afirma ter sido um parceiro chave.

Para Hersh, o Nord Stream 1 sempre foi visto por Washington e seus parceiros anti-russos da OTAN como uma ameaça ao domínio ocidental. Afinal, os lucros da Gazprom foram compartilhados com o governo russo, e as receitas estatais de gás e petróleo, em alguns anos, foram estimadas em [não menos que 45%](#) do orçamento anual da Rússia, segundo ele. Se o Nord Stream 1, já assegurava gás barato para a Europa - diminuindo sua dependência externa dos EUA -, e uma bela fonte de renda para Putin, o Nord Stream 2, dobraria a quantidade de gás barato disponível para a Alemanha e a Europa Ocidental, além de fornecer gás suficiente para mais de 50% do consumo anual da Alemanha.

Em suas palavras, a oposição ao explodiu na véspera da posse de Biden, em janeiro de 2021, quando os republicanos do Senado, levantaram repetidamente a ameaça política do gás natural russo barato durante a audiência de confirmação de Blinken como Secretário de Estado. Blinken teria afirmado que Biden enfrentaria os alemães “Eu conheço sua forte convicção de que esta é uma má ideia, o Nord Stream 2”, disse ele. “Eu sei que ele quer que usemos todas as ferramentas persuasivas que temos para convencer nossos amigos e parceiros, incluindo a Alemanha, a não seguir em frente com isso.” Hersh prossegue explicando que, enquanto a Europa permanecesse dependente dos gasodutos de gás natural barato,

---

<sup>176</sup> Outras Palavras traz o texto de Seymour Hersh traduzido por Maurício Ayer em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/eua-explodiram-os-gasodutos-nord-stream/>

Washington temia que países como a Alemanha, relutassem em fornecer à Ucrânia o dinheiro e as armas necessárias para derrotar a Rússia.

Hersh apresenta falas de integrantes do governo estadunidense contrárias aos gasodutos Nord Stream, para depois detalhar as reuniões ultrassecretas, o plano, a operação e a parceria com a Noruega, fundamental para a destruição dos gasodutos. Na ocasião, a Rússia foi imediatamente acusada da “autossabotagem” e o evento era tratado como um mistério não resolvido. Esta narrativa se sustentou até o momento em que a imprensa estadunidense descobriu que autoridades russas vinham obtendo estimativas do custo do reparo dos gasodutos.

Em sua fala no Conselho de Segurança da ONU, Jeffrey Sachs, qualifica a destruição dos gasodutos como um ato de terrorismo internacional, que representa uma ameaça à paz. Ele cobrou uma séria investigação por parte do Conselho, argumentando que a operação exigiu alto grau de planejamento, expertise e capacidade tecnológica. Em suas palavras, “a destruição de um oleoduto de aço laminado pesado, envolto em concreto, a uma profundidade de 70 a 90 metros, requer tecnologias altamente avançadas para transporte dos explosivos, mergulho para instalação destes explosivos e detonação. Fazê-lo sem ser detectado, nas zonas econômicas exclusivas da Dinamarca e da Suécia, aumenta muito a complexidade da operação. Como vários altos funcionários confirmaram, uma ação desse tipo deve ter sido realizada por um ator do nível de um Estado”.

O que vai acontecer se, de fato, os EUA estiverem por trás do ataque e destruição dos gasodutos? Será que um dia chegaremos a tal comprovação? Independentemente das respostas, a hipótese levantada por Hersh, sua excelente matéria e a própria guerra a que assistimos, mostram que não há ética ou preocupação ambiental quando o hegemom sente sua hegemonia ameaçada. O realismo político explicando a realidade, por mais que doa. Vale tudo.

## O preço do apartheid da vacina: não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África

*Lúcia Marques*

*O Ocidente mal deu ouvidos à seriedade de muitas questões, mas insiste que o Sul Global se junte a ele nas sanções à Rússia.*<sup>177</sup>

O Ocidente mal deu ouvidos à seriedade de muitas questões, mas insiste que o Sul Global se junte a ele nas sanções à Rússia.<sup>178</sup>

As abstenções no âmbito da ONU quando o assunto é Rússia e Ucrânia e o não-alinhamento de países do Sul Global são consequências da falta de empatia do Ocidente. Os embates dos EUA contra Rússia e contra a China não conquistam países da Ásia, do Oriente Médio e da África.

Com estilos, argumentos e ferramentas bem diferentes, EUA e China pressionam os países “não alinhados” a reavaliar seus laços com o outro lado. A competição diplomática (e econômica) entre as duas maiores economias do mundo vem se intensificando da África ao Pacífico com acordos sobre comércio e bases militares, enquanto ambos buscam persuadir os aliados existentes a escolher um lado. Um aliado, na visão americana, um parceiro, na visão chinesa. E nessa disputa, os países, principalmente da Ásia, do Oriente Médio e da África, andam “pisando em ovos”, mas também vão ganhando destaque regionalmente, negociando vantagens e atraindo investimentos das duas grandes potências. Escolher um lado não é vantajoso. É crítico se manter no caminho do meio para enfrentar a policrise atual: econômica, energética, social, alimentar, climática, mudanças epidemiológicas, inequidades, entre outras.

E por isso mesmo, esses países optaram por não se manifestar sobre o balão chinês, supostamente espião, que foi abatido pelos americanos – inclusive, Taiwan. A conversa sobre uma guerra fria emergente entre os EUA e a China também levantou sugestões de um novo *movimento não alinhado* de países que esperam ficar de fora dessa guerra.<sup>179</sup> Movimento defendido por Vivian Balakrishnan, ministro das Relações Exteriores de Singapura, em uma [conferência](#) no final do ano passado, sobre tecnonacionalismo<sup>180</sup>: "eu não acredito que qualquer país asiático que se preze queira ficar preso, ou ser um vassalo, ou pior, ser um teatro para batalhas por procuração".

Também podemos observar esse *não-alinhamento* nas abstenções nas sessões especiais da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a guerra na Ucrânia. A última foi no dia 23/02, quando a guerra completou um ano. A resolução obteve 141 votos a favor, 7 contra e 33 abstenções. Entre os que se abstiveram estão China, Índia, e África do Sul – três dos BRICS<sup>181</sup>. Países do Sul Global e da Ásia Central, principalmente, estão entre as abstenções.

---

<sup>177</sup> S. Jaishankar, Ministro das Relações Exteriores da Índia

<sup>178</sup> S. Jaishankar, Ministro das Relações Exteriores da Índia

<sup>179</sup> [The ballooning U.S.-China rivalry has some countries reluctant to pick sides \(nbcnews.com\)](#)

<sup>180</sup> A conferência focou as implicações econômicas do tecnonacionalismo – ideia cada vez mais difundida de que a prosperidade e a segurança de um país dependem de ganhar domínio ou autossuficiência na tecnologia e que o progresso tecnológico de outros países é uma ameaça.

<sup>181</sup> [Brasil, a favor](#)

Para o Ocidente, isso causa espanto,<sup>182</sup> mas, quando olhamos para o mundo com os olhos dos países do Sul Global, que viveu o apartheid vacinal, naufrágio financeiro, que vive a desigualdade cada vez maior, que sofre com a falta de empatia com seus problemas e paga caro pelas consequências do aquecimento global, fica fácil entender o crescimento do sentimento anticolonialismo e do movimento do não-alinhamento. Como já escrevemos tantas vezes, são países que querem ser ouvidos e ter voz nos grandes fóruns internacionais!<sup>183</sup>

Como destacou o ministro das Relações Exteriores indiano, S. Jaishankar, na cúpula *Voice of the Global South*, que reuniu representantes de 120 países em desenvolvimento da África, América Latina e Ásia:<sup>184</sup>

“Os países em desenvolvimento enfrentam muitos desafios, desde as consequências da pandemia, o alto custo do serviço da dívida e a crise climática que devasta seus ambientes até a dor da pobreza, a escassez de alimentos, as secas e os altos preços de energia. O Ocidente mal deu ouvidos à seriedade de muitas dessas questões, mas insiste que o Sul Global se junte a ele nas sanções à Rússia.”

Embora a guerra na Ucrânia tenha acentuado essa divisão, ela não é recente e vai além dos interesses econômicos ou conveniências geopolíticas. A crescente assertividade da China e os recentes desafios à democracia liberal americana sugerem uma clara divisão política e ideológica. Como [sinalizou o estudo britânico](#), em todo o mundo, os indicadores mais fortes de como as sociedades se alinham em relação à China ou aos Estados Unidos são seus valores e instituições fundamentais – incluindo crenças na liberdade de expressão, escolha pessoal e até que ponto as instituições democráticas são praticadas e percebidas como legítimas. Como resultado, o mundo está dividido entre dois grupos opostos: uma aliança marítima de democracias, liderada pelos Estados Unidos; e um bloco eurasiático de estados iliberais ou autocráticos, centrado na Rússia e especialmente, na China, a grande rival da América.

E dos dois gigantes, são os EUA que têm sido obrigados a mudar sua estratégia para o Sul Global, principalmente para o Indo-Pacífico, de forma mais assertiva para alcançar seus objetivos de atrair aliados, porque: seu ideal de democracia liberal bate de frente com o interesses de alguns governos locais não tão democráticos<sup>185</sup>; seu foco em segurança militar não atende aos anseios de segurança econômica e comercial dos países que buscam avançar suas economias. Para a China, isso é mais fácil; são mais de 5 mil anos de história construída através do estabelecimento de relações comerciais. Outro diferencial que pesa a favor da China é que ela não tem uma abordagem única. Em muitos países, Pequim usou um extenso engajamento econômico como precursor da influência estratégica e política – usando a influência econômica para produzir uma vantagem estratégica. O modelo de Pequim é verdadeiramente global: atende às necessidades dos países regionais que buscam diversificar suas relações num mundo cada vez mais multipolar. Esse é um modelo que os EUA precisam aprender o mais rápido possível: adotar uma abordagem flexível, evitando posturas de tamanho único e priorizando soluções específicas de relacionamento e região; evitar posturas abrangentes de "conosco-ou-

---

<sup>182</sup> Krishen Mehta, membro do Conselho do Comitê Estadunidenses para o Acordo EUA-Rússia, analisa os resultados de um [estudo de Cambridge](#), que aponta que, de 137 países, 70% simpatizam com a China e 66% com a Rússia e que rejeitam a OTAN - <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/guerra-na-ucrania-o-sul-global-rejeita-a-otan/>

<sup>183</sup> Marques, L. *Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023*. In: Cadernos CRIS-Fiocruz 23-2022, p. 201-217.

<sup>184</sup> <https://www.prensalatina.com.br/2023/01/12/cupula-virtual-inaugurada-na-india-voz-do-sul-global/>

<sup>185</sup> [Os Estados Unidos, a China e os "novos países não alinhados" \(brookings.edu\)](#)

contra-nós” – sempre presentes nos discursos do Secretário de Estado americano, Antony Blinken -; reconhecer a importância da diplomacia, incluindo a diplomacia comercial, e capitalizar o engajamento econômico. E nessa equação, entra ainda um terceiro fator que pesa contra a América, o da não interferência – outro tema que Washington ainda não aprendeu<sup>186</sup>.

Muitos países da Ásia e além veem as tensões EUA-China como um risco ao progresso em questões de importância global, como mudanças climáticas e saúde pública, e pediram maior comunicação. Vietnã espera que Pequim e Washington continuem a resolver divergências por meio do diálogo, enquanto Singapura lamentou a decisão dos EUA de adiar a viagem de Blinken à China por causa do incidente com o balão. Para o singapurense, quanto mais diálogo, melhor.

Para Madiha Afzal, pesquisadora de política externa da *Brookings Institution*, muitos países veem o mundo cada vez mais multipolar e estão buscando diversificar seus laços diplomáticos.<sup>187</sup> "Eles não veem um mundo sendo liderado pela China ou liderado apenas pelos EUA", disse ela. "Beneficia-os ter relacionamentos de ambos os lados." Eles basicamente não podem viver sem os EUA, mas também são inseparáveis da China, porque a China é o maior parceiro comercial de mais de 120 países e regiões.

A China avança em esforços diplomáticos e também segue com sua estratégia de desenvolvimento econômico e cooperação, seja através da Iniciativa *Belt and Road* (Cinturão da Rota da Seda) ou da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, em inglês), o maior acordo de livre comércio do mundo, que acaba de ganhar um novo adepto, as Filipinas.<sup>188</sup> A cooperação econômica e comercial entre a China e as Filipinas também deve atingir novos patamares. Mais empresas chinesas devem investir nas Filipinas como uma porta de entrada para os mercados internacionais, enquanto os dois países provavelmente também fortalecerão a cooperação da cadeia industrial em vários setores, incluindo a construção. A adesão impulsionará não só a economia do país do Sudeste Asiático, mas injetará energia nova na integração econômica regional.

Manila se tornou o último membro signatário a ratificar o pacto comercial envolvendo 15 economias da região Ásia-Pacífico, que entrou em vigor em 1º de janeiro do ano passado. Com a plena implementação da RCEP, cerca de 90% das mercadorias comercializadas na região passarão a ter tarifa zero. As regras cumulativas de origem da parceria permitem que os produtos tenham apenas 40% de seu valor agregado na região para desfrutar de tarifas mais baixas ou zero.

Filipinas é um bom exemplo do novo movimento não-alinhado dos países: possui relações comerciais com China e cooperação militar de segurança com os EUA e acaba de expandir o engajamento de segurança com o Japão,<sup>189</sup> principalmente sobre as disputas marítimas no Mar Meridional da China. Quando seu presidente, Ferdinand Marcos visitou Xi Jinping, em Pequim, no mês passado, ambos os lados concordaram em fortalecer o comércio e as parcerias em áreas como agricultura e infraestrutura, bem como buscar a cooperação em defesa. Para Marcos, as questões marítimas não compreendem a "soma total" das relações

---

<sup>186</sup> José Luís Fiori escreve sobre o assunto em seu artigo [Um ano depois: EUA dobram sua aposta, mas Rússia já ganhou o que queria.](#)

<sup>187</sup> [The ballooning U.S.-China rivalry has some countries reluctant to pick sides \(nbcnews.com\)](#)

<sup>188</sup> <https://www.chinadaily.com.cn/a/202302/23/WS63f6503da31057c47ebb044b.html>

<sup>189</sup> [China pesa opções enquanto Filipinas e Japão buscam águas mais amigáveis | Correio da Manhã do Sul da China \(scmp.com\)](#)

entre a China e as Filipinas, que estão buscando administrar as diferenças por meios pacíficos, de acordo com um comunicado conjunto divulgado pelas duas nações após a reunião.

### **ASEAN sob a liderança da forte Indonésia**

E sobre as disputas no Mar Meridional da China, Indonésia, como presidente rotativo da ASEAN<sup>190</sup> em 2023, já avisou que realizará novas rodadas de negociações com os Estados-membros e a China, a partir de março<sup>191</sup>, para avançar no Código de Conduta das Partes no Mar Meridional da China, a ser assinado por Pequim e pelos 10 países aseanos. O Código visa estabelecer a segurança e a liberdade de navegação no disputado Mar, apesar das reivindicações territoriais concorrentes.<sup>192</sup>

O Mar Meridional da China é uma região altamente estratégica, tanto regional como global, a medida em que combina a mais movimentada rota comercial do mundo, altas reservas de petróleo e gás natural e porções de território com soberania ainda contestadas. Por ser considerado o portão de entrada para os países do sudeste asiático, a região mantém ainda importância militar, criando consequências globais com o possível fechamento de linhas marítimas de comunicação.<sup>193</sup> A China e quatro Estados da ASEAN – Brunei, Malásia, Filipinas e Vietnã – bem como Taiwan - têm reivindicações sobrepostas sobre a hidrovía estratégica, uma questão que permaneceu sem solução por décadas. A disputa também é parte de um quadro global de disputa pela hegemonia entre a China e os EUA.<sup>194</sup> E um forte fator de tensão diária, como aponta [matéria da CNN](#), que descreve o encontro entre um caça chinês e um avião militar americano sobre o mar disputado.

E Indonésia, que foi presidente do G20 em 2022, e enfrentou a pressão do ocidente sobre a guerra na Ucrânia e sobre China, já avisou que “a ASEAN não deve se tornar um representante de nenhuma potência” e não vai aceitar interferências de países não regionais – uma indireta para o governo americano que sediará uma cúpula especial para os líderes aseanos, nos dias 12 e 13 de maio, em Washington? Os membros do bloco não estão dispostos a “perder tempo” com a obsessão americana sobre o Mar Meridional e sobre a China. O Estados Aseanos estão mais preocupados com questões imediatas como a unidade interna após a mudança política em Myanmar, bem como as dificuldades econômicas domésticas e regionais e dar ímpeto à recuperação econômica.

---

<sup>190</sup> Associação das Nações do Sudeste Asiático (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã)

<sup>191</sup> [Presidente da Asean realizará negociações do código de conduta do Mar do Sul da China a partir de março | Os Tempos dos Estreitos \(straitstimes.com\)](#)

<sup>192</sup> [China promete trabalhar com a Asean pela paz e estabilidade no Mar do Sul da China | Os Tempos dos Estreitos \(straitstimes.com\)](#)

<sup>193</sup> AGUILAR, S. L. C.; FAKHOURY, R. M. M. **Mar do Sul da China: um histórico de disputas**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 24, n. 2, 2019. <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13637>.

<sup>194</sup> Para o mesmo mar, táticas e diplomacias diferentes. EUA propuseram hospedar permanentemente sistemas de mísseis nos países aliados na região (Austrália, Japão, Filipinas, Coreia do Sul e Tailândia) para garantir liberdade dos mares, para “convencer a China a adotar a definição dos EUA/Ocidente em relação à liberdade dos mares”<sup>194</sup> (página 2, da análise “[Competição Estratégica EUA-China no Sul e Mares da China Oriental: Antecedentes e Questões para o Congresso](#)”, de janeiro de 2022). A China organizou um diálogo com os países envolvidos na peleja, em parceria com a ASEAN.<sup>194</sup> “Devemos resolver os conflitos marítimos de forma pacífica. Precisamos promover conjuntamente o desenvolvimento marítimo. Precisamos promover a conectividade marítima e garantir o fluxo tranquilo do transporte marítimo e das cadeias industriais. A [declaração conjunta](#) reconhece os benefícios de ter o Mar Meridional da China como um mar de paz, amizade e cooperação.

Embora o comunicado da Casa Branca divulgue que o objetivo da cúpula é demonstrar o compromisso duradouro dos Estados Unidos com a ASEAN e comemorar 45 anos de relações EUA-ASEAN, há especulações que a China (e o Mar Meridional) será um provável foco do encontro,<sup>195</sup> como tem acontecido em outras cúpulas e reuniões organizadas pelos EUA. Especula-se sobre como os EUA ajustarão sua implantação estratégica global à luz do conflito em andamento na Ucrânia e seus impactos geopolíticos nas principais relações com os países. Em particular, como abordará a Ásia-Pacífico, ou o que considera ser o Indo-Pacífico, no futuro.

Ainda sobre ASEAN, a primeira cúpula dos Ministros dos Negócios Estrangeiros aconteceu no dia 4 de fevereiro e foi precedida pela 32ª Reunião do Conselho de Coordenação da ASEAN (ACC). Com o tema "ASEAN Matters: Epicentro do Crescimento, o evento reiterou os interesses mútuos e a interdependência entre os povos da ASEAN, que estão ligados pela geografia, objetivos comuns e destino partilhado. O destaque foi a presença de Timor-Leste, com status de observador, significando a sua primeira participação como parte da Família da ASEAN.

A [declaração final](#), de nove páginas, abrange uma gama enorme de assuntos e condiz com o lema da presidência da Indonésia sobre a ASEAN ser o Epicentro do crescimento: “estamos determinados a fazer do Sudeste Asiático o centro do crescimento econômico regional e um motor para o crescimento global por meio de cooperação robusta, inclusive nos setores de alimentos, energia, setores de saúde e finanças.” Sobre saúde, todos concordaram em fortalecer a arquitetura regional de saúde além do COVID 19 para alcançar a resiliência; expandir o Fundo de Resposta da ASEAN COVID-19 para responder a outras questões de saúde pública, emergências e doenças emergentes; promover um mecanismo de abordagem de saúde única; e estabelecer o ASEAN Center for Public Health dedicado à prevenção, preparação e resposta a potenciais emergências de saúde pública.

O evento da ASEAN também foi uma oportunidade para o encontro entre o novo ministro das Relações Exteriores da China, Qin Gang, com seu homólogo indonésio, Retno Marsudi, em Jacarta. Além da questão do Mar Meridional da China, os dois ministros das Relações Exteriores discutiram outras questões regionais e globais, desde a recuperação pós-pandemia de Covid-19 até a crise de Myanmar e a segurança na região Ásia-Pacífico. Sobre a questão de Myanmar, Retno agradeceu à China por seu apoio à estratégia de [Consenso de Cinco Pontos](#)<sup>196</sup> adotada pela Asean e assinada pelo país birmanês, em abril de 2021 para lidar com a crise política no país – o bloco deverá ser mais firme com a antiga Birmânia.

Os dois ministros também discutiram questões bilaterais, incluindo esforços comuns para fortalecer a Parceria Estratégica Global Indonésia-China, abrangendo as áreas de comércio e investimento, infraestrutura, marítimo, saúde, conectividade e contatos interpessoais.

China segue avançando em seus esforços diplomáticos não só na Ásia, mas também no Oriente Médio e na Europa. Xi recebeu em Pequim o presidente iraniano, Ebrahim Raisi, enquanto seu principal diplomata da China, Wang Yi, esteve em uma viagem de uma semana à Europa, incluindo uma parada na Rússia.

---

<sup>195</sup> [Washington's new attempt to pit ASEAN against China: China Daily editorial - Opinion - Chinadaily.com.cn](#)

<sup>196</sup> Os cinco pontos da estratégia são a nomeação de um enviado especial, uma visita do enviado a Mianmar, o fim da violência no país, o diálogo construtivo entre todas as partes e a assistência humanitária da Asean. [Asean precisa olhar além do consenso de cinco pontos de Mianmar, diz colaborador do Jakarta Post | Os Tempos dos Estreitos \(straitstimes.com\)](#)

A recente visita do presidente iraniano Ebrahim Raisi à China deve ser vista como um sucesso para a cooperação sino-iraniana para o desenvolvimento. Uma declaração conjunta detalhada<sup>197</sup> entre os dois líderes considerou os aspectos econômicos, políticos e culturais dos laços históricos, ao mesmo tempo em que ofereceu uma oportunidade substancial para a cooperação multissetorial para o desenvolvimento ganhar mais força. No centro disso está a Iniciativa do Belt and Road (BRI), continuamente considerada por Teerã como um meio chave para facilitar o desenvolvimento global em meio a novas sinergias de conectividade. "O Irã apoia firmemente e participará ativamente da BRI, da Iniciativa de Desenvolvimento Global e da Iniciativa de Segurança Global propostas pela China", disse Raisi. Em meados de 2020, os dois países assinaram um estratégico acordo de cooperação de 25 anos: Irã ganhou fôlego financeiro e a China se tornou um jogador importante para a geopolítica no Oriente Médio.<sup>198</sup>

### ***China e Rússia na África e Oriente Médio e o futuro ambiente global***

As tentativas de Washington de isolar Moscou e conter Pequim levaram os dois países a buscar novos parceiros fora da influência dos EUA. Como já destacamos, o colapso dos laços Rússia-EUA e a contínua deterioração das relações China-EUA não só promoveram uma cooperação mais estreita entre Moscou e Pequim, mas também galvanizaram suas aberturas geopolíticas para outros polos globais, como o Oriente Médio e a África. As tentativas da China e da Rússia de garantir parcerias estratégicas - acordos de comércio e investimento - com atores fora das áreas dominadas pelos EUA podem fazer com que essas regiões se tornem cada vez mais importantes no cenário mundial.

No entanto, como analisa o cientista político Karim Alwadi,<sup>199</sup> os países árabes são bons e velhos amigos da China, mas, apesar dessa herança amigável, o relacionamento está muito longe de todo o seu potencial. Nas últimas décadas, ambos os lados se concentraram em outros lugares, mas os novos desenvolvimentos geoestratégicos globais são uma força catalisadora, empurrando-os para forjar um relacionamento mais próximo um com o outro. Como dois velhos amigos se redescobrimo, uma atenção especial será necessária para que esse vínculo tenha sucesso. É verdade que os árabes procuram se envolver estrategicamente com Pequim, mas Pequim não deve confundir esse interesse com o Oriente Médio escolhendo seu lado no confronto EUA-China. A decisão dos árabes de colaborar com Pequim agora revela um elemento de raiva em relação a Washington e suas políticas em relação à sua região. China deve aproveitar esta janela de oportunidade para construir raízes fortes na região, para além do ponto de vista energético.<sup>200</sup>

Quando a atual crise de segurança global terminar, a nova ordem mundial provavelmente será mais fragmentada, redistribuída entre vários polos e potências e, portanto, menos estável.<sup>201</sup> Lembremos que China, Irã e Rússia muitas vezes se apresentam como contrabalançando o domínio global de Washington.

---

<sup>197</sup> [A bright future for Sino-Iranian development cooperation - Opinion - Chinadaily.com.cn](https://www.chinadaily.com.cn)

<sup>198</sup> Marques, L. Informe 13 - 2020 - Ásia Pacífico e Oriente Médio. p. 42. [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/43122/INFORME\\_13.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/43122/INFORME_13.pdf?sequence=2&isAllowed=y)

<sup>199</sup> Um dos autores do livro "*China Phobia: A Wasted Opportunity*", cientista político e membro ativo da sociedade empresarial e acadêmica chinesa. <https://moderndiplomacy.eu/2022/09/05/chinaphobia-a-wasted-opportunity-book-review/>

<sup>200</sup> [Como Hong Kong pode encontrar seu papel à medida que a China e o Oriente Médio se aproximam | Correio da Manhã do Sul da China \(scmp.com\)](https://www.scmp.com/news/asia/hong-kong/article/2022-09-05-china-middle-east)

<sup>201</sup> [US rivalry with China and Russia is elevating the global role of Africa and the Middle East | South China Morning Post \(scmp.com\)](https://www.scmp.com/news/asia/middle-east/article/2022-09-05-us-rivalry-with-china-and-russia-is-elevating-the-global-role-of-africa-and-the-middle-east)

## NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

A região MENA (Oriente Médio e Norte da África) está passando por uma transformação fundamental que a tornará um importante produtor de crescimento econômico. Uma nova estrutura foi construída e há uma oportunidade para a China se tornar um ator forte. O país vem pensando de forma mais proativa e começa a criar uma nova abordagem ousada para a região.<sup>202</sup> A crise Rússia-Ucrânia significa que a região MENA se tornou a única fonte de energia opcional para a Europa substituir a Rússia, portanto, a estabilidade é uma prioridade. Acima de tudo, o povo da região está cansado da política e ansioso para alcançar o mundo moderno.

Sem contar que uma nova geração de líderes árabes está tomando suas posições, gestores que não necessariamente herdaram o pensamento e a ideologia de seus antecessores. São pessoas com visão de futuro que receberam uma boa educação e falam vários idiomas. Um bom exemplo é o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman.

Esse movimento positivo está se traduzindo na qualidade e quantidade dos eventos globais que a região está hospedando: Expo 2022 em Dubai, da conferência de mudanças climáticas da ONU COP27 no Egito, da próxima COP28 que terá lugar nos Emirados Árabes e da Copa do Mundo do Catar, dos Jogos Olímpicos Asiáticos de Inverno de 2029, que acontecerá nos desertos da Arábia Saudita.

Um destaque vai para a *Expo Gulfood*, uma das maiores exposições de alimentos do Golfo, acontecendo nos Emirados Árabes, com a participação de mais 120 países e com grande destaque para os sabores asiáticos.<sup>203</sup> Café, especiarias e uma variedade de frutas tropicais da Ásia estão fazendo sucesso, à medida que os países buscam introduzir os sabores e produtos únicos da região no mercado global.

O maior pavilhão é da **Índia**, com cerca de 300 empresas e um holofote sobre os painços, um "nutri-cereal" que a ONU tem promovido por causa de seu valor nutricional e sustentabilidade. A Índia é um dos principais produtores do grão.<sup>204</sup> **Indonésia** é conhecida por seus produtos; o óleo de cozinha, o café, as especiarias. **Sri Lanka** procura atrair negócios estrangeiros adicionais, particularmente aproveitando o foco do Oriente Médio na segurança alimentar, que surgiu depois que as restrições da pandemia de COVID-19 subverteram as cadeias de suprimentos globais. Há grandes demandas emergentes por produtos naturais e saudáveis. **Filipinas** está promovendo produtos com sabores populares no país, como banana e coco.

Lembremos que no segundo semestre do ano passado, muitos memorandos de entendimento e acordos foram assinados entre os países árabes e asiáticos envolveram cultura, turismo e gastronomia.

---

<sup>202</sup> Marques, L. [Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023](#). In: Cadernos CRIS-Fiocruz 23-2022, p. 201-217.

<sup>203</sup> [Asian flavors make Middle East entry at Gulfood expo \(arabnews.com\)](#)

<sup>204</sup> Considerado [super-grão](#) ou super alimento, a ONU declarou o ano de 2023 como o Ano Internacional do Painço, a pedido da Índia, juntamente com Bangladesh, Quênia, Nepal, Nigéria, Rússia e Senegal. A resolução foi apoiada por mais de 70 países. Tem pegada de carbono baixa, é tolerante à seca e às altas temperaturas; é isento de glúten e é altamente proteico. <https://tvbrics.com/pt/news/ndia-quer-se-tornar-capital-mundial-do-pain-o/>

## Índia amplia suas relações com os países árabes

Para além da gastronomia, a Índia amplia suas relações com os países do Golfo, de olho na matriz energética verde. E os Emirados Árabes, designado como presidente da COP18, está de olho nos planos da Índia para baixo carbono. O objetivo da Índia de adicionar 500 gigawatts de energia limpa nos próximos sete anos é uma poderosa declaração de intenções", disse o sultão al-Jaber, ministro de Estado dos Emirados Árabes, na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável em Nova Délhi.<sup>205</sup> e completou que, "como um dos maiores investidores em energias renováveis, os Emirados Árabes explorarão todas as oportunidades de parceria com a Índia".



[Combustível de hidrogênio não emite poluentes nocivos, como dióxido de carbono, óxidos de nitrogênio ou material particulado.](#)

O ministro das Ferrovias, Ashwini Vaishnaw, acaba de anunciar que a [Índia terá seu primeiro trem a hidrogênio projetado e fabricado localmente](#) até dezembro de 2023. Embora a tecnologia de trens movidos a hidrogênio ainda esteja engatinhando, com apenas alguns países usando-a de forma limitada, a adoção antecipada da Índia é considerada um passo significativo em direção a iniciativas verdes.

Os trens a hidrogênio usam células de combustível de hidrogênio em vez de motores a diesel tradicionais. O fato de os trens a hidrogênio não emitirem poluentes nocivos, como dióxido de carbono, óxidos de nitrogênio ou material particulado, os torna uma opção mais ecológica do que os trens a diesel tradicionais. Outro benefício é que o hidrogênio pode ser produzido usando fontes de energia renováveis, como energia eólica, solar ou hidrelétrica, tornando o abastecimento de combustível para esses trens limpo e renovável.

O hidrogênio é um gás incolor e, embora abundante, não existe por conta própria; precisa ser desassociado dos outros elementos. A denominação das cores que o acompanha – o arco-íris do hidrogênio - são códigos atribuídos que identificam os diferentes tipos de tecnologia usados para produzi-lo<sup>206</sup>:

✓ o hidrogênio verde é aquele produzido a partir de fontes de energia renováveis excedentes, como a energia solar ou eólica, para eletrolisar a água. Sua produção é cara;

<sup>205</sup> [Emirados Árabes Unidos de olho em parcerias de energias renováveis com a Índia, diz Jaber | Reuters](#)

<sup>206</sup> <https://www.cummins.com/pt/news/2021/11/16/what-hydrogen-rainbow>

✓ o hidrogênio azul é produzido principalmente a partir do gás natural, por meio de um processo denominado reforma a vapor, que reúne gás natural e água aquecida na forma de vapor. Sua produção gera um subproduto, o dióxido de carbono, que precisa ser capturado, armazenado ou utilizado. Arábia Saudita exporta hidrogênio azul para China, Japão e Coreia do Sul;

✓ o hidrogênio rosa é produzido por eletrólise utilizando a energia nuclear;

✓ o hidrogênio amarelo é uma convenção relativamente nova para hidrogênio produzido por eletrólise usando apenas energia solar;

✓ o hidrogênio cinza é criado a partir do gás natural, ou metano, usando a reforma do metano a vapor, mas sem capturar os gases de efeito estufa produzidos no processo. Ou seja, não é um bom negócio para o aquecimento global;

✓ os hidrogênios preto (usando carvão mineral) e marrom (usando turfa) são os piores para o meio ambiente, pois geram gases efeito estufa. O Japão e a Austrália anunciaram recentemente um novo projeto de hidrogênio utilizando carvão;

✓ o hidrogênio branco é um hidrogênio geológico de ocorrência natural, encontrado em depósitos subterrâneos e criado por fraturamento hidráulico. Existem poucas ocorrências reportadas. Uma delas é em Gana, onde o hidrogênio extraído é usado na geração de eletricidade. Outra é no Brasil, na bacia do Rio São Francisco, onde a ENGIE desenvolve um interessante projeto de P&D para determinar a viabilidade de explorar este hidrogênio no futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ocidente – EUA e Europa – está sendo cobrado pelo apartheid das vacinas, pelo não financiamento de infraestruturas verdes, pelo custo dos desastres climáticos, pelas consequências das sanções americanas e europeias, pela não empatia com os países em desenvolvimento e seus desafios, por não ouvir e por não dar voz ao Sul Global. Os maiores doadores de vacinas para o Sul Global foram China, Rússia e Índia. Índia e África do Sul tentaram insistentemente a quebra de patentes das vacinas contra Covid-19 e dos medicamentos para tratamento da doença sem resultado. As abstenções no âmbito da ONU quando o assunto é Rússia e Ucrânia e o não-alinhamento de países do Sul Global são consequências dessa falta de empatia ocidental. Os sentimentos anti ocidentocentrismo e anticolonialismo crescem e ganham voz através da Índia – presidente do G20 -, que foca suas relações tecnológicas e comerciais com os países do Oriente Médio e da Ásia Central. A experiente Indonésia, enquanto presidente da ASEAN, manda recado que não aceitará interferências extrarregional. Os embates dos EUA contra a Rússia e contra a China não conquistam países da **Ásia, do Oriente Médio e da África**. Talvez por isso, Ucrânia esteja olhando para o Sul Global.

### **Uma visita que permite ver a reconstrução da política brasileira frente às mudanças climática**

A visita de John Kerry, assessor especial do clima dos Estados Unidos e de uma grande comitiva, mostra mais um resultado positivo da política externado Brasil que desde a participação do Presidente Lula na COP27 vem ganhando terreno a passos largos, principalmente na área ambiental e de justiça social. Também é um sinal que as conversas da ministra Marina Silva estão gerando resultados concretos com um dos parceiros mais importantes do Brasil nessa área tanto pelas semelhanças de extensão territorial, como por compartilhar o grupo das nações que mais podem contribuir no combate à crise climática.

O senador e ex-ministro John Kerry é o principal assessor da casa branca e a maior autoridade americana para a crise climática. Um dos resultados esperados da visita é a doação de US\$50 milhões ao Fundo Amazônia, o qual foi criado em 2007 pela equipe de Marina Silva e se destina ao combate ao desmatamento.

Além dos temas bilaterais as conversas também abrangem o papel dos dois países ao nível global, principalmente na sintonia em relação às negociações no marco do acordo das Nações Unidas sobre mudança climática.

Os Estados Unidos e o Brasil são dois dos maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo, e a cooperação entre os dois países pode ser fundamental para combater as mudanças climáticas globais. Com a eleição de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos, o país passou a se engajar nos esforços internacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e acelerar a transição para fontes de energia renovável.

Em relação ao Brasil, há alguns pontos de atenção. O país tem a maior parte da floresta tropical do mundo, a Amazônia, que desempenha um papel crucial na regulação do clima global. No entanto, a Amazônia vem sofrendo com altas taxas de desmatamento e queimadas, o que tem levado a um aumento significativo das emissões de gases de efeito estufa.

Uma área importante de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil é o combate ao desmatamento e a promoção do uso sustentável da terra. O governo Biden já se comprometeu a destinar US\$ 20 bilhões para programas de proteção da Amazônia e outros ecossistemas tropicais. No entanto, o sucesso desses esforços dependerá de uma cooperação estreita entre os dois países e do comprometimento do governo brasileiro em combater o desmatamento ilegal e promover uma economia sustentável na região.

Além disso, espera-se que os Estados Unidos continuem a pressionar o Brasil e outros países a aumentarem suas ambições climáticas e reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa. O governo Biden reintegrou os Estados Unidos no Acordo de Paris e está empenhado em alcançar a neutralidade de carbono até 2050. Essas metas podem servir como um exemplo e um incentivo para que outros países, incluindo o Brasil, aumentem suas próprias ambições climáticas.

Existem várias áreas de cooperação possíveis entre o Brasil e os Estados Unidos para abordar as mudanças climáticas:

1. Combate ao desmatamento: o Brasil tem a maior parte da floresta tropical do mundo, a Amazônia, que desempenha um papel crucial na regulação do clima global. No

entanto, a Amazônia vem sofrendo com altas taxas de desmatamento e queimadas, o que tem levado a um aumento significativo das emissões de gases de efeito estufa. Uma política de cooperação poderia envolver o apoio dos Estados Unidos para o combate ao desmatamento ilegal e a promoção do uso sustentável da terra no Brasil.

2. Energias renováveis: tanto o Brasil quanto os Estados Unidos têm grande potencial para a geração de energia renovável, incluindo energia solar, eólica e hidrelétrica. A cooperação entre os dois países poderia envolver a troca de tecnologias e conhecimentos sobre energia renovável, além de incentivos fiscais e financeiros para a implementação de projetos.

3. Transporte sustentável: o transporte é uma grande fonte de emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo. A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos poderia envolver o incentivo ao transporte público e o uso de veículos elétricos, por exemplo, por meio de programas de financiamento e incentivos fiscais.

4. Investimentos em economia verde: os Estados Unidos já se comprometeram a destinar US\$ 20 bilhões para programas de proteção da Amazônia e outros ecossistemas tropicais. A cooperação entre os dois países poderia envolver o desenvolvimento de programas de investimentos em economia verde, incluindo a agricultura sustentável, a restauração de ecossistemas e a preservação da biodiversidade.

5. Aumento das ambições climáticas: os Estados Unidos e o Brasil são dois dos maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo. A cooperação entre os dois países pode ser fundamental para aumentar as ambições climáticas globais, incluindo a definição de metas mais ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a transição para uma economia de baixo carbono.

No entanto, para que essa cooperação seja bem-sucedida, é necessário que haja um comprometimento forte e contínuo dos governos dos dois países, bem como a participação de outras partes interessadas, incluindo a sociedade civil, o setor privado e as comunidades locais.

Um dos assuntos centrais é a retomada do Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTNC) é um fórum de diálogo e cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para abordar questões relacionadas às mudanças climáticas. O GTNC foi lançado em abril de 2021, durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizada pelo governo dos Estados Unidos.

O objetivo do GTNC é promover a cooperação entre os dois países em várias áreas, incluindo o combate ao desmatamento, o desenvolvimento de energias renováveis, a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de transporte, a gestão de resíduos sólidos e o fortalecimento da governança climática. O grupo é copresidido pelo enviado especial dos Estados Unidos para o clima, John Kerry, e pela ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva.

O GTNC é composto por seis grupos de trabalho, cada um dedicado a uma área específica de cooperação. Esses grupos são compostos por representantes de vários ministérios e agências governamentais, bem como por membros da sociedade civil e do setor privado.

Desde o seu lançamento, o GTNC tem se reunido regularmente para discutir questões relacionadas às mudanças climáticas e identificar áreas de cooperação. O grupo também tem trabalhado para envolver outras partes interessadas, incluindo governos subnacionais, empresas e organizações da sociedade civil.

Existe a expectativa de que o grupo possa desempenhar um papel importante no fortalecimento da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos em relação às mudanças climáticas. O GTNC pode servir como um fórum importante para identificar soluções conjuntas e acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

O Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTNC) em seis grupos de trabalho dedicados a áreas específicas de cooperação:

1. Combate ao Desmatamento: este grupo tem como objetivo reduzir o desmatamento e a degradação florestal no Brasil, por meio da promoção de políticas públicas, incentivos econômicos, ações de fiscalização e monitoramento, e engajamento da sociedade civil e do setor privado.

2. Energias Renováveis: este grupo busca incentivar o desenvolvimento de energias renováveis no Brasil e nos Estados Unidos, incluindo a solar, eólica, hidrelétrica e geotérmica. O objetivo é aumentar a participação dessas fontes de energia em suas respectivas matrizes energéticas.

3. Transporte: este grupo tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa no setor de transporte, por meio da promoção de políticas públicas e tecnologias de transporte mais limpas e eficientes, incluindo veículos elétricos, combustíveis renováveis e sistemas de transporte coletivo.

4. Gestão de Resíduos Sólidos: este grupo busca promover a gestão adequada de resíduos sólidos no Brasil e nos Estados Unidos, incluindo a redução da quantidade de resíduos gerados, a reciclagem e a destinação adequada de resíduos.

5. Adaptação e Resiliência: este grupo tem como objetivo promover a adaptação e resiliência às mudanças climáticas no Brasil e nos Estados Unidos, por meio da promoção de políticas públicas, tecnologias e práticas de gestão de riscos.

6. Fortalecimento da Governança Climática: este grupo tem como objetivo fortalecer a governança climática no Brasil e nos Estados Unidos, por meio da promoção de políticas públicas, transparência e participação da sociedade civil e do setor privado.

Os grupos de trabalho do GTNC devem reunir-se regularmente para discutir questões. A saúde deveria contribuir a pelo menos aos grupos 5 e 6:

As mudanças climáticas afetam a saúde humana de diversas maneiras, e a adaptação e resiliência às mudanças climáticas também incluem ações relacionadas à saúde. Algumas das principais ações de saúde na adaptação e resiliência às mudanças climáticas incluem:

1. Prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores: as mudanças climáticas podem aumentar a incidência e a distribuição geográfica de doenças transmitidas por vetores, como a malária, a dengue, a febre amarela, entre outras. Para prevenir e controlar essas doenças, é necessário fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica, promover o controle de vetores, melhorar o acesso a tratamentos e vacinas, e engajar as comunidades locais.

2. Melhoria da qualidade do ar: as mudanças climáticas podem aumentar a poluição do ar, o que pode levar a problemas respiratórios e cardiovasculares. Para melhorar a qualidade do ar, é necessário promover políticas públicas que reduzam as emissões de poluentes, incentivar o uso de transporte público e veículos elétricos, e engajar as comunidades locais em práticas mais sustentáveis.

3. Fortalecimento dos sistemas de saúde: as mudanças climáticas podem levar a eventos extremos, como ondas de calor, inundações e deslizamentos de terra, que podem sobrecarregar os sistemas de saúde. Para fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde, é necessário investir em infraestrutura de saúde, treinamento de profissionais de saúde, estoque de medicamentos e suprimentos médicos, e desenvolver planos de emergência para eventos climáticos extremos.

4. Promoção da segurança alimentar: as mudanças climáticas podem afetar a produção agrícola e a segurança alimentar, especialmente em regiões vulneráveis. Para promover a segurança alimentar, é necessário incentivar a produção agrícola sustentável, promover o acesso a alimentos nutritivos e fortalecer os sistemas de distribuição de alimentos.

5. Promoção da saúde mental: as mudanças climáticas podem ter impactos negativos na saúde mental, especialmente em populações vulneráveis. Para promover a saúde mental, é necessário desenvolver programas de apoio psicossocial para pessoas afetadas por eventos climáticos extremos, engajar as comunidades locais em atividades de resiliência, e promover a educação e conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde mental.

A saúde pode contribuir significativamente para a governança da crise climática e a adaptação às mudanças climáticas de diversas maneiras, como:

1. Monitoramento e vigilância epidemiológica: a saúde pode contribuir para a governança da crise climática por meio do monitoramento e vigilância epidemiológica. Isso envolve a coleta, análise e disseminação de informações sobre as doenças relacionadas às mudanças climáticas, bem como a identificação de populações vulneráveis e áreas geográficas mais afetadas. Essas informações são essenciais para a tomada de decisões baseadas em evidências, o desenvolvimento de políticas públicas e o planejamento de intervenções em saúde.

2. Desenvolvimento de estratégias de adaptação: a saúde pode contribuir para a governança da crise climática por meio do desenvolvimento de estratégias de adaptação. Isso envolve a identificação de vulnerabilidades, a avaliação do impacto das mudanças climáticas na saúde, o desenvolvimento de planos de contingência para eventos climáticos extremos, a promoção de práticas mais sustentáveis e a capacitação de profissionais de saúde e comunidades locais.

3. Promoção de políticas públicas: a saúde pode contribuir para a governança da crise climática por meio da promoção de políticas públicas. Isso envolve o engajamento em fóruns internacionais e nacionais para promover políticas públicas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, melhorem a qualidade do ar, promovam a segurança alimentar e promovam a saúde em todas as políticas.

4. Participação em coalizões e parcerias: a saúde pode contribuir para a governança da crise climática por meio da participação em coalizões e parcerias. Isso envolve a colaboração com outros setores, como o meio ambiente, a agricultura e o transporte, bem como a parceria com organizações internacionais, governos e sociedade civil para promover ações de adaptação e mitigação.

Essas são apenas algumas das ações de saúde na adaptação e resiliência às mudanças climáticas e na governança. É importante lembrar que as ações de adaptação e resiliência devem ser desenvolvidas de forma integrada e colaborativa, envolvendo diferentes setores e partes interessadas

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Carlos Bocuhy** - Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**José Luis Fiori** - Professor emérito de economia política internacional e de ética internacionais do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, PEPI da UFRJ; e do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, NUBEIA da UFRJ

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Karinne Marieta Carvalho** – Doutora em Ciências pela UFRJ. Membro da Coordenação de Pesquisa do IFF/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paolo Balladelli** - Especialista Salud Pública y Global; Ex Oficial Senior ONU/OPS/OMS

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael França** – Faculdade de Saúde Pública USP

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Sofia Farante** - Consultor independente OPS/OMS – Programa Subregional para Sudamérica.

**Thianny Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

## **Próximos seminários – Série 2023**

**Dia 9 de março, 10-12:30h - Mulher e saúde global**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 02/2023**

***Período de 07 a 27 de fevereiro de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.**

**227 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

-----  
**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**

## O “rascunho zero” do acordo internacional sobre pandemias: caráter retórico, imprecisões e lacunas limitam possíveis avanços

Deisy Ventura, Bárbara Pagotto, Danielle Hanna Rached, Eduardo do Carmo, Francisco Viegas, Gerson Penna, Henrique Menezes, Leandro Viegas, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão, Luis Eugenio de Souza, Paula Reges, Pedro Dallari, Priscila Montes, Raísa Cetra, Ramiro Januário, Rafael França, Vitória Ramos e Paulo Buss

### Resumo

Esta nota técnica analisa criticamente o “rascunho zero” (*zero draft*) do novo acordo internacional sobre pandemias (*WHO CA+*) que está sendo negociado no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) por intermédio de um Órgão Intergovernamental de Negociação (OIN), cuja quarta reunião ocorrerá em Genebra de 27/02 a 03/03/2023. Construída a partir de chamada à contribuição dos membros do GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (Fiocruz/USP), após uma introdução que oferece informações básicas sobre a negociação em curso, esta nota oferece onze seções que abordam: a persistente indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento; questões relacionadas ao Preâmbulo; a definição de pandemia e o novo mecanismo de declaração proposto no CA+; a necessidade de ampliação da definição de vigilância; os limites do novo dispositivo sobre direitos humanos; a estrutura institucional; os mecanismos de controle e *accountability*; questões relacionadas à propriedade intelectual; a proposta da criação de uma Força Global de Emergência em Saúde Pública; as referências ao tema da resistência aos antimicrobianos (RAM); e questões relacionadas à participação de atores não estatais. Ao final, uma síntese das conclusões é apresentada de forma propositiva de forma a contribuir para que o caráter retórico e diversas imprecisões e lacunas possam ser superados, garantindo avanços efetivos na resposta global às pandemias.

O **GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI** é uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz (Centro de Relações Internacionais, CRIS) e da Universidade de São Paulo, USP (Instituto de Relações Internacionais, IRI; e Faculdade de Saúde Pública, com o Programa de Pós-graduação em Saúde Global e Sustentabilidade e o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, CEPEDISA). De natureza multidisciplinar, é composto por especialistas e convidados provenientes da comunidade acadêmica, do setor da saúde, da sociedade civil, do parlamento e de órgãos estatais relacionados ao tema. Voltado à consolidação de uma perspectiva do Sul Global, e particularmente brasileira, da regulação da Saúde Global, o GT pretende fornecer subsídios à sociedade e ao Estado brasileiro para acompanhamento crítico das negociações em curso e eventual formulação de propostas, assim como para promover e difundir a produção acadêmica sobre esta temática. Saiba mais em [www.saudeglobal.org](http://www.saudeglobal.org)

REALIZAÇÃO



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



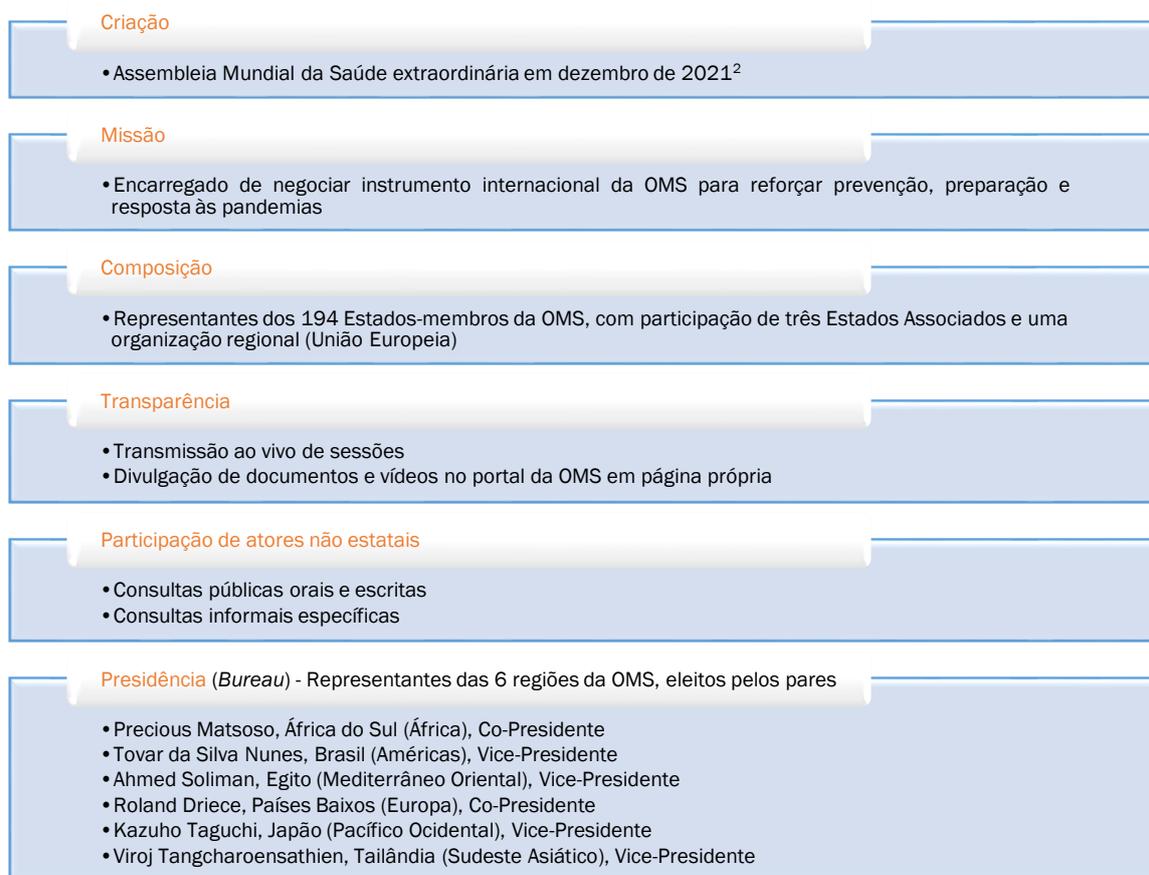
## Sumário

1. Introdução	3
2. Persistente indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento	5
3. Observações sobre o Preâmbulo	6
4. Definição de pandemia e mecanismo de declaração	7
5. Definição de vigilância	10
6. Dispositivo sobre direitos humanos: um avanço limitado	10
6.1. Proteção social deve tornar-se uma obrigação internacional	11
6.2. Garantia de não discriminação é insuficiente	12
6.3. Acervo dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos em matéria de pandemias	12
6.4. Inclusão da proteção de migrantes e refugiados no regramento das medidas sanitárias relacionadas à circulação de pessoas	13
6.5. Proteção dos profissionais de saúde	14
6.6. Institucionalidade e capacidade de resposta às emergências	15
7. Estrutura institucional	15
8. Mecanismos de controle e <i>accountability</i>	17
8.1. <i>Accountability</i> : do que estamos falando?	18
8.2. Acompanhamento da preparação, exercícios de simulação e avaliação por pares: relação com o RSI	19
9. Propriedade intelectual	20
10. Força Global de Emergência em Saúde Pública	21
11. Resistência aos antimicrobianos (RAM)	22
12. Participação de atores não estatais	23
12.1. Participação de atores não estatais na resposta às pandemias	23
12.2. Participação de atores não-estatais no processo negociador	24
13. Considerações finais	24
Lista de abreviações	27

## 1. Introdução

Em dezembro de 2021, a Assembleia Mundial da Saúde (AMS), órgão deliberativo máximo da Organização Mundial da Saúde (OMS), criou um Órgão Intergovernamental de Negociação (OIN), composto pelos Estados-membros, com a finalidade de negociar um novo instrumento internacional para reforçar a prevenção, a preparação e a resposta às pandemias<sup>1</sup>. A figura n.1 resume as principais características deste órgão.

Figura n. 1 – Principais características do OIN



Fonte: Nota Técnica n. 2<sup>3</sup>

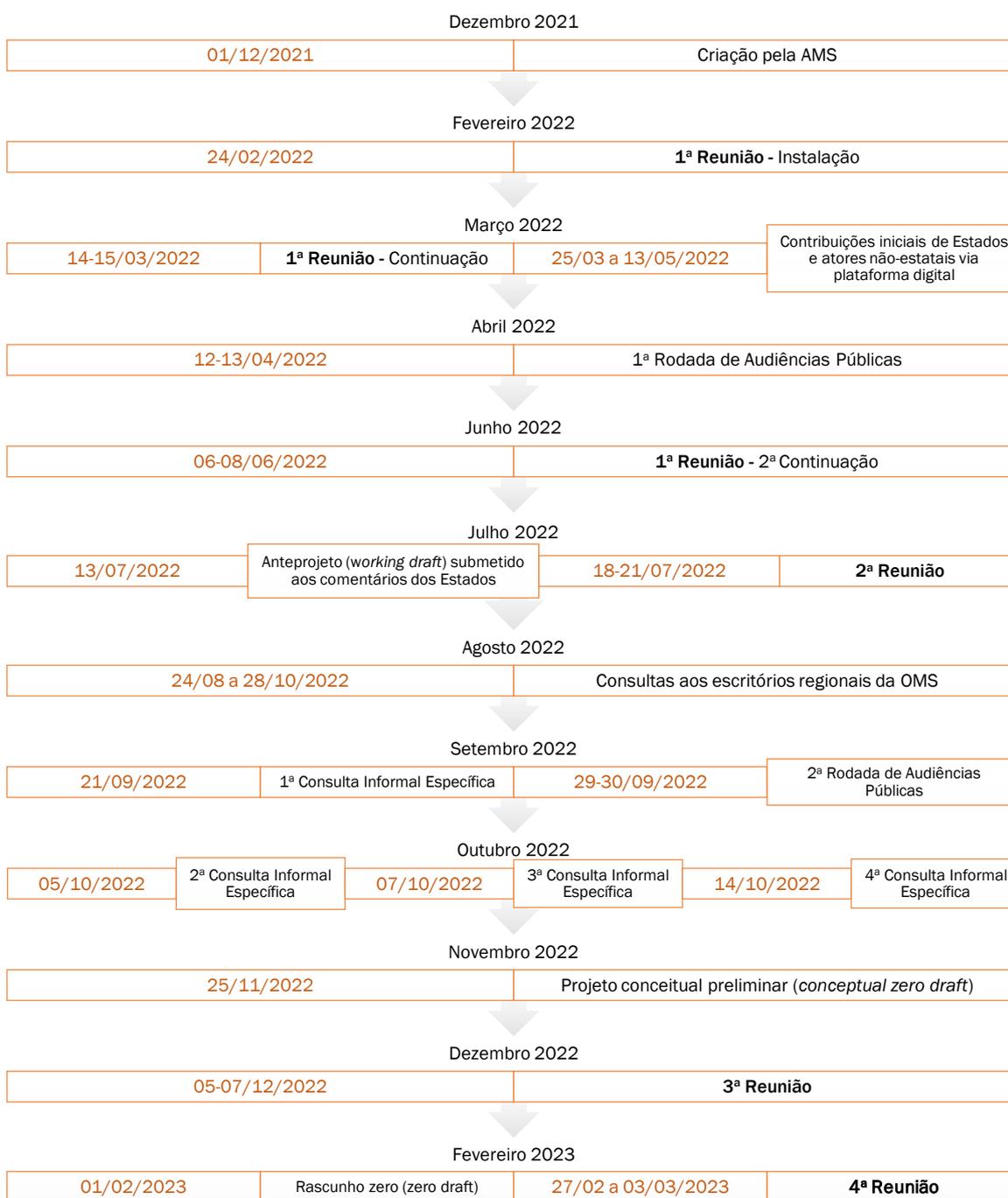
O OIN encaminha-se para sua quarta reunião, como revela a figura n.2, que sintetiza a cronologia de suas principais atividades.

<sup>1</sup> Não se deve confundir a elaboração do novo instrumento jurídico sobre pandemias com processo de reforma do Regulamento Sanitário Internacional já existente. Estas negociações transcorrem paralelamente; ver Nota Técnica n. 1 <https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/10/gt-NT-001-1.pdf>

<sup>2</sup> OMS, SSA2(5) The World Together: Establishment of an intergovernmental negotiating body to strengthen pandemic prevention, preparedness and response, Genebra, 01/12/2022.

<sup>3</sup> [https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2\\_2022-1.pdf](https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf)

Figura n. 2 – Linha do tempo do OIN (não exaustiva)



Fonte: Nota Técnica n.2<sup>4</sup>, atualizada pelos autores

<sup>4</sup> [https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2\\_2022-1.pdf](https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf)

A Presidência do OIN apresentou, em 1º/02/2023, um “rascunho zero” do novo instrumento jurídico sobre pandemias (*zero draft of the WHO CA+*). Trata-se da terceira versão do texto que vem sendo discutido pelos negociadores – a primeira versão foi um anteprojeto (*working draft*), apresentado em julho de 2022, e a segunda foi o projeto conceitual preliminar (*conceptual zero draft*), apresentado em novembro de 2022. O rascunho zero será discutido na quarta reunião do OIN, que ocorrerá em Genebra (Suíça) entre 27 de fevereiro e 3 de março de 2023.

**A presente nota técnica tem por objetivo analisar criticamente o rascunho zero.** Ela resulta de chamada a contribuições dos membros do GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI (sobre o GT, ver box na p.1).

Após uma introdução que oferece informações básicas sobre a negociação, esta nota oferece onze seções que abordam: a persistente indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento; questões relacionadas ao Preâmbulo; a definição de pandemia e o novo mecanismo de declaração proposto no CA+; a necessidade de ampliação da definição de vigilância; os limites do novo dispositivo sobre direitos humanos; a estrutura institucional; os mecanismos de controle e *accountability*; questões relacionadas à propriedade intelectual; a proposta da criação de uma Força Global de Emergência em Saúde Pública; as referências ao tema da resistência aos antimicrobianos (RAM); e questões relacionadas ao grupo de redação do CA+. Ao final, uma síntese das conclusões será apresentada de forma propositiva.

## 2. Persistente indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento

Como já apontamos em nossa nota técnica n.2<sup>5</sup>, o OIN indicou sua preferência pelo artigo 19 da Constituição da OMS como fundamento do novo instrumento sobre pandemias. **Isto significa que teríamos uma nova convenção ou acordo da OMS**, a ser adotada pela AMS por maioria de dois terços de seus votos, podendo versar sobre qualquer assunto de competência da Organização. As convenções entram em vigor para cada Estado membro após incorporação em suas ordens jurídicas nacionais, em conformidade às suas normas constitucionais. O envolvimento da sociedade, dos parlamentos e dos governos locais nos ritos de transposição de normas é decisivo para sua futura efetividade, favorecendo a adaptação de legislação e políticas públicas nacionais aos ditames do novo acordo internacional. A única convenção até hoje adotada no âmbito da OMS, relativa ao **controle do tabaco**, adotada em 2004, é considerada uma experiência exitosa, com grande transcendência nas políticas nacionais de saúde, e pode servir como valioso exemplo para o OIN, inclusive em relação aos obstáculos que esta norma hoje enfrenta em matéria de implementação.

No entanto, **o OIN ainda mantém aberta a possibilidade de adoção de um Regulamento, com base no artigo 21 da mesma Constituição**, que limita de forma expressiva

<sup>5</sup> [https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2\\_2022-1.pdf](https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf)

as matérias sobre as quais a OMS pode adotar este tipo de instrumento<sup>6</sup>. Além disso, quando se trata de um Regulamento da OMS, o consentimento dos Estados segue o mecanismo de *opting out*: em lugar da adesão expressa, o silêncio de um Estado equivale ao consentimento, sendo facultada, dentro de determinado prazo, a apresentação de reservas a alguns dispositivos ou a rejeição integral dos regulamentos pelos Estados, sendo dispensados os processos de incorporação.

Reiteramos que a persistência da indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento é prejudicial ao avanço das negociações, pois aumenta a confusão já existente entre os processos paralelos de elaboração do novo acordo sobre pandemias e a reforma do Regulamento Sanitário Internacional, principal norma elaborada com base no artigo 21 da Constituição da OMS. Espera-se que o acordo sobre pandemias tenha relevância política nitidamente superior a que costuma ser atribuída aos regulamentos sanitários, e que, por conseguinte, disponha sobre temas que vão além das matérias sobre as quais a Constituição da OMS permite que se adote um regulamento. A indefinição também dificulta a difusão das negociações junto aos formadores de opinião, inclusive a classe política no plano nacional e a comunidade científica internacional, pois um instrumento referido em jargão tecnocrático (como WHO CA+) obnubila a importância do tema negociado e não convida à participação.

Apesar desta indefinição, **o zero draft da Presidência do OIN faz referência ao futuro instrumento por meio da sigla CA+**, denominação adotada na presente nota.

### 3. Observações sobre o preâmbulo

Do projeto conceitual ao rascunho zero, o preâmbulo do CA+ passa de 44 a 49 considerandos, com poucas modificações, a maior parte delas limitada a ajustes de redação. Houve também um deslocamento do item dedicado ao papel da OMS, que passou do número 43 ao número 5.

Embora o preâmbulo seja um instrumento fundamental para a interpretação dos tratados internacionais, chama a atenção a extensão do texto em comparação a outros instrumentos como o Estatuto de Roma, de 1998, que criou o Tribunal Penal Internacional, cujo preâmbulo possui 11 linhas; ou mesmo a Convenção-quadro sobre o controle do tabaco, de 2004, que contém 23 itens em seu preâmbulo.

Os itens 24, 26 e 27 deveriam ser unificados, pois tratam justamente da necessidade de trabalhar a **saúde única**<sup>7</sup> de forma sinérgica. Em sentido contrário à concisão, o rascunho zero desdobrou o antigo item 25 em dois itens: os atuais 26 e 27.

<sup>6</sup> São elas: a) Medidas sanitárias e de quarentena e outros procedimentos destinados a evitar a propagação internacional de doenças; b) Nomenclaturas relativas a doenças, causas de morte e medidas de saúde pública; c) Normas respeitantes aos métodos de diagnóstico para uso internacional; d) Normas relativas à inocuidade, pureza e ação dos produtos biológicos, farmacêuticos e similares que se encontram no comércio internacional; e e) Publicidade e rotulagem de produtos biológicos, farmacêuticos e similares que se encontram no comércio internacional.

<sup>7</sup> “A **Saúde Única** é uma abordagem global multisetorial, transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de pessoas, animais e ecossistemas. Reconhece que a saúde de humanos, animais

Cumpra destacar, ainda, que não há parágrafo preambular dedicado às mudanças climáticas, o que evidencia a predominância do teor biologicista do instrumento, em parte, coerente com a restrição de escopo às pandemias de doenças infecciosas, que será tratada na seção seguinte. A única referência às mudanças climáticas encontrada no rascunho zero está no artigo 18 sobre saúde única, ao caracterizá-la como um dos fatores geradores de doenças emergentes/reemergentes relacionados à interface homem/animal/meio ambiente. Mantendo-se este direcionamento, o CA+ não reconhece os efeitos das mudanças climáticas na produção e disseminação de epidemias e pandemias, já demonstrada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Por outro lado, o item 16 do preâmbulo (antigo item 15 do projeto conceitual) mantém uma referência genérica a “pessoas atingidas por conflitos e insegurança” que correm o risco de ser “deixadas para trás” durante uma pandemia, sem elucidar a que tipo de conflito ou insegurança se refere. Nestes termos, trata-se de mera retórica. Caso se refira a conflitos armados e outras situações de insegurança, porém, poderia ter uma finalidade como diretriz interpretativa.

Neste diapasão, é de se destacar que o Direito Internacional Humanitário (DIH) não é mencionado no rascunho zero. O CA+ deveria instituir obrigações dos Estados em matéria de DIH no contexto da prevenção, preparação e resposta a pandemias. No Artigo 6.5, o acesso humanitário<sup>8</sup> é considerado apenas do ponto de vista de abastecimento e logística de acesso a medicamentos, diagnóstico e vacinas, mas não do ponto de vista do cuidado mais amplo da população em questão. Seria oportuno um artigo específico sobre situações humanitárias, que poderia ser vinculado ao Artigo 14.2 sobre direitos humanos (ver seção n.6 desta nota técnica).

No que se refere à propriedade intelectual e acesso a tecnologias, em lugar de manter as diferentes opções de texto que foram arroladas nos itens 38 e 39 do projeto conceitual preliminar, o rascunho zero simplesmente listou e numerou parágrafos com diferentes formulações de um mesmo dispositivo, variando entre a inconsistência e a contradição (ver seção 9 da presente nota sobre esta temática).

#### 4. Definição de pandemia e mecanismo de declaração

Entre os dispositivos inseridos no rascunho zero que suscitam maior preocupação entre os especialistas encontram-se o conceito de pandemia e o seu respectivo mecanismo de declaração. A definição de pandemia incluída no artigo 1º contempla, além da disseminação global de uma doença transmissível, os critérios de grave morbidade e maior mortalidade. Esta inclusão não está de acordo com algumas definições adotadas na literatura científica

domésticos e selvagens, plantas e o meio ambiente (incluindo ecossistemas) estão intimamente ligados e são interdependentes”, Brasil, Ministério da Saúde, Saúde de A a Z, Saúde Única <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-unica>

<sup>8</sup> O acesso humanitário diz respeito à capacidade dos atores humanitários de alcançar as populações afetadas pela crise, bem como a capacidade de uma população afetada de acessar assistência e serviços humanitários.

internacional<sup>9</sup> e **pode gerar restrições para o reconhecimento de que importantes ameaças são, de fato, pandemias**. Exemplo disto foi a crise da Síndrome Congênita do vírus Zika (SCZ), declarada como ESPII em 2016. A doença apresentou uma elevada magnitude, alta disseminação e gravidade (embora restrita à SCZ e Guillain Barré), mas apresentava baixa letalidade quando se considerava a população atingida em seu conjunto.

Também na pandemia de influenza A(H1N1) a gravidade, aferida pela sua letalidade, após as estimativas iniciais de elevados níveis, acabou por ser semelhante à da influenza sazonal, exceto em pacientes jovens. A inclusão do critério de gravidade para definição de pandemia foi adotada pela OMS justamente durante a pandemia de A(H1N1) 2009<sup>10</sup>, o que foi criticado à época, inclusive por meio de acusações que foram objeto de análise de um Comitê de Revisão<sup>11</sup>.

Neste ponto, cabe recordar a crítica que fizemos ao alcance do CA+ em nossa nota técnica n. 2, na seção “Alcance do novo acordo: para além das doenças infecciosas”<sup>12</sup>. A questão que se coloca aqui é: haverá um novo instrumento para tratar das ESPIIs de natureza não infecciosa, especialmente as relacionadas às mudanças climáticas? Ou haverá uma revisão mais ampla do próprio RSI? Embora a segunda opção pareça natural, a reforma do RSI que está em curso tende a ser focada em emendas específicas de menor alcance, como comentaremos em futura nota técnica. Se o objetivo do CA+ é melhorar as capacidades de prevenção, preparação, resposta e recuperação dos serviços para pandemias (por doenças infecciosas), essas mesmas capacidades são (ou deveriam ser) desenvolvidas de forma integrada para eventos de outra natureza.

Ademais, a definição de “produtos relacionados à pandemia” (art. 1.c do rascunho zero) deve dialogar com as propostas feitas no bojo do processo de revisão do RSI, ou seja, “produtos de saúde”, incluindo componentes, materiais, peças, terapias celulares e genéticas, bem como dados e know-how.

Mas não é somente a definição de pandemia incluída no rascunho zero que pode gerar obstáculos à resposta internacional às pandemias. O novo artigo 15.2 prevê que o CA+ determine as condições em que uma pandemia será declarada pelo Diretor Geral da OMS. Duas notas de rodapé do rascunho zero convidam o OIN a discutir as modalidades e as condições de declaração de uma pandemia pelo Diretor Geral da OMS, assim como a relação entre o CA+ e o RSI. Para entender o que esta regra representa é preciso recordar que toda pandemia corresponde necessariamente ao conceito de ESPII previsto pelo RSI, mas a recíproca não é verdadeira. Por exemplo, os surtos de Ebola na África Ocidental entre 2014 e 2015, e na

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Last JM, editor. A dictionary of epidemiology, 4th edition. New York: Oxford University Press; 2001; e Barreto ML, Teixeira MG, Carmo EH. Infectious diseases epidemiology. J Epidemiol Community Health. 2006 Mar;60(3):192-5. doi: 10.1136/jech.2003.011593

<sup>10</sup> Kelly H, 2011. The classical definition of a pandemic is not elusive. Bull World Health Organ. 2011 Jul 1; 89(7): 540–541.

<sup>11</sup> AMS. A64/10. Implementation of the International Health Regulations (2005) Report of the Review Committee on the Functioning of the International Health Regulations (2005) in relation to Pandemic (H1N1) 2009 05/05/2011 [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA64/A64\\_10-en.pdf?ua=1](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA64/A64_10-en.pdf?ua=1)

<sup>12</sup> [https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2\\_2022-1.pdf](https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf)

República Democrática do Congo entre 2019 e 2020 foram emergências internacionais, mas felizmente não se transformaram em pandemias.

Segundo o RSI vigente, para declarar uma ESPII o Diretor Geral da OMS não necessita do consentimento prévio ou posterior dos Estados, sob nenhuma forma. O Diretor Geral baseia-se no parecer de um comitê de emergências para tomar esta decisão, que lhe corresponde exclusivamente, e pode ser renovada ou revertida de forma periódica, conforme a evolução das emergências.

No mesmo sentido, cabe ao Diretor Geral declarar que uma doença alcançou o nível de pandemia. No caso das doenças infecciosas, espera-se que a declaração de uma ESPII seja capaz de evitar que um surto se transforme em uma epidemia ou uma pandemia. No entanto, diferentemente das ESPIIs, não existe um procedimento específico para esta declaração. O que existe é uma classificação técnica dos níveis de evolução de determinadas doenças.

Quando declarou que a covid-19 havia se transformado em uma pandemia, cerca de 40 dias após a declaração da ESPII, o atual Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, afirmou:

*Pandemia não é uma palavra a ser usada de forma leviana ou descuidada. É uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou, levando a sofrimento e morte desnecessários. Descrever a situação como uma pandemia não altera a avaliação da OMS sobre a ameaça representada por esse vírus. Não altera o que a OMS está fazendo e nem o que os países devem fazer<sup>13</sup>.*

Naquele momento, em 11 de março de 2020, havia 118 mil casos de covid-19 em 114 países e 4,2 mil óbitos. Apesar da intensa mobilização internacional deflagrada desde 30 janeiro de 2020, a OMS foi criticada por tardar a reconhecer que os surtos da doença já constituíam uma pandemia.

Assim, caso a previsão do artigo 15.2 venha a se concretizar, **passariam a existir dois processos diferentes de declaração, baseados em regimes jurídicos também distintos:**

- um para pandemias, regulado pelo CA+;
- e outro, previsto no RSI, para as ESPIIs que não são consideradas pandemias (podendo sê-lo futuramente).

Qual seria a vantagem de constituir uma regulação específica para declaração de pandemias pela Direção Geral da OMS? Aparentemente, **trata-se de restringir a autonomia da organização** que, como já foi dito, hoje dispõe da competência, eminentemente técnica, tanto de declarar uma ESPII como de reconhecer que uma doença alcançou o status de pandemia.

Como já foi mencionado, esta capacidade técnica pode ser limitada pela adoção de um conceito estreito de pandemia. Além disto, considerando as características da estrutura institucional apresentada no rascunho zero, ainda anacrônica e engessada, qualquer vinculação da OMS a estes órgãos pode atrasar sobremaneira a declaração de uma pandemia. O que se espera da comunidade internacional, porém, é o contrário: maior agilidade no

<sup>13</sup> OPAS. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia, 11/03/2020. <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>

reconhecimento de que uma doença alcançou a amplitude de uma pandemia e maior autonomia para a OMS.

## 5. Definição de vigilância

Em seu artigo 1(f), o rascunho zero deixa pendente a definição do que seria a “vigilância da saúde única”<sup>14</sup>. A vigilância genômica é mencionada expressamente no artigo 11.3, mas ela é apenas uma parte do vasto campo da vigilância em saúde.

Seria importante que o CA+ definisse a vigilância como um conjunto de atividades que envolvem prevenção, preparação e resposta a pandemias. Este conjunto deve incluir:

- (i) vigilância digital;
- (ii) inteligência artificial;
- (iii) algoritmos de aprendizagem por máquinas;
- (iv) vigilância genômica;
- (v) observação do Protocolo de Nagoya; e
- (vi) partilha de dados.

**Somente o conjunto destas ações permitirá detectar, o mais cedo possível, surtos com potencial pandêmico.** Todas estas atividades devem ser cobertas pelo enfoque da saúde única para que possam atuar na interface homem-animal-ambiente.

## 6. Dispositivo sobre direitos humanos: um avanço limitado

A inclusão do artigo 14 no rascunho zero deve ser comemorada como um passo importante para a consolidação do diálogo entre o sistema de proteção de direitos humanos e a governança da saúde global, especialmente no contexto das ESPiIs.

Buscando compensar a ausência total ou parcial de enfoques de direitos humanos nas respostas nacionais e locais à covid-19, dezenas de documentos elaborados por órgãos de proteção de direitos humanos recomendaram a adoção de medidas urgentes e de políticas públicas para garantir os direitos da população. A própria OMS recorreu a estes documentos para estimular a atuação dos Estados-membros neste campo, eis que covid-19 evidenciou a intersecção entre estes dois universos, e a necessidade de ir além das afirmações genéricas. Medidas tangíveis de proteção de direitos, adotadas em diferentes países por governos e por entidades sociais, foram capazes de evitar um número ainda maior de casos e óbitos, como foi o caso dos programas de proteção social emergencial, entre muitos outros.

<sup>14</sup> Ver nota de rodapé n.7.

Neste sentido, o artigo 14 incita as Partes a incluir a proteção aos direitos humanos durante as pandemias em suas legislações nacionais. Embora se trate de um avanço por instituir uma abordagem de direitos humanos na resposta às pandemias, ainda que limitada, o dispositivo requer aperfeiçoamento em ao menos seis aspectos.

### **6.1. Proteção social deve tornar-se uma obrigação internacional**

O artigo 14 do rascunho zero faz uma tímida referência à necessidade de integração nas ordens jurídicas nacionais de disposições sobre a manutenção de políticas de proteção social e a garantia de acesso a “produtos de primeira necessidade” durante as pandemias.

O que se espera, porém, do CA+ é que ele institua uma **obrigação internacional de indissociabilidade entre a adoção de medidas restritivas de direitos humanos e medidas de proteção social**, que deve ser consagrada como um princípio do direito internacional da saúde<sup>15</sup>. Para além dos direitos humanos, a proteção social é um **imperativo de eficiência da resposta às pandemias**, pois em sua falta a adesão às medidas de contenção é dificultada ou impossibilitada para imensos contingentes populacionais de baixa renda, em especial no caso dos trabalhadores informais.

A incipiência do rascunho zero neste ponto é surpreendente, eis que os programas de proteção social foram a regra, e não a exceção durante a pandemia de covid-19. Até abril de 2021, ao menos 126 Estados haviam introduzido ou adaptado medidas de proteção social em razão da covid-19<sup>16</sup>. Isto não significa que eles tenham sido suficientes.

Para suprir a ausência ou complementar programas emergenciais de proteção social durante a pandemia, uma vasta rede de proteção social foi criada ou ampliada em comunidades periféricas de todas as regiões do mundo. No Brasil, por exemplo, a organização G-10 Favelas (inspirada no Grupo dos 7 – G7, que reúne os países mais ricos do mundo) desenvolveu um modelo de resposta à covid-19 a partir da experiência do Complexo de Paraisópolis, São Paulo, SP, que foi difundido em mais de 100 comunidades brasileiras, tendo entre seus eixos principais o fornecimento de cestas básicas e de marmitas<sup>17</sup>.

Ao menos no plano do discurso político, há consenso na comunidade internacional sobre o papel determinante que a proteção social deve merecer na resposta às pandemias. Exemplo disto é que um Conselho de Cooperação Interinstitucional de Proteção Social foi criado em torno do G20, reunindo 25 agências internacionais, inclusive o Banco Mundial, que reconhece a necessidade de favorecer a adesão a medidas de prevenção por meio de diversas iniciativas, entre elas programas de renda emergencial e isenção de pagamento de serviços essenciais como eletricidade, gás e água<sup>18</sup>. É fundamental que este consenso se reflita no texto do CA+.

<sup>15</sup> VIEGAS, Leandro; VENTURA, Deisy; VENTURA, Miriam. A proposta de convenção internacional sobre a resposta às pandemias: em defesa de um tratado de direitos humanos para o campo da saúde global. Cadernos de Saúde Pública 2022, v. 38, n. 1, e00168121 <https://doi.org/10.1590/0102-331X00168121>

<sup>16</sup> Organização Internacional do Trabalho. Social Protection Inter-Agency Cooperation Board <https://www.ilo.org/newwork/at-the-un/social-protection-inter-agency-cooperation-board/lang-en/index.htm>

<sup>17</sup> <https://g10favelas.com.br/>

<sup>18</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---soc\\_sec/documents/genericdocument/wcms\\_740551.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---soc_sec/documents/genericdocument/wcms_740551.pdf)

## 6.2. Garantia de não discriminação é insuficiente

O artigo 14 traz como eixo central de sua redação o princípio de não discriminação e da atenção preferencial a pessoas em situação de vulnerabilidade. Apesar de sua inegável importância, o texto não contempla outros pilares dos direitos humanos e, em particular, do direito internacional da saúde. Considerando a definição da própria OMS<sup>19</sup>, a fim de adotar uma verdadeira abordagem de direitos na saúde pública, o artigo 14.1 deveria fixar como **objetivo das medidas de contenção de emergências de saúde pública de importância internacional a realização não apenas do direito à saúde, mas de todos os direitos humanos**, inclusive a igualdade, a participação social, a responsividade, os direitos civis e políticos e outros direitos econômicos, sociais e culturais.

Ao mesmo tempo, aspectos consolidados do **direito à saúde** no direito internacional devem ser contemplados também nesse artigo e, em particular, seu **caráter universal**. A covid-19 evidenciou que nenhuma definição de segurança, seja ela qual for, em país algum, pode ser obtida quando a população é obrigada a pagar por testes, atenção básica, medicamentos essenciais e vacinas durante uma crise sanitária.

Também é imperativo retomar o **princípio da não regressividade** em matéria de direitos no contexto de pandemias, como foi feito no *Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular*, adotado em 2018 no âmbito da ONU<sup>20</sup>. Um exemplo da aplicação prática deste princípio é a situação dos migrantes e refugiados no Brasil no que se refere ao acesso à saúde. O princípio da não regressividade garante, por exemplo, que o acesso universal oferecido pelo SUS a toda pessoa que se encontre em território nacional, inclusive em situação migratória irregular, não possa ser restrito temporária ou definitivamente por motivações econômicas ou securitárias relacionadas a uma crise sanitária. Em outras palavras, não se pode permitir que medidas adotadas no contexto de pandemia promovam um retrocesso na garantia dos direitos humanos da população.

## 6.3. Acervo dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos em matéria de pandemias

Durante os últimos anos, o Alto Comissariado em Direitos Humanos das Nações Unidas (ACNUDH), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas<sup>21</sup> e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entre outros, produziram recomendações concretas para o combate da pandemia de COVID-19 na lógica dos direitos humanos, assim como relatórios detalhados que analisam as respostas dos Estados. Somente no âmbito da ONU, seus distintos órgãos de proteção e promoção dos direitos humanos emitiram mais de 40 pronunciamentos,

<sup>19</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/9241545690>

<sup>20</sup> <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/244/47/PDF/N1824447.pdf?OpenElement>

<sup>21</sup> Ver Procedimentos Especiais <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/COVID-19-and-Special-Procedures.aspx> e Órgãos dos Tratados <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/COVID-19-and-TreatyBodies.aspx>

dezenas de comunicados de imprensa e 14 “guias especiais” para os Estados<sup>22</sup>. Este acervo teórico e prático necessita ser resgatado no processo de negociação do CA+.

Segundo o ACNUDH, o “respeito pelos direitos humanos em todas suas dimensões incluindo os direitos econômicos, sociais, culturais e os direitos civis serão fundamentais para o sucesso da resposta da saúde pública e recuperação da pandemia”<sup>23</sup>. O ACNUDH fornece detalhes sobre tais dimensões, em particular sobre o direito à atenção em saúde, medidas de emergência, moradia adequada, acesso à informação e participação, discriminação, alimentação, entre tantos outros.

Em abril de 2020, a OMS apresentou o documento *Addressing Human Rights as Key to the covid-19 Response*<sup>24</sup>, em que aborda temas-chave dessa interseção, como estigma e discriminação, igualdade de gênero, apoio às populações em situação de vulnerabilidade, quarentena e medidas restritivas, entre outros. Segundo a OMS:

*a proteção dos direitos humanos pode ajudar a resolver essas preocupações de saúde pública, exigindo, por exemplo, a adoção de medidas proativas como garantir que informações precisas sejam disponibilizadas, e qualquer comportamento estigmatizante e discriminatório seja identificado e interrompido*<sup>25</sup>.

Assim, é **necessário que este acervo esteja contemplado no CA+**, por meio de uma síntese dos aportes dos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, ou ao menos de uma remissão a tais documentos.

#### **6.4. Inclusão da proteção de migrantes e refugiados no regramento das medidas sanitárias relacionadas à circulação de pessoas**

Durante as emergências, as recomendações da OMS que se referem à livre circulação de pessoas estão entre as que mais suscitam resistência por parte dos Estados. O Comitê de Revisão que analisou o funcionamento do RSI durante a covid-19<sup>26</sup> concluiu que jamais haviam sido adotadas tantas medidas sanitárias relacionadas ao tráfego internacional: ao final de janeiro de 2020, cerca de 20 países haviam fechado suas fronteiras para pessoas provenientes da China; sete meses depois, todos os países haviam implementado medidas sanitárias relativas a viagens internacionais. Segundo o mesmo Comitê, tais medidas muitas vezes foram adotadas por razões políticas, sem base técnica e por meio de processos decisórios que se encontram fora do campo de ação das autoridades sanitárias<sup>27</sup>. Esta constatação é preocupante porque, sob o prisma da saúde pública, a depender da situação, o fechamento de

<sup>22</sup> <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/COVID-19.aspx>

<sup>23</sup> [https://www.ohchr.org/Documents/Events/COVID-19\\_Guidance.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Events/COVID-19_Guidance.pdf)

<sup>24</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/addressing-human-rights-as-key-to-the-covid-19-response>

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Sobre este comitê, ver <https://www.who.int/teams/ihr/ihr-review-committees/covid-19>

<sup>27</sup> A74/9 Add.1 5 May 2021. WHO's work in health emergencies - Strengthening preparedness for health emergencies: implementation of the International Health Regulations (2005) [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA74/A74\\_9Add1-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_9Add1-en.pdf)

fronteiras pode trazer mais inconvenientes que vantagens. Não apenas ele prejudica as ações de cooperação internacional, inclusive a circulação de profissionais de saúde e de voluntários, como também encoraja o ingresso irregular de migrantes e refugiados nos territórios de destino, obstaculizando a atenção à saúde que deveria ser prestada nos pontos de entrada, e dificultando tanto o controle migratório como a vigilância epidemiológica.

No rascunho zero do CA+, os direitos de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados são citados no artigo 4.13 entre os “princípios diretores e direitos” que devem guiar a ação dos Estados, juntamente com outros “grupos de alto risco e em situação de vulnerabilidade”. Porém, este dispositivo não faz referência ao fechamento de fronteiras e outras medidas restritivas de circulação, limitando-se a apontar a necessidade de remover obstáculos jurídicos e regulamentares ao acesso destas pessoas aos serviços de saúde. Na interpretação deste artigo, é preciso considerar não apenas as pessoas que já se encontram no território dos Estados mas igualmente as que se encontram em trânsito durante as emergências, em razão da crise sanitária ou por outras razões.

Por outro lado, cabe notar que o artigo 4.13 não se traduz em obrigações tangíveis dos Estados nas demais seções do CA+, sequer no artigo 14 que aborda os direitos humanos.

Um artigo dedicado exclusivamente aos direitos dos migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados durante as pandemias seria importante para esclarecer, entre outros aspectos, **como estas pessoas devem ser tratadas quando se encontram junto às fronteiras de um Estado durante uma pandemia**. Na ausência de um artigo próprio, ao menos um inciso específico poderia ser incluído no artigo 14.2(a), a fim de que os Estados assumam a obrigação de adotar em suas legislações nacionais dispositivos capazes de impedir derrogações dos direitos dos migrantes e refugiados durante as pandemias, em particular do princípio do não rechaço (*non-refoulement*) amplamente reconhecido pelo direito internacional e pelas ordens jurídicas nacionais, sob o pretexto de conter a propagação de uma doença. Ademais, deve haver uma vedação expressa de procedimentos de deportação ou expulsão durante uma pandemia.

## 6.5. Proteção dos profissionais de saúde

Embora os profissionais de saúde sejam mencionados em três itens do preâmbulo do rascunho zero, inclusive para reconhecer o impacto desproporcional da pandemia sobre eles, aparecem em apenas um artigo, o 12. Este dispositivo poderia incluir **obrigações específicas de proteção dos profissionais de saúde durante as pandemias**, baseando-se, por exemplo, na Carta de Segurança elaborada pela OMS<sup>28</sup>, que insta governos e responsáveis por unidades de saúde a proteger estes trabalhadores da violência, melhorar sua saúde mental, protegê-los de riscos físicos e biológicos, promover programas nacionais para a segurança do trabalhador da saúde e conectar as políticas de segurança do trabalhador da saúde às políticas existentes de segurança do paciente.

<sup>28</sup> [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/world-patient-safety-day/health-worker-safety-charter-wpsd-17-september-2020-3-1.pdf?sfvrsn=2cb6752d\\_2](https://cdn.who.int/media/docs/default-source/world-patient-safety-day/health-worker-safety-charter-wpsd-17-september-2020-3-1.pdf?sfvrsn=2cb6752d_2)

## 6.6. Institucionalidade e capacidade de resposta às emergências

A garantia dos direitos humanos durante a resposta às pandemias depende de um mecanismo de acompanhamento robusto, que possa dar conta dessa conexão complexa. Para este fim, o artigo 14.2(b) limita-se a referir que cada Parte do CA+ deveria esforçar-se para criar um **Comitê Consultivo Independente**, sem esclarecer qual seria o caráter de atuação desse comitê em termos de proteção e promoção dos direitos humanos. Seria um órgão responsável por avaliar situações concretas de risco e ameaças a direitos no momento presente para emitir recomendações? Ou seria um órgão destinado a orientar os respectivos governos no desenvolvimento de medidas protetivas no decorrer de uma pandemia e/ou entre elas? Estas são perguntas clássicas a respeito de mecanismos deste tipo.

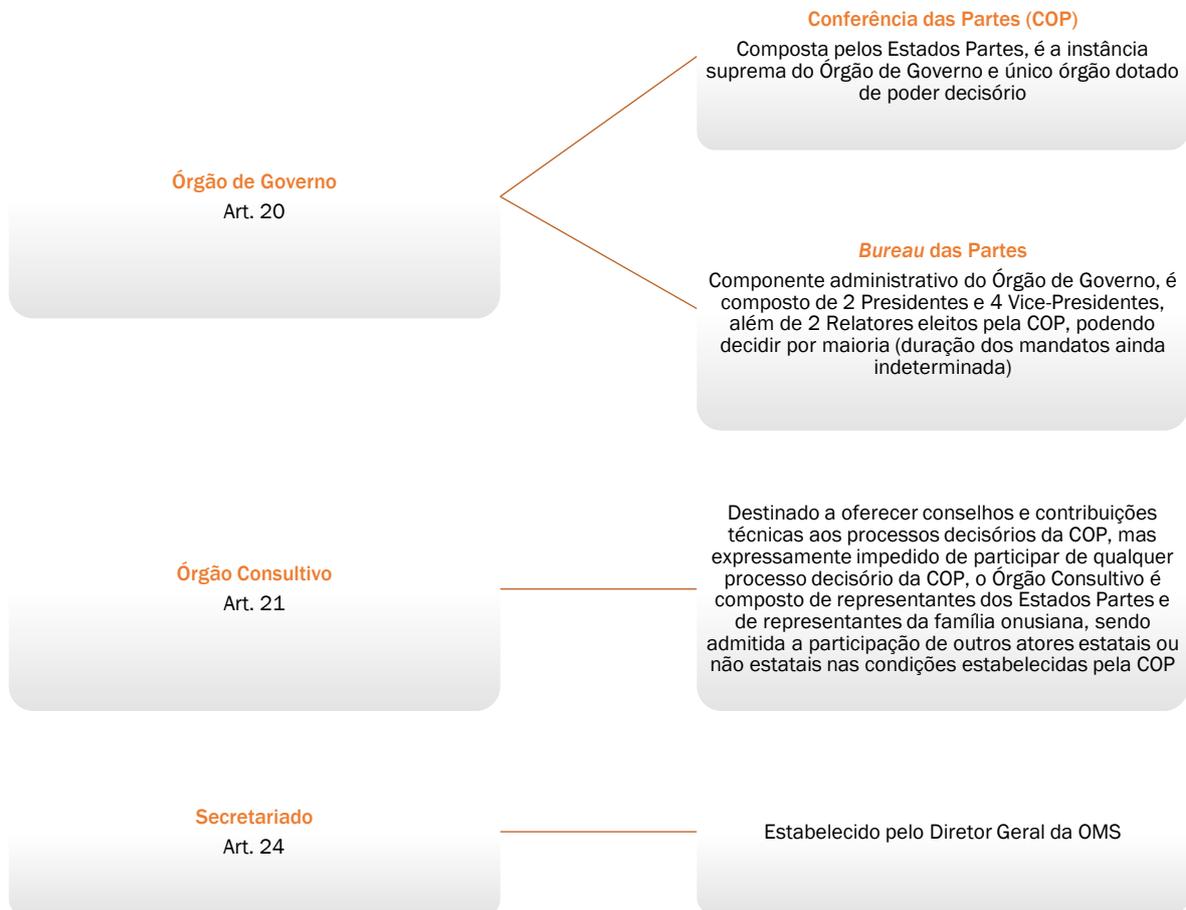
Importante notar que o rascunho zero transfere aos Estados a tarefa de construir e gerir um enfoque de direitos humanos das pandemias. Na verdade, estes conselhos consultivos nacionais poderiam ser substituídos ou complementados por um mecanismo coletivo que integrasse a estrutura institucional do CA+, baseado em experiências como o mecanismo de seguimento dos ODS ou a Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos, ambos destinados ao acompanhamento progressivo da implementação de compromissos e medidas adotadas para salvaguardá-los. Eles também poderiam refletir a composição dos organismos e mecanismos de direitos humanos já existentes e, em particular, fossem compostos por membros dos órgãos de tratados de direitos humanos e procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, possivelmente liderados pelo Relator Especial em Saúde e pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, especialistas no tema em questão. Tal composição seria a concretização do diálogo que o artigo 14 pretende fortalecer.

## 7. Estrutura institucional

O rascunho zero altera a estrutura institucional proposta no projeto conceitual, eliminando a “Conferência das Partes Ampliada”, que fazia parte do Órgão de Governo do CA+, e criando um “Órgão Consultivo”. Enquanto o artigo 19.4 do projeto conceitual referia a Conferência das Partes Ampliada como “instância de diplomacia multilateral” encorajada a dar uma “larga contribuição ao processo decisório da Conferência das Partes”, o rascunho zero esclarece que “*para evitar qualquer ambiguidade*, entende-se que o Órgão Consultivo não participará de nenhuma tomada de decisão da Conferência das Partes” (grifo nosso). Espera-se que esta redação inusual desapareça do texto definitivo do CA+.

Nos termos propostos pelo rascunho zero, a governança do CA+ corresponderia à representação da figura n. 3.

Figura n.3 – Estrutura institucional do CA+ conforme o rascunho zero



Fonte: Elaborada pelos autores

Embora ainda estejam ausentes do rascunho zero elementos fundamentais do desenho destes órgãos, já é possível perceber que se trata de uma **estrutura eminentemente intergovernamental, desprovida de caráter inovador**, que parece incompatível com os imensos desafios que envolvem a resposta internacional às pandemias, particularmente no que se refere à participação de atores não estatais. Em breve destinaremos um estudo específico ao quadro institucional do CA+.

## 8. Mecanismos de controle e *accountability*

Uma das mais contundentes críticas feitas à OMS é de que ela “não tem dentes”, ou seja, não tem o poder de obrigar os Estados a cumprirem determinadas normas, ou a prestarem contas sobre o atendimento das recomendações da organização.

A rigor, esta crítica deveria ser endereçada aos Estados, e não à OMS, eis que uma organização intergovernamental depende inteiramente da vontade de seus membros em matéria de outorga de poderes. Por outro lado, a OMS vem sendo criticada, há décadas, pela opacidade de alguns de seus processos decisórios, como, por exemplo, o próprio procedimento de declaração de emergências ou pandemias, como já foi referido anteriormente.

Tanto o descumprimento de obrigações assumidas pelos Estados em matéria de resposta às emergências como a suposta falta de transparência na gestão da pandemia pela OMS foram questões cruciais da resposta global à covid-19. Ambas encontram no CA+ **a maior oportunidade política já surgida** para que o direito internacional da saúde evolua em prol de respostas mais eficientes e equitativas às pandemias.

No entanto, o artigo 22.1 do rascunho zero limita-se a estipular que, em sua primeira reunião (portanto após a o início da vigência internacional do CA+) o Órgão de Governo examinará e aprovará procedimentos de cooperação e dispositivos institucionais de promoção do cumprimento das disposições do CA+, assim como tratar os casos de descumprimento.

O artigo 22.2 precisa que estas providências incluirão medidas de acompanhamento e de *accountability*<sup>29</sup>, e que não se confundem com os mecanismos de solução de controvérsias entre as Partes (previstos no artigo 36 em termos clássicos do direito internacional público). Tais mecanismos seriam instituídos pelo Órgão de Governo do CA+, compreendendo relatórios periódicos e outras ações indeterminadas. Assim, **as negociações sobre as formas de garantir o cumprimento do CA+ ficariam adiadas para depois da vigência do instrumento, sem um prazo fixo para que tais mecanismos sejam adotados.**

**O adiamento desta discussão não é um bom sinal**, podendo indicar que todos já estão convencidos de que se tratará de um documento meramente formal. Em 5 de fevereiro de 2023, Richard Horton, editor da revista *Lancet*, comentou a respeito do rascunho zero:

A ausência de algum mecanismo independente de *accountability* é uma falha fatal no rascunho zero. Seja qual for a retórica entusiasmada, sem monitoramento, controle e ação robustos e independentes, as palavras significam muito pouco. O rascunho zero merece, infelizmente, zero aplausos<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Acompanhando a boa doutrina sobre o tema, optamos por não traduzir o termo *accountability* neste documento por considerar que expressões como “prestação de contas” ou “responsabilização”, próximos às utilizadas nas traduções oficiais do rascunho zero em espanhol e francês, não refletem de forma plena o significado deste preceito.

<sup>30</sup> <https://twitter.com/richardhorton1/status/1622180478114533376?s=20>

Depois de refletir sobre o que significa a *accountability*, na seção seguinte abordaremos especificamente os mecanismos de acompanhamento e controle das capacidades nacionais de prevenção e resposta.

### 8.1. *Accountability*: do que estamos falando?

O termo *accountability* é normalmente utilizado como uma “bala de prata”, cuja mera menção teria o condão de aprimorar automaticamente órgãos ou agentes políticos. Para evitar usos meramente retóricos é importante firmar uma base mais sólida do conceito de *accountability* e disciplinar seu uso. A *accountability* existe somente nas relações em que o tomador de decisão tem a obrigação de prestar contas diante de outrem, e onde os sujeitos afetados pelas decisões têm o direito ou são capazes de exigir uma prestação de conta pelas ações (ou omissões) do tomador de decisão. Nesse sentido, o mecanismo teria a capacidade de restringir de alguma forma a autonomia dos decisores.

Do ponto de vista conceitual, trata-se de uma ferramenta que coloca dois (ou mais) agentes em diálogo. O primeiro agente seria aquele que toma decisões (o *power holder* no jargão da *accountability*). No caso do acordo sobre pandemia, os *power holders* seriam os Estados. O segundo agente é aquele que será afetado ou que tem interesse legítimo nas decisões adotadas, denominado *account holder*. No caso do CA+, os *account holders* são a OMS, de um lado e, indiretamente, os demais Estados.

A partir deste conceito percebemos que não se pode presumir uma qualidade positiva nem negativa do conceito de *accountability*, que não tem nenhum valor intrínseco. Para que mecanismos de *accountability* aprimorem efetivamente órgãos ou agentes políticos, seu conceito precisa ser suplementado por orientações normativas, que são externas ao conceito.

O rascunho zero somente abandona a retórica sobre *accountability* no artigo 22, mas o faz para adiar a criação de um mecanismo deste tipo. Aparentemente, o mecanismo servirá para o Estado apresentar relatórios e planos de ação e para a OMS fazer considerações técnicas e prestar assistência. A orientação normativa do mecanismo tem aqui claro apelo epistêmico, no sentido de que seu objetivo principal seria aperfeiçoar as habilidades cognitivas do decisor e com isto funcionar como um instrumento para que escolhas melhores sejam possíveis.

O caráter epistêmico, no entanto, não deve ser o único objetivo a ser alcançado por mecanismos desta natureza. Há outros fins que podem e devem nortear o artigo 22, como a lógica democrática, eis que o futuro mecanismo deve ser capaz de incorporar e responder aos anseios de vários agentes com interesses legítimos no processo decisório, como a sociedade civil e outros atores não estatais.

## 8.2. Acompanhamento da preparação, exercícios de simulação e avaliação por pares: relação com o RSI

O artigo 2 do rascunho zero dispõe que o CA+ e outros instrumentos internacionais relevantes, incluindo o RSI, devem ser interpretados de modo complementar, compatível e sinérgico, e que o CA+ será interpretado de forma a promover e apoiar a implementação e operacionalização do RSI. Neste sentido, o artigo 13 poderia ser mais claro, de modo a evitar confusões e duplicações de esforços em relação aos mecanismos de monitoramento e avaliação já existentes, sobretudo os referentes à implementação do RSI<sup>31</sup>.

Uma vez que a preparação e resposta a pandemias, bem como a construção de planos nacionais para esse fim, não estão dissociadas da implementação do RSI, e que o artigo prevê o desenvolvimento e implementação, por parte dos Estados, de um sistema de monitoramento e avaliação de prevenção, preparação e resposta a pandemias, com a inclusão de metas e indicadores padronizados, seria pertinente o texto do CA+ sinalizar a importância de que tais sistemas de avaliação e monitoramento sejam implementados de modo a complementar, ou a incorporar, os mecanismos de avaliação de capacidades à prevenção e resposta a emergência de saúde pública já existentes. Por meio de um texto confuso, o artigo 13.7 chega a prever a criação de um **dispositivo universal de revisão por pares** para avaliar as capacidades nacionais, regionais e mundiais em matéria de preparação. Não existem detalhes sobre o funcionamento deste mecanismo.

Cabe destacar, ainda, que a já citada indefinição do caráter jurídico do CA+, torna esse esclarecimento referente aos instrumentos de avaliação de capacidades já existentes ainda mais necessária, buscando uma relação mais harmônica entre o CA+ e o RSI, evitando uma duplicação de esforços.

Vale notar, ainda, que as disposições sobre financiamento constantes dos artigos 18 e 22 do projeto conceitual aparentemente foram fundidas em um só artigo, o 19, do rascunho zero. O novo artigo avança no sentido de fixar tetos mínimos de gastos com despesas de saúde relacionadas aos objetivos do acordo (19.1.c), além de um percentual ainda indeterminado do Produto Interno Bruto dos Estados Partes para investimentos com a mesma finalidade, particularmente para os países em desenvolvimento (19.1.d). O rascunho zero ainda está distante, porém, de apresentar um modelo de financiamento original e potencialmente eficiente para o financiamento de sua implementação.

<sup>31</sup> <https://extranet.who.int/sph/ihr-mef>

## 9. Propriedade intelectual e acesso a tecnologias de saúde

Em nossa segunda nota técnica, duas seções foram dedicadas à propriedade intelectual e ao acesso a tecnologias de saúde. Em complemento ao que já foi observado por este GT, trazemos os seguintes elementos.

Não está claro como o CA+ abordará a governança de tecnologias/produtos em saúde já desenvolvidos ou em desenvolvimento para patógenos conhecidos com potencial pandêmico. A titularidade da propriedade intelectual, manufatura ou contratos relacionados ao financiamento das referidas tecnologias já está em grande parte, disciplinada. Logo, se o CA+ tiver o alcance somente de regular novos produtos, como referido em diversos trechos do rascunho zero, fica limitada a sua aplicação. É necessário no mínimo que exista um mecanismo de transição e uma obrigação dos Estados-membros que eventualmente financiaram o desenvolvimento das tecnologias em questão de renegociar as condições de acesso, transferência de tecnologia, licenciamento para a expansão de manufatura etc.

O conceito de bem público global é incluído de forma sucinta no capítulo VI sobre financiamento, sem disciplinar como o CA+ contribuiria para que as tecnologias de saúde fossem desenvolvidas como bens públicos globais. Por exemplo, os artigos 7.2 e 7.3 estipulam que o acesso à tecnologia de saúde deve acontecer também em “termos mutuamente acordados”, o que pode sugerir um direcionamento para acordos de licenciamento voluntário e transferência bilateral de tecnologia, ausente uma gestão como bem público global, e eventualmente limitando a capacidade de uso de licenças compulsórias.

A definição do princípio de transparência, contido no Artigo 4º do rascunho zero, limita-se ao compartilhamento de informações e dados para vigilância e desenvolvimento de ferramentas de saúde. Logo, não aborda diversos aspectos importantes para a cadeia logística das tecnologias de saúde, particularmente a divulgação dos investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, ensaios clínicos, divulgação de contratos de aquisição e preços praticados, entre outros. Sugere-se que o tema de transparência seja incorporado transversalmente em diversas seções do CA+.

Observa-se, ainda, que diversas entidades que financiam P&D relacionada à pandemia, inclusive mecanismos de compra de vacinas como o GAVI, e entidades filantrópicas como Welcome Trust e a Fundação Bill e Melinda Gates, não são abrangidas pelos dispositivos previstos no rascunho zero. Portanto, há risco que a governança desta tecnologia.

Por fim, cabe reiterar que o rascunho zero, neste particular, encontra-se entre a distância e a dissonância com a diretriz de equidade que, como comentamos em nossa nota anterior, deveria ser a tônica do CA+.

## 10. Força Global de Emergência em Saúde Pública

O item 3 do artigo 12 contém proposta concreta pela qual as Partes “investirão na criação, sustentação, coordenação e mobilização” de uma **força global de emergência em saúde pública** (*global public health emergency workforce*) a ser “desdobrada a pedido das Partes, com base em necessidade de saúde pública, a fim de conter surtos e evitar a escalada de uma propagação em pequena escala para proporções globais”.

O item 4 do artigo 12, na sequência, avança proposta na qual as Partes “irão apoiar o desenvolvimento de uma rede de instituições de treinamento, instalações nacionais e regionais e centros de *expertise*, a fim de estabelecer orientações comuns que permitam missões de resposta mais previsíveis, padronizadas, tempestivas e sistemáticas e o desdobramento da referida força global de emergência em saúde pública”.

Tais propostas parecem derivar, de forma mais direta, do *white paper* elaborado pela OMS após consulta aos Estados-membros, sobre o fortalecimento da arquitetura global de preparação para emergências em saúde, resposta e resiliência, apresentado à 75ª Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2022)<sup>32</sup>. Neste documento, a OMS recomenda a formação de uma nova força global de emergência em saúde, que tenha papel destacado na coordenação em emergência feita pelos Estados membros nos níveis nacional, regional e global<sup>33</sup>.

Apesar da proposta implicar, muito provavelmente, comprometimento dos Estados signatários em termos de financiamento e de disponibilização de recursos humanos, até o momento pouco se discutiu acerca do assunto.

Na terceira reunião do OIN, ocorrida em dezembro de 2022, a Noruega foi o único país a deter-se no tema, indicando estar interessada em explorar o conceito de força global. No entanto, enfatizou que a estratégia principal ainda deve ser garantir uma força de trabalho em saúde nacional.

O contexto mais amplo que inspira a redação dos itens 3 e 4 do artigo 12 parece ser o de uma preocupação não só com a rápida escalada da covid-19, de um surto local para uma pandemia, mas também com surtos da doença do vírus ebola. De fato, o único antecedente para a proposta de uma força global de emergência em saúde pública é a *Missão das Nações Unidas para a Ação de Urgência Contra o Ebola* (UNMEER, na sigla em inglês), criada pela Assembleia Geral da ONU, em 2014, para conter o surto do vírus ebola em Guiné, Libéria e Serra Leoa. Naquele momento, por meio da Resolução n. 2177, o Conselho de Segurança da ONU considerou que a crise do ebola na África Ocidental

<sup>32</sup> HORTON, Richard. Offline: Bill Gates and the fate of WHO. *The Lancet* 2022, v. 399, n. 10338, p. 1853 [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00874-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00874-1)

<sup>33</sup> OMS, A75/20, 23 Mai. 2022, Strengthening the global architecture for health emergency preparedness, response and resilience, pp. 8-9 [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA75/A75\\_20-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75_20-en.pdf)

representava uma ameaça à paz e à segurança internacionais, devendo a UNMEER, a exemplo de uma missão de paz multidimensional, enfrentar todas as dimensões da crise sanitária naquela região<sup>34</sup>.

Por conseguinte, esta iniciativa carece de maior detalhamento no processo negociador do OIN, inclusive para informar a posição negociadora brasileira e assim cotejar os interesses brasileiros sobre o tema com os dos demais países do Sul Global.

## 11. Resistência aos Antimicrobianos (RAM)

O tema da Resistência aos Antimicrobianos (RAM) vem aparecendo timidamente nas discussões sobre o novo instrumento jurídico internacional sobre pandemias, impulsionado especialmente dentro da agenda de Saúde Única e por alguns atores que buscam incidir sobre o instrumento. A RAM é mencionada no preâmbulo do rascunho zero como uma “pandemia silenciosa”, mas também como um fator agravante durante as pandemias. Nenhuma outra doença ou fenômeno infectocontagioso é diretamente mencionado.

Além do preâmbulo, a RAM aparece ainda em 3 artigos:

- Art. 4.14, Princípios e direitos, Saúde Única – atenção à prevenção de epidemias resultantes de patógenos resistentes a agentes antimicrobianos;
- Art. 9.4, Incremento das capacidades de pesquisa e desenvolvimento, P&D - incentivo à participação de atores não-estatais pra acelerar P&D em patógenos resistentes a agentes antimicrobianos, dentre outros;
- Art. 18, Saúde Única – RAM como um dos possíveis motores da emergência e reemergência de doenças (§3), compromisso das partes com fortalecimento de sistemas de vigilância e capacidade laboratorial (§6), ações de prevenção de pandemias de patógenos resistentes, ações nacionais e locais para identificação e controle de RAM, desenvolvimento de planos nacionais de ação de enfrentamento à RAM, melhoria da vigilância para identificar e reportar patógenos resistências (§7).

De certa forma, todos os pilares que a OMS usa para trabalhar o enfrentamento à RAM estão mencionados no rascunho (fortalecimento da vigilância e pesquisa, prevenção e controle de infecções, uso racional de antimicrobianos, investimento em P&D), exceto o pilar de disseminação de conhecimento/educação/comunicação.

No entanto, este instrumento pode ser uma boa oportunidade de trabalhar esses pilares de enfrentamento à RAM de forma integrada, ou seja, poderiam aparecer em outros artigos, por exemplo:

<sup>34</sup> SANTOS NETO, Ramiro Januário dos. Da Missão da ONU para a Ação de Urgência contra o Ebola e de seu estabelecimento para combater uma ameaça à paz segundo o artigo 39 da Carta da ONU. In: Seminário de Pós-Graduação em Relações Internacionais da ABRI, 5., 2020, evento *on-line*. Anais. pp. 1481-1507. [https://www.abri.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=1063](https://www.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=1063)

- Art. 8 - Melhorar e fortalecer a regulamentação da prescrição e dispensação de antimicrobianos na saúde humana, animal e na agropecuária;
- Art. 11.4(g) - Incluir fortalecimento da capacidade laboratorial em microbiologia, especialmente de LMIC, para identificação de patógenos resistentes;
- Art. 12. Investir na formação e educação continuada da força de trabalho em saúde, além de campanhas de conscientização, na saúde primária e nos ambientes hospitalares, para ampliar o compromisso desses profissionais com a prevenção e controle de infecções em situações de normalidade, reforçando a prática, para além das situações de epidemias/pandemias.

## 12. Participação de atores não estatais

Nesta seção, complementaremos a análise realizada em nossa nota técnica n. 2 sobre participação de atores não estatais em duas diferentes dimensões: na resposta às pandemias que será regulada pelo futuro CA+, e na negociação do referido instrumento.

### 12. 1. Participação de atores não estatais na resposta às pandemias

O rascunho zero mantém o enfoque “whole-of-society” da participação social que, como comentamos na nota técnica n.2, considera o setor privado e a sociedade civil como parte do mesmo campo de atuação, seguindo as diretrizes da OCDE.

Considerando o já mencionado papel das comunidades e entidades sociais na resposta à covid-19, decisivo para que milhões de vidas fossem poupadas, é imprescindível incluir referências específicas à participação de comunidades e organizações sociais na resposta internacional e nas respostas nacionais às pandemias. A estrutura institucional prevista no rascunho zero, já referida em seção anterior, está longe de garantir esta participação, comprometendo, assim, a legitimidade e a eficiência da nova governança das pandemias que supostamente se pretende instituir. No caso do Brasil, por exemplo, a participação social é um princípio do SUS que se reflete no conjunto da legislação nacional sobre saúde e norteou, durante décadas, a atuação internacional do país no campo da saúde.

A participação social deveria ser obrigatória ao menos nos comitês consultivos nacionais de direitos humanos propostos pelo Artigo 14.2(b), que devem aconselhar os governos sobre a proteção dos direitos humanos durante emergências de saúde pública, e no mecanismo de revisão universal previsto pelo artigo 13.6 para avaliar as capacidades e lacunas de preparação nacionais, regionais e globais.

## 12.2. Participação de atores não estatais no processo negociador

O tema da participação no processo negociador do CA+ de representantes de organizações do sistema onusiano e de outras organizações intergovernamentais com as quais a OMS mantém relações efetivas, assim como de observadores, representantes de atores não estatais em relações oficiais com a OMS, outras partes interessadas (*relevant stakeholders*) e especialistas, já foi descrito em nossa nota técnica n.2<sup>35</sup> e deve ser objeto de publicações específicas futuras.

Na presente nota, nos limitamos a destacar que não estão previstas formas de participação de atores não-estatais no Grupo de Redação do CA+ e nas futuras reuniões do OIN<sup>36</sup>. Consideramos que as formas de participação até então instituídas são insuficientes para que o novo acordo reflita as expectativas de atores sociais que desempenharam papel central na resposta à covid-19, como a comunidade científica, as organizações não-governamentais que atuam no campo da saúde global e as entidades sociais que atuaram diretamente junto a comunidades periféricas durante a pandemia.

## 13. Considerações finais

De forma propositiva, passamos a apresentar uma síntese das principais sugestões emanadas das contribuições dos membros do GT que assinam a presente nota técnica, sem prejuízo do que já foi recomendado na nota técnica n.2.

### Natureza jurídica do instrumento

1. Definir de imediato que se trata de uma convenção no sentido do art. 19 da Constituição da OMS, pondo fim à confusão entre os processos negociadores do OIN e do Grupo de Trabalho que analisa as emendas ao RSI. Além disso, ao definir a natureza do instrumento, valer-se do exemplo da convenção-quadro de controle do tabaco tanto como forma de difusão das negociações e convite à participação de atores estatais e não-estatais, quanto como exemplo de erros e acertos cometidos durante a negociação e a implementação daquela convenção.

### Preâmbulo com reflexo nos dispositivos do acordo

2. Suprir a ausência de referência às mudanças climáticas, que reflete a limitação do escopo do CA+ ao controle de doenças infecciosas. Acrescentar a referência às obrigações consagradas no DIH. Promover um esforço de concisão e precisão que permita ao preâmbulo cumprir sua tarefa de facilitar a interpretação do texto do acordo.

<sup>35</sup> Particularmente páginas 6 a 8, ver [https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2\\_2022-1.pdf](https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf)

<sup>36</sup> A/INB/4/4 - Proposal by the Bureau of the Intergovernmental Negotiating Body (INB) regarding modalities for the INB's fourth and fifth meetings, for consideration by the INB [https://apps.who.int/gb/inb/pdf\\_files/inb4/A\\_INB4\\_4-en.pdf](https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb4/A_INB4_4-en.pdf)

### Definição e mecanismo de declaração das pandemias

3. Excluir do conceito de pandemia os critérios de grave morbidade e maior mortalidade. Suprimir a referência ao procedimento de declaração das pandemias pela Direção Geral, respeitando a autonomia da OMS em matéria eminentemente técnica, e evitando superposição com o mecanismo de declaração de ESPIIs previsto pelo RSI.

### Definição de vigilância

4. Ampliar o conceito de vigilância da saúde única para além da vigilância genômica, a fim de detectar o mais cedo possível os surtos com potencial pandêmico.

### Direitos humanos

5. Aperfeiçoar o artigo n. 14 acrescentando a obrigação internacional de indissociabilidade entre a adoção de medidas restritivas de direitos e a proteção social; indo além da garantia de não discriminação que parece ser a tônica do dispositivo proposto para consagrar a integralidade dos direitos humanos, inclusive o princípio da não reatratividade; incorporar o acervo dos sistemas internacionais de direitos humanos concernente às pandemias; incluir expressamente a proteção de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio diante do fechamento de fronteiras e outras restrições da mobilidade internacional; inserir dispositivos específicos de proteção dos profissionais de saúde; e detalhar a composição e a missão dos comitês consultivos independentes, além de dar-lhes uma dimensão regional e multilateral.

### Mecanismos de controle e accountability

6. Reverter o adiamento da instituição de mecanismos de controle de cumprimento das obrigações previstas pelo CA+, inclusive da adoção de medidas de *accountability*, para que eles figurem no texto do acordo. Elucidar a relação entre as medidas de acompanhamento previstas no RSI e as previstas no CA+.

### Propriedade intelectual e acesso a tecnologias de saúde

7. Promover uma revisão global dos dispositivos relacionados a esta temática previstos no rascunho zero, incluindo no CA+, dotado de caráter obrigatório, o conteúdo da Declaração de Doha relativa ao Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, entre outras garantias de promoção da equidade.

### Força global de emergência em saúde pública

8. Solicitar ao OIN e/ou proponente dos itens 3 e 4, do artigo 12, maiores informações sobre os conceitos de global public health emergency workforce e de rede de instituições de treinamento, instalações nacionais e regionais e centros de expertise. Pedir parecer às áreas pertinentes do governo brasileiro e junto a organizações da

sociedade civil brasileira acerca dos referidos itens e sobre eventuais interesses brasileiros a serem apresentados sobre a tema.

### Resistência aos antimicrobianos

9. Incluir a resistência aos antimicrobianos em novos dispositivos do CA+, como os artigos 8, 11.4(g) e 12, no sentido de trabalhar esta temática de forma integrada.

### Estrutura institucional e participação de atores não estatais

10. Construir uma institucionalidade mais avançada e inovadora, à altura dos desafios trazidos pela resposta às pandemias, valendo-se do exemplo de outros arranjos internacionais bem-sucedidos, que de fato contemple a intersectorialidade e dote o CA+ de mecanismos efetivos de participação de atores não estatais, em especial aqueles que não são comprometidos com os interesses do setor privado. Garantir a participação dos atores não estatais nas próximas etapas do trabalho do OIN, como imperativo de transparência e legitimidade de um acordo internacional que necessitará de amplo apoio social quando de sua incorporação às ordens nacionais e de sua implementação.

## Lista de abreviações

ABS – Access and Benefit Sharing

ACNUDH – Alto Comissariado em Direitos Humanos das Nações Unidas

AMS - Assembleia Mundial da Saúde

CA+ - Instrumento jurídico sobre pandemias negociado no âmbito da OMS

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

C-TAP - Technology Access Pool

ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

G-7 - Grupo dos 7

G-10 Favelas - Bloco de Líderes e Empreendedores de Impacto Social das Favelas

GAVI - Aliança Global de Vacinas

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIM - Organização Internacional das Migrações

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

RAM - Resistência aos antimicrobianos

RPU - Revisão Periódica Universal

RSI - Regulamento Sanitário Internacional

SCZ - Síndrome Congênita do vírus Zika

SUS - Sistema Único de Saúde

### Como citar esta nota:

VENTURA, D.F.L.; PAGOTTO, B.F.; RACHED, D.H.; CARMO, E.H.; VIEGAS, F.; PENNA, G.O.; MENEZES, H.Z.; VIEGAS, L.L.; BERMUDEZ, L.; GALVÃO, L.A.; SOUZA, L.E.; REGES, P.P.S.; DALLARI, P.B.A.; MONTES, P.; CETRA, R.O.; JANUÁRIO, R.J.S.; FRANÇA, R.; RAMOS, V.; BUSS, P.M. *Análise crítica do “rascunho zero” do acordo internacional sobre pandemias: imprecisões e lacunas ainda limitam possíveis avanços*. Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI - Fiocruz/USP, Nota Técnica n. 3, São Paulo/Rio de Janeiro, 23/02/2023. Disponível em <saudeglobal.org>